



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

Renato Kerly Marques Silva

**DA ESCRITA À CONSAGRAÇÃO:**  
os caminhos da obra de Maria Firmina dos Reis

Florianópolis

2023

Renato Kerly Marques Silva

**DA ESCRITA À CONSAGRAÇÃO:**  
os caminhos da obra de Maria Firmina dos Reis

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, área de concentração Crítica Feminista e Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Doutor em Literatura.

Orientadora: Professora Dra. Rosana Cássia dos Santos

Florianópolis  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Renato Kerly Marques

Da escrita à consagração : os caminhos da obra de Maria  
Firmina dos Reis / Renato Kerly Marques Silva ;  
orientadora, Rosana Cássia dos Santos, 2023.

221 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de  
Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Literatura. 2. Crítica Feminista. 3. Estudos de  
Recepção. 4. Obra. 5. Trajetória. I. Santos, Rosana Cássia  
dos. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa  
de Pós-Graduação em Literatura. III. Título.

Renato Kerly Marques Silva

**Da escrita à consagração: os caminhos da obra de Maria Firmina dos Reis**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 03 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professora Doutora Simone Pereira Schmidt  
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Doutora Luciana Borges  
Universidade Federal de Catalão

Professora Doutora Lourdes Martínez-Echazábal  
University of California, Santa Cruz, EUA

Professora Doutora Claudia Letícia Gonçalves Moraes (Suplente)  
Universidade Federal do Maranhão

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Literatura.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Professora Doutora Rosana Cássia dos Santos  
Orientadora

Florianópolis, 03 de agosto de 2023.

## AGRADECIMENTOS

À Rosana Cássia dos Santos pela oportunidade e pela atenciosa orientação durante a realização desta tese. Às professoras Lourdes Martínez-Echazábal e Simone Pereira Schmidt pelas importantes colaborações durante a Banca de Qualificação. Às professoras Cláudia de Lima Costa, Cristina Scheibe Wolff, Jair Zandoná, Tânia Regina Oliveira Ramos, Vera Fátima Gaspareto que, assim como as já citadas, colaboraram com leituras e discussões realizadas em suas valiosas disciplinas.

Ao Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

À Júlia, Lourdes, Nonato e Keyne.

À Patrese Oliveira.

À Adeilson Marques, Alexandro Santos, Aline Veingartner, Ana Letícia Lima, Bianca Mattia, Carolina Damasceno, César Castro, Cláudia Cabral, Claudimar Durans, Conceição Feitosa, Denise Barreto, Diedra Roiz, Donilton Silva, Eliana Nascimento, Eliana Silva, Francisco Santos, Joelma Santos, Juciana Sampaio, Marcus Mitre, Natércia Moraes, Paulo Câmara, Paulo Valente, Sislene Silva, Tatiana Mendes e Sandra Nascimento (*in memoriam*).

Tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar.  
(NABUCO, [1883] 2003, p.40)

Se as mulheres contemporâneas tentam pegar a caneta com energia e autoridade, só podem fazê-lo porque suas predecessoras dos séculos dezoito e dezenove lutaram em um isolamento que parecia uma doença, alienação que parecia loucura, obscuridade que parecia paralisia, para superar uma endêmica ansiedade de autoria em sua subcultura literária.  
(GILBERT; GUBAR, [1979] 2017, p.196)

## RESUMO

Esta tese apresenta uma análise sobre a obra de Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e as diferentes perspectivas exploradas por seus críticos desde a publicação de seus trabalhos até as comemorações do bicentenário de nascimento da escritora. Esse longo recorte permite observar como o interesse dos críticos oscilou entre as publicações no século XIX, os movimentos de resgate realizados entre as décadas de 1970 e 1990 e o recente período de popularização que extrapola os limites da crítica literária. Para pensar como a crítica à obra de Maria Firmina tem sido produzida, destacam-se as contribuições da Crítica Feminista como ferramenta teórica para analisar as hierarquias que o sexismo e o racismo estabeleceram na sociedade brasileira e como tais distinções atuam sobre a produção literária e o possível reconhecimento de escritoras em instituições formadas majoritariamente por homens brancos, como academias de letras. Esta análise tem permitido identificar que, além das questões formais e estéticas exploradas pela escritora na tessitura de sua obra, a atenção dedicada à maranhense é marcada por uma associação a elementos que extrapolam seus textos. No caso, destacam-se a crítica à escravidão e ao protagonismo de personagens negros, sobretudo em seu romance *Úrsula*, e o pioneirismo representado pela escritora como uma mulher negra romancista no século XIX. Deste modo, estes elementos estimulam a ação da crítica que associa a obra à discussão sobre as relações de gênero e étnico/raciais que marcam nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Crítica Feminista; Estudos de Recepção; Obra; Trajetória; Maria Firmina dos Reis.

## **ABSTRACT**

This thesis presents an analysis of the work of Maria Firmina dos Reis (1822-1917) and the different perspectives explored by her critics since the publication of her works until the celebrations of the bicentennial of the writer's birth. This long section allows us to observe how the critics' interest oscillated between the publications in the 19th century, the rescue movements carried out between the 1970s and 1990s and the recent period of popularization that goes beyond the limits of literary criticism. In order to think about how the criticism of Maria Firmina's work has been produced, the contributions of the Feminist Criticism stand out as a theoretical tool to analyze the hierarchies that sexism and racism established in Brazilian society and how such distinctions act on literary production and the possible recognition of women writers in institutions formed mostly by white men, such as academies of letters. This analysis has allowed us to identify that, in addition to the formal and aesthetic issues explored by the writer in the fabric of her work, the attention dedicated to her work is marked by an association with elements that go beyond her texts. In this case, the criticism of slavery and the protagonism of black characters stand out, especially in her novel *Úrsula*, and the pioneering spirit represented by the writer as a black woman novelist in the 19th century. In this way, these elements stimulate the action of criticism that associates the work with the discussion on gender and ethnic/racial relations that mark our society.

**Keywords:** Feminist Criticism; Reception Studies; Work; Trajectory; Maria Firmina dos Reis.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 UM MARANHÃO, UMA MARANHENSE.....</b>	<b>20</b>
2.1 DOS ANTECEDENTES.....	20
2.2 UM PERÍODO DE CONFLITOS.....	22
2.3 A CONSTITUIÇÃO DA POPULAÇÃO.....	25
2.4 UMA FAMÍLIA DE MULHERES.....	30
2.5 MULHERES NO SÉCULO XIX.....	33
2.6 A FORMAÇÃO E O TRABALHO COMO PROFESSORA.....	35
2.7 UMA ELITE LETRADA.....	40
2.8 AS MULHERES E A IMPRENSA.....	47
2.9 AS AÇÕES ANTIESCRAVIDÃO.....	52
2.10 O OCASO.....	55
<b>3 A OBRA E OS DIÁLOGOS DE MARIA FIRMINA.....</b>	<b>59</b>
3.1 O ROMANCE.....	61
<b>3.1.1 Folhetins.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1.2 O pseudônimo.....</b>	<b>73</b>
<b>3.1.3 O prólogo.....</b>	<b>75</b>
3.2 AS NARRATIVAS CURTAS.....	78
<b>3.2.1 Gupeva.....</b>	<b>78</b>
<b>3.2.2 “A Escrava”.....</b>	<b>84</b>
3.3 OUTROS TEXTOS.....	91
3.4 POEMAS.....	94
<b>3.4.1 O segundo livro.....</b>	<b>94</b>
<b>3.4.2 Os poemas dispersos.....</b>	<b>98</b>
<b>4 RESGATE, RESGATES.....</b>	<b>104</b>
4.1 AS PRIMEIRAS MENÇÕES.....	104
4.1 O RESGATE MARANHENSE.....	113
<b>4.2.1 A atuação de Nascimento Moraes Filho.....</b>	<b>113</b>
<b>4.2.2 A Atenas brasileira.....</b>	<b>118</b>
<b>4.2.3 Maria Firmina e a Atenas brasileira.....</b>	<b>120</b>
<b>4.2.4 O Sesquicentenário.....</b>	<b>123</b>
<b>4.2.5 O apagamento da negritude.....</b>	<b>125</b>
<b>4.2.6 A crítica às homenagens.....</b>	<b>130</b>
<b>4.2.7 Do local ao nacional.....</b>	<b>132</b>
4.3 A CRÍTICA FEMINISTA.....	134
<b>4.3.1 As primeiras análises críticas.....</b>	<b>138</b>
4.4 AS PENSADORAS NEGRAS.....	148
<b>5 A CONSAGRAÇÃO.....</b>	<b>150</b>
5.1 AS PESQUISAS SOBRE ESCRITORES/AS NEGROS/AS.....	152

5.2 MARIA FIRMINA NO SÉCULO XXI.....	157
<b>5.2.1 A dimensão textual.....</b>	<b>160</b>
<b>5.2.2 A dimensão histórica.....</b>	<b>164</b>
<b>5.2.3 A dimensão da crítica social.....</b>	<b>168</b>
<b>5.2.4 A dimensão da literatura afro-brasileira.....</b>	<b>170</b>
5.3 AINDA SOBRE AS PESQUISAS.....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>178</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO A – Primeira resenha do romance <i>Úrsula</i>.....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO B – Anúncio 1: venda do romance <i>Úrsula</i>.....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO C – Anúncio 2: venda do romance <i>Úrsula</i>.....</b>	<b>211</b>
<b>ANEXO D – Anúncio 3: venda do romance <i>Úrsula</i>.....</b>	<b>212</b>
<b>ANEXO E – Artigo sobre o romance <i>Úrsula</i>.....</b>	<b>213</b>
<b>ANEXO F – Indicação de leitura em <i>Jardim das Maranhenses</i>.....</b>	<b>215</b>
<b>ANEXO G – Anúncio de publicação de <i>Gupeva</i>.....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO H – Artigo sobre as poetas do <i>Parnaso Maranhense</i>.....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO I – Anúncio de início da publicação de <i>Gupeva</i>.....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXO J – Anúncio de venda de <i>Cantos à beira mar</i>.....</b>	<b>221</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís, na província do Maranhão, em 1822. Sua mãe se chamava Leonor Filipa dos Reis, uma mulher negra que fora escravizada. Ainda nos primeiros anos de vida, sua família se transferiu para a vila de São José de Guimarães, também no Maranhão, onde ela viveria até seu falecimento. Em suas memórias, Firmina registrou uma infância cercada por mulheres, como sua avó materna, sua mãe, uma tia e primas. Sobre o acesso à educação, é provável que tenha sido autodidata. A partir de um concurso público, em 1847, ela se tornou professora de primeiras letras de Guimarães, cargo que ocupou até se aposentar em 1881. Nunca se casou, no entanto adotou várias crianças, muitas das quais ficaram registradas nas páginas de seu diário.

Além da atividade de ensino, dedicou-se ao trabalho literário. Escreveu poemas, um romance, uma novela, um conto, crônicas e charadas. Publicou dois livros: *Úrsula* (1859) e *Cantos à beira-mar* (1871). As demais publicações ocorreram em jornais, revistas e antologias, todas impressas em São Luís. O lirismo, a melancolia e as histórias de amor impossível com desfechos trágicos, ao modo do Romantismo, marcam suas produções. Em um período em que a população negra era explorada como mão de obra escravizada, a perspectiva apresentada pela autora ao representar personagens negras indica uma inovação na literatura de então, pois, além de crítica à escravidão, seus textos representavam personagens negras espiritualmente elevadas, o que contrastava com a reprodução de estereótipos e preconceitos presente em muitas narrativas daquele período.

Sua atuação como educadora e escritora colaborou para que Maria Firmina conquistasse certa notoriedade entre os moradores de Guimarães, os quais se referiam a ela como a mestra régia. A distinção ocorria em dimensão local, tanto que seu falecimento, em 1917, não recebeu atenção dos periódicos publicados na cidade de São Luís.

Após décadas de referências esparsas sobre a escritora, sua trajetória começou a ganhar destaque a partir de 1970 por meio de um processo de resgate liderado pelo pesquisador José Nascimento Morais Filho. Naquele momento, ela foi reconhecida como a primeira romancista brasileira. A partir de então, sua obra voltou a circular entre um público marcadamente acadêmico. Apenas nos últimos vinte

anos, foi possível observar sua popularização, sobretudo com a produção de pelo menos 29 edições de seu romance *Úrsula*.

Desde a publicação de seus textos, a produção crítica sobre a obra da escritora tem sido constituída de forma associada ao destaque de elementos de sua trajetória, por esse motivo, o recorte temporal desta tese vai do período de nascimento até as comemorações do bicentenário da escritora. Apesar de dar atenção ao processo de tessitura da obra, comentando as publicações em prosa e poesia, esta pesquisa não é restrita a este *corpus* e dialoga com a crítica produzida no momento de lançamento de seus textos, passando pelo quase esquecimento identificado durante grande parte do século XX, período superado por movimentos de resgate empreendidos entre as décadas de 1970 e 1990, até o momento atual quando a obra ganha projeção com a publicação de novas edições e desperta o interesse de pesquisadores/as de diferentes áreas.

A produção de significados sobre a obra de Maria Firmina para a literatura brasileira se associa com interesses históricos e sociais. Em alguns momentos, a atenção recai sobre a imagem da distinta professora pública da Vila de Guimarães, outras vezes, é a formação de uma turma composta por meninos e meninas que é destacada. Estas imagens são combinadas ou alternadas pela imagem da mulher maranhense dedicada à poesia no século XIX e chega a posições que lhe concedem os títulos de primeira romancista do Brasil e precursora da literatura afro-brasileira.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que diferentes abordagens orientam as leituras sobre a obra de Maria Firmina e variam entre a indicação de suas publicações para as leitoras do século XIX, o reconhecimento da escritora como uma representante da *intelligentsia* maranhense do século XIX (MORAIS FILHO, 1975) e a identificação da autora como aquela que inaugura uma literatura que dá centralidade a personagens negras escravizadas (MARTIN, 1988) e as humaniza diante a violência da escravidão (DUARTE, E., 2017). Ademais, ela é elencada entre as mulheres cujos textos são representativos do trabalho literário feminino do século XIX, intencionalmente marginalizados pela crítica literária produzida por homens (MUZART, 2000). Essas diferentes perspectivas ilustram como a crítica produzida sobre sua obra tem sido construída na intersecção entre elementos internos ao texto, como a análise do enredo, das personagens e do registro de suas falas no contexto ficcional, e questões externas, como os interesses sócio-históricos que orientam as reflexões propostas pela crítica literária.

Diante a identificação das abordagens destacadas, esta tese busca compreender como os elementos internos e externos têm orientado os estudos que têm sido produzidos. Para tanto, dedica-se atenção a elementos como as relações de gênero, raça e classe, dentre outras. O destaque a estas categorias pretende lançar luzes sobre os processos de esquecimento e consagração relacionados à escritora e indicam como eles podem ser associados à atuação de diferentes instâncias de legitimação literária, como grupos de escritores/as, críticos/as literários/as, editores/as e instituições como academias de letras.

O interesse pelo tema reflete meu processo de formação acadêmica durante a graduação no curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) quando conheci sua obra; a formação teórica/política orientada pelos Estudos de Gênero e pela realização do Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFMA) sob orientação da professora Sandra Maria Nascimento Sousa; além de minha atuação enquanto docente no Centro de Ensino Cruzeiro do Sul, escola localizada na periferia da cidade de São Luís (MA). As ideias que orientaram o início desta pesquisa surgiram durante a realização de projetos de leitura que visavam à divulgação de escritoras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo entre os estudantes daquela escola.

A compreensão da necessidade de divulgação das obras destas escritoras orienta esta pesquisa, pois ela está inserida em um amplo espectro de ações que são promovidas pela crítica literária e ao discutirem sobre o sexismo e o racismo na sociedade brasileira anseiam por formas para superá-los. Desse modo, ao questionar o processo de esquecimento e consagração de Maria Firmina, esta tese se junta aos estudos sobre como os cânones literários são construídos e como a formação de grupos hegemônicos marcadamente compostos por homens brancos das classes médias orientaram distinções entre uma produção literária masculina, que deveria ser consagrada, e uma produção literária feminina, que poderia ser esquecida.

O caráter bibliográfico-documental da pesquisa indica a necessidade de entender as fontes como documento/monumento (LE GOFF, 1996). Tal perspectiva orienta para que os textos examinados sejam tomados como influenciados por interesses que não indicam necessariamente como uma sociedade é, mas como ela deseja ser representada. Para Le Goff (1996, p.545): “o documento não é qualquer

coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

A busca por estes documentos/fontes foi realizada em diferentes instituições localizadas na cidade de São Luís (MA), entre elas a Biblioteca Pública Benedito Leite, o Arquivo Público do Estado do Maranhão, a Casa de Cultura Josué Montello, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, e o acervo *on-line* da Biblioteca Nacional. Além do acervo de obras raras disponíveis nestes locais, os jornais arquivados na Hemeroteca da Biblioteca Pública Benedito Leite ofereceram um importante panorama sobre momentos próximos à publicação de seus textos, no século XIX, com destaque para as publicações que informam a autoria do romance *Úrsula*, como o artigo publicado na edição de *A Moderação* de 11 de agosto de 1860 (A MODERAÇÃO, 1860); a ampla cobertura realizada por *Jornal Pequeno*, *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, durante o período de comemoração dos cento e cinquenta anos de nascimento da escritora, em 1975; e a discussão na época da publicação da terceira edição de *Úrsula*, em 1988, em que Moraes Filho fala sobre o apagamento das ações de resgate coordenadas por ele quando pesquisadoras do sul e sudeste do Brasil começam a discutir sobre a escritora (MORAES, 1988).

Quanto aos aspectos metodológicos, os Estudos de Recepção representam o ponto a partir do qual a pesquisa foi organizada. Em *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*, Hans Robert Jauss (1994) apresenta as teses sobre como operar a Estética da Recepção, um método de pesquisa literária com fins marcadamente de análise histórica e de avaliação estética do texto literário para compreender a imbricação entre o texto e determinada sociedade. A proposta ganha relevância quando apresentada a um texto que continua a ser lido por diferentes gerações.

Segundo Jauss, a permanência ou o esquecimento de determinada obra dependeriam de quanto o texto pudesse surpreender o leitor. Para ele, todo leitor possui um repertório de experiências baseadas em leituras ou na sua experiência de vida que orientam um “horizonte de expectativas”, no caso um conjunto de possibilidades previamente vislumbradas para o desenrolar de uma narrativa. Uma obra obteria mais sucesso quanto mais o seu desenvolvimento superasse esse “horizonte de expectativas”. A depender do momento em que o texto fosse lido, a continuidade da circulação da obra dependeria da possibilidade de identificação de

novas perspectivas de leitura desse texto e se os elementos destacados permanecessem os mesmos, o que era considerado relevante/inesperado se torna ordinário e passa a compor o “horizonte de expectativas”. Do contrário, se novas perspectivas são identificadas, o romance pode vir a ser lido de formas diferentes e gerar novas percepções sobre essa narrativa.

A identificação da renovação de perspectivas apontadas pela crítica em relação à obra de Maria Firmina dos Reis corrobora para a incorporação do método proposto pela Estética da Recepção. Segundo esta perspectiva, a obra deve ser avaliada a partir de três aspectos. O primeiro aspecto orienta que a obra literária deve ser examinada a partir do cotejamento das diferentes avaliações produzidas sobre ela ao longo do tempo, uma análise diacrônica; a segunda orientação indica que deve ser observada a relação entre o texto e o sistema literário ao qual ele está associado, bem como os sistemas sobrepostos ao que a obra pertenceu inicialmente; o terceiro aspecto orienta para o estudo da relação entre o sistema literário e o processo histórico/social que o cerca.

Uma primeira leitura sugere que para a Estética da Recepção toda leitura teria a mesma importância, mas Regina Zilberman (1999, p.9) indica que há diferentes dimensões da recepção, entre elas a crítica e o ensino constituiriam o público com repertórios mais amplos para emitir avaliações sobre a comunicação de “produtos de cunho artístico”. Ao discutir sobre as reflexões de Jauss, esta pesquisadora expõe como os efeitos que recaem sobre uma obra, como “modos de acolhimento, valorização e circulação da obra”, atendem às necessidades de um grupo ou de uma sociedade.

O referencial teórico fundamental para a realização desta pesquisa é fornecido pela Crítica Feminista e suas investigações sobre o silenciamento de escritoras que publicaram textos de distintos gêneros literários e foram esquecidas durante a elaboração de cânones sobre obras relevantes da literatura em determinados períodos. A crítica à exclusão das mulheres na literatura tem sido realizada há algumas décadas. As reflexões de Virginia Woolf (1985), em *Um teto todo seu*, publicadas inicialmente em 1929, apresentam um cenário em que a dificuldade de acesso à educação formal, as atividades domésticas e a geração de filhos estabeleciam barreiras para que as mulheres pudessem dedicar-se à leitura e à escrita. Sua crítica exemplifica como ocorria o processo de exclusão das mulheres

do ambiente de produção intelectual, sem acesso a faculdades e bibliotecas a elas sobrava o espaço do interior de suas casas para construírem suas narrativas.

Pesquisadoras como Adrienne Rich (1972), Sandra Gilbert e Susan Gubar (1984) influenciaram movimentos para reler textos produzidos por mulheres. Além da “re-visão”, ato “de entrar em um texto a partir de uma nova direção crítica” (RICH, 2017, p.66), marcadamente influenciada pelo Feminismo, estas e outras pesquisadoras problematizaram a assimetria social que favoreceu o apagamento de obras produzidas por mulheres frente às publicações de homens. Ao identificar o apagamento de textos literários femininos, diferentes pesquisadoras iniciaram processos de resgate que ajudam a compreender como o sucesso literário também é marcado pelas relações de gênero.

A categoria gênero se apresenta como “uma forma primária de dar significação às relações de poder [...] o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.88). Seus efeitos são percebidos na assimetria de poder entre homens e mulheres, os quais se manifestam em diversas dimensões da sociedade e são sustentados por discursos jurídicos, médicos e religiosos que reproduzem e atualizam sociedades a partir da oposição entre homens e mulheres, atribuindo funções específicas a sujeitos subordinados a esses marcadores.

Com o intuito de compreender como foram estabelecidas hierarquias entre escritores e escritoras, Rita Terezinha Schmidt (2010) destaca a forma como a historiografia da literatura brasileira foi elaborada com a exclusão de mulheres e como mudanças sociais e novos referenciais teóricos deram suporte a modificações que estimularam o resgate de autoras esquecidas. Para ela, uma das principais mudanças ocorridas a partir da década de 1970 estava relacionada à “emergência do subalterno” e ao “deslocamento substancial da definição de literatura como arte ou objeto estético, para a noção de literatura como produção estético-escritural, matéria significativa situada no domínio da cultura” (SCHMIDT, 2010, p.127).

Ao analisar a literatura a partir de sua imbricação com a cultura, os estudos literários passaram a reconhecer os/as escritores/as e a própria crítica literária como perpassada pelos elementos que constituíam essa sociedade reproduzindo seus valores sem questioná-los em muitos casos. Segundo Schmidt, “a literatura passa a ser vista como categoria transitiva, fenômeno histórico contextualizado no campo das formas culturais, inserida, portanto, nos modos de produção material e

processos sociais” (SCHMIDT, 2010, p.129). Essa concepção de literatura permitiu identificá-la como produto do processo de reprodução de valores que moldaram a sociedade brasileira como o machismo, o racismo e o classismo. Tais formas de exclusão acabam atuando também na produção da crítica literária e, por conseguinte, reforçam concepções de uma literatura menor/popular em relação a uma literatura maior/erudita. Essa forma de distinguir a literatura se projeta sobre escritoras e escritores à medida que a literatura considerada como relevante é aquela escrita por representantes de uma elite política/intelectual composta por homens que escrevem sob a influência dessa elite e, portanto, para atender aos interesses dela.

Para pensar os motivos que levaram as mulheres a serem excluídas de instâncias de consagração, é necessário entender que os processos de reconhecimento literário são influenciados por movimentos operados por segmentos da sociedade que determinam o que pode ser publicado e/ou quais autores podem ser reconhecidos por meio de premiações ou do registro em historiografias. Esses mecanismos indicam que “a história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, conseqüentemente, da produção textual de subjetividades hegemônicas” (SCHMIDT, 2010, p.133). É a partir desse processo de emergência do subalterno e dos questionamentos às formações canônicas iniciados na década de 1970 que a crítica à obra de Maria Firmina dos Reis tem sido construída com a mobilização de diferentes elementos que corroboram a relevância da escritora.

A organização dos capítulos é orientada pelas reflexões de Jauss (1994) de que a obra literária precisa ser examinada a partir do sistema literário em que ela estava inserida, das diferentes avaliações produzidas sobre ela ao longo do tempo e considerando a sociedade em que o texto é lido. Daí, a necessidade de entender determinados tópicos: o processo de formação de Maria Firmina como escritora, explorado no primeiro capítulo; a relação entre sua obra e a produção literária do momento em que ela publicou, exposta no segundo capítulo; bem como as relações com a crítica que tem sido produzida ao longo do tempo, objetivo do terceiro e quartos capítulos. Desta forma, a tese busca explorar a dimensão histórica que marca a trajetória da escritora, os diálogos presentes em sua produção literária e as pesquisas que seus textos têm estimulado.

Além disso, o primeiro capítulo contextualiza o momento histórico e as condições que favoreceram o surgimento de Maria Firmina dos Reis. Seu período de formação e sua atuação como escritora são apresentados a partir das relações sociais possíveis dentro de uma sociedade que não era organizada apenas a partir das categorias classe, raça e gênero, mas que também era hierarquizada a partir do *status* legal e reconhecia os indivíduos como livres, libertos ou escravizados. Para tanto, apresento o cenário social, econômico, político e cultural em que ela estava inserida. As informações foram cotejadas com os dados identificados sobre sua vida: organização familiar; acesso à educação; atuação como professora; e as possíveis relações com outros escritores. A apresentação e a análise dessas relações informam os elementos sociológicos que permitem identificar a trajetória da escritora dentro de um conjunto de “espaços possíveis” (BOURDIEU, 1996) para o século XIX, pensando categorias como mulher, negritude e liberdade naquele contexto. Destaca-se que sua atuação está associada à presença de um público leitor na cidade de São Luís, seguida da instalação de um parque editorial no Maranhão, na segunda metade do século XIX, e à circulação de textos literários escritos por mulheres, os quais reconheciam a legitimidade da atuação intelectual feminina na literatura, sobretudo das mulheres livres, *status* com o qual ela era identificada durante a vigência da escravidão.

No segundo capítulo, apresento a obra da escritora e algumas das discussões presentes em seus textos. Destaco seu processo de escrita em diálogo com a obra de escritores/as que refletiam sobre desigualdades sociais no século XIX. A partir da identificação dos textos literários que circulavam em São Luís, quando a escritora publicou sua obra, é possível observar que a escrita de Maria Firmina reverbera algumas dessas obras e também reflete projetos literários que, possivelmente, não chegaram ao Maranhão, mas estão inseridos na literatura escrita por mulheres que descreviam a violência das sociedades escravocratas, como os romances *Oroonoko* (1688), de Aphra Behn, e *Sab* (1841), de Gertrudiz Gómez de Avellaneda. Estas associações indicam a posição da maranhense frente a literatura produzida por mulheres e as influências literárias que ela explorava, as quais orientavam sua posição diante de um sistema literário em formação. Além disso, enfatizo a importância das primeiras avaliações publicadas sobre a produção literária da escritora em periódicos maranhenses, ressaltando os elementos que recebiam atenção naqueles comentários.

Após expor as discussões presentes na obra da escritora, no terceiro capítulo, analiso o período de esquecimento e seu resgate. O sexismo e o racismo são elementos importantes para compreender esses processos e marcam os eventos em torno da escritora. Após décadas de pouca repercussão e do quase desaparecimento de seus textos, José Nascimento Morais Filho coordenou diversas ações que a reconheciam como a primeira romancista brasileira. Poucos anos depois, pesquisadoras orientadas pela Crítica Feminista, como Luiza Lobo, Norma Telles e Maria Lúcia de Barros Mott, começaram a analisá-la, durante o processo de resgate de outras escritoras do século XIX. O esquecimento de várias escritoras indicava um intenso trabalho de marginalização da mulher em instâncias de reconhecimento literário, como registrou Zahidé Muzart (2000). O capítulo destaca como o processo de reconhecimento da escritora é mediado por interesses que indicam quais das suas características devem ganhar centralidade para os diferentes grupos envolvidos no seu resgate.

No quarto capítulo, exploro o que considero o período de maior reconhecimento da escritora e de sua obra. Nos últimos anos, a circulação de seus textos e a discussão sobre sua trajetória acabou por promovê-la; com isso, a escritora tem atingido um público cada vez maior. Nesse período, sua obra se tornou tema de livros, artigos, dissertações e teses de diferentes áreas de estudo. Essas pesquisas destacam diferentes dimensões de sua obra, no entanto, é possível indicar que a análise dos elementos textuais, históricos, sociológicos e característicos da literatura afro-brasileira contemplam as principais discussões. Estas pesquisas colaboram para sua identificação como uma importante escritora, símbolo do início de uma tradição literária afro-brasileira realizada por mulheres negras. A investigação sobre os estudos que posicionam a escritora como um elemento fundacional na literatura brasileira é orientada pela emergência da crítica que reconhece as especificidades das mulheres negras, como proposto por pensadoras como Sueli Carneiro (2019), Lélia Gonzalez (2019), bell hooks (1995), dentre outras.

Examinar os movimentos que cercam a trajetória de Maria Firmina dos Reis oferece importantes elementos para pensar como o estudo do texto literário pode ser articulado de modo a favorecer ou dificultar o reconhecimento de uma escritora, bem como sua imagem/obra pode ser usada para representar a luta de grupos sociais oprimidos para a conquista de melhores condições de vida. Desse modo, além de

produzir um estudo sobre o processo de reconhecimento de uma escritora negra do século XIX, a presente tese reflete sobre o engajamento político que perpassa tanto a produção literária de escritores/as, quanto as pesquisas que reconhecem sujeitos atuantes para a produção de uma crítica social por meio do texto literário.

## 2 UM MARANHÃO, UMA MARANHENSE

### 2.1 DOS ANTECEDENTES

A ocupação do Maranhão foi parte do projeto de consolidação do domínio Ibérico ao norte do Estado do Brasil. Este projeto se consolidou a partir de 1615 quando Portugal e Espanha formavam a União Ibérica após a expulsão dos franceses estabelecidos na Ilha do Maranhão em 1612. Em 1621, foi constituído o Estado Colonial do Maranhão como uma unidade administrativa separada do Estado Colonial do Brasil, cuja criação visava proteger o território entre o Brasil e o Vice-Reino do Peru. A posição geográfica do Maranhão e as correntes marítimas dificultavam a navegação próximo à costa e tornavam mais fáceis a comunicação entre Maranhão e Portugal que entre o Maranhão e a então capital do Brasil, Salvador (VERÍSSIMO, 1915; LEÃO, 2013). Em 1654, o nome da região passou a ser Estado do Maranhão e Grão-Pará e, após mudanças na dinâmica econômica, foi modificado para Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751. Apenas após 1808, com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, começaram as ações para que a região passasse a compor o Estado do Brasil.

Até meados do século XVIII, o Maranhão era pouco significativo economicamente para a metrópole, e a sua economia era movida pela escravização da mão de obra indígena que só foi proibida em 1755 (VIVEIROS, 1954) quando foi implantada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O sistema de produção agroexportador ganhou impulso e estimulou o crescimento econômico da região. A Ilha do Maranhão, onde foi construída a cidade de São Luís, ocupava posição privilegiada, pois está localizada próximo à foz de grandes rios (Pindaré, Grajaú, Mearim, Itapecuru e Munim) em que foram estabelecidas as plantações de algodão, arroz e cana-de-açúcar, principais produtos agrícolas exportados pelo Maranhão no século XIX (ASSUNÇÃO, 2010).

O modelo de produção econômico era baseado na produção de monoculturas em grande escala, a *plantation*, destinada à exportação para as metrópoles europeias. Com a proibição da escravidão de indígenas, a colônia passou a explorar a mão de obra escravizada de pessoas oriundas da África. Entre os anos de 1755 e 1778, estima-se que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão traficou mais de 12 mil africanos para a capitania do

Maranhão (ASSUNÇÃO, 2010). Embora extinta em 1778, as marcas da Companhia refletiram ao longo do século XIX, sobretudo em relação à centralidade de unidades de produção agrícola organizadas em monoculturas e na exploração de escravizados (COSTA, 2018).

Entre 1755 e 1820, estima-se que cerca de 114.000 pessoas de origem africana foram desembarcadas nos portos do Maranhão (MOTA; CUNHA, 2017), o que fez com que em 1821 o Maranhão fosse a colônia com a maior proporção de escravizados do Brasil (ASSUNÇÃO, 2010). A presença da população de origem africana terá grande influência sobre a composição populacional do Maranhão e também sobre os eventos políticos após a Independência do Brasil.

O principal produto da agricultura maranhense do século XIX foi o algodão e, desde o século XVIII, seu cultivo ocupava posição importante na economia da colônia (LAGO, 1822; VIVEIROS, 1954). Durante os quarenta anos que antecederam a Independência do Brasil, o setor algodoeiro foi organizado. Movida pela crescente valorização do produto no mercado internacional, a exportação do algodão auferiu grandes lucros para os seus produtores. A partir de 1812, os agricultores experimentaram a “idade de ouro da lavoura maranhense” (VIVEIROS, 1954, p.128)<sup>1</sup>. Entretanto, a partir de 1819 esse eixo da economia começou a definhir (VIVEIROS, 1954, p.176).

O declínio na produção do algodão foi amplificado por diversos conflitos que ocorreram na região oriental da província, nos vales dos rios Itapecuru e Munim, principais áreas produtoras. A Guerra da Independência (1822-1823), a Setembrada (1831-1832) a Guerra dos Balaios (1838-1841) e uma grande seca na região, entre 1824 e 1825, desestruturaram o setor algodoeiro (COSTA, 2018). Durante a crise, a atenção se voltou para a exploração do açúcar e do arroz que enfrentaram acentuado declínio na segunda metade do século XIX, pois, o arroz produzido no Maranhão não resistiu à concorrência com o produzido na Índia e o açúcar perdeu espaço para a produção das Antilhas (COSTA, 2018).

Algodão, arroz e açúcar foram os principais produtos que orientaram o acúmulo de riquezas de algumas famílias maranhenses. Como produtos de

---

<sup>1</sup> A relação entre Inglaterra e Estados Unidos é um elemento marcante na economia do Maranhão do século XIX. A Guerra Anglo-Americana (1812-1815) teve forte influência na valorização do algodão maranhense a partir de 1812 (VIVEIROS, 1954). A Guerra de Secessão (1861-1864) também provocou um novo período de valorização do produto no mercado internacional (VIVEIROS, 1954, p.419).

exportação, os rendimentos gerados por eles foram regulados por diferentes processos de prosperidade e crise. Para a historiadora Regina Faria (2012), os períodos de apogeu e crise eram próprios das economias agroexportadoras e das relações político-comerciais de então. Foi durante o período de apogeu do algodão que São Luís chegou a ser considerada a quarta cidade mais importante do Império, ficando atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Até o início do século XIX, além de alguns cronistas, a única figura de destaque literário dos primeiros séculos de colonização foi o Padre Antônio Vieira (1608-1697). Ele esteve no Maranhão entre janeiro de 1653 e junho de 1654 e depois de 1655 a 1661 quando liderou a Missão Jesuítica no Maranhão e Grão-Pará. Vieira acreditava que a função da colonização portuguesa era a conversão dos povos originários ao cristianismo. Contrário à escravização dos povos originários, por meio de seus sermões, ele dirigiu severas críticas aos colonos para convencê-los a concederem a liberdade aos cativos majoritariamente indígenas nessa época. A atuação do jesuíta pode ser observada com destaque no “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, proferido em São Luís, no ano de 1654. Vencido pelos colonos, ele retornou a Portugal em 1661.

## 2.2 UM PERÍODO DE CONFLITOS

O apogeu econômico foi seguido pela eclosão de algumas revoltas durante as primeiras décadas do império: a presença de muitos portugueses na região corroborou para a resistência à independência do Brasil. O Maranhão só aderiu à independência em 28 de julho de 1823 após quase um ano de conflitos entre os diferentes grupos políticos/econômicos locais. Os brasileiros eram favoráveis à independência, enquanto os portugueses desejavam a manutenção das relações coloniais entre os dois países (VIEIRA DA SILVA, 1972).

A continuidade do protagonismo dos portugueses no cenário político/econômico maranhense é um dos elementos que fomentaram revoltas como a Setembrada (1831-1832) e a Balaiada (1838-1841) durante o Período Regencial (1831-1840), momento anterior ao reinado de D. Pedro II. Entre as pautas das revoltas, havia o interesse na conquista de direitos para a população negra. Durante a Setembrada, um jornal publicou: “Todos somos Brasileiros, todos somos iguais perante a Lei: a cor é indiferente” (*O Farol Maranhense*, n.º 343, 18 de outubro de

1831), malgrado, nesse momento, a mensagem não sinalizasse o apoio ao fim da escravidão. Para parcela da população negra, na primeira metade do século XIX, a carta de alforria era a grande esperança dos cativos, e em muitos setores da sociedade não era público o desejo de acabar com o regime escravista (SOARES, 2000, p.166).

Durante a Balaiada, a luta pela liberdade dos escravizados ganhou destaque com o prolongamento da revolta. O conflito estabelecido entre membros do Partido Liberal, nativistas conhecidos por Bem-te-vis, e do Partido Conservador, conhecidos por Cabanos, então ocupantes da presidência da Província, mobilizou segmentos populares formados por pequenos produtores rurais, vaqueiros, artesãos, libertos e escravizados. A importância da participação popular nesse conflito pode ser identificada em três importantes lideranças. Ao vaqueiro Raimundo Gomes é atribuído o início dos combates em 13 de dezembro de 1838, dando início à contestação ao recrutamento obrigatório para as forças que combatiam as revoltas que ocorriam no país; o artesão Manuel Francisco Ferreira dos Anjos (o Balaio) juntou-se aos revoltosos após o estupro de duas das suas filhas; e o liberto Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme, liderou um exército estimado em três mil homens, em sua maioria negros que conquistaram a liberdade com a Balaiada, o que fez desta revolta “a maior insurreição escrava da História do Brasil” (ASSUNÇÃO, 2010, p.107).

Tanto a Setembrada como a Balaiada tiveram sua principal área de conflitos na região entre a foz dos rios Munim e Itapecuru até a cidade de Caxias, então segunda maior cidade do Maranhão e principal região algodoeira da província. Em alguns momentos, São Luís esteve sob risco de ser tomada pelos revoltosos, mas a ocupação não chegou a ocorrer. O cenário político instável das décadas de 1820 e 1830 deve ser compreendido como relacionado com uma crise econômica e social que se ampliou após a independência com a disputa de poder entre grupos de brasileiros e portugueses e a força mobilizada para a manutenção do sistema de produção escravista. É esse cenário de instabilidades que Maria Firmina dos Reis encontra ao nascer em 11 de março de 1822, poucos meses antes da independência do Brasil.

Embora nascida em São Luís, no bairro de São Pantaleão, a maior parte da vida da escritora ocorreu na cidade de Guimarães, para onde ela se mudou aos cinco anos de idade (MORAIS FILHO, 1975). Não há referências a insurreições na

região de Guimarães, litoral ocidental do Maranhão, mas isso não quer dizer que a região não enfrentava períodos de tensão, principalmente em relação à luta da população negra por sua liberdade. Desde 1810, havia registros de fugas de escravizados na região, as maiores foram registradas em 1828, 1839, 1841 e 1847 quando fugiram 200 escravizados. O quilombo de João Congo, além do rio Turiaçu, era um dos destinos procurados pelos que buscavam a liberdade (GOMES, 2018). Além deste, na região foram catalogados mais de 40 quilombos (GOMES, 2005).

A colonização da cidade de Guimarães remonta ao século XVI com a fundação de um forte na Baía de Cumã, região habitada pelos índios tupinambás. José Bruno de Barros era proprietário da fazenda Guarapiranga do Cumã, onde foi fundada a vila que deu início à cidade. Ele é um dos muitos exemplos das complexas relações da sociedade maranhense do período colonial, nascido cativo em 1719, conquistou a liberdade aos 32 anos quando foi alforriado e reconhecido como único herdeiro de seu pai, João Teófilo de Barros. Embora tenha sido cativo, ele estava inserido na lógica escravocrata de então e escravizou indígenas e africanos em suas fazendas (GOMES, 2018).

No século XIX, o acesso entre Guimarães e São Luís ocorria por via marítima. A distância entre as cidades é equivalente a 37 milhas náuticas ou aproximadamente 68 quilômetros. Maria Firmina registrou em seu *Álbum*, no 15 de fevereiro de 1876, que “Guilhermina e Miguel embarcaram para a capital na canoa e chegaram no dia 16 do mesmo mês” (MORAIS FILHO, 1975, s.p.). A viagem de cerca de 24 horas, era realizada em uma embarcação movida pela força do vento. No *Álbum* são citadas várias chegadas e partidas de barcos, iates e vapores ao porto de Guimarães. A partir de 1850, os navios a vapor frequentavam o litoral e os rios maranhenses (MARQUES, 1870). O porto de Guimarães era um dos locais de escala dos vapores da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, e este meio de transporte tornava a duração de viagens entre São Luís e Guimarães mais rápida. Um vapor, que viajasse a 8 nós, poderia percorrer o trajeto em 5 horas, logo não podemos considerar que a escritora estava isolada do mundo, pois a viagem entre São Luís e Guimarães, em meados do século XIX, poderia ser realizada de forma mais rápida que alguns dos meios disponíveis atualmente<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Há duas possibilidades de acesso regular entre São Luís e Guimarães: utilizando unicamente vias terrestres, a viagem dura cerca de 8 horas e percorre a distância de 433km; combinando a viagem por vias terrestres com a travessia entre a Ilha do Maranhão (Ponta da Espera) e o continente (Porto do Cujupe) por *ferry boat*, a distância é reduzida para 130km e pode ser feita em 3h30min.

## 2.3 A CONSTITUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Os ciclos econômicos do século XVIII e XIX tiveram um grande impacto sobre a configuração da população do Maranhão. Os dados oficiais registram que, ao longo do século XIX, a sociedade passou de majoritariamente escravizada para uma população livre.

Tabela 1 – População do Maranhão, século XIX<sup>3</sup>

Ano	Livres	Escravos	Total
1821	68.359 (44,7%)	84.534 (55,3%)	152.893 (100%)
1841	105.149 (48,4%)	111.905 (51,6%)	217.054 (100%)
1872	284.101 (79,1%)	74.939 (20,9%)	359.040 (100%)
1887		32.976	

Fonte: Elaborado por Regina Faria (2004, p.83).

A partir das informações do quadro acima, observamos que, durante a primeira metade do século XIX, o crescimento da população foi acompanhado pelo crescimento da população escravizada, que se manteve acima de 50% da população, é nesse cenário que Maria Firmina nasce e cresce. Na segunda metade do século XIX, o crescimento da população livre descola do crescimento da população escravizada, que passa a representar menos de 21% da população registrada, esta redução continua até a abolição da escravidão.

Alguns eventos são importantes para a compreensão desse processo: o primeiro é a proibição do tráfico marítimo determinada em 1850 pela Lei Euzébio de Queiroz; o segundo diz respeito ao estabelecimento do tráfico interprovincial (com o declínio econômico da província do Maranhão, estima-se que mais de quinze mil escravizados foram levados do Maranhão para outras províncias (COSTA, 2018), tal prática só foi proibida em 1882); o terceiro diz respeito à promulgação em 1871 da Lei do Ventre Livre que considerava livre todos os filhos de mulheres escravizadas

<sup>3</sup> O recenseamento da população maranhense de 1821 foi registrado na *Estatística Histórica-Geográfica da Província do Maranhão*, de Antonio Bernardino Pereira do Lago (1822). As informações de 1841 foram anunciadas pelo Presidente da província João Antonio de Miranda em discurso realizado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de julho de 1841 (CABRAL, 1984). Os dados de 1872 são do primeiro Recenseamento Nacional realizado pelo Governo Imperial em 1872 (BRASIL, 1875). As informações sobre a população escravizada de 1887, foram publicadas no *Diário do Maranhão*, edição n.º 4.158, de 16 de julho de 1887 (MATRÍCULA, 1887, p.2), neste último registro não havia dados sobre a população livre.

nascidos após a assinatura da lei; o quarto evento está relacionado às várias ações que a população escravizada empreendeu para conquistar a liberdade, a compra da alforria ou a fuga e a formação de quilombos eram as principais estratégias, mas o aborto e o suicídio também eram utilizados. Estes elementos contribuíram para que a população escravizada no Maranhão, no ano anterior à abolição, representasse menos da metade da registrada em 1872.

Quando examinamos os detalhes dos censos demográficos produzidos em 1821 e 1872, destacam-se a redução da população negra escravizada e o aumento da população negra livre na província.

Tabela 2 – População do Maranhão 1821-1872

	Censo 1821			Censo 1872		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
LIVRES (total)			68.359 (44,7%)			284.101 (79,1%)
Branços	12.647	11.347	23.994 (15,7%)	52.267	51.246	103.513 (28,8%)
Mulatos/Pardos	13.419	11.874	25.111 (16,4%)	71.662	72.699	144.361 (40,2%)
Pretos	4.434	4.874	9.308 (6,1%)	12.504	12.780	25.284 (7,05%)
Índios/Caboclos	5.118	4.596	9.687 (6,3%)	5.509	5.434	10.943 (3,05%)
Eclesiásticos			259 (0,2%)			
CATIVOS (total)			84.534 (55,3%)			74.939 (20,9%)
Mulatos/Pardos	3.076	2.874	6.580 (4,3%)	11.679	11.652	23.331 (6,5%)
Pretos	42.980	34.974	77.954 (51,0%)	25.210	26.398	51.601 (14,4%)
Total			152.893			359.040

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis na *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão* (LAGO, 1822) e no *Recenseamento geral do Império em 1872* (BRASIL, 1875).

Até meados do século XVIII, a população de origem indígena representava a principal força de trabalho escravo no Maranhão, entretanto, após a proibição da escravidão dos indígenas (1755), ocorreu maior controle sobre a exploração da força de trabalho desses povos. Por isso, no intervalo de cinquenta anos entre os dois recenseamentos, a população indígena permaneceu praticamente igual, o censo registrava apenas os “índios domésticos” (MOTA; CUNHA, 2017), aqueles que moravam próximo aos núcleos urbanos. Dessa interdição também dependia o sucesso do tráfico humano estabelecido entre a África e o Maranhão: a população negra (composta por mulatos, pardos e negros, livres ou escravizados) passou a

representar quase o dobro da população considerada branca no período entre os dois recenseamentos<sup>4</sup>.

Entre o período de realização dos dois censos, a população negra livre passou de 22,5% para 47,25%, e a branca passou de 15,7% para 28,8% no mesmo período. Identificar a presença de grande quantidade de pessoas negras livres oferece a oportunidade de pensar a participação das pessoas negras na sociedade maranhense e questionar, assim como fez Ana Flávia Magalhães Pinto (2014, p.147): “se os negros livres e libertos eram tantos, por que não conseguimos enxergá-los com facilidade em nossas projeções sobre o passado?” O racismo pode ser um dos motivos que explicam esse apagamento e será um dos elementos mobilizados para pensar o silêncio sobre a obra de Maria Firmina dos Reis.

Os registros de batismos das igrejas (CRUZ, 2011) e a presença das categorias branco, pardo, preto, mulato, índio e caboclo nos questionários dos censos demográficos confirmam a relevância da cor da pele na sociedade maranhense, porém é necessário observar que outras categorias eram articuladas ao elemento cor de pele na organização hierárquica que se estabeleceu no Maranhão. Nesse sentido, Matheus Gato de Jesus (2015) oferece importante contribuição para pensarmos a participação de negros na sociedade maranhense. O pesquisador observa que até a primeira metade do século XIX, o *status* jurídico das pessoas livres ou escravizadas era uma referência relevante na hierarquia social, mas, com o aumento da população negra livre, o *status* jurídico perdeu peso, e “a cor se valorizou lenta e historicamente na etiqueta nobiliárquica do mundo escravista em relação a outras insígnias de distinção social” (JESUS, 2015, p.38).

A compreensão da organização social a que os sujeitos estão submetidos no Maranhão na primeira metade do século XIX torna possível pensar a presença de uma mulher negra, inserida em uma rede de sociabilidades próxima aos literatos de sua época. Maria Firmina era funcionária pública e trabalhava educando e produzindo textos em diálogo com diferentes projetos literários e políticos aos quais ela teve acesso. Além de pensar a escritora a partir do *status* de livre, também é importante observar que a categoria branco, no século XIX, é perpassada por

---

<sup>4</sup> Uma das limitações dos recenseamentos é que eles não consideram a população que vivia nos quilombos espalhados pela Província do Maranhão. Outro fato relevante é a subnotificação dos registros de escravizados, muitos senhores omitiam o número de cativos como uma forma de evitar taxações sobre suas propriedades. A partir de 1831, a subcontagem também visava omitir o contrabando de africanos (CARVALHO, 2018, p.156).

elementos que modulam a importância da cor da pele, podendo ser influenciada pela posição social e econômica de uma pessoa, nesse sentido, a posição financeira poderia influenciar a percepção sobre uma pessoa aproximando-a ou afastando-a de classificações como preto ou branco (NADALIN, 2004, p.56).

A grande parcela de pessoas negras na composição da população maranhense despertava o medo no imaginário dos grandes proprietários maranhenses, principalmente após a Revolução Haitiana (1791-1804). O Haiti foi uma colônia francesa com uma população majoritariamente negra escravizada que conseguiu organizar um motim que matou muitos proprietários de terras e obrigou vários colonos a fugirem. A população negra estabeleceu no Haiti a segunda nação independente das Américas e o primeiro Estado negro. O Haitianismo animou por muito tempo as populações escravizadas e aterrorizou os grandes proprietários. Em 1867, durante a eclosão de uma revolta envolvendo mais de quatrocentos negros aquilombados, em Viana (MA), as autoridades ainda lembravam a revolução que ocorrera no Haiti (REIS, 1996).

Quando reduzimos o recorte da população para a região em que Maria Firmina viveu e escreveu seus textos, outros detalhes podem ser observados: as dinâmicas das cidades eram diferentes; São Luís era a capital da província, concentrava as atividades de comércio e o recolhimento de impostos e servia de moradia para as famílias dos proprietários das fazendas localizadas no interior; já Guimarães era uma vila organizada em torno da produção agrícola.

Tabela 3 – População de São Luís e Guimarães, em 1872

	São Luís			Guimarães		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
LIVRES (total)	11.732	12.846	24.578 (77,8%)	4.637	3.806	8.443 (60,7%)
Branco	5.906	6.002	11.908 (37,7)	1.814	1.209	2.523 (18,1%)
Pardos	4.317	4.554	8.871 (28,1%)	2.350	2.117	4.467 (32,1%)
Pretos	1.365	2.101	3.466 (11,0%)	835	340	1.175 (8,5%)
Caboclos	144	189	333 (1%)	138	140	278 (2,0%)
CATIVOS (total)	3.321	3.705	7.026 (22,2%)	2.619	2.849	5.468 (39,3%)
Pardos	1.095	1.202	2.297 (7,3%)	1.124	458	1.582 (11,5%)
Pretos	2.226	2.503	4.729 (14,9%)	1.495	2.391	3.866 (27,8%)
Total	15.053	16.551	31.604 (100%)	7.256	6.655	13.911 (100%)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis no *Recenseamento geral do Império em 1872* (BRASIL, 1875).

As diferenças entre a população de Guimarães e São Luís expõem outros elementos do cenário em que a escritora viveu e produziu sua obra. Enquanto em Guimarães a população negra (escravizada e livre) representava índice próximo a 80% da população, em São Luís esse índice era próximo a 62%. Em ambos locais, os dados indicam uma população escravizada acima da média observada na província, que não chegava a 21% (Tabela 2). A presença de mulheres era maior em todos os estratos pesquisados em São Luís, enquanto em Guimarães as mulheres só representavam maioria no estrato “pretas escravizadas”. Outro dado importante diz respeito à população alfabetizada e constitui importante item para pensar a circulação de livros e a leitura naquelas cidades no século XIX.

Tabela 4 – População Alfabetizada em Guimarães e São Luís, 1872

	Homens	Mulheres	total
Guimarães	1.126	333	1.469 (10%)
São Luís	6.892	5.091	11.983 (38%)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis no *Recenseamento geral do Império em 1872* (BRASIL, 1875).

Em 1871, Guimarães registrava 10% da população alfabetizada, enquanto 38% da população ludovicense afirmavam saber ler e escrever, o que permitia que esta cidade constituísse um local em que a literatura e a imprensa alcançariam um público consumidor. Na província, o número de analfabetos representava média de 82,3% da população maior de 5 anos de idade<sup>5</sup>. A análise dos números referentes à alfabetização por gênero indica que em Guimarães 15,5% dos homens e 5% das mulheres eram alfabetizados. Em São Luís, 45,8% dos homens e 30,8% das mulheres sabiam ler e escrever. A diferença entre a proporção de mulheres alfabetizadas em relação aos homens confirma que o acesso à alfabetização ocorria de diferentes formas para homens e mulheres em função de seus estratos sociais, dos locais em que viviam, da composição da população e de seu *status* como sujeito livre ou escravizado.

<sup>5</sup> Na Tabela 4 foi considerada a população total informada em cada cidade, incluindo indivíduos livres, escravizados e menores de 5 anos.

Tabela 5 – População escravizada de São Luís e Guimarães (1872-1887)

	São Luís			Guimarães		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Cativos (1872)	3.321	3.705	7.026 (22,2%)	2.619	2.849	5.468 (39,3%)
Cativos (1887)	1.034	1.170	2.204	921	1.036	1.957

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis no *Recenseamento geral do Império* em 1872 (BRASIL, 1875) e no Jornal *Diário do Maranhão* (MATRÍCULA, 1887, p.2).

Às vésperas da emancipação dos escravizados, em 1887, em São Luís foram registrados 2.204 cativos, em Guimarães havia 1.957, esta vila contava com 105 fazendas e todos os integrantes da Câmara Municipal eram proprietários de escravizados (GOMES, 2022, p.253). No período entre os dois registros, a população escravizada foi reduzida em 65% em Guimarães e em 69% em São Luís. Além dos motivos listados anteriormente, tal redução também era influenciada pela atuação de diferentes grupos abolicionistas (FARIA, 2012).

#### 2.4 UMA FAMÍLIA DE MULHERES

As principais informações sobre a família de Maria Firmina dos Reis podem ser identificadas no registro produzido pela escritora em seu *Álbum*. Organizado e editado por Nascimento Morais Filho, no livro *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida* (1975), as memórias repetem a melancolia e a fragilidade presentes em vários poemas da escritora e estabelecem esses sentimentos como uma marca que será explorada em muitos dos seus textos. Morais Filho (1975) registrou que muitas páginas do *Álbum* foram perdidas, mas, mesmo incompleto, as informações presentes nele merecem uma atenção particular. É a partir desse registro que podemos observar o arranjo familiar em que ela viveu. Na infância, ela esteve rodeada por mulheres: a avó, a mãe, a irmã e uma prima formavam o seu círculo mais íntimo.

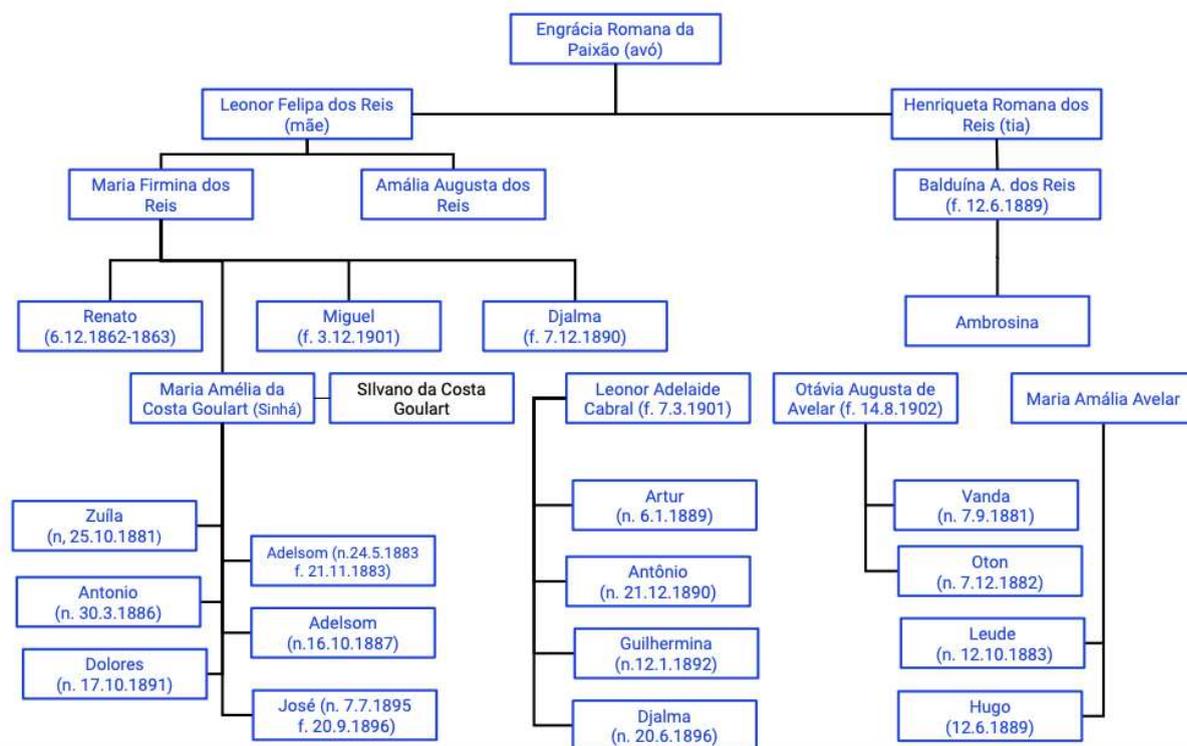
As várias pesquisas sobre a escritora conseguiram identificar os nomes de seus parentes mais próximos. Sua mãe, Leonor Felipa dos Reis, era filha de Engrácia Romana da Paixão, irmã de Henriqueta Romana dos Reis e de Martiniano José dos Reis. Sua irmã era Amália Augusta dos Reis, e a prima se chamava Balduína A. dos Reis. Entre as páginas publicadas, só há a indicação de uma figura masculina que teria feito parte de sua família, Silvano da Costa Goulart, marido de

uma das filhas adotivas da escritora, Maria Amélia da Costa Goulart, que era chamada de Sinhá. Não são citados pais e avôs.

De posse dessas informações, podemos inferir que a família da escritora era liderada por mulheres. Embora Blake (1900) e a Certidão de Óbito, identificada por Nascimento Morais Filho (1975), informem que João Pedro Esteves seria o pai da escritora, em documento de 1847, que pede a correção da sua data de nascimento, não há nenhuma referência ao nome de seu pai (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018), assim como também não há informações de que eles teriam convivido.

Os registros do *Álbum* cobrem um período entre 1853 e 1903. Nas suas páginas são feitas referências a vários moradores de Guimarães. Porém, após 1900, a maioria das informações são listas com nomes de membros da família, filhas, filhos, sobrinhas, netos e netas, suas datas de nascimento ou falecimento e viagens realizadas por eles. A partir desses dados, elaborei o esboço do quadro de pessoas que a escritora apresentou como integrantes de sua família.

#### A Família de Maria Firmina dos Reis



Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir de informações disponíveis em *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida* (MORAIS FILHO, 1975).

Não há registro de que Maria Firmina tenha tido filhos biológicos ou algum relacionamento conjugal, os filhos indicados acima foram adotados. Entre os netos há algumas ausências como D. Argentina e D. Nazinha Goulart, seus nomes não aparecem nos fragmentos que chegaram ao conhecimento público apesar de terem convivido com ela. Estas ausências confirmam o relato de que muitas informações presentes no *Álbum* foram perdidas.

Além do círculo familiar mais íntimo, a escritora também registrou o nome de pessoas com quem conviveu, e em muitos casos o registro cita apenas a data da morte dessas pessoas. A referência às pessoas muda de acordo com a relação de parentesco estabelecida. Irmãs e filhos têm registradas as datas de falecimento, e seus nomes são escritos algumas vezes junto aos sobrenomes. Os netos são apresentados apenas com o primeiro nome e as datas de nascimento.

Durante as entrevistas que Moraes Filho realizou, Nazinha Goulart informou que Maria Firmina havia tido uma tia, chamada Henriqueta, que teria desfrutado de boas condições econômicas e até possuiria escravizados. Entretanto, a pesquisa de Agenor Gomes (2022) identificou que a mãe da escritora, Leonor Felipa, havia tido escravizados. Martiniano José dos Reis comprou Lauriana para que ela ajudasse Leonor. Alforriada em 1863, Lauriana teve filhos e netos libertados entre as décadas de 1850 e 1860. A contrariedade de Maria Firmina com a escravidão é destacada quando Gomes (2022, p.137) identifica o documento de batismo de duas netas de Lauriana. Durante o batizado, a escritora se passou pela mãe e concedeu a liberdade durante o batismo de Maria Amélia Avelar (em 1856) e Otávia Augusta de Avelar (em 1858).

Ao registrar que a mãe da escritora possuía escravizados, é importante destacar que as relações entre pessoas negras escravizadas e livres ocorria de forma diferente da relação entre brancos e negros escravizados. De modo que a família de Lauriana continuou a conviver na mesma casa onde a escritora viveu, os filhos e netos dela formavam um grupo de crianças que foram tratadas como filhos adotivos de Maria Firmina que havia feito, segundo as fontes, entre dez (MORAIS FILHO, 1975) e quinze (GOMES, 2022) adoções.

Outro ponto importante do *Álbum* diz respeito ao trânsito de amigos e parentes entre Guimarães e São Luís e entre Guimarães e Belém. Entre o último quarto do século XIX e a primeira década do século XX, foram identificadas 19

referências a viagens e, em alguns casos, foram registrados o horário de saída de Guimarães e a chegada em São Luís.

A pesquisa de Nascimento Moraes Filho (1975) indica a existência de um grau de parentesco entre Maria Firmina dos Reis e Francisco Sotero dos Reis<sup>6</sup>, intelectual maranhense. No entanto, a única fonte que confirma esta informação é o testemunho de uma informante, que afirmou que o pai de Sotero dos Reis, Baltazar José dos Reis, fazendeiro que morou em Guimarães, possuía algum grau de parentesco com a família da escritora. Agenor Gomes (2022) afirma que a avó e a mãe da escritora teriam sido escravizadas por Baltazar José dos Reis, talvez por esse motivo Leonor Felipa e seus filhos tenham incorporado o sobrenome do antigo senhor, um evento comum em famílias escravizadas.

Apesar de não ser possível afirmar o parentesco entre a escritora e Sotero dos Reis, eles tiveram alguns contatos. O primeiro encontro registrado entre eles ocorreu quando Sotero questionou a ausência da data de nascimento nos documentos apresentados pela escritora para participar do concurso para o cargo de professora de primeiras letras (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p.159). Em 1847, Francisco Sotero dos Reis era inspetor da Instrução Pública e também ocupou o cargo de inspetor de ensino nos anos de 1838, 1848, 1849, 1850, 1858 e 1863. Como uma das atribuições do cargo (SANTOS, 2016, p.64), é possível que ele tenha realizado visitas às turmas da professora em diferentes momentos.

## 2.5 MULHERES NO SÉCULO XIX

Maria Firmina viveu em um período em que, apesar das interdições, as mulheres ocupavam algumas posições de poder. Marize Helena de Campos (2010), em seu trabalho de doutoramento, apresenta um registro de mulheres de origem portuguesa que participaram do processo de colonização das terras maranhenses

---

<sup>6</sup> Francisco Sotero dos Reis nasceu em 1800, foi professor de latim, dirigiu diversos jornais como *O Maranhense* (1825), *O Constitucional* (1834), *O Investigador* (1838), *Revista Maranhense* (1839), *O Observador* (1854) e *Publicador Maranhense* (1856). Sua atividade como jornalista não pode ser separada de sua atuação política no Partido Conservador: ocupou o cargo de Deputado Provincial e foi o primeiro diretor do Liceu Maranhense. A partir de suas atividades de professor, escreveu *Postilas de gramática geral, aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* (1862) e *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1868). É considerado um dos principais representantes do Grupo Maranhense, grupo de intelectuais que representa a primeira geração da literatura maranhense. Antonio Candido registra que seu destaque se deve a ter dado “à sua pátria o primeiro livro coerente e pensado de história literária, fundindo e superando o espírito de florilégio, de biógrafo e de retórica, pela adoção dos métodos de Villemain” (CANDIDO, 2000b, p.316).

no período de 1755 e 1822. Essas mulheres atuaram na instalação de lavouras e criação de gado, possuíam escravizados, joias e imóveis. Na maioria das vezes eram viúvas que, após a morte dos maridos, passaram a administrar suas propriedades. O objetivo de Campos (2010) é apresentar como essas mulheres participaram da economia do Maranhão. Ela contestou uma longa lista de referências da historiografia brasileira que identificava as mulheres brancas como indolentes e extremamente submissas às ordens patriarcais, apresentando muitos exemplos de mulheres que eram chefes de família e administravam suas posses<sup>7</sup>.

No trabalho de Campos (2010), as mulheres negras não fazem parte desse grupo de proprietárias. Elas são citadas como parte da herança, são as escravizadas deixadas pelas “senhoras donas” para seus familiares. No entanto, a inserção de mulheres negras livres ou libertas ocorria em diferentes postos de trabalho do século XIX. Mucamas, amas de leite, carregadoras de água, lavadeiras, costureiras, vendedoras de frutas, verduras e doces eram algumas das muitas atividades desempenhadas por elas (MIRANDA, K., 2019). Acumular dinheiro para se sustentar e para comprar sua liberdade e de outros cativos era o que movia o trabalho de muitas dessas mulheres. Nesse cenário, era comum as mulheres negras serem chefes de família.

Ao longo do século XIX, mulheres negras livres e libertas desempenharam atividades que lhes permitiram acumular bens. Um exemplo é Catarina Rosa Pereira de Jesus, conhecida por Catarina Mina, escravizada que conseguiu conquistar sua liberdade com o trabalho no comércio de São Luís. Não se sabe quando ela chegou ao Maranhão, mas por volta de 1870 ou 1880 ela havia conquistado sua liberdade e costumava circular pelas ruas trajando roupas e joias luxuosas, características que a distinguiam de mulheres brancas e negras. Nascida em 1859, Adelina, a charuteira, é outro exemplo de mulher negra que se destaca na sociedade maranhense do século XIX. Filha de uma escravizada com um senhor de escravos, Adelina colaborou na luta pelo fim da escravidão, esteve envolvida com a associação

---

<sup>7</sup> Campos (2010) critica os seguintes autores por apresentarem uma visão da mulher branca como ociosas e indolentes: Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800* (1907); Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1920); Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936); Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936). Em oposição aos trabalhos destes pesquisadores, ela analisa vasto acervo documental para afirmar que as mulheres desempenharam uma ampla gama de atividades, no interior dos lares e em atividades como a agricultura, a pecuária, a mineração, o ensino, a costura, dentre outras.

denominada Clube dos Mortos, um grupo abolicionista que promovia a libertação e dava apoio à fuga de escravizados (ABRANCHES, 1992, p.156).

O acesso à educação ocorria de forma diferente para homens e mulheres, mas, a partir de 1824, com o estabelecimento do ensino público gratuito para meninos e meninas, teve início a criação de turmas para ensino, logo a atividade de professoras públicas surgiu como um trabalho que oferecia a possibilidade de independência financeira para as mulheres, pois não era aceito que professores educassem meninas, cabendo a tarefa às professoras. Cabe lembrar que, em locais como o Maranhão da primeira metade do século XIX, a instalação de turmas para meninas se alfabetizarem ocorreu em um ritmo mais lento em relação à educação dos meninos, além de os registros das alunas em sala de aula serem menores.

## 2.6 A FORMAÇÃO E O TRABALHO COMO PROFESSORA

As informações sobre os estudos de Maria Firmina foram registradas por ela em seu *Álbum* (MORAIS FILHO, 1975). No mês de junho de 1863, ela escreveu: “uma espécie de educação freirática, veio a dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa da avó materna, eu só conhecia o céu, as estrelas e as flores, que minha avó cultivava com esmero”. Esta “educação freirática” é registrada em seu diário em uma parte em que ela esboça um relato autobiográfico. Nada mais é informado sobre como foram realizados seus estudos. Possivelmente, ela foi uma das muitas autodidatas que conseguiram desenvolver suas habilidades de leitura e escrita a partir de limitadas possibilidades. A casa em que passou sua infância era rodeada por mulheres, são as únicas companhias que ela menciona. Ainda sobre sua educação, algumas pesquisadoras indicam que ela falava outras línguas e até teria traduzido alguns textos, mas a única fonte que induz essa possibilidade é o poema “A Constância” publicado no jornal *A Verdadeira Marmota*, em 9 de setembro de 1861. Abaixo do título do poema, entre parênteses, aparece a palavra tradução, mas não há nenhuma referência à possível autoria ou à língua em que fora escrito.

No século XIX, as mulheres recebiam uma educação interessada em moldar seu caráter e não para desenvolver habilidades intelectuais. Entre 1828 e 1830, Elizabeth Abrantes (2014) identificou publicações com pedidos de jornalistas como José Cândido (o Farol) para que às mulheres fosse fornecida uma educação que lhes ensinasse mais que ler e escrever, de forma que pudessem ser interlocutoras

dos maridos que haviam recebido uma formação política e literária, em alguns casos, durante temporadas de estudo na Europa. A educação que esses homens estão interessados é uma educação para mulheres brancas. Enquanto a Constituição Imperial de 25 de março de 1824 determinava o oferecimento da instrução primária de forma gratuita a todos os cidadãos (art. 179, inciso XXXII), a legislação das províncias indicava quem seriam os cidadãos autorizados a participar destas aulas (BARROS, 2016).

No Maranhão, o Regulamento da Instrução Pública da Província do Maranhão (MARANHÃO, 1856), de 2 de fevereiro de 1855, proibia aos escravizados o acesso às aulas públicas (Art. 41, § 4º). Essa interdição foi excluída apenas em 17 de julho de 1874 (MARANHÃO, 1974). Este novo Regulamento indicava a obrigatoriedade do ensino para meninos maiores de sete anos e instituíva multa para pais, tutores, curadores e protetores que não enviassem os filhos para a escola (Art. 8º). Como a Lei do Ventre Livre havia sido aprovada em 1871, este regulamento e os termos utilizados referentes aos responsáveis pelas crianças podem ser um indicativo de uma adaptação para a recepção dos alunos nascidos após a promulgação da Lei (BRASIL, 1871), que instituiu o acesso à educação como um direito dos nascidos do ventre livre (Art. 2º). Mesmo com a interdição legal do acesso dos escravizados às aulas, Mariléia dos Santos Cruz (2011) identificou nos mapas que registravam a frequência dos alunos nas escolas de primeiras letras indícios que sugerem a presença de alunas e alunos negros que, se não eram escravizados, eram descendentes de africanos. Apesar de não registrarem a “cor” dos alunos, a pesquisadora afirma que os sobrenomes referentes às localidades como Pindaré, Bacanga e Mearim e a ausência de sobrenomes nos registros dos alunos indicam a descendência africana (CRUZ, 2011, p.942).

Na segunda metade do século XIX, o acesso à educação foi ampliado, e aulas de piano, dança e línguas estrangeiras passaram a ser oferecidas às mulheres das camadas sociais mais elevadas de São Luís (ABRANTES, 2014). Em 1867, por exemplo, é registrado que, na província do Maranhão, havia 100 aulas públicas, 40 delas dedicadas ao ensino de meninas, frequentadas por 870 alunas. Cruz (2009) identificou a presença de alunas escravizadas em escolas particulares da cidade de Caxias e no Asilo de Santa Tereza, casa dedicada ao acolhimento de meninas órfãs na cidade de São Luís.

Se não sabemos como foi o acesso de Maria Firmina à educação, temos importantes registros sobre como foi constituído o projeto de educação no Brasil após o início do Império. Em 1827, foi publicado o Decreto Imperial que pretendia ampliar o acesso à educação formal. Esta lei estabelecia a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas (DECRETO-LEI IMPERIAL de 15 de outubro de 1827).

Enquanto as mestras deveriam ensinar a ler, escrever, as quatro operações matemáticas (limitada aos números inteiros) e prendas sobre economia doméstica (Art. 12). O conteúdo do ensino que deveria ser oferecido aos meninos compunha um rol bem maior de conhecimentos. Além da leitura, escrita e das quatro operações, as aulas para meninos deveriam contemplar o ensino da aritmética de números fracionários, proporção, geometria, gramática, moral cristã, doutrina católica, leituras da Constituição do Império e da História do Brasil (Art. 6). Um elemento a ser destacado no Decreto (Art. 13) era que os ordenados e as gratificações de mestras e mestres deveriam ser iguais. Entretanto, em 1831, novo decreto (Decreto de 27 de agosto de 1831) estabeleceu que o ordenado dos professores deveria ser estabelecido em função das disciplinas para as quais eles possuísem habilitação. Como não havia escolas para a formação das mulheres, pode-se supor que havia a possibilidade de as professoras ganharem salários menores.

Um fato relevante sobre o acesso aos cargos é o estabelecimento de concursos públicos para a contratação de professores e professoras. Por esta via, Maria Firmina foi aprovada entre três candidatas que concorreram à vaga para professora de primeiras letras da vila de São José de Guimarães, em 1847.

Tendo sido examinada no dia 11 do corrente no Palácio do Governo as opositoras à cadeira de 1as. Letras do sexo feminino da Vila de Guimarães, D. Úrsula da Graça de Araújo, D. Mariana [sic] Firmina dos Reis, e D. Antônia Bárbara Nunes Barreto, unicamente a segunda foi aprovada, por ter sido julgada competentemente habilitada. (O PROGRESSO, 13 de agosto de 1847, *apud* MORAIS FILHO, 1975)

Antes dela, Francisca Teodora de Mello havia sido contratada para o cargo, em 1846 (PUBLICADOR MARANHENSE, 1848, p.5). Ela pediu demissão em 1847 (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847, p.2), o que criou a vaga a ser ocupada pela escritora. Os registros sobre o número de alunas que ela ensinava por ano podem ser identificados no *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão*, de

1860. Naquele ano, é informado que ela contava com 14 alunas; nas edições de 1862 e 1864, o número permanece o mesmo; a edição do almanaque de 1866 informa 11 alunas matriculadas.

O *Jornal da Tarde*, *Publicador Maranhense* e *Pacotilha* oferecem importantes registros sobre suas atividades como professora. O aspecto burocrático das sessões em que as informações eram publicadas trazem elementos que indicam a rotina extraclasse da funcionária pública.

Em algumas vezes foi solicitado que a professora repassasse informações ao Inspetor do Tesouro (PUBLICADOR MARANHENSE, 1865, p.1) ou ao Inspetor da Instrução Pública (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866b, p.1). Os jornais também registraram sua participação em uma exposição agrícola (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866a, p.1). Outra informação publicada sobre a funcionária diz respeito à gratificação concedida após 25 anos de trabalho como professora (PUBLICADOR MARANHENSE, 1877, p.1). Os exemplos citados não incluem todas as referências já catalogadas sobre a atuação profissional de Maria Firmina, e a apresentação deles serve para informar como a burocracia do governo provincial tornava pública as atividades dos seus funcionários e como, a partir desses registros, podemos ter acesso a informações mais consistentes sobre a vida da escritora.

Dentre os diversos registros profissionais, um tipo se destaca: os pedidos de afastamento para tratamento de saúde solicitados durante os 34 anos de trabalho. Carla S. Santos (2016) identificou os documentos que registraram os três primeiros pedidos de afastamento de Maria Firmina a partir dos Livros da Assembleia Provincial do Maranhão de 1853, 1854 e 1856. Novos pedidos de afastamento ocorreram em 1859, 1863, 1866, 1870 e 1871. Durante todos estes períodos de licença, os pagamentos dos ordenados da professora foram mantidos. Carla Santos (2016, p.70) destaca que o pedido de licença para tratamentos de saúde era uma prática comum entre os professores. Para discipliná-la, na década de 1870, os pedidos passaram a ser avaliados por uma junta médica. Em maio de 1881, foi concedida sua última licença, mas neste caso não foi autorizado o pagamento dos vencimentos da professora (PACOTILHA, 1881, p.3). Durante este afastamento, Amélia Augusta dos Reis, irmã da escritora, foi nomeada para reger a cadeira pública de primeiras letras de Guimarães (PUBLICADOR MARANHENSE, 1881b, p.1).

O levantamento já realizado indica que, somando as licenças publicadas nos jornais *Publicador Maranhense*, *O Paiz* e *Pacotilha*, às identificadas por Santos (2016), foram concedidas dez licenças para a realização de tratamentos de saúde, é possível que durante as licenças ela seguisse para a cidade de São Luís. Estas viagens também poderiam ocorrer em outros períodos do ano, por exemplo durante os recessos do ano letivo. Além disso, ela podia manter comunicação com pessoas em São Luís por meio de cartas.

Um serviço postal regular entre Guimarães e São Luís foi citado na página 39 do *Almanak do Maranhão*, de 1858, editado por Bellarmino de Mattos; afirmava-se que a comunicação por cartas entre esses locais ocorria por intermédio da cidade de Alcântara. Todos os dias havia envio de cartas entre São Luís e Alcântara. Nos dias 1º e 15 de cada mês, as cartas seguiam de Alcântara para Guimarães. No *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*, de 1869, organizado por João Candido de Moraes Rego, aparece a informação de que o serviço postal enviava as cartas da capital para Guimarães no dia 30 de cada mês pelo vapor ou por barcos que para lá seguissem em dias indeterminados. Juntos às cartas, os vapores podiam levar os livros e jornais com os quais Maria Firmina estabelecia contato com ideias que circulavam em São Luís, nas outras províncias, nas Américas e na Europa.

Após decisão de uma junta médica, ela foi considerada impossibilitada para continuar as atividades como professora (PUBLICADOR MARANHENSE, 1881a, p.1). Em 28 de junho de 1881, foi publicada a concessão da aposentadoria pelo Governo da província (PUBLICADOR MARANHENSE, 1881c, p.1). Com 34 anos de trabalho, ela se aposentou. Apesar disso, em 1880, a professora havia fundado uma aula mista, na região de Maçaricó, a 12 km da sede do município de Guimarães. Segundo Sacramento Blake (1900), a aula teria funcionado por dois anos e meio e por motivos financeiros a escola teria fechado. Segundo testemunhos coletados por Moraes Filho (1975), as atividades da escola teriam sido retomadas por volta de 1890. Como esta atividade não era vinculada ao governo provincial, não foram identificadas informações como as recolhidas por Santos (2016) nos documentos oficiais do governo provincial, também não foram identificadas notícias sobre estas aulas nos jornais da época. De forma breve, o *Dicionário Bibliográfico* de Sacramento Blake (1900) menciona a composição mista da turma, e Moraes Filho

(1975) buscou, durante sua pesquisa, conversar com antigos alunos da escritora que confirmaram a existência da turma e sua composição mista.

Embora a criação de uma turma mista seja citada por Moraes Filhos (1975) como um ato de ousadia da professora, desde 1877 (SANTOS, 2016, p.64-65) havia parecer da Instrução Pública que permitia a criação de turmas mistas na província do Maranhão. Desde que os meninos não tivessem mais que 9 anos de idade, eles poderiam frequentar as aulas juntos com as meninas. Apesar da permissão para a realização de aulas mistas, respeitando as condições específicas, Maria Firmina é considerada a primeira pessoa a realizá-las no Maranhão.

Sobre os locais das aulas, era comum que professores e professoras as realizassem onde moravam ou em locais alugados para esta finalidade. Nesses casos, os mestres recebiam uma quantia a fim de pagarem o aluguel das salas e adquirirem o mobiliário necessário (MARQUES, 1970). Ao ser entrevistada por Moraes Filho (1975), Nhazinha Goulart confirmou que as aulas públicas teriam ocorrido na casa em que a família morava: “a residência da mestra e a escola era uma coisa só” (MORAIS FILHO, 1975, s.p.), porém as aulas de Maçaricó ocorriam em um barracão que pertencia a um dono de engenho da região.

## 2.7 UMA ELITE LETRADA

Durante as décadas de 1820 e 1830, quando ocorreram a Independência, o Primeiro Reinado, o Período Regencial e a ascensão de D. Pedro II ao trono, a cidade São Luís começou a experimentar uma fase de crescimento e contou com a criação de instituições de cultura que imitavam modelos europeus. Segundo Borralho (2009, p.62), em 1822, “o Maranhão forneceu mais tributos que o resto do Império”, principalmente com os impostos recolhidos da agricultura.

O crescimento econômico, relatado nas páginas anteriores, colaborou para a formação de uma elite intelectual que, em torno do trabalho literário, construiu um discurso que representou por muitos anos a cidade de São Luís como um polo cultural e como a síntese da província do Maranhão (BORRALHO, 2009). Em função das relações políticas e econômicas existentes entre São Luís e Portugal, alguns jovens foram enviados para realizarem seus estudos naquele país, sobretudo na Universidade de Coimbra, como Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) e Manuel

Odorico Mendes (1799-1864), escritores centrais na historiografia literária maranhense.

Na Historiografia Literária Maranhense, o período entre 1832 e 1868 passou a ser destacado pelo surgimento do *Grupo Maranhense* quando, segundo pesquisadores como Antonio Lobo (1870-1916), a literatura maranhense teria surgido. Antonio Henriques Leal atuou para a construção de uma historiografia que indicava aqueles que teriam sido a base da intelectualidade maranhense, e seu empenho resultou no *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos* (1873-1875). A coletânea, em quatro volumes, destacou a centralidade da obra de Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes, Sotero dos Reis e Gomes de Sousa como os maiores intelectuais nascidos no Maranhão e principais representantes do Grupo Maranhense. Em 1915, José Veríssimo fez referências ao grupo, associando-o à primeira fase do Romantismo. Nesse período, era intenso o trabalho de associação de São Luís ao título de Atenas brasileira, o motivo seria o reconhecimento da existência de expressivos literatos nascidos na cidade, no século XIX<sup>8</sup>.

A cidade de São Luís já se ufanava pelo reconhecimento literário alcançado pelos seus escritores quando Maria Firmina dos Reis publicou seu primeiro livro, *Úrsula* (em 1859), e seu primeiro poema em um jornal: “poesia oferecida à minha extremosa amiga a Exma. Sra. D. Theresa de Jesus Cabral por ocasião da sentidíssima morte de seu inocente filho Leocádio Ferreira de Sousa” (REIS, 1860, p.3). Gonçalves Dias já desfrutava de reconhecimento nacional desde a publicação dos seus *Primeiros Cantos*, em 1846; Odorico Mendes já havia publicado suas traduções de Voltaire, *Mélope* (1831) e *Tancredo* (1839), e de Virgílio, *Eneida Brasileira* (1854) e *Virgílio Brasileiro* (1858); João Francisco Lisboa (1812-1863) já tinha publicado os folhetins *A Festa de Nossa Senhora dos Remédios* (1851), *Procissão dos Ossos* (1851) e *Theatro São Luís* (1852).

Junto com o aparecimento de expoentes culturais, a cidade viu o surgimento de instituições que indicavam uma tentativa de aproximação da cidade de São Luís

---

<sup>8</sup> Borralho (2009, p.93) identificou a primeira referência à expressão ateniense referindo-se aos moradores da cidade de São Luís, em 1851, quando João Francisco Lisboa denomina parte da sociedade maranhense como “atenienses modernos”. A segunda referência foi identificada no jornal *Correio Mercantil*, edição de 2 de agosto de 1859. O jornal faz referências a escritores do Maranhão como Atenienses e a São Luís como Atenas (BORRALHO, 2009, p.91). Lentamente a expressão começou a ser difundida. Nas décadas seguintes seu uso cresceu a ponto de ganhar centralidade entre os pensadores que refletiram sobre a História e a Literatura do Maranhão, o que será melhor discutido no terceiro capítulo.

com referências culturais cultivadas na Europa. A construção do Teatro União em 1816 marca o início desse movimento; as tipografias começaram a ser instaladas a partir de 1821, quando ocorre a publicação do primeiro jornal, *O Conciliador do Maranhão*; a instalação da primeira Biblioteca Pública ocorreu em 1829; o Liceu Maranhense e O Seminário Episcopal foram fundados em 1838; o Gabinete Português de Leitura surgiu em 1852. Além disso, a Companhia Rio Anil, responsável pela distribuição de água na cidade, foi fundada em 1850, e a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão começou suas atividades em 1862.

Além da formação de instituições e da criação de vários jornais, pode-se identificar a circulação de livros que indicam o tráfego de ideias entre São Luís e a corte, no Rio de Janeiro, e também com a Europa e os Estados Unidos. Livros, em sua maioria de escritores portugueses, franceses e ingleses, circulavam entre a população letrada. Para analisarmos a circulação de livros em São Luís durante o século XIX, é importante destacar que a tese de doutorado de Antonia Pereira Souza, intitulada *A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentistas* (2017), apresenta um amplo registro sobre os folhetins que foram publicados e como ocorria a divulgação e a venda de livros na província do Maranhão. Souza (2017) analisou 120 periódicos publicados na cidade de São Luís entre os anos de 1832 e 1868. Dentre eles, em 39 jornais foram identificados textos literários em prosa - esta classificação é necessária, pois nem todas as publicações que circulavam no rodapé das páginas de jornal eram romances, em alguns casos, eram crônicas ou trechos de romances adaptados para circularem em uma única edição. O folhetim aparece na imprensa maranhense a partir de 1841, no *Jornal Maranhense*, com a publicação de *A noiva brasileira*, de Madame Norton, que circulou entre os dias 9 e 20 de julho de 1841.

O *Publicador Maranhense* foi um dos periódicos que promoveram a circulação regular de folhetins de, por exemplo, Alexandre Dumas (*Branca de Beaulieu*, 1853, e *Os dramas do mar*, 1860), Almeida Garret (*Viagens da minha terra*, 1848), Camilo Castelo Branco (*A filha do Dr. Negro*, 1865, e *Folhetim Científico*, 1868) e Victor Hugo (*Cláudio Gueux*, 1863).

Folhetins escritos por ou atribuídos a mulheres também circularam em São Luís. No *Museu Maranhense*, em 1º de julho 1842, foi publicado *A bolsa azul*, atribuído à escritora francesa Eugénie Foa (1796-1852); no *Jornal de Instrução e Recreio*, entre 15 de fevereiro e 1º de março de 1845, foi publicado *Vaidade e*

*Candura*, atribuído a Clémence Lalire (1816-1852); em *O Arquivo: Jornal Científico e Literário* foram publicados *A salvação de uma mãe ou a última hora de Fort-Royal*, de Hermance Lesguilon (1800-1882), e *Um episódio da História da Inquisição – Fragmento*, de Victorine Germillan (1810-?)<sup>9</sup>, ambos na edição do dia 30 de setembro de 1846.

Além de publicarem textos literários, os jornais também anunciavam livros que estavam à venda. Entre 1842 e 1868, o *Publicador Maranhense*, divulgou livros de Paul de Kock, Jean de La Fontaine, Eugène Sue, Alexandre Dumas, Paul Féval, Joaquim Manoel de Macedo, Victor Hugo, Camilo Castelo Branco, José de Alencar, Alexandre Herculano e Júlio Diniz. Romances de escritoras também foram anunciados por este jornal, como *A cabana do Pai Tomaz*, de Harriet Beecher Stowe, e *Úrsula*.

Além dos folhetins e da compra das edições, uma forma de acesso aos livros eram as subscrições, modelo de venda em que os interessados manifestavam o desejo em comprar os romances antes de estes irem ao prelo. Esse formato de venda era usado pelas tipografias, tanto para a impressão de textos de autores renomados, como de autores iniciantes. A partir de um pedido de subscrição, publicado na edição de 17 de outubro de 1857, do jornal *A Imprensa*, foi divulgada a primeira resenha sobre o romance *Úrsula* (DIOGO, 2018). Na resenha é informado o título do romance, juntamente com um prospecto que permite inferir que sua escrita estava em estágio muito próximo ao texto que veio à luz em 1859. Além de dar pistas sobre sua autoria: “o romance brasileiro que se vai dar ao prelo, sob a denominação de — ÚRSULA — é todo filho da imaginação da autora, jovem maranhense”; o anúncio também informava onde as/os interessadas/os poderiam procurar pelo livro e seu preço: “Subscreve-se para esta obra na Tipografia do *Progresso*, do *Observador*, do *Diário* e do *Publicador* — preço por exemplar brochura — 2\$000 rs” (PROSPECTO, 1857, p.3). Apesar da divulgação, o primeiro pedido de subscrição não conquistou interessadas/os.

---

<sup>9</sup> Há uma limitação para confirmar a autoria dos folhetins aqui citados, por isso utilizo a expressão “atribuído a” para fazer referência à autora que é informada na edição. Os nomes citados são de escritoras francesas do século XIX. No entanto, ao consultar arquivos que falam sobre Eugénie Foa, Clémence Lalire e Hermance Lesguilon não há títulos que remetam aos folhetins atribuídos a elas nos jornais de São Luís. Victorine Germillan é a única autora cujo título do folhetim faz referência a uma de suas publicações *Mystères de l’Inquisition et autres sociétés secrètes d’Espagne* (1845). A estratégia de publicar partes de um livro modificando os títulos era atividade regular no processo de publicação de textos estrangeiros e pode ser uma das explicações para o que aconteceu com as escritoras citadas.

Em 1860, um novo anúncio de subscrição foi publicado em *A Imprensa* e convidava os leitores a apoiarem a “talentosa maranhense” (ÚRSULA, 1860b, p.4). Nesse ano, começaram a ser publicados anúncios sobre a disponibilidade do livro, que estava à venda na Tipografia do Progresso pelo mesmo valor anunciado em 1857. Até o momento, foram identificados cinquenta anúncios do livro, entre 1860 e 1862, cujo formato indica uma diferença na divulgação do romance de Maria Firmina. Em geral, eram publicadas listas com vários livros à venda, mas, no caso de *Úrsula*, o livro era anunciado isoladamente, embora não se saiba o motivo para uso dessa estratégia de divulgação.

Nascimento Morais Filho (1975) chama atenção para o fato de que, embora datado como impresso em 1859, os anúncios sobre o romance só foram publicados a partir de fevereiro de 1860, sendo que a sua circulação só seria confirmada em agosto do mesmo ano. A partir de suas constatações, ele sugere que o livro teria sido impresso apenas em 1860, e a data na folha de rosto do livro seria resultado de um erro de impressão. Embora tal detalhe não desperte discussão relevante para a análise proposta, destaca-se que as diferenças podem estar relacionadas ao período do ano em que o livro teria sido impresso. A impressão poderia ter ocorrido ao final de 1859 e diversos fatores podem ter orientado sua circulação apenas em 1860, como o planejamento de uma campanha para divulgá-lo. Outra informação que pode ser destacada para confirmar a impressão do livro em 1859 é a reconhecida atuação de Bellarmino de Mattos como tipógrafo, parece uma conclusão apressada imaginar que ele permitisse uma falha desse tipo em um de seus trabalhos.

Nos jornais da época apareciam artigos que indicavam a riqueza que alguns escritores haviam conquistado com o sucesso de suas obras, o que leva a supor que a atividade literária poderia ser encarada como uma forma de conquistar reconhecimento e fortuna. A edição de 11 de julho de 1850 do *Publicador Maranhense* (1850, p.3) comentava que Eugène Sue ganhava 50.000 francos por ano e vivia em um palácio nas proximidades de Paris. Apenas com a alimentação de cavalos e cachorros, era informado que ele gastava o valor que poderia sustentar dez famílias de lavradores. Os 500.000 mil francos, algo próximo a 200 contos de réis, pagos a Victor Hugo pelo direito de publicação de *Os Miseráveis* (1862), foram divulgados nas páginas de *A Coalizão* (1862, p.2).

Ainda discutindo sobre os textos literários que circulavam em São Luís, na década de 1850, é importante emitir alguns comentários sobre o Gabinete Português de Leitura e seu acervo. Fundado em 1852, a instituição foi constituída a partir da formação de uma sociedade, composta por acionistas e subscritores. A partir do pagamento de mensalidades, era garantido o acesso à sala de leitura e o empréstimo de livros do acervo. Jerônimo de Viveiros destaca que no ano de sua abertura, a biblioteca não chegava a 2.000 volumes, dos quais 273 eram emprestados. O acervo atingiu 8.634 volumes em 1863 (VIVEIROS, 1954, p.394).

Ao contrário de suas congêneres localizadas em Recife, Rio de Janeiro e Salvador, ainda em funcionamento, o Gabinete maranhense encerrou suas atividades no final do século XIX. A leitura do seu Estatuto, produzido em 1853, informa que entre os sócios só poderiam ser admitidos “súditos portugueses”, mas qualquer “pessoa que tivesse bom comportamento e boa aparência<sup>10</sup> poderia se subscrever e usufruir da instituição, independente do sexo e da nacionalidade” (CASTRO; CASTELLANOS, 2014, p.146). A informação de que não havia interdição à entrada de mulheres na instituição é confirmada na *Coleção dos Regulamentos e Decisões expedidas pelo Presidente da Província no ano de 1864*, que publicou nova versão do Estatuto do Gabinete. Em seu Artigo 30 lê-se: “podem ser subscritores pessoas de ambos os sexos e de qualquer nacionalidade, contanto que se sujeitem às disposições do regulamento da livraria, na parte que lhe é relativa” (COLEÇÃO, 1865, p.34-35).

Os textos de Maria Firmina fazem referências, às vezes, diretas a outras obras literárias, assunto a ser tratado melhor no próximo capítulo. Tais referências indicam um repertório literário em circulação na cidade de São Luís, os quais poderiam chegar até a vila de Guimarães. Nesse sentido, as referências a *Paul et Virginie* (1788), romance escrito por Bernardin de Saint-Pierre, ou a Gupeva, personagem que Frei José de Santa Rita Durão representou em *Caramuru*, publicado em 1781, são alguns dos exemplos de intertextos construídos pela escritora.

---

<sup>10</sup> Ainda que a exigência de “boa aparência” tenha sido usada desde o início do século XX, em anúncios de emprego, para dizer que determinada vaga de trabalho não estava disponível para pessoas negras (OLIVEIRA; PIMENTA, 2022), considero que no Estatuto do Gabinete, por datar de período anterior à abolição da escravidão, é possível que a expressão dissesse respeito ao *status* legal e expressasse a interdição do acesso aos escravizados.

Apesar da posição marginal da mulher e das dificuldades para que elas ampliassem suas habilidades intelectuais, existia a possibilidade de acesso a livros e de as mulheres serem identificadas como escritoras. No *Catálogo da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura no Maranhão*, de 1867, é possível conhecermos os textos que estavam disponíveis no acervo e identificar a representatividade de determinados autores pela quantidade de volumes existentes. Por exemplo, *O judeu errante*, de Eugène Sue, contava com 27 volumes; o livro *Os Mistérios de Paris* contava com 10 cópias. Havia 27 cópias de *Os Moicanos de Paris* e 15 de *Memórias de um médico*, de Alexandre Dumas. De Alexandre Dumas, Filho havia 6 cópias de *Os três mosqueteiros*, além de 40 volumes de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo.

No acervo do Gabinete Português de Leitura também era possível ter acesso a obras como *A nova Heloísa*, de Jean-Jacques Rousseau; *Atalá, ou Os Amores de Dois Selvagens no Deserto*, de François-René de Chateaubriand; *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre; *O Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão; *Os Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias; e *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães.

Entre os títulos escritos por mulheres foram identificadas mais de 36 autoras, incluindo Maria Firmina dos Reis. Como o catálogo, ao qual nos referimos, foi publicado em 1867, oito anos após a publicação de *Úrsula* e, como citamos, a escrita do mesmo estava bem adiantada em 1857, o presente trabalho se limitou à consulta das edições com data de publicação anterior ou igual ao ano de publicação da primeira resenha sobre *Úrsula*. O destaque a estas obras busca inferir o possível acesso da escritora a estes livros. Após selecionados, foram identificados 24 romances de 16 escritoras - a maioria francesa -, o que dá ideia da influência cultural que esse país exercia sobre o Maranhão.

George Sand era a escritora com mais títulos no acervo (cinco). Com dois exemplares cada apareceram Madame de Staël, Sophie Ristaud Cottin, Sophie Ulliac-Trémadeure e Stéphanie Félicité du Crest de Saint Aubin. Ainda em relação a obras publicadas originalmente em francês, apareceram com um romance Agathe Eulalie Ursule de Sénancourt, Christina de Stainville, Ekaterina Ivanovna Golovkina, Elisa Voiart, Gabrielle Anne de Cisternes de Courtiras, Isabelle de Montolieu e Sophie Pannier. Os textos de escritoras de língua inglesa eram de Ann Radcliffe, Jane Porter, Laetitia Pilkington e Harriet Beecher Stowe. Embora pequena, se considerarmos que o setor de romances, novelas e contos do Gabinete Português

de Leitura contava com 1.209 obras, em 2.117 volumes, a presença de escritoras em seu acervo e em folhetins publicados nos jornais ou nos livros anunciados para venda indicava a atividade literária como um trabalho possível para as mulheres, representando uma autorização para que elas pudessem escrever.

## 2.8 AS MULHERES E A IMPRENSA

Os registros sobre as mulheres no Brasil do século XIX costumam reforçar a ideia da reclusão a que as mulheres brancas eram submetidas pela função de esposa. Isso implicava, entre outras coisas, a restrição de acesso ao ensino, mesmo entre famílias com melhores condições financeiras. As mulheres brancas do século XIX eram representadas por alguns brasileiros e estrangeiros como ociosas, preguiçosas e sem acesso à educação (SILVA, 1995). Essa compreensão sobre a limitada formação intelectual fornecida às mulheres pode ser percebida a partir da observação registrada na edição do jornal *A Verdadeira Marmota*. Ao comentar sobre a publicação do romance *Úrsula*, o articulista destacou:

[...] Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se ao mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula. O aparecimento do romance —ÚRSULA na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como uma homenagem rendida a uma obra de mérito. (A VERDADEIRA MARMOTA, 1861, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s.p.)

A identificação de poucas escritoras no Brasil e nos países europeus, que eram tidos como uma referência do “progresso intelectual” do século XIX, aparece como o resultado das interdições impostas a elas, pois eram preparadas para serem mães. A exclusão de atividades intelectuais era fortalecida pelo contexto de pouca educação literária, habilidade difícil de ser encontrada no cenário brasileiro mesmo entre homens.

Apesar das interdições à atuação de mulheres fora dos limites da casa e das dificuldades para que realizassem trabalhos formais, elas participavam de diversas atividades. A formação intelectual delas representava um limite a ser superado com

a reivindicação ao ensino e com a divulgação de discursos liberais que indicavam a necessidade de formação escolar para as meninas como uma forma de habilitá-las para a atuação como mães e esposas. A ampliação do acesso ao ensino ocorreu juntamente a um período de consolidação da imprensa no Brasil. Durante o Segundo Reinado, na segunda metade do século XIX, os jornais foram um espaço em que as mulheres conseguiram desempenhar atividades relacionadas à crítica social, à produção literária e à atuação política.

Os jornais femininos foram “os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência” (DUARTE, C., 2017, p.98). Dessa forma, a imprensa colaborou de diferentes maneiras para a emancipação feminina, ainda que atingisse apenas as mulheres que tivessem acesso à alfabetização. Os vários jornais dedicados às mulheres durante o século XIX constituíram um importante espaço para a profissionalização delas e oferecem importantes registros sobre suas produções literárias e suas reflexões sobre a emancipação feminina, além de discussões sobre a abolição da escravidão e os embates entre monarquistas e republicanas.

A imprensa brasileira do século XIX contou com a participação de mulheres com diferentes formas de acesso à educação e de diferentes regiões do país atuando na produção de textos, com a criação de periódicos e com a formação de redes de escritoras, que se comunicavam e divulgavam informações entre as províncias (MEYER, 1996). Nísia Floresta (1810-1885) teria sido uma das primeiras colaboradoras da imprensa, ainda na década de 1830, escrevendo para o jornal *O Espelho das Brasileiras*. Embora dedicado às mulheres, o jornal era dirigido por homens. O título de primeiro jornal fundado por uma mulher foi o *Jornal das Senhoras* (1852), criado por Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875).

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. O sufrágio foi o mote de luta do feminismo, como todos sabem, e foi também a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. (MUZART, 2003, p.226)

A participação de Maria Firmina em diversos periódicos ocorreu no momento em que surgiram em São Luís jornais com diferentes objetivos, algumas vezes, eles não passavam da primeira edição e, em sua maioria, tinham uma curta duração. Sua colaboração para esses periódicos se estendeu de 1860 a 1908, e, até o momento, foram identificadas 47 publicações (incluindo folhetins, contos, crônicas, poemas e charadas) em um período de quase 50 anos. O ritmo de publicações era irregular, e os anos que registraram maior número foram: 1861, com 19 publicações; 1865 e 1868, com 4 publicações; 1885 e 1900, com 3 publicações. Dentre os periódicos, *Publicador Maranhense*, *A Verdadeira Marmota*, *O Jardim das Maranhenses*, *Porto Livre*, *Eco da Juventude*, *Semanário Maranhense*, *O País*, *Pacotilha*, *O Porvir* e *O Federalista* publicaram poemas e charadas da escritora. Destes, *O Jardim das Maranhenses*, que circulou entre 1861 e 1862, foi o primeiro e único periódico no século XIX dedicado ao público feminino de São Luís, como era comum em outras publicações dedicadas a esse público, seu editor era um homem. Além de poemas da escritora, neste periódico foi publicada a primeira versão de *Gupeva*, texto em prosa divulgado no formato de folhetim.

Ao analisar as colaborações da escritora para os periódicos maranhenses, Natália Souza (2020) traça uma rede de relações que pode ter influenciado a participação de Maria Firmina na imprensa. Essa rede apresenta como elemento central Bellarmino de Mattos (1830-1870), considerado como um dos mais relevantes tipógrafos maranhenses do século XIX, uma das personalidades biografadas no *Pantheon Maranhense*, de Antonio Henriques Leal. Das prensas da Tipografia Progresso, dirigida por ele, saíram *Úrsula* (1859), *Parnaso Maranhense* (1861) e *O Jardim das Maranhenses* (1861-2). Entre os redatores da tipografia figuravam nomes como Sotero dos Reis, Gentil Homem de Almeida Braga, Joaquim Serra e Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade. A comissão organizadora do *Parnaso Maranhense* foi composta por Gentil Homem de Almeida Braga, Antonio Marques Rodrigues, Raymundo de Brito Gomes de Sousa, Luiz Antonio Vieira da Silva, Joaquim Serra e Joaquim da Costa Barradas, e alguns destes personagens foram homenageados por Maria Firmina em seu livro *Cantos à beira-mar*.

Perceber a relação, mesmo que indireta, entre a escritora e pessoas reconhecidas como importantes representantes da intelectualidade maranhense do século XIX indica como a atividade literária extrapola o ato de escrever e retoma a discussão de Bourdieu (1996) sobre as relações entre grupos de escritores. Para o

sociólogo, o campo literário deve constituir-se “como mundo à parte” (BOURDIEU, 1996, p.64) do mundo social. No entanto, ele está relacionado a diversos setores da sociedade, reproduzindo, construindo ou reconhecendo valores, modos de vida e práticas sociais divulgados a partir de enunciações narrativas, as quais “visam fazer ver e fazer crer, fazer ver o mundo social de acordo com as crenças de um grupo social que tem um monopólio de produção de discurso sobre o mundo social” (BOURDIEU, 1996, p.73).

Um exemplo de crítica ao monopólio que parece ter-se consolidado em São Luís foi apresentado por Frederico José Correa (1817-1881). Em 1878, foi publicado *Um livro de crítica*, em que Correa apresenta possíveis incoerências na seleção dos biografados pelo *Pantheon Maranhense* e afirma que os principais motivos para a louvação dos nomes que figuravam no livro de Antonio Henriques Leal estavam relacionados à amizade entre o autor e os homenageados em detrimento da representatividade destes. Para Correa (2015), fazer parte do grupo de amigos garantia a distinção necessária para ser consagrado. A exclusão de outros escritores representaria uma tentativa de apagamento de personalidades que não comungavam do mesmo projeto político dos selecionados por Leal. A crítica de Frederico José Correa expõe como o processo de consagração ocorre a partir da mobilização de diferentes fatores, dentre eles, a construção de laços de amizade, relações de parentesco e a ocupação de cargos políticos. Antes de se tornar crítico ao círculo de amigos de Antonio Henrique Leal, Correa havia tentado aproximar-se deles e obteve certo êxito ao publicar três poemas no *Parnaso Maranhense*, porém, assim como ocorreu com Maria Firmina, isso não foi suficiente para conquistar a distinção entre os literatos do século XIX.

O período entre os anos de 1859 e 1861 representou o momento de maior publicidade de textos da maranhense. *Úrsula*, *Gupeva*, dois poemas publicados no *Parnaso Maranhense* e outros doze divulgados em diferentes jornais permitem supor que a escritora exercia sua função havia algum tempo, como indica o poema dedicado a Tereza de Jesus Cabral, presente no *Álbum*, com data de 1856. No período de três anos, ela contou com um cenário favorável para a divulgação de seus textos. Tal espaço de publicação foi reduzindo com o passar dos anos. Em 1871, ela publicou *Cantos à beira-mar* que foi impresso na Tipografia do País e apresenta alguns poemas publicados na década anterior, acrescidos de outros inéditos. A Tipografia do País era de propriedade de Temístocles da Silva Maciel

Aranha, pai do escritor Graça Aranha (1868-1931) e editor de *O País*, periódico em que a escritora publicou alguns poemas.

Esta proximidade com a família do escritor Graça Aranha parece aumentar quando lembramos que Temístocles Aranha foi um conhecido abolicionista e chegou a dirigir a Sociedade Abolicionista Maranhense. Ademais, Graça Aranha e Celso Magalhães, de quem ainda falaremos, exerceram o cargo de promotor público em Guimarães. Além deles, Adriano Manoel Soares, Gentil Homem de Almeida Braga e José Mariano da Costa, homenageados em *Cantos à beira-mar*, trabalharam como juízes naquela cidade.

Além de poemas oferecidos a amigos, a escritora também homenageou importantes expoentes da sociedade maranhense. No entanto, as homenagens não despertaram a atenção dos críticos maranhenses mais destacados. Apesar de ter vivido e publicado durante os três primeiros ciclos da literatura Maranhense de que trata Carvalho (2021), seu trabalho não encontrou o reconhecimento que outros escritores desfrutaram. Mesmo estando posicionada próxima a escritores consagrados do século XIX, os quais produziram livros sobre literatos maranhenses, seu nome não aparece nessas produções. Em defesa à ausência dela em algumas obras, destaca-se que Sotero dos Reis faleceu antes de concluir seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1868) e que uma das características do *Pantheon Maranhense* era a atuação política dos biografados e o fato deles já terem falecido quando o livro foi publicado. O último volume saiu em 1875 e a escritora não atendia a estas exigências.

Segundo Borralho (2009), a Atenas brasileira era um projeto de embranquecimento de uma elite que precisava se singularizar diante de uma sociedade majoritariamente negra a qual, após a conquista da liberdade, desfrutava do mesmo *status* legal que a parcela branca da população (JESUS, 2015). Deste modo, identifica-se um elemento que corrobora para que Maria Firmina seja esquecida pelos críticos, combina-se a ele o fato de ser mulher. Ela poderia publicar, mas ser reconhecida em espaços dominados por homens demandava mais que habilidades literárias. A primeira menção a ela só aconteceu em 1912 quando Antonio dos Reis Carvalho cita o nome das mulheres que se destacaram entre os intelectuais de São Luís.

São as poetisas MARIA FIRMINA DOS REIS (1825-...), no primeiro ciclo; MARIA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA AZEDO MATTOS (1855-...), no

segundo, autora da coletânea Amor e desventura; LEONETE DE OLIVEIRA, no terceiro, autora dos Flocos. A estes três nomes juntam-se os de algumas outras que não deixaram livros ou não nos publicaram ainda, como Jesuína Augusta Serra (1º ciclo), Mariana Luz (2º ciclo) e Laura Rosa (3º ciclo). (CARVALHO, 2021, p.52-3)

Apesar da mínima atenção que Carvalho dedicou às escritoras, esta é a primeira referência em que elas são reconhecidas pelo seu envolvimento com a literatura. No caso de Maria Firmina, uma nova menção na crítica literária maranhense só foi identificada na década de 1970.

## 2.9 AS AÇÕES ANTIESCRAVIDÃO

Ao longo do século XIX, a defesa da escravidão foi perdendo espaço por influência da divulgação dos ideais de liberdade do Iluminismo e pela pressão da Inglaterra para sua extinção, além dos reflexos das discussões e rebeliões que ocorriam em todo o país. Os países das Américas já haviam promovido o fim da escravidão, coube ao Brasil ser o último lugar em que a libertação ocorreu. O pensamento antiescravista existiu paralelamente à implantação do cativeiro nas Américas, vide a proibição da escravidão dos povos indígenas, mas as atividades para a proibição do aprisionamento das pessoas de descendência africana, só começou a ser operada a partir de 1830 quando a Inglaterra começou a atuar pelo fim do tráfico de humanos. Na esfera legal, a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, foi o primeiro instrumento para proibir o tráfico humano entre o continente africano e o Brasil. A influência política da aristocracia vinculada à agricultura atuou intensamente para retardar o fim da escravidão. Baseados nos princípios liberais de direito à propriedade, amplos setores da elite econômica reconheciam a posse de humanos e trabalhavam intensamente para manter a economia baseada no trabalho da mão de obra escravizada. As leis do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885) renunciavam o fim do reconhecimento legal do cativeiro, mas também funcionaram como estratégias para mantê-lo até 1888 quando foi assinada a Lei Áurea e oficialmente proclamada a abolição da escravidão.

Enquanto setores da elite econômica trabalhavam para a manutenção do regime, setores da sociedade se organizavam para, a partir de diferentes estratégias, disseminarem os ideais de liberdade que deveriam ser direito de todas as pessoas. As primeiras organizações pró libertação começaram a ser formadas

em São Luís, a partir de 1849 (FARIA, 2012). Em 1867, foi fundada a Irmandade do Glorioso São Benedito, entidade que concedia cartas de alforrias para meninas. Em 1869, ocorreu a fundação da Sociedade Manumissora Vinte e Oito de Julho, entre seus objetivos constava a libertação de escravizados de até 40 anos, preferencialmente mulheres, além disso a Sociedade pretendia organizar uma colônia agrícola para libertos. Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), em função do grande contingente de escravizados que lutaram e devido às promessas de libertação oferecida aos combatentes, intensificou-se a formação de grupos abolicionistas que utilizavam diversas estratégias para reivindicar a liberdade dos escravizados: a compra de cartas de alforria, a promoção de discursos críticos aos escravocratas e a ajuda em fugas eram algumas das ações realizadas.

No Maranhão, formaram-se entidades leigas e irmandades religiosas que promoviam essas ações (SANTOS, 2008). Entre as entidades leigas, foram formadas a Sociedade Manumissora 28 de Julho, o Centro Artístico Abolicionista Maranhense (1881), o Centro Emancipador (1881), os Apóstolos da Liberdade (1882), a Sociedade Abolicionista (1883), a Sociedade Emancipadora Maranhense (1883), o Centro da Amizade Abolicionista (1884), o Clube Libertador Maranhense (1884) e o Clube Abolicionista (1888). Entre as irmandades religiosas havia a Irmandade do Glorioso São Benedito, a Irmandade Bom Jesus da Cana Verde e a Sociedade Beneficente Fim Humanitário. Além de São Luís, no interior da província, foram identificadas sociedades abolicionistas em Barra do Corda, Brejo e Coroatá.

Os ideais defendidos por estas organizações e as diferentes propostas para o fim da escravidão, variavam entre a defesa da indenização dos proprietários de escravos, a proposta para que os periódicos não publicassem anúncios de fuga, compra e venda de cativos e o incentivo às fugas. A divulgação de ideais abolicionistas em jornais de São Luís estimulava a promoção de eventos para angariar fundos para a compra de alforrias (FARIA, 2012). Em sintonia com o crescimento do movimento abolicionista, em novembro de 1887, Maria Firmina publicou o conto “A Escrava”, um manifesto contra a escravidão.

Ainda hoje, setores maranhenses consideram que o fim da escravidão foi o golpe final que a economia maranhense recebeu, a falta de preparação para a transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado teria condenado o Maranhão a uma longa crise econômica. Por outro lado, pesquisadoras como Regina Faria (2012) demonstram que a economia maranhense já enfrentava

seguidos ciclos de crise e prosperidade, ao longo do século XIX. Além disso, não havia uma política de estruturação econômica que possibilitasse a instalação de indústrias inseridas na dinâmica do mercado capitalista. O surto de industrialização vivenciado no Maranhão entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX são um exemplo de como a instalação de um parque têxtil, que visava manufaturar o algodão produzido no estado, era um projeto dissociado do projeto nacional de então, centrado no crescimento econômico do Rio de Janeiro e, posteriormente, de São Paulo.

Enquanto no cenário nacional tivemos figuras como José Ferreira de Menezes (f. 1881), Luiz Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1853-1905) e Machado de Assis (1839-1908), intelectuais negros que de diferentes formas atuaram contra a opressão da população negra, no Maranhão Maria Firmina foi seguida por Astolfo Marques (1876-1918) e por Nascimento Moraes (1882-1958), pai do pesquisador Nascimento Moraes Filho. De origem humilde, esses escritores eram os filhos caçulas de suas famílias. Esta condição favoreceu para que ambos tivessem acesso à educação formal, pois os irmãos mais velhos colaboraram financeiramente para que estes escritores pudessem estudar (JESUS, 2015). Pode-se falar também sobre a família de Astolfo Marques que era chefiada por mulheres (JESUS, 2013), como ocorreu com a escritora. Tendo trabalhado como professores e jornalistas, eles também desempenharam significativo papel na produção literária e nutriam relações com os literatos do início do século XX.

Raul Astolfo Marques foi um dos doze intelectuais que fundaram a Academia Maranhense de Letras, em 1908. Seus textos destacaram o período final da escravidão, como o conto "Ser Treze", de 1905, e as dúvidas em relação à manutenção da abolição após a Promulgação da República, em 1889, como destacado no romance *A Nova Aurora* (1913). Este romance apresenta um registro sobre a revolta que eclodiu em São Luís em 17 de novembro de 1889. Preocupados com boatos sobre a possível volta da escravidão com a instauração da República, vários manifestantes protestaram em defesa da Monarquia e foram violentamente contidos. O registro de Astolfo Marques apresenta uma perspectiva em que a população negra estava atenta aos eventos políticos e aos efeitos destes sobre suas condições de vida. A relação entre segmentos da população liberta em 13 de maio de 1888 e a monarquia era marcada por uma grande deferência, que associava o

ato do governo imperial com uma ação de benevolência e ignorava as pressões políticas que desencadearam a abolição.

Nascimento Moraes também apresentou uma reflexão sobre os efeitos dos mais de trezentos anos de escravidão legalizada no Brasil. Em 1915, ele publicou *Vencidos e Degenerados* que aborda os momentos finais da escravidão e as comemorações após a publicação da Lei Áurea. O romance explora o problema que não é superado com a abolição: as opressões que continuam a ser experimentadas pela população negra e pelos seus descendentes em uma sociedade que se organiza a partir da reprodução de preconceitos raciais. Em 1938, Nascimento Moraes entrou para a Academia Maranhense de Letras, comungando também da vida literária que era forjada naquele ambiente.

A observação das relações travadas por estes escritores são mais um dos muitos exemplos de como, no cenário maranhense, as relações entre política e literatura eram elementos em constante contato. Além da denúncia da dupla moral cristã que defendia a escravidão de seres humanos, o registro literário de eventos como a Revolta do dia 17 de novembro ou o reconhecimento das dificuldades para que os efeitos da escravidão fossem superados são alguns dos elementos mobilizados por intelectuais negros na luta pela liberdade e pela conquista de melhores condições de vida para uma parcela da população que atualmente representa 82% da população maranhense (CUNHA, 2022).

## 2.10 O OCASO

Após aposentar-se, em 1881, as informações identificadas nos jornais sobre Maria Firmina começam a rarear. Os informantes de Moraes Filho (1975), entretanto, relatam que a professora ocupava posição de destaque na cidade durante eventos cívicos, como a comemoração da Independência quando os estudantes paravam em frente à casa da escritora em sinal de deferência. Ela era conhecida como a Mestra Régia, título que não indica uma comenda oficial, mas considera-se que, em Guimarães, a expressão distinguia a escritora, professora aprovada em concurso público, das professoras Francisca Teodora de Mello e Amália Augusta dos Reis, nomeadas pelo governo da província para atuarem nessa cidade. Como ainda não havia cursos para a formação na área do magistério, Moraes Filho (1975) considera

que ser reconhecida como a primeira Mestra Régia é equivalente à primeira mestra concursada e expressa sua diferença em relação às mestras leigas.

Em 1911, um evento confirmou a representatividade da escritora em Guimarães quando, em viagem oficial pela região, o Governador do Estado, Luiz Antônio Domingues da Silva, rendeu visita à escritora (PACOTILHA, 1911, p.1). Nesse período, ela já tinha a saúde debilitada, morava em uma casa de taipa coberta de palha e de chão batido.

Os últimos anos de sua vida foram de recolhimento: ela perdeu a visão e viveu, até os últimos dias, em companhia da mãe do senhor Leude Guimarães, Maria Amália Avelar (MORAIS FILHO, 1975). A morte a encontrou aos 95 anos de idade no dia 11 de novembro de 1917, depois de ter vivido o Império, a escravidão, a Abolição e o início da República. Operando dentro das possibilidades que identificou, ela constituiu uma família, trabalhou como professora, escritora e por meio de seus textos disseminou ideais de liberdade para as mulheres e para a população negra. Até o momento não foram identificados nos jornais obituários que tecessem alguma homenagem à escritora. O silêncio sobre sua passagem prenunciava um período de poucas referências a ela e aos seus textos, e esse período levou ao quase desaparecimento de seus livros. *Úrsula* e *Cantos à beira-mar* ganharam novas edições depois de mais de cem anos de suas primeiras publicações, enquanto os originais, identificados após longos períodos de esquecimento, encontram-se novamente desaparecidos.

Apesar da distinção que deseja atribuir à escritora, Morais Filho (1975) dá uma importante pista sobre as expectativas que existiam em torno das mulheres na década de 1970. Em uma passagem do livro *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma vida*, ele comenta: “Que campo ubérrimo para florescer as flores roxas da morbidez: bastarda!... e pobre!... e mulata!... e de sobejo uma solteirona ou 'moça velha' de amor frustrado”. Os termos utilizados dizem muito sobre a sociedade em que Morais Filho vivia e sobre seu espanto ao conhecer a escritora, mas também refletem a sociedade maranhense do século XIX.

A avaliação sobre Maria Firmina é feita a partir de uma análise contemporânea ao pesquisador, que considera as expectativas dele sobre quais representações mulheres e pessoas negras deveriam reproduzir. Nascimento Morais Filho é traído, possivelmente de forma inconsciente, por essas expectativas e deixa de lado todo o investimento que a escritora dedicou à literatura, à vida pública e à

construção de uma família. Talvez isso ocorra pelo modelo de família construído por Maria Firmina se afastar do modelo patriarcal, pois naquele arranjo as mulheres ocupavam posição central em detrimento dos homens. Se ela tivesse casado, se aproximado das referências que Nascimento Morais Filho parece indicar como apropriadas para as mulheres, possivelmente ela teria que abrir mão de algumas das atividades que realizou. Por não ter contraído matrimônio e pelo trabalho como professora, ela conseguiu ocupar um espaço que lhe permitia dedicar-se ao trabalho intelectual sem depender financeiramente de um marido. A organização familiar que ela registrou em suas memórias, cujas referências são centradas em mulheres, é outro elemento que favorece sua autonomia.

Entender a hierarquização das pessoas a partir do *status* legal de livres, libertos e escravizados na primeira metade do século XIX e a progressiva emergência das distinções de cor, quando a população do Maranhão passa a ser composta majoritariamente de pessoas negras livres, parece fundamental para entender a participação da escritora naquela sociedade. Durante sua juventude, o *status* de pessoa livre implicava em uma posição distinta das mulheres negras escravizadas. É como uma mulher livre que ela estudou, trabalhou, escreveu e publicou seus textos.

Sua renda como professora ainda permitia que ela pudesse colaborar com ações beneficentes. A lista de doadores para a construção do monumento em homenagem ao poeta Gonçalves Dias, que foi divulgada no *Publicador Maranhense* (MONUMENTO, 1865, p.2), registra que Maria Firmina doou 20 mil réis para a obra.

As referências à pobreza, à condição de bastarda e à sua negritude parecem espantar o pesquisador, pois estas características são lidas a partir da perspectiva do machismo e do racismo estrutural brasileiro, consolidado no século XX, o qual generalizou os sujeitos negros e esquece o contexto em que Maria Firmina viveu em Guimarães e em São Luís, recebendo as distinções que eram possíveis para aquela sociedade, como o título de Mestra Régia e as homenagens durante os eventos cívicos em frente à sua casa. Daí vem a importância de pensá-la a partir da perspectiva da liberdade (PINTO, 2014).

O racismo estrutural brasileiro estabeleceu um processo de associação de pessoas negras com a pobreza e faz pensarmos que todas as pessoas negras do período da escravidão seriam pobres, sem formação intelectual e estariam à margem das atividades políticas que influenciavam suas vidas. Em um movimento

semelhante, o machismo leva à reprodução da ideia de que uma mulher que não casou seria uma pessoa que sofreu por um amor frustrado, tal ideia expõe uma percepção que só concebe a mulher a partir de sua atuação como esposa. Mesmo louvando as qualidades da escritora, Morais Filho (1975) se refere a ela como “sobejo”, aquilo que foi deixado de lado, pensa nela como rejeitada por não ter casado.

Embora seja fácil acreditar que não ter casado tenha despertado críticas à escritora, isso não representou um impedimento para a sua atuação; pelo contrário, a autora de *Úrsula*, mulher negra, em uma sociedade escravocrata e patriarcal, sem a ajuda de familiares importantes e sem relações públicas que lhe elevasse a cargos políticos, lutou por melhores condições de vida para si e para as pessoas que sofreram com a escravidão.

Ao longo deste capítulo, busquei apresentar como Maria Firmina estava inserida na sociedade maranhense e na produção intelectual do século XIX, relacionando-a com outros maranhenses que atuaram na formação dessa sociedade. Se a centralidade de São Luís por vezes parece ignorar que ela não morava na capital da província, vale destacar a intensa relação entre as regiões agrícolas do Maranhão e a cidade de São Luís, perceptível no trânsito de escritores maranhenses entre o interior e a capital, bem como ressaltar a proximidade entre as duas cidades. No próximo capítulo, sua obra e os diálogos com diferentes textos literários e projetos políticos serão explorados com maior atenção.

### 3 A OBRA E OS DIÁLOGOS DE MARIA FIRMINA

A primeira publicação conhecida de Maria Firmina dos Reis é o romance *Úrsula* (1859). A partir daí, a escritora iniciou uma longa jornada literária até 1908. As publicações identificadas se concentram em dois momentos: entre 1859 e 1872 e 1885 e 1887, quando o conto “A Escrava” (1887) foi impresso. Devido a essa irregularidade, é possível identificar alguns períodos sem publicações, com o mais longo tendo ocorrido entre 1873 e 1880.

A obra da escritora é composta por textos em prosa e em poesia. Além destas, há dez charadas, publicadas entre 1861 e 1868, e sete composições musicais das quais seis teriam letra e música compostas por ela. Embora não haja documentos que confirmem a autoria das músicas, todas foram registradas por Nascimento Morais Filho (1975) após mais de cinquenta anos da morte de Maria Firmina. Apesar da dificuldade em confirmar a autoria, é interessante observar que a distinção que a escritora conquistou entre os moradores de Guimarães pode ter feito com que eles a associassem à autoria de canções populares nesta cidade.

Dos seus escritos em prosa temos *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861), *Meditação* (1861), *Um artigo das minhas impressões de viagem* (1872), “A Escrava” (1887) e o *Álbum* (1853-1903). Estes textos foram produzidos em diferentes gêneros textuais, respectivamente, um romance, uma novela, duas crônicas, um conto e um diário. O período de publicação destes trabalhos confirma um momento mais produtivo da escritora que arrefece com o passar dos anos.

Seus poemas foram publicados em dois formatos: isolados em jornais e coletâneas e no livro *Cantos à beira-mar* (1871). Do primeiro tipo, até o momento foram identificados trinta e sete poemas lançados entre 1860 e 1908. *Cantos à beira-mar* contém cinquenta e sete poemas, dos quais cinco tiveram uma primeira versão publicada antes de formarem o livro. Nas páginas de memórias da escritora permaneceram inéditos cinco poemas, divulgados em 1975 com a publicação do *Álbum*. Portanto, um total de noventa e quatro poemas foram identificados até o momento, mas possivelmente ela publicou outros, pois há referência sobre um poema (ainda não identificado) de sua autoria no jornal *17 de Dezembro*, na cidade de Belém (PA), em janeiro de 1901.

Outros poemas podem ter sido perdidos junto com publicações que não foram preservadas ou ainda aguardam serem identificadas em algum arquivo. A

pouca atenção que a crítica tem dado à produção poética da escritora parece indicar que seus textos em versos possuem menor expressividade frente a sua produção em prosa, sobretudo pelas perspectivas políticas mobilizadas para analisá-la. Para iniciarmos uma reflexão sobre a obra de Maria Firmina, partiremos da análise da dedicatória do livro *Cantos à beira-mar*.

Se alguma **aceitação** merecem meus pobres cantos, na minha província, ou fora dela; - se um **acolhimento** lisonjeiro lhes dispensar alguém; oh! Minha mãe! Essa situação esse acolhimento será uma oferenda sagrada, - uma rosa desfolhada sobre a tua sepultura!... Sim, minha mãe... que **glória** poderá resultar me das poesias, que não vá refletir sobre as tuas cinzas!?!... (grifo meu, REIS, 2017a, p.25)

A presença desta citação, na dedicatória do livro, orienta para uma perspectiva que parece envolver a obra da escritora. Em razão dessas palavras, considero que o seu trabalho é perpassado por uma intencionalidade que espera aceitação, acolhimento e glória. O tom humilde com que esses desejos são apresentados, sempre resguardados pela afirmação da “fraca inteligência” da escritora, confirma o pressuposto de que a maranhense dominava as regras da produção literária vigentes naquele momento, sobretudo em relação aos modos de escrita que deviam ser respeitados pelas mulheres: a humildade, presente na dedicatória deste livro e no conhecido prefácio de *Úrsula*, expõe o reconhecimento de uma inferioridade socialmente estabelecida em relação aos homens, aos quais era garantido o acesso a posições de reconhecimento intelectual. É como uma intrusa que a escritora e muitas mulheres tentam adentrar esse espaço, daí o pedido antecipado de desculpas largamente usado por escritoras do século XIX.

Os poemas de *Cantos à beira-mar* receberão maior atenção nas próximas páginas. Inicialmente é importante registrar que eles indicam dois elementos importantes da produção da escritora, um deles é a demarcação de um eixo temático no qual a melancolia e a morte estão presentes até nas poucas composições em que se pode identificar um tom de alegria, como nos poemas dedicadas aos combatentes que lutaram na Guerra do Paraguai. Nesses textos, a escritora lembra os que perderam a vida nos combates e não puderam receber os louros da vitória: “Saudai os bravos que a mãe-pátria honraram.../Chorai aqueles que por lá ficaram” (REIS, 2017a, p.74). A lembrança da morte perpassa desde seus escritos íntimos às conclusões de suas narrativas, o que permite identificar que esta temática foi apropriada para representar como a escritora gostaria de ser vista, com

uma frágil saúde e angustiada por permanentes dores/sofrimentos. No entanto, é importante lembrar que a visão que ela parece projetar em seu *Álbum* e nas suas personagens é algo frequente na literatura do século XIX. É possível que estas representações estejam mais próximas a um projeto de assimilação ao modelo literário em que ela estava inserida, do que algum reflexo de sua vida. Ao lembrar das mulheres do período vitoriano da Inglaterra e os vários diagnósticos produzidos em torno da histeria os quais orientaram o surgimento da psicologia, Sandra Gilbert e Susan Gubar destacaram como:

a cultura novecentista parece ter de fato aconselhado as mulheres a ficarem doentes [...] as 'doenças femininas' das quais as mulheres vitorianas sofriam não eram apenas efeitos colaterais de seu treinamento em feminilidade; eram o objetivo de tal prática. (GILBERT; GUBAR, 2017, p.201)

Embora a escritora tenha enfrentado períodos de adoecimento em vários momentos, quando pensamos sobre sua independência financeira, a consciência dela sobre seus direitos e a forma como operava dentro das organizações burocráticas que ela acessava para, por exemplo, corrigir a documentação de sua data de nascimento ou para exigir seus direitos de licenças, remuneração e aposentadoria junto à administração da província, a ideia de fragilidade e melancolia de seus textos parece, no mínimo, ter convivido com um espírito de determinação que orientou a sua trajetória.

A centralidade do sofrimento, do desamor e da morte aparece como a marca mais importante de sua produção literária. A partir da identificação destes elementos, é possível compreender seus textos como uma obra que, se não foi meticulosamente planejada, durante sua construção/escrita foi permeada por temas que denunciam um fio condutor entre seus escritos. Apesar de receber influências potencialmente contrastantes do Arcadismo, do Romantismo e do Ultrarromantismo, o tom melancólico, a nostalgia e a presença constante de referências à morte operam como elementos que promovem aspectos de unidade à sua produção.

### 3.1 O ROMANCE

Não faltam motivos para compreender a atenção que a crítica dedica ao romance *Úrsula*. A partir de suas páginas é possível destacar reflexões sobre várias

dimensões da sociedade maranhense do século XIX, que por extensão expõem faces da dinâmica social brasileira daquele período. No romance, pode-se identificar representações sobre as relações de gênero, as relações de poder entre proprietários rurais e o clero, passando pelo sistema econômico de produção baseado na escravização de pessoas de origem africana. No momento de sua publicação, em 1859, ocorreu um interessante processo de divulgação, mas a publicidade do romance foi iniciada em 1857 após o jornal *A Imprensa* publicar em 17 de outubro de 1857 (ANEXO A) a primeira resenha sobre o texto.

— O romance brasileiro que se vai dar ao prelo sob a denominação de — ÚRSULA — é todo filho da imaginação da **autora, jovem Maranhense**, que soltando as asas à sua **imaginação**, estreia a sua carreira literária oferecendo ao Ilustrado Público da sua **nação** as páginas, talvez por demais **vazias** de um estilo apurado, como o é o do século, mas **simples**, e os pensamentos, não profundos, mas entranhados de **patriotismo**. Todo ele resente-se de **amor nacional** e de uma dedicação extrema à **Liberdade**. (grifo meu, PROSPECTO, 1857, p.3)

Antes de anunciar o conteúdo, o resenhista destacou elementos importantes: a jovem autora é maranhense; o romance tem limitações; o texto é entranhado de patriotismo. Apesar da depreciação, o resenhista registra que, mesmo vazio em algumas dimensões, a narrativa estava inserida no processo de construção da nação, seria um trabalho estimulado pelo sentimento de amor nacional e pelo desejo de liberdade.

Pelo conteúdo da resenha, conhecemos os nomes de seus personagens: Úrsula, Tancredo, Fernando P., Túlio e Susana, e alguns elementos da narrativa são descritos. Apesar do anúncio para que os subscritores se apresentassem, o convite não surtiu efeito e o romance só foi impresso em 1859. Nesse mesmo ano foi publicado, no Rio de Janeiro, *Dona Narcisa de Villar*, de Luísa de Azevedo Castro (1823-1869), e, em São Paulo, as *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, de Luiz Gama (1830-1882). Estas publicações são alguns dos exemplos que expõem o projeto de mulheres e homens negros em produzirem uma literatura que questionava a posição de mulheres, indígenas e negros na sociedade brasileira.

A publicação de *Úrsula* foi seguida por um longo processo de divulgação: entre 1860 e 1862, cinquenta anúncios foram publicados na cidade; 27 em 1860; 17 em 1861; e 6 em 1862. Boa parte desses anúncios foram publicados no jornal *A Imprensa*, que também divulgou a primeira resenha e era impresso na Tipografia Progresso, a mesma que imprimiu as páginas do romance. Estes anúncios

informavam o título, a quantidade de páginas, o valor e onde leitoras e leitores poderiam comprar o “excelente ROMANCE, que deve ser lido pelos corações sensíveis e bem formados e por aqueles que souberem proteger as letras pátrias” (NOVA PUBLICAÇÃO, 1860, p.4). Apenas em alguns artigos da época foi possível identificar avaliações sobre o romance. Nesses documentos, o elemento nacionalista era um ponto de destaque sobre a obra, e o tom promocional, que caracteriza essas publicações, indica que esses textos tinham por objetivo estimular as vendas do romance.

A narrativa tem por cenário vastos campos que durante o inverno são inundados a ponto de parecerem um "oceano em bonançosa calma". Norma Telles (2012, p.168) assegura que o livro fazia referência a qualquer lugar do Brasil. No entanto, tal descrição remete à região da Baixada Maranhense, área de planície que é inundada todos os anos entre os meses de dezembro e junho, quando intensas chuvas atingem essa área. A carnaubeira, palmeira típica, é outro elemento que desponta no início da narrativa para demarcar essa região da Província do Maranhão. Seguindo modelos do Romantismo brasileiro, a cor local é o primeiro elemento mobilizado pela escritora.

Ainda falando sobre as características locais e sua exploração para a construção do cenário onde se desenvolve a ação do romance, é possível identificar o diálogo mais claro que Maria Firmina insere na narrativa. Ela associa as tardes das imediações da casa de Úrsula com as tardes descritas pelo romance de Bernardin de Saint-Pierre, *Paulo e Virgínia* (1787). Apesar de não estar tão próximo da Linha do Equador, a Ilha Maurício, onde o romance de Saint-Pierre é situado, localiza-se em uma região tropical no Oceano Índico, a leste do continente africano. A ilha esteve inserida no processo colonial, foi ocupada pela França em 1715, passou ao domínio da Inglaterra em 1810, e sua independência foi declarada em 1959.

Era uma dessas tardes, que parecem resumir em si quanto de belo, de luxuriante, e de poético ostenta o firmamento no Equador; era uma dessas tardes que só Bernardin de Saint-Pierre soube pintar no delicioso *Paulo e Virgínia*, que deleita a alma, e a transporta a essas regiões aéreas, que só a imaginação compreende, e que divinizando as nossas ideias, nos torna superiores a nós mesmos. (REIS, 2004, p.153)

A referência ao romance do escritor francês, junto à descrição do momento em que o dia dá lugar à noite, aparece em um momento próximo ao reencontro dos protagonistas, Úrsula e Tancredo. Além da semelhança entre o pôr do sol da Ilha

Maurício e dos campos maranhenses, um conjunto de informações aproximam esses locais, pois estas regiões foram colonizadas com um grande contingente de pessoas escravizadas, sequestradas na África continental. A terra idílica é um importante elemento na construção dos cenários, e a morte é o desfecho do amor das personagens que dão título à obra. Outro item com o qual a maranhense dialoga é a relação quase íntima entre a família de Paulo e Virgínia com seus escravizados. Apesar de empobrecida, Virgínia descende de uma família da aristocracia francesa, e embora vivam em uma situação de penúria, o casal possui cativos que trabalham para o seu sustento.

Ideias de Jean-Jacques Rousseau marcaram o romance de Saint-Pierre. Por crescerem fora da França, distantes da corrupção que cercava a metrópole, Paulo e Virgínia são puros, espíritos elevados formados conforme os ensinamentos cristãos que haviam sido esquecidos nos grandes centros urbanos. Os pensamentos do filósofo francês influenciaram fortemente a literatura brasileira, e o mito do bom selvagem apareceu nas obras fundacionais do Romantismo, sobretudo com os nobres guerreiros descritos por Gonçalves Dias. No romance da maranhense, os espíritos elevados serão representados por escravizados, mulheres e pelo jovem homem branco apaixonado.

A história tem início com a chegada de Tancredo à fazenda em que Úrsula vivia. O jovem sofreu um acidente enquanto viajava pela região, mas é salvo por Túlio, escravizado que serve à Úrsula e à sua mãe, Luísa B. Após o acidente, Úrsula cuida de Tancredo, e a convivência desperta em ambos uma intensa paixão; logo, percebe-se que estas personagens são representadas como almas sensíveis e traídas por seus pais.

Tancredo teve seu antigo plano de amor frustrado e, após a morte de sua mãe, modelo da esposa submissa, seu pai se casou com Adelaide, a pretendente do filho. Quanto à Úrsula, sua mãe havia vivido um grande amor, que se transformou em sofrimento. Após o casamento, seu marido, Paulo B., dilapidou sua fortuna, condenando-a a viver em uma condição de pobreza. Isoladas em uma fazenda decadente, ela e a filha eram servidas por dois escravizados, Susana e Túlio.

O romance é construído em torno do amor impossível entre Úrsula e Tancredo, e a interdição é determinada por Fernando P., irmão de Luísa B. Como um representante do poder patriarcal, Fernando P. é aquele que tudo pode e a quem ninguém deve se opor. A construção desse personagem retoma um tema frequente

no Romantismo, o incesto. Fernando P. devotava grande paixão por Luísa B., se opôs ao seu casamento e foi responsável pelo assassinato de Paulo B. Quando conhece Úrsula, transfere para ela a paixão nutrida pela irmã antes mesmo de saber que era sua sobrinha.

O poder de Fernando P. leva à morte todos os que de alguma maneira interditaram seus desejos. Sua vontade determinou a abreviação da vida de Luísa B., Susana, Túlio e Tancredo e levou Úrsula à loucura, seguida de uma rápida morte. O desfecho do romance anuncia que não há outra alternativa possível, o final feliz dos apaixonados indicaria que o poder patriarcal poderia ser contestado, que a ordem dos senhores poderia ser desobedecida, contrariando todo o sistema social vigente.

Como uma marca dos romances escritos por mulheres, nessas narrativas a vingança não decorre do uso da violência (TELLES, 2012). No caso, há um processo de conversão em que Fernando P. busca a punição por seus erros após a morte de Úrsula. Na luta pela salvação de sua alma, o antagonista se interna em um convento carmelita, torna-se o frei Luís de Santa Úrsula, usa cilícios e jejua continuamente. Perseguido pela culpa e frustração por não ter possuído Úrsula, ele morre sem se arrepender de seus pecados. Segundo os dogmas cristãos, esta ação condena sua alma a sofrimentos que o acompanharão além da morte.

Os capítulos são organizados a partir do encaixe<sup>11</sup> de narrativas introduzidas por passagens em que as personagens contam suas histórias. A partir das histórias/memórias das personagens emergem elementos que representam relações possíveis naquela sociedade patriarcal, cristã, escravocrata e agroexportadora do século XIX. Com esse mecanismo, o romance irá explorar a posição submissa de Luísa B. e da mãe de Tancredo, registrando a forma como eram estabelecidas as relações entre marido e mulher. O casal formado por Úrsula e Tancredo aparece como um contraponto a essa norma, já que ele rejeita ou diz rejeitar a violência perpetrada contra sua mãe. Apesar de uma postura que reconhece a violência de seu pai sobre sua mãe, tal compreensão não impede que Tancredo reconheça sua ex-pretendente, Adelaide, como um ser inferior, de “voluptuoso encanto”. De maneira “altiva e desdenhosa”, ela anunciou não ser mais sua noiva e se tornou sua

---

<sup>11</sup> O encaixe é uma técnica narrativa que pode ser identificada pela “adição de infinitos enredos paralelos, mas imbricados por um elemento que pertence ao enredo principal” (MEYER, 1996, p.161). No processo de produção de folhetins, o uso da técnica forjou *oroman à tiroirs*.

madrasta: “respeitai a esposa de vosso pai!” (REIS, 2004, p.88). No epílogo, uma rápida passagem registra o final melancólico da personagem que teria abandonado Tancredo: “chorava Adelaide suas primeiras lágrimas de dor, porque a opulência e o fausto não bastavam para lhas estancar” (REIS, 2004, p.236). A frustração de Tancredo dá a entender que Adelaide teria alguma alternativa para resistir à vontade de seu pai, mas, pela dinâmica descrita no romance, a única alternativa para a mulher que contesta o poder patriarcal é a morte.

A cada capítulo emerge um personagem sobre quem a narradora se empenha em oferecer informações. Após a descrição do passado e dos dramas familiares dos personagens centrais, no Capítulo IX, Susana recebe as luzes que têm corroborado para a classificação do romance como precursor da literatura afro-brasileira.

Maria Firmina dos Reis, que, em seu romance *Úrsula*, de 1859, faz surgir pela primeira vez em nossas letras a voz da escrava e, junto com ela, o suplício do navio negreiro e a memória do mundo de liberdade deixado do outro lado do oceano. Através da personagem Mãe Susana, a autora inaugura não um novo paradigma, mas um modo diferenciado da representação até então existente. [...] a autoria feminina e afroidentificada. (DUARTE, 2009, p.72)

Susana, nascida em África, é a testemunha da violência da escravidão desde o sequestro em sua terra natal e da viagem no navio negreiro até a morte por ordem do Comendador Fernando P. Ela é vítima da desumanidade e expõe a contradição dos cristãos ao apoiarem o regime escravocrata.

A temática da África e do africano escravizado com suas memórias e lutas por liberdade já estava presente na produção de escritores maranhenses quando Maria Firmina publicou seu romance. Além de Gonçalves Dias, no poema “A Escrava” (1846), Trajano Galvão (1830-1864) foi outro que explorou o tema da resistência à escravidão e a luta por liberdade ao publicar “O Calhambola” (1854). Este poema descreve a fuga e o período solitário que o quilombola enfrenta em busca de liberdade: “Nasci livre, fizeram-me escravo,/ Fui escravo, mas livre me fiz./ Negro, sim; mas o pulso do bravo/ Não se amolda às algemas servis!”.

Além do diálogo com seus contemporâneos, destaca-se a atualidade da fala de Susana, daí um dos motivos para a grande atenção dada ao romance. Pois esta personagem denuncia que o efeito dos mais de trezentos anos de duração da escravidão no Brasil ainda demandará muitos anos para serem superados. Essa dificuldade fica evidente quando Susana identifica que a alforria não representava

uma liberdade plena, como a que Túlio julgava ter conquistado: “Liberdade! Liberdade... ah! [...] Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu” (REIS, 2004, p.115).

A sintonia entre a descrição proposta por Maria Firmina e o escrito de outras mulheres lembra a ideia de Elaine Showalter (1977) sobre o movimento subterrâneo que orientava a literatura produzida por escritoras. Se indicarmos uma tradição à qual *Úrsula* pode ser associado, ela remete à segunda metade do século XVII quando Aphra Behn (1640-1689) publicou *Oroonoko ou o Escravo Real*<sup>12</sup> (1688). É pouco provável que a maranhense tenha lido este romance, mas a descrição de africanos como sujeitos de alma elevada e a crítica à situação degradante de vida dos escravizados aparece na obra de Behn com um tom semelhante ao presente em *Úrsula*. A elevação moral de Oroonoko se encontra na sua origem nobre, descendente de um rei africano e pela educação esmerada que ele havia recebido, pois possuía um tutor europeu que lhe repassara conhecimentos filosóficos e linguísticos sob uma perspectiva europeia.

Outro romance cuja escritora elabora uma crítica à escravidão é *Sab* (1841), de Gertrudiz Gómez de Avellaneda (1814-1873)<sup>13</sup>. Nascida em Cuba, ela apresentou um enredo em que um escravizado, cultivado com a educação e a arte europeia, atinge a elevação espiritual que a segregação racial e a violência da escravidão pretendiam interditar. Resultado da violência sexual cometida por senhores contra escravizadas, Sab era filho de um senhor de escravos e havia crescido em companhia de Carlota, filha do proprietário da fazenda em que vivia. A convivência permite que Sab tenha acesso à educação que foi oferecida a Carlota por quem nutre um amor não correspondido. Novamente, este romance sugere que o acesso a uma educação europeia possibilitara a elevação do personagem negro.

Em *Úrsula* não há relação entre a elevação moral e o acesso a essa formação europeia que os romances de Behn e Avellaneda sugerem para a posse de “uma alma generosa”. Túlio não tem origem nobre e a educação que recebeu foi

<sup>12</sup> Quando criança, Aphra Behn teria visitado o Suriname, onde teria conhecido um escravizado oriundo de uma nobre família africana, que inspirou Oroonoko. Em *Um teto todo seu* (1929), Virginia Woolf menciona Behn como a primeira a servir de exemplo às muitas escritoras que surgiram após ela. “Todas as mulheres reunidas deveriam derramar flores sobre o túmulo de Aphra Behn [...] pois foi ela quem lhes assegurou o direito de dizerem o que pensam” (WOOLF, 1985, p.82). Em outro momento, Woolf lembra: “agora que Aphra Behn o havia conseguido, as moças podiam ir até seus pais e dizer: - Vocês não precisam dar-me uma pensão; posso ganhar dinheiro com a minha pena” (WOOLF, 1985, p.80).

<sup>13</sup> Gertrudiz Gómez de Avellaneda é considerada a primeira romancista antiescravista e uma das precursoras do romance hispano-americano.

passada por outros escravizados, sobretudo por Susana. “A escravidão não lhe embrutecera a alma” (REIS, 2004, p.23). Sua formação é resultado dos ensinamentos de africanos nascidos livres, não intervieram sob ele tutores estrangeiros ou professores. Ainda assim, a explicação para a “os sentimentos generosos” que Túlio possuía são justificados pela vontade divina, logo a providência cristã o tinha gerado. Apesar de seu infortúnio seus sentimentos “permaneciam intactos e puros como a sua alma” (REIS, 2004, p.23).

As lembranças de Susana fazem coro com a experiência de vítimas da escravidão, que começaram a ser publicadas no século XIX. Eduardo de Assis Duarte (2017) comentou algumas das primeiras obras que registraram a diáspora africana. Alguns dos textos precursores desse gênero são: *The History of Mary Prince* (1831), da escritora afro-caribenha Mary Prince; *A autobiografia do poeta escravo* (1840), do escritor afro-cubano Juan Francisco Manzano; as memórias de Frederick Douglass, destacado abolicionista afro-americano, que publicou *The narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave, written by himself* (1845); e as memórias de Mahommah Gardo Baquaqua, *An interesting narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua* (1854). No caso das memórias de Baquaqua, é importante destacar como o relato produzido por uma vítima da escravidão é muito semelhante às descrições da viagem realizada no navio negreiro narradas por Susana.

A semelhança entre as descrições apresentadas pelos escritores leva Eduardo de Assis Duarte (2017) a pensar uma intersecção entre os gêneros literários e a produção de uma História da diáspora africana. O relato de Mahommah Gardo Baquaqua e a narrativa de Maria Firmina,

tanto na tortura sádica e prolongada, quanto na eliminação pela queimadura, enfatizam o embrutecimento dos traficantes. Desse modo, a especificidade que distingue a narrativa biográfica da ficcional se dissolve nos porões onde habita a memória da dor. É a distância que separa Detroit – local de publicação dos escritos de Baquaqua – de São Luís do Maranhão desaparece nas histórias comuns vividas no Atlântico Negro, a inaugurar uma perspectiva transnacional, em que ficção e depoimento se somam para edificar outra visão da história da diáspora africana nas Américas. (DUARTE, E., 2017, p.224)

Apesar de pontuais, estas publicações embasaram movimentos que lutaram contra a escravidão a partir da disputa pela escrita de representantes da população de origem africana. O desejo por liberdade era semeado pelas mãos das vítimas

desse crime e se tornava uma forte marca do clima intelectual, o *Zeitgeist*, espírito de mudança do Romantismo.

### 3.1.1 Folhetins

A construção dos capítulos também ressalta uma forte influência do folhetim, que tanto marcou a literatura produzida no Brasil entre 1840 e as primeiras décadas do século XX. O folhetim brasileiro tem suas origens no que os franceses chamavam *romain anglais* pré-romântico, cujo principal exemplo seria o romance *Saint-Clair das Ilhas*, escrito em 1803, por Elizabeth Helme. A obra circulou por aqui e recebeu “a roupagem francesa ideada por Mme. de Montolieu” (MEYER, 1996. p.46).

Nele tudo se encontra: enredo cheio de suspense, raptos, sequestros, abandonos, torneios medievais, castelos góticos, ruínas, capelas, exaltação da natureza, a velha Escócia, ilhas selvagens, nobres cavaleiros e horríveis vilões e, no caso, até vilãs; exaltação da coragem indômita que justifica o rapto e da virtude submissa doméstica e domesticadora. Enfim, um misto de tendências arcaicas ou tradicionais, e novas. (MEYER, 1996, p.46)

Em diferentes doses, vários desses elementos aparecerão em *Úrsula*. Ainda que não tenha sido publicado em folhetim, o romance possui um viés folhetinesco. Durante a realização do levantamento dos livros que circulavam na cidade de São Luís, por volta de 1850, quando Maria Firmina se constituiu como escritora, foi identificada a presença do *Saint-Clair das Ilhas*. No *Catálogo da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura do Maranhão*, de 1867, aparecem dois dos romances que, segundo Marlyse Meyer, forneceram o gérmen do romance-folhetim brasileiro: *Celestina ou os esposos sem o serem*, edição de 1843, contava com quatro cópias, e *Saint-Clair das Ilhas ou os desterrados da ilha da Barra*, edição de 1848, com três cópias. Meyer (1996) destaca que a trama desses romances circulou mesmo entre pessoas que não sabiam ler, constituindo parte de um repertório que era lido em voz alta ou contado em diferentes ocasiões, como em encontros familiares, fazendo parte de um modelo narrativo que foi disseminado entre um grande público.

A forma maniqueísta como as personagens dos folhetins são construídas também pode ser percebida em *Úrsula*. Os detentores de algum poder, à exceção de Tancredo, são indicados como maus, corrompidos e degenerados, a referência ao padre, que sempre testemunha os crimes praticados por Fernando P., associa a Igreja Católica ao mal representado pelos homens brancos. Por outro lado, com

exceção de Adelaide, as mulheres e os escravizados são a representação do bem e, como tais, demonstram uma elevação moral forjada a partir da resistência à opressão a que estão submetidos. Mesmo o alcoolismo de Antero, escravizado da fazenda de Fernando P., encontra justificativa no banzo que este sente por sua terra natal. De acordo com José Ramos Tinhorão (1994), a literatura do Romantismo era revestida pelo

conceito subjetivo da valorização do eu do indivíduo – o que leva à exaltação do personagem herói, transformado pessoalmente em defensor intransigente do Bem – compensando assim o horror das injustiças com a certeza de que, sendo o homem fundamentalmente bom, como queria Rousseau, o Mal acabaria sempre vencido. (TINHORÃO, 1994, p.9)

A perspectiva romântica expressava uma visão exaltada e apaixonada da realidade que projetava “uma comiseração paternalista pelos deserdados e miseráveis (em nome, é claro, dos sentimentos de piedade e caridade cristãs)” (TINHORÃO, 1994, p.19). A oposição entre bem e mal orienta o tipo de relações estabelecidas entre as personagens de *Úrsula*.

A dinâmica de construção das personagens românticas buscava, com a construção de caracteres resilientes às opressões e elevados espiritualmente, conquistar os leitores e levá-los a desejarem o fim daqueles que oprimem os heróis das narrativas. Nesse caso, é impossível não traçar alguma aproximação entre o romance e o sucesso que *A Cabana do Pai Tomás* protagonizou no início da década de 1850. Escrito por Harriet Beecher Stowe, foi publicado inicialmente como um romance-folhetim no jornal *The National Era*, em Washington, nos Estados Unidos. Em 1852, o romance virou livro e alcançou um estrondoso sucesso. Alguns críticos atribuem o fim da escravidão nos Estados Unidos à comoção que o livro provocou em seu público. Em 1853, edições portuguesas do romance já circulavam em São Luís, e não é difícil supor que o livro despertou a atenção da sociedade, sobretudo pelos efeitos que foram associados ao romance em relação à luta contra a escravidão. O testemunho das violências infligidas aos escravizados aproximam as vítimas de tal violência aos sofrimentos enfrentados pelo Cristo e, desse modo, conquistam mais apoiadores às propostas de libertação dos escravizados.

O interesse pelo romance de Stowe pode ser confirmado pela publicação de *O rancho do Pai Tomé ou a escravatura no Brasil*, folhetim assinado por João Clímaco Lobato (1829-1897), publicado no jornal *Porto Livre*, nos dias 17 e 25 de julho de 1862. O narrador afirma ter lido a obra de Harriet B. Stowe. Ele começa

destacando que a autora havia tratado apenas dos bons sentimentos dos negros e escravizados com uma inteligência que faltaria, segundo o narrador, à maioria dos negros. O pai Thomé descrito no romance de Lobato era um homem próximo aos cinquenta anos, que “passava a vida mergulhado em ociosidade”, de “índole perversa, sempre se mostrou rancoroso contra seu senhor, apesar da benevolência com que este o tratava”. Thomé havia servido de brinquedo de seu senhor, do mesmo modo que o negrinho Prudêncio havia sido do jovem Brás Cubas (ASSIS, 2014). Na descrição de Thomé, destaca-se que ele “possuía inteligência em subido grau, o que é raro na [palavra ilegível] raça africana; mas só a empregava para o mal [...] sua fisionomia nunca inspirava simpatia” (LOBATO, 1862a, p.1).

À primeira vista, a descrição do Pai Thomé denuncia um homem embrutecido, contrário à fé cristã, que ousa mandar a mãe desistir da redenção por intermédio de orações: “Minha mãe, deixe essas rezas. O céu, como dizem os brancos, não foi feito para os negros; portanto inúteis são rezas, que Deus não ouve” (LOBATO, 1862a, p.2). Como resposta, Paula, a mãe de Thomé, afirmou que “o Deus dos brancos é também o Deus dos Pretos... dos bons pretos... bem entendido...” (LOBATO, 1862a, p.2).

Após essa fala, há uma passagem que indica a tênue posição em que o autor podia trabalhar ao tratar sobre sujeitos escravizados, ele iniciava o texto com a aparente ideia de reduzir os escravizados a uma posição inferior à dos brancos. Mas, após ouvir a expressão “bons pretos”, a verdadeira face de Thomé é apresentada: ele é um homem que não aceita a escravidão e atua para que outras pessoas não desejem ser tratados como “bons negros”, que nesse caso significa aqueles que aceitam a submissão e a violência imposta pelos senhores de escravos.

Dos bons pretos?! E quais são os bons – quais são os maus? - Sim, eu vos entendo, minha mãe. Os bons pretos são aqueles que entregam as costas ao azorrague sem soltar uma queixa... e que bebem contentes as lágrimas, que o martírio faz nascer... Os bons pretos são aqueles que se equiparam ao cavalo que consente a sela sem pular – ao boi, que oferece o pescoço à carga sem mover-se,... e corresponde ao aguilhão com um olhar agradecido [...] Aqueles que, como eu, reconhecem a sua qualidade de homem, que se sujeitam ao estado de coisas e que fazem compreender aos outros – que eles são homens dotados dos mesmos sentimentos ... que têm uma alma tão bem conformada como a dos brancos... Os maus escravos são aqueles que recebendo uma bofetada na face esquerda, não entregam ainda a direita, mas sim com a destra vingam a afronta, e com a mão esquerda cobre a face ultrajada... (LOBATO, 1862a, p.2)

No próximo capítulo, Thomé continua a falar: “essa raça não se propaga e invade o mundo todo? A África outrora viu em seu território homem algum d'essa cor baça, e pálida? – não... E hoje? África geme... porque esses brancos são maus” (LOBATO, 1862b, p.1). A discussão entre Thomé e sua mãe prossegue com a chegada de Antonio para quem a escravidão era uma condição determinada por Deus. Na sequência da conversa, Thomé exorta a união dos homens negros: “nós não nascemos para sermos sempre escravos. Sair desta escravidão está em nosso poder... Unamo-nos...Trabalhemos todos para o mesmo fim... que o colosso cairá e seremos felizes e livres... livres e felizes” (LOBATO, 1862b, p.2).

Thomé começa a planejar um levante entre os escravizados descontentes que consegue mobilizar. Ao contrário do padrão, ao fim do segundo capítulo do folhetim não aparece a chamada “continua no próximo número”. Na última página desse mesmo número, aparece o aviso de que o autor havia recolhido as páginas em vias de publicação, pois o Chefe de Polícia tinha suspenso o folhetim por ter enxergado “doutrinas subversivas” no romance (PORTO LIVRE, 1862. p.4). A censura ao romance mostra a atenção que era destinada às manifestações favoráveis à fuga de escravizados, mesmo em textos ficcionais. A leitura dos capítulos de *O Rancho do Pai Thomé* dá ideia sobre a atuação de escritores em torno da crítica à escravidão e suas tentativas para inserirem a discussão entre a população leitora. João Clímaco Lobato e Maria Firmina compartilhavam o ideal de liberdade. Entretanto, enquanto o texto de Lobato prega a revolta, a proposta da escritora parece mais próxima a um projeto no qual os senhores de escravos receberiam o pagamento pela liberdade dos cativos, pois a alforria é a forma apresentada para que Túlio seja libertado.

Além do modelo para conquistar a liberdade, a forma escolhida pela escritora ao apresentar uma crítica à escravidão, dissolvida em pequenas doses em um romance que vem a público com o texto integral, parece mais acertada, pois, apesar do quase desaparecimento do romance, a história resistiu com todas as suas partes. O projeto de João Clímaco Lobato era forjar um estratagema inicial e logo após os primeiros parágrafos apresentar o projeto revolucionário de Thomé, mas acabou por ser inviável, sendo censurado pelo Chefe de Polícia antes que pudesse conquistar algum apoio popular, como havia ocorrido entre os leitores do romance de Stowe.

### 3.1.2 O pseudônimo

Outro elemento que chama a atenção da crítica é a omissão do nome da autora. A primeira edição de *Úrsula* é anunciada como escrita por “Uma Maranhense”. Para Nascimento Morais Filho (1975), a ausência do nome era motivada por uma tentativa de proteção ou uma possibilidade de evitar as críticas que poderiam ser feitas ao romance e às ambições de uma mulher que invade o território do literário. Horácio de Almeida, no prefácio da edição de *Úrsula* de 1975, afirma que “a autora, ou por modéstia ou temerosa da crítica, oculta-se no anonimato” (ALMEIDA, 1975, p. vi). No entanto, o próprio Morais Filho reconhece que assinar livros com pseudônimos era uma prática comum no século XIX, como Jane Austen e George Sand fizeram<sup>14</sup>.

Contradizendo sua interpretação sobre a proteção ao nome da autora, o próprio Morais Filho identificou três publicações que reconheciam Maria Firmina como autora de *Úrsula*. As citações foram publicadas, respectivamente, no *Jornal do Comércio*, em 4 de agosto de 1860 (ANEXO C), *A Moderação*, em 11 de agosto de 1860 (ANEXO D), e *A Verdadeira Marmota*, em 13 de maio de 1861 (ANEXO E). Escapou à pesquisa de Morais Filho apenas uma nota publicada em *A Imprensa*, em 1º de agosto de 1860 (ANEXO B). Cabe notar que os comentários apareceram em quatro diferentes jornais.

Estas publicações, sem indicação de autoria, registram que a Sra. D. Maria Firmina dos Reis, maranhense, vivia na vila de Guimarães e tinha uma limitada formação acadêmica. O jornal *A Imprensa* começa o artigo pedindo desculpas por “imprudently denunciar seu nome, que com tanto empenho e modéstia trata de ocultar”, e afirma que o livro apresenta “[...] descrições mui belas da nossa natureza, reflexões filosóficas e morais de subido valor, muita imaginação, são qualidades que tornam recomendado este romance [...]”, além de registrar que as incorreções de estilo que a obra apresenta “[...] são defeitos próprio de quem começa [...]”. O trabalho da maranhense deveria ser coroado e aplaudido, e o sinal dessa aceitação seria “[...] a procura da obra – é o esgotamento rápido da edição” (NOVA PUBLICAÇÃO, 1860, p.4). O artigo parece unir-se aos anúncios de venda do livro, e

---

<sup>14</sup> O primeiro romance de Jane Austen era assinado por “A Lady”. Após a publicação do primeiro romance de George Sand, *Indiana*(1832), levaram certo tempo para saber que o nome era o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin.

a divulgação do nome da autora pode ter ocorrido após o mistério sobre a autoria não ter despertado o interesse público.

No *Jornal do Comércio* aparece uma crítica mais detalhada: o romance não dava “todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas” (OBRA NOVA, 1860, p.2). Segundo este artigo, a escritora deveria ter dedicado mais atenção ao tema da escravidão, e o alongamento das aventuras de Túlio, Susana e Antero poderia gerar maior comoção em torno do romance e até estimular um movimento amplo de libertação, como havia ocorrido com o romance de Harriet B. Stowe, ou fomentar rebeliões entre os escravizados, como proposto no romance de João Clímaco Lobato, *O Rancho do Pai Thomé*. No entanto, como vimos, a diferença entre o romance de Firmina e de Lobato parece demarcar o limite da crítica que poderia ser feita à escravidão. A terceira referência ao nome da autora foi publicada em uma pequena nota, além de indicar onde o romance poderia ser comprado. A escritora era saudada “pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana” (A MODERAÇÃO, 1860, p.1). Uma avaliação mais detalhada sobre o romance só foi identificada no ano seguinte.

O artigo mais longo sobre o romance foi publicado em 13 de maio de 1861, em *A Verdadeira Marmota*, quando o livro já circulava há mais de um ano. O texto começa afirmando a dificuldade de encontrar mulheres que se dedicam à produção de literatura, para o articulista, esta arte deveria ser praticada por entes delicados, caprichosos e sentimentais, portanto a mulher seria a mais capacitada para tal atividade. Quando as mulheres se dedicam à literatura, surgiam escritoras como Manon Roland, Germaine de Stael, George Sand e Harriet B. Stowe. No Brasil, era um evento ainda mais raro encontrá-las. Por esse motivo, “o aparecimento do romance — ÚRSULA na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como uma homenagem rendida a uma obra de mérito” (A VERDADEIRA MARMOTA, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Segundo o artigo, o trabalho da escritora era fruto de seu “fértil e prodigioso engenho”. Sobre o texto, afirma-se que “as suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intrincado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados” (A

VERDADEIRA MARMOTA, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s.p.). A conclusão informa que a escritora passaria a colaborar com o periódico, e isso “servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto” (A VERDADEIRA MARMOTA, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s.p.). Assim como nos exemplos anteriores, este artigo foi publicado sem assinatura.

O incentivo ao surgimento de novas escritoras e a polidez das críticas dirigidas ao romance funcionam como um modelo que foi observado em várias avaliações sobre a obra de Maria Firmina. Não foram identificados comentários da autora sobre tais avaliações, mas é possível imaginar que não havia espaço para tal manifestação, pois uma posição de humildade deveria ser mantida frente às críticas elaboradas por homens.

### 3.1.3 O prólogo

O prólogo de *Úrsula* indica a atenção de Maria Firmina com práticas editoriais vigentes no século XIX, pois, em vez de destacar elementos que o leitor encontrará no romance, as páginas que preparam a leitura da narrativa apresentam uma longa lista de avaliações que desmerecem as possíveis qualidades que a autora e o livro possam apresentar. A postura parece ser aquela de quem se adianta às críticas antes que alguém pense em tecê-las. De cara, a autora inicia as acusações ao afirmar que o livro é “mesquinho” e “humilde”, como “a avezinha silvestre” que anda com os olhos voltados para o chão, esquecendo a amplidão em que a águia vive. Do possível leitor espera-se mais que indiferença ou o desdém do “riso mofador”, espera-se pelo menos um incentivo para que a escritora possa aprimorar suas habilidades. Neste primeiro livro, a autora se apresenta movida pelo “amor materno”, aquele que vê qualidades excepcionais no filho. Imaginando as possíveis críticas, a escritora informa:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus país, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2004, p.13)

A passagem não deixa dúvida, os “homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem” (REIS, 2004, p.13) são os autorizados à produção literária. Se, contudo, mulheres estrangeiras escreverem um romance, ainda há uma “licença”. Isso a escritora podia constatar entre os livros que circulavam em São Luís, pois obras estrangeiras escritas por homens e mulheres estavam ao alcance de leitoras e leitores. No entanto, que mulher brasileira ousaria tanto? Ainda mais uma que teve acesso limitado à instrução, sem conhecer outras línguas, com pouca leitura e “cabedal intelectual quase nulo”, logo parecia uma ousadia sustentada pelo sonho que devia ser negado, o sonho de “adquirir nome”, conquistar a consagração que alguns atingiam.

Identificar essa intenção por trás das palavras presentes no prólogo de *Úrsula* e na dedicatória de *Cantos à beira-mar* denuncia desejos que a escritora não pode apresentar, como o desejo de ser reconhecida pela forma que maneja a pena, de modo a conquistar o público. Esta distinção entre o prefácio de uma escritora e o de um escritor pode ser observado na comparação entre o texto de Maria Firmina e um escrito por uma mulher que assina com um nome masculino. Pode-se falar no caso do prefácio da primeira edição de *Indiana* (1832), primeiro romance assinado com o nome George Sand, pseudônimo de Amantine Aurore Lucile Dupin (1804-1876). Após o sucesso do romance, todos vieram a saber que ele fora escrito por uma mulher divorciada, que chocava parte da sociedade de Paris ao circular pela cidade usando calças e com cabelos curtos. Apesar de identificar que o romance poderia despertar críticas, principalmente por abordar a história de uma mulher que tinha relações extraconjugais, sobre a autora não há referências de suas possíveis limitações, como falta de estudos ou negligências com a escrita do romance.

Se algumas páginas deste livro incorrem na censurável inclinação para novas crenças, se juízes rígidos acharem seu ritmo imprudente e perigoso, deve-se responder à crítica que ela honra demais **uma obra sem importância**; que, para enfrentar as grandes questões da ordem social, é preciso sentir **uma grande coragem** ou atribuir a si mesmo **um grande talento**, e que **tanta presunção não se encontra em uma história tão simples, que o escritor quase nada criou**<sup>15</sup>. (grifo meu, SAND, 1847, p.1)

<sup>15</sup> Tradução livre para: Si quelques pages de ce livre encouraient le grave reproche de tendance vers des croyances nouvelles, si des juges rigides trouvaient leur allure imprudente et dangereuse, il faudrait répondre à la critique qu'elle fait beaucoup trop d'honneur à une oeuvre sans importance; que, pour se prendre aux grandes questions de l'ordre social, il faut se sentir une grande force d'âme ou s'attribuer un grand talent, et que tant de présomption n'entre point dans la donnée d'un récit fort simple où l'écrivain n'a presque rien créé (SAND, 1847, p.1).

Ainda com o objetivo de afastar as críticas, a escritora afirma que a “obra é sem importância” e não merecia a atenção que viessem lhe dedicar, pois o romance não visava enfrentar problemas sociais, o que demandaria muita coragem e talento de seu autor. Neste ponto, Sand parece utilizar a mesma estratégia que a maranhense usou para dizer que não pretendia ser reconhecida. Embora tente negar, ela indica que escrever tal livro demandava coragem e talento. Ainda para despistar as críticas, a escritora informa que quase não havia criado nada, como se o texto fosse resultado da observação de uma situação comum naquela sociedade. O importante a ser destacado na comparação entre os dois prólogos é que, se há alguma limitação do autor, ela não precisa ser anunciada, todos os problemas são do livro e decorrem do tema abordado. No entanto, quando se trata de uma escritora, além das falhas da obra, o máximo de críticas precisa ser destacado.

Entre o desejo de divulgar seu texto e as interdições para que mulheres não expressassem habilidades intelectuais, a escritora apela para argumentos como o amparo e a proteção dos leitores para superar o desprezo que sua obra possa despertar. Ciente da pequena quantidade de mulheres escritoras, ela espera que o acolhimento do público sirva de incentivo para que mulheres com mais habilidades comecem a escrever.

Não a desprezeis, antes **amparai-a** nos seus incertos e titubantes passos, para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa **proteção** cultive mais o seu engenho, e venha a produzir cousa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de **incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal**, tenham mais timidez do que nós. (grifo meu, REIS, 2004, p.14)

Da mesma forma, o incentivo do público será cobrado nos comentários sobre o livro, como a chamada para assinantes destaca:

Esta obra, digna de ser lida não só pela **singeleza** e **elegância** com que é escrita, como por ser a estreia de uma **talentosa maranhense**, merece toda a **proteção** pública para animar a sua **modesta** autora a fim de continuar a dar-nos provas de seu belo talento. (grifo meu, ÚRSULA..., 1860a, p.4)

Singeleza, elegância, modéstia e proteção são características mobilizadas como qualidades do livro, as quais indicam uma continuidade entre a obra e sua autora prescrevendo o tratamento cortês que o público deveria dedicar à escritora. Estes termos identificam a mulher como o sujeito frágil e sensível que os autores românticos representavam como um modelo ideal. Quando se trata de romance

escrito por homens, é pouco provável que seus anunciantes pedissem proteção ao público, mas, no caso de uma mulher escritora, a posição submissa aparece como um elemento obrigatório, que, além de despertar a simpatia do público, dá a entender que nada mudaria na sociedade com a entrada de uma mulher no espaço dominado por homens.

## 3.2 AS NARRATIVAS CURTAS

### 3.2.1 *Gupeva*

Os textos de Maria Firmina abordam distintas temáticas que frequentaram o repertório do Romantismo brasileiro. *Gupeva* retoma o tema do descobrimento do Brasil e o interesse pela figura de Diogo Álvares Correia, português que sobreviveu ao naufrágio da embarcação francesa em que viajava, nas proximidades do Rio Vermelho, Salvador, Bahia, por volta de 1510. Diogo Álvares passou a viver com os índios tupinambás e recebeu o nome de Caramuru, casou-se com Paraguaçu, uma das filhas do chefe da tribo. Ele viveu cerca de quatro décadas nas costas brasileiras, negociava com os navegadores que passavam pela região e teria colaborado para o estabelecimento do governo de Tomé de Sousa, em 1548.

A história de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, ramificou-se por diversas dimensões da organização social, passando pela historiografia e literatura, até “a vertente popular, na lembrança do povo, que aflora em canções carnavalescas” (LOPES, 1997, p.179). Na História, uma referência inicial parece ser o trabalho do Padre Simão de Vasconcelos (1597-1671), em sua *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663). Na literatura, o trabalho mais expressivo sobre a história de Diogo Álvares foi *Caramuru, Poema Épico do Descobrimento da Bahia* (1781), de Frei José de Santa Rita Durão. Pode-se afirmar que o texto de Santa Rita Durão é a referência, a partir da qual Maria Firmina dos Reis elabora seu folhetim, publicado inicialmente em 1861. A escritora selecionou o personagem Gupeva para ser o centro da narrativa.

No poema de Santa Rita Durão, Gupeva é um dos personagens centrais, chefe da tribo tupinambá que recolheu Diogo Álvares, após este sobreviver ao naufrágio de seu navio. Os tupinambás praticavam a antropofagia, fato que desaparece no folhetim da maranhense. Caramuru colabora na conquista das

nações inimigas dos tupinambás, converte-as ao cristianismo, e parte para a Europa acompanhado de Paraguaçu, a bordo de um navio francês. No retorno ao Brasil, Paraguaçu vaticina o futuro da colonização e as vitórias ibéricas frente a holandeses e franceses que pretendiam estabelecer suas colônias na região. O poema encerra com o estabelecimento do governo de Tomé de Souza, ajudado por Diogo e Paraguaçu.

*Gupeva* estabelece uma continuação do poema de Santa Rita Durão após Paraguaçu ceder “seus direitos em favor da coroa de Portugal” (REIS, 2017a, p.150). “Na baía de Todos os Santos, a cuja frente eleva-se hoje a bela cidade de S. Salvador” (REIS, 2017a, p.150), está ancorado o navio “O Infante de Portugal”, que acaba de trazer Francisco Pereira Coutinho, donatário daquela capitania, para tomar conta dela. Paraguaçu e Diogo Álvares são personagens marginais no folhetim.

Era uma bela tarde. O sol de agosto, animador e grato, declinava já seus fúlgidos raios; no ocaso, ele derramava um derradeiro olhar sobre a terra e sobre o mar, que a essa hora mágica do crepúsculo estava calmo e bonançoso como uma criança adormecida nos braços de sua mãe. (REIS, 2017a, p.149)

A ideia de oceano bonançoso que está presente no início de *Úrsula* também serve para localizar o cenário de *Gupeva*. A demarcação da cor local ocupa os cinco primeiros parágrafos do texto. Ainda no primeiro, a hora mágica do crepúsculo sugere o desfecho trágico da história. No convés do navio, na véspera do retorno a Portugal, Gastão se revela apaixonado por uma índia, o que desperta a repreensão de um amigo: “que loucura a tua apaixonares-te por uma indígena do Brasil, por uma mulher selvagem, por uma mulher sem nascimento, sem prestígio, ora, Gastão, sê mais prudente; esquece-a” (REIS, 2017a, p.152).

O elemento destacado inicialmente é a interdição da união entre um homem nobre e um índia. Ter sido educada e nascida em uma família prestigiada são requisitos fundamentais para se casar com um nobre como Gastão ou Alberto, e uma índia não possuiria tais requisitos. O amigo continua: “ela não pode ser tua mulher visto que é muito inferior a ti; porque tu não poderás jamais viver junto dela a menos que [...] desprezando a sociedade te quisesses concentrar com ela nestas matas” (REIS, 2017a, p.152). Novamente, a ideia do amor impossível orienta outra narrativa da maranhense: Gastão só poderá viver com sua amada se aceitar viver desterrado em terras americanas. Alberto, o amigo, é usado para estabelecer uma

metonímia que apresenta o português como um homem racional, enquanto o francês Gastão, homem passional, entrega-se aos sonhos sem nenhuma reserva.

Alberto, tu não és francês, o teu clima cria almas intrépidas, corações fortes, ou rudes ardendo sempre mas em fogo belicoso: o sangue que herdaste de teus avós gira em teu peito com ambição de glória, de renome; são nobres as tuas ambições, eu as respeito; porém as minhas são destituídas de toda a vaidade... As minhas ambições, o meu querer, meu desejo resume-se todo nela. (REIS, 2017a, p.153)

Épica é o nome da jovem que desperta a paixão de Gastão.

Anjo na beleza e na inocência, anjo na voz, nas maneiras, ela é superior às filhas vaporosas da nossa **velha** Europa” [...] “No seu rosto, Alberto, se revela toda a candura da sua alma e toda a singeleza dos costumes ainda tão virgens da **inculta** América. (grifo meu, REIS, 2017a, p.154)

Na véspera da partida, Gastão vai encontrá-la. No caminho, ele corre “por entre as árvores copadas da **velha** América” (REIS, 2017a, p.157); ao chegar ao local combinado, o alto de um pequeno morro, Gastão encontra Gupeva, cacique da tribo tupinambá, pai de Épica. Depois do susto do encontro, Gastão ouve a história que Gupeva deseja contar-lhe: uma índia chamada Épica, futura esposa do tupinambá, havia viajado para a França em companhia de Paraguaçu. Ao retornar, “débil e abatida, melancólica e desconsolada”, trajava vestidos que seguiam a moda europeia e despertavam a repugnância de Gupeva ao “ver aquela, que era tão simples no meio da solidão, ornar-se agora de trajés que faziam desmerecer sua beleza e seus encantos” (REIS, 2017a, p.164). A feição de Épica denunciava que ela sentia “saudades desse país longínquo que apenas viu” (REIS, 2017a, p.164).

Após saber que Épica se convertera ao Cristianismo e havia sido batizada, Gupeva também aceita esta fé, e o casamento deles é oficiado por um sacerdote cristão. Após casados, Épica conta ao marido: “amei com esse amor ardente, e apaixonado que só o nosso clima sabe inspirar, com essa dedicação de que só é capaz a mulher americana, com essa ternura que o homem nunca soube compreender. E sabes tu que homem era esse?” (REIS, 2017a, p.168). Apaixonada pelo Conde de ..., Épica fora rejeitada, e ele se casou com uma “donzela nobre de sua nação”. Abandonada e grávida, Épica busca no casamento uma saída para que o pai não fosse ofendido por esse desvio da filha.

A narrativa apresenta evidente anacronismo ao representar Épica como orientada por valores de uma sociedade cristã do século XIX, em que conceitos como virgindade e honra representam uma orientação que não deveria estar

incorporada a uma sociedade recém convertida ao cristianismo. Possivelmente por esse motivo, Muzart (2000) considerou o folhetim como uma “narrativa desastrosa”, mas não podemos ignorar que o texto da escritora era feito para um público orientado por esses conceitos e que, possivelmente, não destacaria tal incoerência.

Ao saber da desventura de Épica, traída por um francês cristão, Gupeva rejeita o Cristianismo. A esposa morre e deixa a filha aos cuidados do marido. Ele se dedica à menina e, ao mesmo tempo, cultiva um projeto de vingança amparado pela cosmologia tupinambá, por Tupã e Anhangá.

Enquanto escutava a história, Gastão sentiu “um calafrio mortal” ao ouvir o nome do Conde e deseja morrer após reconhecer ser irmão de sua amada. Ao revelar essa parte da história ao cacique, Gastão é atingido por um golpe de tacape desferido por Gupeva. Antes de ele morrer, Épica chega a tempo de escutar os últimos suspiros do jovem e saber que ambos eram irmãos. Ao amanhecer, Alberto parte à procura do amigo, encontra seu corpo junto ao corpo da amada. Enlouquecido, Gupeva havia matado Épica e morre ao ser atingido por seu próprio tacape. Ao enterrarem os amantes, a tripulação do navio constata que a grande semelhança entre eles só seria explicável caso compartilhassem o mesmo pai.

Assim como ocorre em *Úrsula*, não é possível um final diferente da morte, pois a possibilidade do incesto não poderia ser admitida, assim como seria impossível converter a paixão em outro sentimento. Anselmo Alós (2006) reconhece na organização de *Gupeva* elementos que remetem às tragédias gregas: a história ocorre no espaço de uma noite; as normas sociais não devem ser contestadas; e o incesto, mesmo que potencial, deve ser punido.

A construção de uma narrativa nacionalista se destaca no folhetim, e a história dessa nação segue modelos que começam a forjar a literatura brasileira após a intrusão portuguesa e sua associação junto aos indígenas, como é proposto pela união de Diogo Álvares e Paraguaçu. Elementos externos a eles não podem ser aceitos; dessa forma, franceses e holandeses não têm espaço na narrativa. Régia Silva (2013b) lembra que a descrição do francês como vil e passional também dialoga com a construção de uma História do Maranhão que rejeitaria o período da ocupação francesa na ilha de São Luís, entre 1612 e 1615. O assassinato de Gastão atualiza a aliança entre portugueses e nativos, estabelecida com a renúncia de Paraguaçu a seus direitos de princesa do Brasil em favor dos portugueses, representantes da fé cristã à qual ela se convertera.

No entanto, ao mesmo tempo que se aproxima da temática nacionalista, a narrativa de Maria Firmina extrapola o modelo e promove fissuras pelas quais emergem a contestação da imagem que a Europa usa para representar o continente conquistado. Na versão da maranhense, existe uma, embora inculta, “velha América”, não um novo mundo disponível aos que quisessem ocupá-lo. Associar a ocupação portuguesa à concessão dos povos nativos também é um elemento que borra a história contada pelos portugueses: sem a intervenção de Paraguaçu, a ocupação não teria sido permitida. Sua conversão ao cristianismo ajuda a explicar a recusa de seus direitos sobre o Brasil, pois a religião parece ser o elemento determinante para a invasão portuguesa, mas a rejeição de Gupeva ao cristianismo aparece como um movimento para se afastar dos costumes do colonizador.

Outro elemento importante nessa construção tem a ver com as roupas que Épica passa a usar após a viagem à Europa. Em vez de ser conquistado pelos vestidos da amada, Gupeva os acha repugnantes, pois os considera um sinal da corrupção do colonizador que não era capaz de enxergar a beleza da simplicidade. A ideia do bom selvagem reaparece em uma inversão interessante: aos olhos de Gupeva, as roupas que cobriam as vergonhas dos corpos pecadores surtiam efeito contrário, logo, em vez de purificar, as roupas poluíam esses corpos. A ideia de culpa, sempre relegada às mulheres nas sociedades patriarcais, também é alterada: o europeu, civilizado e cristão, é representado como o corruptor. Épica não é culpada por sua desventura, já que o nobre francês a corrompeu e, em vez de amor, buscava no casamento uma forma de ampliar suas relações sociais. Ainda cabe lembrar uma referência, mesmo que distante, a um poema de Gonçalves Dias, *I-Juca Pirama* (1851), em que o indígena é representado como o portador de uma elevação moral; no caso de Gupeva, ele é superior à moral representada pelos brancos, cumpriu a promessa de cuidar daqueles que amava e, de certa forma, realizou seu plano de vingança.

À época de sua publicação, só foi identificado um artigo que fazia referência a *Gupeva*, sem, contudo, indicar o título do folhetim. Um “primoroso trabalho” da D. Maria Firmina dos Reis teria sua publicação iniciada em breve. De forma semelhante aos artigos sobre *Úrsula*, em que se buscava despertar no público a vontade de comprar o livro, neste artigo se percebe o interesse em conquistar novos assinantes para o *Jardim das Maranhenses* (ANEXO G).

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um bellissimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade, tencionamos dar princípio do n. 25 em diante.

Garantimos ao público a beleza da obra; e pedimos-lhe a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la, a não desistir da empresa encetada. (JARDIM DAS MARANHENSES, 1861b, p.1)

Em 1861, a escritora já havia sido anunciada como autora de *Úrsula*, publicara poemas e podia ser considerada conhecida pelo público leitor do jornal. A benevolência e o incentivo dos leitores são atitudes sempre solicitadas e constituíam um modelo de comunicação, além disso indicava o que era necessário para que a escritora continuasse seu trabalho.

Como já citado, Gupeva foi publicado em três momentos: em 1861, no *Jardim das Maranhenses*, em 1863, no jornal *Porto Livre*; e em 1865, em *Ecos da Juventude*. A autora foi colaboradora destes jornais, tendo publicado poemas, charadas e crônicas nos dois primeiros periódicos antes de divulgar seu folhetim. A crítica tende a considerar as três publicações como um exemplo do sucesso literário da escritora, mas proponho que elas merecem ser consideradas como um exercício de estilo, um trabalho de lapidação do texto, na busca por melhores efeitos de sentido e por uma melhor aproximação aos folhetins de sucesso. Pois no aviso de publicação de 1865 (ANEXO I), havia a informação de que a autora “cuidadosamente corrigiu [a composição] para ser publicada” (ECO DA JUVENTUDE, 1865, p.3).

Acréscimos e alterações estão presentes em todas as versões. Da edição de 1861 há registro apenas do primeiro capítulo e parte do segundo. Nessa edição, não é o sangue francês de Gastão que o leva a apaixonar-se, mas o clima tropical que desperta seus sentimentos. Alberto afirma que o clima ardente do Brasil inspira a paixão de Gastão, logo, assim que o francês deixasse o país, deixaria de sentir tal paixão a ponto de se envergonhar por sua fraqueza. Ao anunciar que irá ao encontro de Épica, Alberto tenta dissuadi-lo, e Gastão anuncia que será o último encontro, pois pretende retornar para a Europa.

Na edição de 1863, Alberto acusa Épica de ser pagã, mas é informado que seu nome de batismo é Maria. Ela é descrita como a junção das culturas nativas e europeias, reúne “todas as perfeições europeias, o encanto, e a sedução das mulheres do seu país” (REIS, 1863a, p.2). Alberto tenta dissuadi-lo afirmando que os

encantos de Épica nada representavam perto da meiguice das mulheres francesas e da melancolia das portuguesas. O folhetim possui final semelhante ao que aparece na edição de 1865, mas nesse caso Alberto reconhece a semelhança entre os amantes na hora em que encontra o cadáver de Épica antes de enterrá-los. Esta versão possui quatro capítulos, publicados em seis edições do periódico.

A edição de 1865 foi dividida em cinco capítulos: no primeiro, Gastão anuncia sua paixão e o desejo de juntar-se a Épica; no segundo, ele corre em direção à amada e é surpreendido por Gupeva; no terceiro, Gupeva pede para que o francês ouça a história de Épica, sua esposa; no quarto, o segredo sobre o pai dos amantes e a impossibilidade do relacionamento é exposto; no quinto capítulo, publicado na mesma edição do quarto, os amantes encontram a morte.

Um ponto que merece destaque e despertou a necessidade de considerar as diferentes versões de *Gupeva* como um exercício de estilo está relacionado à forma como o texto de Maria Firmina foi modificado até apresentar uma melhor produção do corte<sup>16</sup> entre os capítulos. Certamente, a diferença entre os suportes determinava a quantidade de texto que poderia ser publicado a cada edição. O *Jardim das Maranhenses* era publicado com quatro páginas de tamanho A4, enquanto *Eco da Juventude* saía com oito, espaço suficiente para cada capítulo do folhetim ser publicado integralmente, o que colaborava para que a expectativa ao final de cada capítulo fosse melhor apresentada e despertasse a curiosidade do leitor para a continuação publicada no próximo número.

### 3.2.2 “A Escrava”

Parte significativa dos periódicos publicados em São Luís, como tantos em outras localidades, tiveram uma curta duração. Em muitos casos, após a dissolução de um jornal, o mesmo grupo iniciava um novo projeto (LEÃO, 2013). Esses movimentos se articulavam ao plano de construção da nação ao fomentar um cenário intelectual quase inexistente antes da Independência. A efemeridade destas publicações pode ser percebida nos jornais em que *Gupeva* foi publicado, em que apenas o jornal *Porto Livre* circulou por mais de um ano. No caso da *Revista*

---

<sup>16</sup> O corte é o momento que deve estabelecer o suspense do folhetim e capturar o leitor para o próximo número (MEYER, 1996).

*Maranhense*, foram publicadas apenas três edições, e a última trazia “A Escrava” (1887).

Em novembro de 1887, menos de um ano para a abolição da escravidão, em São Luís, a população escravizada havia sido reduzida lentamente. Pelos dados oficiais, o Maranhão registrava 32.976 escravizados. As campanhas abolicionistas atuavam nos periódicos e visavam apresentar aos leitores as contradições do sistema escravista, sobretudo no apoio recebido das lideranças cristãs. Nesse cenário ocorreu a única publicação de “A Escrava”. Ao contrário das outras publicações, a divulgação do texto de Maria Firmina foi mínima, seu nome foi publicado junto aos demais autores presentes naquela edição sem o destaque observado em décadas anteriores.

Já saiu do prelo e vai ser amanhã distribuído pelos respectivos assinantes o terceiro número da *Revista Maranhense*, cujo sumário é o seguinte:  
A Escrava, por Maria F. dos Reis. - A lei do interesse, por Augusto Brito. - Fantasia azul, por J.A. - A luta pela vida, por T.S. - Invenção da imprensa, por L.T. - De palanque, por Eloy, o herói. - Poesias: - Uma noite de Torquato Tasso, por Franklin Menezes. - Sempre (soneto) por Arthur Lemos. - Romeu e Julieta (soneto) por Américo Azevedo. - A... (soneto) por P. Bessa. - *Motte*, por Z. (PACOTILHA, 1887, p.3)

Não foi identificado nenhum comentário sobre o conto, mas podemos inferir que, por estar na primeira página, os editores consideraram algum potencial do texto para atrair o público. Nesse período, era raro identificar publicações da escritora nos jornais de São Luís; possivelmente, seu nome não despertava o mesmo apelo que era esperado em 1861 quando *Gupeva* foi anunciado. A crítica presente no conto consolida ideais que brotavam em *Úrsula*. Se naquela época o drama dos escravizados aparecia encoberto, intercalado aos dramas dos demais personagens, agora não há necessidade de estratagemas. Há anos se aguardava o fim da escravidão e cabia aos abolicionistas acelerarem esse momento.

Seguindo o modelo do *roman à tiroirs*, o conto começa com uma introdução, movimento que insere uma história dentro da história. Em um salão, com “pessoas distintas e bem colocadas”, tem início uma conversa “sobre o elemento servil”. Uma senhora toma a palavra e começa a listar motivos para a condenação da escravidão, condição que “desmoraliza e avilta a nação inteira”. Segundo a personagem, “por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal” (REIS, 2004, p.242). A exortação da senhora mobilizava três elementos fundamentais da estruturação daquela sociedade: a escravidão contrariava os

desígnios de Cristo, não era economicamente vantajosa e negava a evidente mistura de povos que foi forjada no ambiente escravocrata.

O primeiro motivo vinha da religião cristã: “para que se deu em sacrifício, o Homem Deus [...] Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade?” (REIS, 2004, p.241-2). A passagem remete ao perdão assegurado pelo sangue do Cristo na cruz: se o pecado de Adão havia condenado a todos, a expiação do Cristo teria perdoado.

Porque, se pela ofensa de um só, a morte reinou por esse, muito mais os que recebem a abundância da graça, e do dom da justiça, reinarão em vida por um só, Jesus Cristo. Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida. (BÍBLIA, Romanos, 5:17,18)

A ideia presente no Novo Testamento é lembrada para expor a limitação do argumento que a Igreja Católica usava para defender a escravidão a partir de “A maldição de Cam” (BÍBLIA, Gênesis, 9:22). No texto bíblico, Noé, após embriagar-se, fora visto nu por seu filho Cam, cujo neto, chamado Canaã, fora amaldiçoado por Noé que se ofendera: em vez de branca, Cam passara a ter a pele negra. A passagem teria sido usada para explicar a origem das populações negras para povos cristãos, muçulmanos e judeus. Entretanto, no século XV, ela passou a ser usada como argumento que autorizava o Reino de Portugal a expandir seus domínios sobre a costa africana e o Atlântico. Na Bula *Romanus Pontifex*, promulgada em 1455, foi concedido a Portugal o direito de capturar e subjugar povos não cristãos, tornando-os escravos. A partir dessa passagem bíblica, a Igreja Católica sancionava a escravidão, estabelecendo as bases para a lucrativa rede de comércio estabelecida em torno do tráfico humano.

O segundo motivo dizia respeito à economia: da escravidão decorre “a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro: o seu trabalho não é indenizado” (REIS, 2004, p.242). A ideia de que a escravidão impede o crescimento econômico aparece como questão central na forma como o capitalismo passa a se organizar no século XIX. Com a Revolução Industrial, a Inglaterra implantou mudanças para a ampliação dos mercados consumidores, passando a estimular o trabalho assalariado. No caso das colônias

americanas, mais que estimular, a Inglaterra impôs sanções aos países que praticavam o tráfico de humanos, o que representava uma grande mudança, pois comerciantes ingleses fizeram fortunas com o tráfico de pessoas entre África e América. No Brasil, a resistência ao fim da escravidão foi longa, sempre justificada pelo direito à propriedade e pela forma com que o sistema agroexportador fora organizado. Segundo os defensores da escravidão, a liberdade dos escravizados levaria os agricultores à falência e quebraria a economia do país.

Após a Inglaterra iniciar o combate pelo fim do tráfico humano, o governo brasileiro promulgou a Lei Eusébio de Queiroz (1850), confirmando a determinação daquele país. No mesmo período, o ciclo do café demandava uma grande quantidade de trabalhadores, para suprir essa demanda foi estabelecido o tráfico interno, motivo pelo qual muitos fazendeiros maranhenses venderam escravizados para as províncias do sul.

O terceiro motivo estava relacionado à hipocrisia presente na sociedade, pois o “cruzamento das raças estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentre nós convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...” (REIS, 2004, p.242). Com essa passagem, vem à tona outra marca da organização social brasileira, a miscigenação, produzida sobretudo, a partir do estupro cometido pelos colonizadores/proprietários rurais contra mulheres indígenas e negras. A miscigenação era visível no rosto de todos os presentes no salão em que a senhora contava sua história, como também era visível no rosto de políticos e intelectuais maranhenses, socialmente considerados brancos. A forte presença de características das populações negras no Brasil se tornou o alvo de políticas públicas que buscaram negá-las por meio do branqueamento da população, projeto que orientou um intenso processo de imigração de europeus para o Brasil entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Após esse início, a narrativa vai para a segunda parte: a história de Joana e Gabriel. A senhora que narra o conto é a única cujo nome não é anunciado, mas se sabe que ela estava passando uns dias em um local próximo a uma praia e participava da sociedade abolicionista de sua província e do Rio de Janeiro. Ao localizar temporalmente a história, ela fala: “era uma tarde de agosto” (REIS, 2004, p.243). Uma marca da escritora é retomada, pois *Gupeva* também registra um fim de tarde de agosto. Embora não determine um mês, em *Úrsula*, também é possível

supor que a história começa a ser narrada no mês de agosto quando as chuvas cessam e a região da Baixada Maranhense ainda está inundada.

É nesse lugar de descanso, “embevecida na beleza natural das alterosas palmeiras” (REIS, 2004, p.243), que ela vê “uma mulher correndo em completo desalinho”, esconder-se em uma “moita de murta”. Em poucos instantes aparece um feitor, Antônio, em busca da fugitiva. A senhora lhe indica o caminho contrário ao tomado pela mulher que escapara de uma fazenda próxima. Logo chega um novo personagem, “trêmulo e desvairado”, de “fisionomia franca e agradável”, e a senhora supõe tratar-se de um “calhambola”, um quilombola. Este homem procurava a mãe, a mulher escondida sob a murta. Seu nome é Gabriel, e sua mãe, Joana. A senhora ajudou os fugitivos. Após transportar Joana para casa e lhe fornecer algum cuidado, começa a parte principal: Joana toma a palavra e com suas últimas forças conta a história de sua vida. Sempre vivera nas terras do senhor Tavares, do Cajuí:

— Minha mãe era africana, meu pai de raça índia, mas eu de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava.

Eram casados, e desse matrimônio nasci eu. Para minorar os castigos que este homem cruel infligia diariamente à minha pobre mãe, meu pai quase consumia seus dias ajudando-a nas suas desmedidas tarefas, mas, ainda assim, redobrando o trabalho, conseguiu um fundo de reserva em meu benefício.

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se — tinha eu cinco anos — e disse: A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado. (REIS, 2004, p.254)

O testemunho de Joana apresenta informações importantes para a conquista do leitor à causa abolicionista. Tratada como fugitiva, ela era livre, havia sido enganada pelo senhor que entregou uma carta falsa a seu pai e, após a morte do pai, com sete anos, foi mandada para os trabalhos. Sua mãe morre com a descoberta de que haviam sido enganadas pelo senhor. E Joana fica “só no mundo, entregue ao rigor do cativo” (REIS, 2004, p.254). Mais que uma cena de ficção, os diversos golpes que os senhores aplicavam aos escravizados eram uma rotina. A notoriedade de abolicionistas como Luiz Gama veio, entre outras razões, por sua atuação em causas semelhantes: pessoas que compraram suas cartas de alforria ou foram alforriadas e depois ludibriados por escravocratas; nascidos após a Lei do Ventre Livre (1871), cuja documentação fora falsificada; libertos sequestrados e retornados aos trabalhos forçados, exemplos que representam situações recorrentes.

Além de expor o comportamento imoral dos senhores de escravos, a passagem indica os arranjos familiares possíveis entre negros e indígenas, africanos e nativos, o que Laisa Marra Bastos (2020) denomina “mestiçagem dissonante” por excluir o elemento branco. As relações de trabalho e as formas de conquista da liberdade que Maria Firmina parece defender também emergem na passagem. A liberdade de um escravizado deveria ocorrer com a compra da alforria, a indenização do proprietário. É assim que ocorre com Túlio, e será assim com Gabriel.

Ao continuar seu testemunho, Joana afirma que perdera dois de seus filhos, Carlos e Urbano:

Um homem apeou-se à porta do engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos - era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente.

Esse homem trocou ligeiras palavras com o meu senhor e saiu.

Eu tinha o coração oprimido, pressentia uma nova desgraça.

À hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... Corri para meus filhos que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. (REIS, 2004, p.256)

Após recobrar os sentidos, Joana ainda implorou para que seus filhos não fossem levados. Uma informação rápida deixa perceber a ilegalidade da situação, os filhos gêmeos de Joana tinham 8 anos (REIS, 2004, p.256). Como vimos, o tráfico interprovincial só foi proibido em 1882, isso significa que por alguns anos a prática conviveu com a Lei do Ventre Livre (1871), que alforriava os nascidos após sua promulgação. O conto está situado em um momento histórico posterior à lei de 1871, o que leva a crer que o registro da idade das crianças confirma mais uma das ilegalidades da ação dos senhores de escravos. O pedido da mãe não surte nenhum efeito sobre os traficantes. Os gêmeos foram para o Rio de Janeiro para trabalhar no cultivo do café.

Com a cena da venda dos filhos de Joana, a narrativa entra em contato com os fatos históricos, e a família da escravizada se torna a imagem da tragédia dentro da tragédia. Além dos trabalhos forçados a que eram submetidos, os escravizados não tinham a possibilidade de manutenção de uma família, outro ato contrário aos ensinamentos cristãos.

Joana morre ao concluir seu relato. Durante a noite, a senhora consegue mobilizar a sociedade abolicionista, providenciando a liberdade de Gabriel. O documento é apresentado ao senhor Tavares, logo que ele chega à casa da senhora em busca do foragido. Ao receber a carta, Tavares se mostra indignado e afirma:

o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla...  
A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos.  
Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não aprovação do seu senhor. (REIS, 2004, p.261-2)

A mobilização do movimento abolicionista havia constituído alguns instrumentos legais para assegurar a possibilidade de liberdade de escravizados. A Lei do Ventre Livre (1871), em seu Art. 4º, parágrafo segundo, assegurava que a alforria deveria ocorrer mesmo que não houvesse a anuência do proprietário:

O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação. (BRASIL, 1871)

Este instrumento garantia os direitos de propriedade aos senhores de escravos e os indenizava quando um de seus cativos podia arcar com os custos da liberdade. No entanto, na fala do senhor de escravos, o direito à propriedade é algo mais amplo que o valor econômico que determina a indenização a ser recebida em troca da liberdade do escravizado. Menos que afetar seus bens, a legislação reduz o seu poder sobre o mundo, já que a liberdade deixa de depender exclusivamente dos seus interesses. Aqui aparece uma nova ordem social que reduz os privilégios do patriarca. Como agravante, é uma mulher quem lhe frustra as vontades. “Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra seu senhor” (REIS, 2004, p.261) é o que afirma Tavares ao ser surpreendido com a liberdade de Gabriel. Com esse desfecho, o texto expõe a insatisfação dos senhores de escravos com as mudanças que estavam ocorrendo.

Ao publicar “A Escrava”, Maria Firmina se mostra fortemente comprometida com a liberdade dos escravizados; mais que isso, ela figura como o exemplo da artista como intelectual, aquela que a partir do seu trabalho semeia o projeto de uma nova sociedade, aos moldes dos escritores românticos estimulados pelo momento de ascensão da burguesia francesa e as possíveis melhorias sonhadas pelos

envolvidos nesse processo, como Victor Hugo (1802-1885), na França, e como Castro Alves (1847-1871), no Brasil.

Dentre as narrativas da escritora, esta é a primeira em que é possível identificar um final feliz: “Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!” (REIS, 2004, p.262) é o que ordena a senhora diante de um Tavares enfurecido. A comoção que a leitura desperta expõe a estratégia abolicionista na literatura: usar do sentimento humanitário (CANDIDO, 2000b, p.247) para converter a opinião da população em prol do fim da escravidão.

### 3.3 OUTROS TEXTOS

Além do romance, novela e conto analisados, Maria Firmina publicou dois textos curtos classificados como crônicas. Estes textos não abordam eventos específicos, mas descrevem reflexões da escritora, algo que parece reproduzir a aura de sofrimento de suas narrativas e poemas projetando uma vida de dor e angústia que representariam as experiências da autora.

Em *Meditação*, publicado em *O Jardim das Maranhenses*, de 25 de novembro de 1861, vemos uma breve reflexão sobre a falta de expectativas para o futuro. Sob a luz do luar, em frente ao mar e com o vento agitando as palmeiras, uma personagem reflete sobre o significado de sua vida. Ela constata: “o presente pesa-me como um fardo enorme - o futuro envolve-se-me em denso véu de escuridão” (REIS, 2017b, p.16). O local era triste, meditabundo, pálido e desconsolado, como a alma da personagem. O alívio para a insegurança é buscado em orações, prontamente atendidas: “Eu já tinha uma esperança; e por isso bendizia a Deus do fundo do meu coração” (REIS, 2017b, p.17). O texto foi publicado na mesma edição em que apareceu a terceira parte de *Gupeva*, o que sugere um número limitado de locais em que a escritora podia publicar seus escritos. Ele resume uma característica muito esperada nas mulheres: a expressão da fé cristã. Diante de todos os problemas, a solução era dada pela religião.

Um pouco mais longo é o texto de 1872, *Um artigo das minhas impressões de viagem*, publicado nos dias 1º e 8 de setembro, em *O Domingo. Semanário crítico e literário*. Embora faça alusão a uma viagem, e indique o deslocar de um navio a vapor que parece chegar a Guimarães (após passar o Itacolomi, é possível avistar “antigos edifícios”, atrás de uma “baixa muralha alvacenta”), a viagem descrita

parece mais próxima do plano metafórico. Ela não trata de um porvir, mas de um já vivido. O Itacolumi é uma formação rochosa que marca a entrada da Baía de Cumã, porta de acesso marítimo para a cidade de Guimarães. O nome serviu de título para uma poema publicado em *Cantos à beira-mar*, “Itaculumim”, esse poema também aborda a temática indianista ao descrever a baía, falar das lutas que os povos nativos travaram pela sobrevivência e concluir que só restam as lembranças daquele povo. No artigo de Maria Firmina, a memória dos indígenas é descrita como algo que ainda existe:

três séculos e meio, ainda não puderam esquecer; - recordações dessas raças belicosas, de caráter altivo, de sentimentos nobres e elevados... Na destra o arco retesado pela flecha, - na cinta a aljava; - o ardor no coração; - nos lábios o canto rude do guerreiro, ei-los. (REIS, 2017b, p.19)

Além da memória, das lágrimas, do túmulo, não havia mais nada dos antigos povos, a vida em movimento permanente, como um navio a vapor: “corria, corria sempre”.

Estas publicações podem ser compreendidas novamente como um exercício de escrita, que expõe a preocupação em produzir textos em diversos formatos. Além disso, são um exemplo da variada produção que as escritoras do século XIX publicaram. Ao ver o título do texto de 1872, é fácil lembrar de Nísia Floresta (1810-1885) e dois livros que registram as impressões da escritora sobre regiões da Europa pelas quais ela viajou: *Itinéraire d'un Voyage en Allemagne* (1857) ou *Trois ans en Italie: suivis d'un voyage en Grèce* (1864). Mais que um gênero explorado por escritoras, os relatos de viagem são um estilo de publicação de muito sucesso desde o século XVI. Como destacou Sartre, para o escritor do século XIX: “fora da arte, só se encontra nobreza em três ocupações: amor, viagens, guerra” (SARTRE, 2004, p.98). As viagens passaram a ser vistas como um processo de cultivo intelectual, em que os relatos divulgavam o que os viajantes haviam aprendido. Não importava se o registro era sobre florestas tropicais e seus animais ou sobre cidades históricas, as mulheres produziram muitos registros sobre diferentes lugares visitados. Mme. de Genlis, Ida Pfeiffer e Mme. Godin de Odonais são algumas das muitas exploradoras que narraram suas experiências durante viagens a diferentes lugares.

Além destes textos, vale uma menção ao *Álbum*, com registros feitos entre os anos de 1853 e 1903. Como elementos próprios desse tipo de documento, nas

suas páginas surgem memórias, reflexões, datas importantes. No *Álbum* há passagens que apresentam uma construção autobiográfica. Há também passagens que indicam que a escritora vislumbrava a possibilidade de publicação de suas memórias. No dia 5 de janeiro de 1874, ao registrar a morte de Vicente Cabral, ela comenta: “se meu álbum, em algum dia, depois de minha morte, puder merecer a atenção de alguém, ele levará à posteridade o nome de uma pessoa estimável como era Vicente Cabral. Morreu no dia 4 de janeiro de 1874” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s.p.). A possibilidade de ser lida no futuro parece sustentada pelo surgimento do diário como um gênero literário que se popularizou durante o século XIX.

Foi na segunda metade do século XIX, período por excelência da afirmação das concepções sobre a esfera privada, que o diário pessoal se estabeleceu como gênero, inicialmente literário, e, aos poucos, se consolidou como prática social e educativa recomendada e adotada essencialmente pelas ‘senhoritas’, ‘mulheres’ burguesas e aristocráticas que tinham acesso à alfabetização. (CUNHA, 2012, p.256)

Apesar de fragmentado, há passagens que indicam o empenho para tornar inteligível a sua trajetória. Em junho de 1863, ela redigiu uma passagem intitulada “Resumo da minha vida”; mais que um registro cronológico, a passagem apresenta a relação da escritora com a educação, e é aqui que ela fala sobre a educação freirática que recebera, comentada no Capítulo I. Após tratar da infância, ela fala dos “vívidos raios de sol da adolescência”. Na terceira parte, a alegria e esperança das fases anteriores desaparecem: “a sucessão dos anos apagou-me o fogo do coração, resfriou-me o ardor da mente, quebrou na haste a flor de minhas esperanças (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

A demarcação de um local em que Maria Firmina estava inserida ou a lente a partir da qual ela queria ser vista aparece desde o primeiro registro do *Álbum*. Com data de 20 de maio de 1853, foi escrita uma passagem que recebeu o título “Uma lágrima sobre o túmulo”. Dores, sofrimentos e gemidos demarcam a perspectiva soturna que envolve tais memórias. Em um dia 26 de junho, sem indicação de ano, ela escreve: “Eu não amo a vida; porque ela é a vida de gozos e de felicidades: amo-te, oh! Sepulcro; porque em ti se [não identificado] esquecimento e repouso”. Esta passagem foi explorada de forma sensacionalista na época do lançamento do livro de Moraes Filho para afirmar que a escritora apresentava alguma propensão ao suicídio.

Breves intervalos no registro de lágrimas, suspiros, despedidas e lembranças ocorrem quando a escritora fala de sua família: “Sinhá sentou-se com 5 meses e começou a desmamar na noite de 23 de julho de 1863”; “Cortou-se o cabelo de Sinhá no dia 9 de janeiro de 1874”. Nascimentos, batizados, os primeiros passos das crianças, as viagens de filhos e conhecidos são pontos de calma intercalados entre as mortes de amigos, filhos e netos registradas no diário.

Durante as pesquisas de Moraes Filho, a partir do contato que ele travou com os familiares da escritora, Leude Guimarães informou-o que a escritora havia deixado muitos manuscritos, com romances, poemas e o *Álbum*. Em viagem a São Luís, esses manuscritos teriam sido parcialmente roubados, restando apenas partes do *Álbum*. Custoso imaginar que um ladrão teria arrombado o baú em que os papéis estavam guardados e os levado, mais fácil terem sido perdidos com o tempo, comidos por traças ou coisas do tipo, no entanto, esta é a informação que foi registrada. Curiosamente, esta passagem inscreve a maranhense também no rol de escritores com obras perdidas ou não escritas do século XIX (CANDIDO, 2000a, 223-224). As obras desaparecidas seriam a comprovação de que determinada pessoa seria um grande escritor, caso seu trabalho tivesse sido publicado. Felizmente, não há necessidade de atrelar a produção intelectual de Maria Firmina a algum texto desaparecido.

### 3.4 POEMAS

#### 3.4.1 O segundo livro

Em 1871, *Cantos à beira-mar* foi impresso na Tipografia de *O Paiz*, em que era publicado jornal homônimo. Em *O Paiz* foram identificadas duas colaborações da escritora: os poemas “Nênia, a sentida morte de Raymundo Marques Cordeiro” (1881) e “Uma lágrima” (1885). Os poemas presentes no livro englobam diversas temáticas. Há poemas dedicados a familiares, registros sobre a cidade de Guimarães, dedicados a escritores que serviram de inspiração. A presença das homenagens aos escritores Thomaz Antônio Gonzaga e Antônio Gonçalves Dias, com poemas que retomam a obra destes escritores, indicam a compreensão de uma lógica de prestação de tributos aos escritores aclamados pela crítica em construção no século XIX. A produção de uma literatura reconhecida como nacional após a

Independência do Brasil e o estabelecimento de seus precursores se tornou elemento que devia ser reconhecido pelos que aspiravam figurar entre os escritores renomados.

Em sua maioria, os poemas expõem as emoções de um eu-lírico que se apresenta no feminino. Não foi possível identificar uma lógica na distribuição dos poemas. Por exemplo, as sete composições que fazem referência à Guerra do Paraguai, as quatro oferecidas a Raimundo Marcos Cordeiro ou as quatro oferecidas aos seus familiares não estão publicadas segundo uma sequência. O caráter elegíaco da maioria dos poemas é perceptível pelo tom melancólico que perpassa toda a obra. Apesar da diversidade temática do livro, é possível identificar um eixo que o organiza, e este seria a posição em que a escritora emite seus cantos: são cantos proferidos à beira-mar, como ocorre no poema “Meditação”, dedicada à irmã, Amália Augusta dos Reis.

Vejamos pois desta deserta praia,  
Que a meiga lua a pratear começa,  
Com seu silêncio se harmoniza está alma,  
que verga ao peso de uma sorte avessa.  
("Meditação", In: REIS, 2017a, p.125)

Olhares lançados ao mar, ondas que choram nas praias nuas da Baía de Cumã, o luar e o vento que balança as palmeiras constituem o cenário em que seus cantos são proferidos. Segredos inconfessáveis, amores impossíveis, momentos de solidão e reflexão estão presentes na quase totalidade dos cinquenta e sete poemas publicados no livro. O lirismo das composições reproduz aspectos do universo feminino amplamente cultivados nos versos do século XIX, por mulheres e homens.

Já gasta d'um querer que me devora,  
Vou – ave solidão, buscando um ermo,  
Asilo ao meu sofrer...  
Onde do sol os raios nessa hora  
Não penetrem – do trilho lá no termo  
Vou sonhar – e gemer.  
("O meu segredo", In: REIS, 2017a, p.47)

A leitura dos poemas expõe limitações técnicas da escritora: formas clássicas como o soneto não são usadas; a métrica é desobedecida em diversos momentos durante a composição dos versos; a distribuição das rimas ao longo das estrofes é realizada com liberdade e simplicidade. Além dessas características, a atenção recai sobre a exploração dos temas que são apresentados. A morte é elemento constante no livro, ocupando posição semelhante à que possui nos textos

em prosa. Em muitos poemas, a morte aparece como algo desejado e sinaliza a possibilidade de reencontro com pessoas queridas, como em “Uma lágrima”, dedicado às dores ainda intensas pela morte da mãe<sup>17</sup>. Em outras, a morte é a solução para as dificuldades da vida.

P'ra que viver, se esta vida  
É martírio eterno, e lento?  
E frágoa a existência,  
É século cada momento:  
P'ra que a vida, Senhor,  
Se a vida vale um tormento!!!...  
("Súplica", In: REIS, 2017a, p.39)

O universo semântico da morte é explorado em várias possibilidades: lápide, sepulcro, campa e analogias a estes termos são expressões largamente usadas. Seguindo uma forte influência do Ultrarromantismo, os poemas mergulham no pessimismo e na desesperança e apresentam a morte como fonte de repouso e esquecimento, descrevendo o túmulo como o lugar onde há paz:

A morte ao menos, que tememos tanto  
Traz o repouso – o esquecimento traz!  
Dos mortos olhos não se filtra o pranto,  
Por sob a lousa só domina a paz.  
("Queixas", In: REIS, 2017a, p.111)

Quando os poemas escapam do tema da morte, caem no sofrimento amoroso, como ocorre em “A Mendiga”, oferecida a Antonio Henriques Leal, intelectual que elaborou o *Panteão Maranhense*. O poema fala de uma mulher que mendiga pelo amor do amado e dos dissabores da vida causados, sobretudo, por torpes sedutores que, em vez de cultivarem o amor, iludem as jovens.

Passa a brisa namorada,  
Rouba da rosa o odor,  
Ela sentida – definha,  
E morre de dissabor.  
Assim por linda donzela  
Passa o torpe sedutor,  
E seus mimos, seus encantos,  
Rouba infame e sem amor.  
("A Mendiga", In: REIS, 2017a, p.90)

Alguns poemas do livro constituem uma parte que parece deslocada, pois tratam sobre a Guerra do Paraguai, ocorrida de 1864 a 1870, eles indicam como

---

<sup>17</sup> Pela leitura da dedicatória do livro e de seu primeiro poema percebe-se que a mãe da escritora, Leonor Felipa dos Reis, havia falecido pouco tempo antes da publicação de *Cantos à beira-mar*, o que foi confirmado com a identificação de seu registro de óbito em 3 de novembro de 1866 (GOMES, 2022).

esse evento marcou aquela sociedade. Mesmo distante geograficamente das áreas de conflito, a escritora acompanhou os eventos. Ao todo são sete poemas relacionadas à Guerra, seus títulos são explicativos do momento em que foram escritos e representam um resumo dos eventos desde o início dos combates, como em “À Partida dos Voluntários da Pátria do Maranhão”. O desenrolar das batalhas pode ser observado em “Por Ocasão da Passagem de Humaitá”, batalha vencida pelo exército brasileiro em 19 de fevereiro de 1868, e em “Por Ocasão da tomada de Villeta e ocupação de Assunção”, eventos ocorridos em janeiro de 1869. A comemoração pela vitória aparece em “À Recepção dos voluntários de Guimarães” e nos três poemas dedicados ao tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Junior. A dimensão épica do evento torna estes poemas bem diferentes das demais. O ritmo dos versos muda, e o tom imperativo se destaca.

Que heróis! saudai-os, Guimarães, saudai-os!  
Saudai os filhos que a mãe-pátria honraram!  
Saudai os restos da imortal corte,  
Chorai os bravos que por lá ficaram!!..  
 (“À recepção dos voluntários de Guimarães”, In: REIS, 2017a, p.75)

Dentre estes poemas, aparece a única referência do livro que pode ser indicativa da perspectiva de libertação dos escravizados, principalmente daqueles que participaram das lutas.

Dize que os povos escravos  
Vais levar com lealdade  
Não ferros, mas liberdade,  
Progresso – não opressão.  
Vai quebrar as vis cadeias,  
As algemas de seus pulsos,  
De amor em doces impulsos,  
Vais dizer-lhe: És meu irmão!  
 (“Por ocasião da passagem de Humaitá”, In: REIS, 2017a, p.58)

Durante a Guerra do Paraguai, a população escravizada constituiu significativa parte dos combatentes. Uma das razões para a participação de cativos na guerra estava relacionada ao mecanismo de “compra de substitutos”, em que os senhores de escravos que deveriam lutar na guerra poderiam ser substituídos por escravizados. O governo imperial também promoveu a alforria para que libertos fossem enviados à frente de batalha, pois a longa duração dos conflitos havia reduzido o interesse no alistamento para as forças armadas (SILVA, 2016).

A repercussão do livro, semelhante à maioria das publicações da escritora, foi tímida, tendo uma pequena nota no *Publicador Maranhense*. Ela começa pelo

título em caixa alta, CANTO À BEIRA MAR. Seguindo os modelos anteriores, o texto reconhece as qualidades da talentosa professora pública da freguesia de Guimarães e lembra que seus versos são conhecidos do público. A publicação da escritora merecia atenção dos leitores, pois “se são dignos de animação os frutos da inteligência e da aplicação, quando é um homem que com eles vem enriquecer as letras pátrias, mais o é, sem dúvida, se partem do talento de uma senhora” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871, p.2).

Um segundo comentário sobre o livro foi identificado no jornal *O Espírito-santense* (ANEXO J), onze meses após a publicação do primeiro anúncio. Existia, no século XIX, uma significativa circulação de periódicos entre as províncias relacionada às contribuições de colaboradores de diferentes localidades. Escritoras e escritores poderiam enviar para diferentes periódicos textos junto com os impressos de determinado local. Essa parece ser a explicação que torna possível que um jornal do Espírito Santo divulgue um livro de poemas publicado no Maranhão. Muitas vezes, esses jornais repetiam as informações recebidas, como ocorre nesse caso. Segundo o texto, a fonte da notícia é o jornal *A Esperança*, do Maranhão.

Publicação – Lê-se na *Esperança* do Maranhão:

Com o título de *Cantos à beira mar*, vai publicar um volume de poesias a exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, inteligente professora pública da vila de Guimarães, nesta província.

Esta distinta poetisa é já muito conhecida pelos seus trabalhos literários, que têm corrido impressos, nos nossos jornais e no *Parnaso maranhense*; é também autora do romance original brasileiro *Úrsula*. (PUBLICAÇÃO, 1871, p.2)

Ao pesquisar sobre *A Esperança*, no arquivo da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não foi encontrado nenhum exemplar desse periódico. A identificação deste comentário reforça a possibilidade de que algumas críticas sobre a obra de Maria Firmina foram perdidas. A nota também indica que houve a tentativa de divulgar o livro para um público externo à província do Maranhão, mas este projeto não teve êxito.

### 3.4.2 Os poemas dispersos

A escritora experimentou um período muito produtivo entre 1860 e 1872 quando foram identificadas 26 poemas, mais 14 vieram a público entre 1881 e 1908.

Além das composições de *Cantos à beira-mar*, foram identificados poemas dispersos em diversos jornais<sup>18</sup> e em duas antologias<sup>19</sup>. Entre 1873 e 1880 ocorreu a mais longa ausência da escritora dos periódicos maranhenses. Entre os períodos de maior publicação é possível identificar uma mudança em seus poemas. Enquanto no primeiro, os poemas têm um caráter mais intimista, no segundo momento, têm uma dimensão mais social, o que Antonio Candido (2000a, p.49) denomina uma “poesia endereçada”, feita para amigos ou declamadas em festas de casamento.

Nos poemas do primeiro momento, além do lirismo, presente em *Cantos à beira-mar*, é possível identificar composições que incorporaram elementos Arcades, como em “Constância” (1861), em que a pastora, cortejada por um nobre, resiste à vida de luxo e aos títulos de nobreza que lhe são oferecidos, pois a promessa de amor empenhado a outro a impede de aceitar a proposta do nobre. O poema apresenta um modelo moral a ser seguido.

Dize-me, linda donzela,  
Gentil filha dos amores,  
Se me amas, virgem bela,  
Se me cede teus favores?...  
Não, meu nobre senhor.  
Sou formosa, bem o sei:  
Sou pastora – meus afetos,  
A outro já tributei.  
 (“A Constância”, in: REIS, 2017b, p.310-1)

Em outro poema, é possível observar o projeto de escrever a partir dos modelos indianistas tão característicos dos cantos de Gonçalves Dias, seguindo até um ritmo que lembra a primeira estrofe do quarto canto de *I-Juca Pirama* (1851). Em *O Canto Tupi* (1865), a selva e a cosmologia indígena são retomadas nas figuras de Tupã e Anhangá, essas entidades dão a disposição para o combate. A prova da força do guerreiro pode ser percebida nos “cem crânios expostos na taba” e nos inúmeros dentes inimigos que ele possui.

<sup>18</sup> A lista a seguir apresenta o total de poemas publicados em cada jornal e o ano de publicação: *A Imprensa*, 1 poema, (1860); *Publicador Maranhense*, 1 poema também publicado em *A Verdadeira Marmota* (1861); *O Jardim das Maranhenses*, 3 poemas (1861); *A verdadeira Marmota*, 8 poemas (1861) e 2 poemas (1862); *Porto Livre*, 2 poemas (1863); *Eco da Juventude*, 4 poemas (1865); *Semanário Maranhense*, 1 poema (1867) e 1 poema (1868); *O Paiz*, 1 poema (1881), 1 poema (1885) e 1 poema (1888); *O Porvir*, 1 poema (1885); *Pacotilha*, 1 poema (1885), 1 poema (1889), 1 poema (1897), 3 poemas (1900) e 1 poema (1908); *Revista Maranhense*, 1 poema (1887); *Diário do Maranhão*, 1 poema (1889), também publicada em *Pacotilha*; *O Federalista*, 1 poema (1903) (FURTADO, 2017b).

<sup>19</sup> Dois poemas foram publicadas no *Parnaso Maranhense* (1861): “Minha Vida” e “Por Ver-te” também publicadas em *A Verdadeira Marmota*, em maio de 1861; mais dois foram publicadas no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1868).

Sou filho das selvas — não temo o combate,  
 Não temo o guerreiro, — guerreiro nasci;  
 Sou bravo, — eu invoco do bravo o valor,  
 Sou filho d'um bravo, valente tupi.  
 (“O Canto Tupi”, In: REIS, 2017b, p.357-8)

As diversas influências presentes nestes poemas repetem as mesmas características da prosa da escritora, em que marcas de diferentes estilos literários conviviam, como ocorre nesses exemplos, com elementos da poesia pastoral e da poesia indianista.

Na imprensa da época, circularam recomendações para que os leitores apreciassem os poemas da escritora. Um exemplo é o que foi publicado no *Jardim das Maranhenses* (ANEXO F), em 20 de setembro de 1861: “Recomendamos aos nossos leitores a poesia que abaixo vem estampada da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense” (JARDIM DAS MARANHENSES, 1861a, p.1). Um artigo com detalhes sobre a participação das mulheres na sociedade e na literatura, foi publicado com as “impressões de leitura” do *Parnaso Maranhense* (O PARNASO..., 1861, p.1). Os comentários fizeram parte de uma longa resenha sobre o livro, publicada em onze edições de *A Imprensa*, entre setembro e novembro de 1861. A edição sobre os poemas da maranhense veio a público em 19 de outubro (ANEXO H).

O Artigo, assinado pelo pseudônimo Saphir<sup>20</sup>, começa com um tom semelhante ao presente no artigo sobre *Úrsula*, publicado em 13 de maio de 1861, em *A Verdadeira Marmota*. Ele é iniciado com uma avaliação sobre a posição da mulher na sociedade. “A mulher que em todas as épocas tem sido a geradora dos maiores acontecimentos, ainda não partilha dos mesmos privilégios, que, em partilha de leão, tomou o homem para si” (O PARNASO, 1861, p.1). O artigo segue comentando que as mulheres eram, no passado, uma máquina reprodutora que deveria “ser a primeira escrava do marido”. Na Grécia Antiga, as mulheres eram “segregadas do banquete intelectual”, diferente do que ocorrera com a vinda de Cristo quando a liberdade da mulher teria iniciado e elas teriam adquirido os mesmos privilégios dos homens. No século XIX, ainda segundo o artigo, a mulher viria participar dos movimentos políticos com a mesma influência que tinham os

---

<sup>20</sup> Durante a pesquisa não foi possível identificar quem seria Saphir, pseudônimo que assina uma série de artigos sobre os(as) autores(as) publicados no *Parnaso Maranhense*. Ainda que seu artigo sobre Maria Firmina apresente elementos do discurso feminista do Século XIX, é muito provável que se tratava de um homem.

homens e, na Europa, já era possível ver essa emancipação. Entretanto, no Maranhão, este cenário era algo distante, pois a educação que as mulheres recebiam, quando recebiam, servia apenas para conquistar um marido.

Em função da deficiência do ensino oferecido às mulheres, era um evento extraordinário encontrar uma mulher escritora, como acontecia entre os cinquenta e dois autores do *Parnaso Maranhense*, entre os quais apareciam D. Jesuina Serra Augusta<sup>21</sup> e D. Maria Firmina dos Reis. Por terem recebido educação acanhada, os defeitos dos poemas que elas apresentaram deveriam ser relevados. Após essa longa introdução, sobre Maria Firmina é dito:

Os versos de M. Firmina dos Reis indicam uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, e o doce perfume dos sentimentos saídos do coração sem ensaio nem afetação.  
De há muito que todos conhecem os talentos e a habilidade da autora de *Úrsula*, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o *Parnaso*. (O PARNASO, 1861, p.1)

Mais que observar os comentários sobre a escritora, o artigo é interessante para expor a presença de discursos feministas em periódicos maranhenses, já que ele afirma que as mulheres precisam aprender mais que rudimentos de geografia, francês, piano e canto, além de desejar que participassem da política com a mesma representatividade que os homens. O diálogo com o prólogo de *Úrsula* também fica evidente, pois há um incentivo a que mais mulheres escrevam. Os poemas publicadas no *Parnaso Maranhense* sintetizam o lirismo romântico da escritora, como ocorre em “Por Ver-te”, cujo tema é o amor impossível. Neste excerto, o eu-lírico é apresentado como capaz de tudo por um próximo encontro:

Por ver-te inda eu quisera aniquilado  
O céu, o mar, a terra, o ar, o vento;  
Quisera, pendurados nos abismos,  
Ver os astros perderem o movimento.  
 (“Por Ver-te”, In: REIS, 2017b, p.297-8)

A atração pelo sofrimento e a angústia presentes em várias de seus poemas também aparecem em “Minha Vida”. A melancolia e a desesperança são as marcas que representam a vida como um deserto, cujo caminho antecipa a chegada ao túmulo. Embora ainda relacionada às flores que frequentavam os poemas escritos por mulheres no século XIX, as flores da maranhense não têm brilho, não indicam esperança.

---

<sup>21</sup> Além da presença de um poema no *Parnaso Maranhense* e da citação de Carvalho (2021), sobre Jesuina Serra Augusta não foi identificada nenhuma informação.

Um deserto espinhoso, árido e triste  
 Atravesso em silêncio — erma soidão!...  
 Nem uma flor qu'ameigüe estes lugares,  
 Nem uma voz qu'amenize o coração!  
 (“Minha Vida”, In: REIS, 2017b, p.223-5)

Os poemas do segundo momento estão relacionados a uma dimensão social. Embora a dimensão lírica também esteja presente, como no poema dedicado à amiga que “serenou seu mortal desgosto”, Madasinha Serra (em 1887), as homenagens têm grande destaque dentre o que foi publicado. Raymundo Marques Cordeiro (em 1881), Isabel Aurora de Barros Macedo (em 1885), Júlia Sá (em 1889) e Manoel Raymundo Ferreira Guterres (em 1897) tiveram suas mortes registradas nos versos da escritora. Além das homenagens melancólicas, foram escritos poemas festivos, como os versos dedicados para “O Menino sem ossos” (em 1888), acrobata que se apresentou em Guimarães, à Sociedade Artística Beneficente de Guimarães (em 1900) e a Policarpo Lopes Teixeira (em 1903). Também foram publicados os versos oferecidos à “À Exma. Sra. D. Anna Esmeralda M. Sá” (1900) quando ela se casou.

Se acolhes, jovem, desta amiga os votos,  
 Deixa unir o meu peito, ao peito teu;  
 Fui tua preceptora — amei-te sempre;  
 Eis o que sinto, eis o brinde meu.  
 (“Um Brinde à Noiva”, In: REIS, 2017b, p.405-6)

O caráter relacional dos poemas informa a proximidade entre a escritora e as pessoas a quem as composições eram dedicadas. Alguns deles exploram dimensões que não aparecem nos poemas intimistas, como os votos de alegrias, que não deveriam faltar nas composições declamadas nas festas.

Faço votos por ti para ver sempre  
 Dos lábios te escapar ledô sorriso:  
 Caminha afoita nessa nova senda  
 E a vida te será um paraíso.  
 (“Poesia Recitada por Ocasão das Bodas do Sr. Eduardo Ubaldino Marques”, 1908, In: REIS, 2017b, p.411-2)

Essas “poesias endereçadas”, dedicadas a amigas e outras pessoas do círculo de convivência da escritora, revelam a face sociável com que a escritora elaborava seu trabalho. Antonio Candido registra que “grande parte da poesia setecentista é endereçada, é uma conversa poética, quando não é francamente comemorativa” (CANDIDO, 2000a, p.49). A permanência dessa característica na

obra de Maria Firmina merece uma atenção que, a meu ver, extrapola essa relação comunitária da poesia dos setecentos e parece operar como um conjunto de ações em que a escritora busca reforçar seu reconhecimento social.

Ao lembrar as dedicatórias de *Cantos à beira-mar*, em que aparecem poemas oferecidos a professores, editores, jornalistas, escritores, poetas, magistrados, tenentes-coronéis e vice-presidentes da então Província do Maranhão, percebe-se que a escritora compreendia certa etiqueta social que tornava apropriada a homenagem, por vezes adulação, daqueles que poderiam ajudar-lhe em seu projeto de constituir-se como uma escritora com trabalhos publicados e reconhecidos, pois estabelecer relações com escritores, intelectuais e figuras públicas poderia colaborar na divulgação de sua obra.

Para Bourdieu (1996), o Campo Literário seria uma dimensão da vida social que funcionaria sob relativa autonomia em relação às dimensões político/religiosas da Paris do século XIX. Este cenário de autonomia não era possível no limitado corpo de intelectuais que circulavam no Maranhão, no século XIX. Em vez da autonomia, a forte imbricação entre as dimensões políticas, religiosas e artísticas determinava uma relação de proximidade com representantes dessas instâncias.

A produção intelectual da maranhense estava associada a modelos literários em circulação no século XIX, ainda que em alguns casos tratassem de estilos cultivados em décadas anteriores resgatados para a produção de uma expressão artística nacionalista, como foi destacado durante os comentários sobre *Gupeva*. A identificação das temáticas abordadas indica como a escritora estava envolvida com as discussões de seu tempo, seja na crítica à escravidão, no projeto nacionalista ou na representação de uma mulher que, embora intelectual e independente financeiramente, deveria parecer ou ser vista como frágil e sensível.

O conhecimento dos modos de publicação e das relações sociais mediadas pela literatura, como as homenagens a escritores renomados e a cortesia com os intelectuais do seu círculo de relações, indica uma compreensão ampla das regras sociais e dos caminhos possíveis para a conquista de reconhecimento. As décadas em que a maranhense se dedicou à produção literária e as brechas pelas quais ela deixou escapar o desejo pelo reconhecimento de seu trabalho são elementos para corroborar seu empenho em um projeto literário que foi seguido em seus textos e associado à própria personalidade da autora, como é sugerido nas passagens de seu diário.

## 4 RESGATE, RESGATES

O termo resgate é utilizado para descrever diversos processos de promoção da obra e de escritoras/es que por certo período foram esquecidas/os. Esses processos são orientados por diferentes motivos, como o reconhecimento do valor estético ou a identificação de manifestações políticas inscritas no texto literário, por exemplo. Para a Estética da Recepção (JAUSS, 1994), tais processos indicam a identificação de um novo horizonte de expectativas, a possibilidade de leitura do texto a partir de perspectivas diferentes das já realizadas, com o destaque de novos elementos para distinguir a excepcionalidade de um/a escritor/a.

O resgate de um/a escritor/a promove a discussão dos temas destacados e estimula análises sobre sua obra e seu contexto de produção, no entanto apenas o movimento de divulgação de uma obra esquecida não significa que ela venha a ser conhecida além de círculos acadêmicos ou regionais. Com o objetivo de pensar sobre o processo de resgate de Maria Firmina dos Reis, neste capítulo serão examinadas diferentes ações utilizadas para a divulgação de sua obra e os primeiros trabalhos críticos dedicados a ela.

### 4.1 AS PRIMEIRAS MENÇÕES

Ainda que poucas, algumas referências à escritora foram feitas durante o século XIX. As citações aparecem em livros envolvidos em projetos de construção de uma história da literatura maranhense/brasileira e de cânones sobre a literatura em língua portuguesa, como é o caso do *Dicionário Bibliográfico Português* (1862), de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876). O livro registra na página 349 o nome dos autores publicados no *Parnaso Maranhense* (1861) sem tecer comentários sobre os poemas. A “Nênia à memória do mavioso e infeliz poeta dr. A. G. Dias”, publicada em *Cantos à beira-mar* (1871), foi publicada no *Pantheon Maranhense* (1874, tomo III, p.386). A participação no *Parnaso Maranhense* (1861) também é motivo de referência à escritora na *História da Literatura Brasileira* (1888, tomo II, p.1.142), de Sílvio Romero.

Com a digitalização do acervo de periódicos maranhenses foi possível identificar documentos como o prospecto sobre o romance publicado em 1857 (PROSPECTO, 1857, p.3) e as impressões de leitura sobre o *Parnaso Maranhense*

(O PARNASO..., 1861, p.1). Estas primeiras publicações promoveram a obra da autora e teceram os primeiros comentários sobre seus textos quando a crítica literária caminhava a passos curtos no Brasil, sobretudo em relação à crítica produzida por mulheres (DUARTE, 1997). Os registros em periódicos do século XIX representam as maiores avaliações sobre a escritora até a década de 1970.

Quando publicou os fragmentos sobre a vida da maranhense, Nascimento Morais Filho (1975) partiu do estudo dos livros sobre historiografia da literatura local para afirmar que a obra da autora foi ignorada pelos críticos. Se considerarmos o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1868), de Sotero dos Reis, *Os Novos Atenienses. Subsídios para a História Literária do Maranhão* (1910), de Antonio Lobo, e o *Panorama da Literatura Maranhense* (1955), de Mário Martins Meireles, a ausência da escritora é evidente.

Além das passagens identificadas nos jornais de São Luís, da segunda metade do século XIX, Morais Filho se valeu da pesquisa de Horácio de Almeida (A PRIMEIRA..., 1974) para afirmar que apenas no *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, havia referências à autora. O verbete dedicado a ela traz informações que têm orientado a maioria das pesquisas realizadas.

D. Maria Firmina dos Reis – Filha de João Pedro Esteves e dona Leonor Felippa dos Reis, nasceu na cidade de S. Luiz do Maranhão a 11 de outubro de 1825. Dedicando-se ao magistério, regeu a cadeira de primeiras letras de S. José de Guimarães desde agosto de 1847 até março de 1881, quando foi aposentada. Em 1880 fundou uma aula mixta em Maçarico, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quasi todos os alumnos, e por isso foi a professora obrigada a suspendel-a depois de dous annos e meio. Cultivou a poesia, e tanto em versos, como em prosa escreveu algumas obras, de que as mais conhecidas são:

- *Cantos à beira-mar*: poesias. S. Luiz....

- *Úrsula*: romance. S. Luiz....

- *A escrava*: romance. S. Luiz.... (BLAKE, 1900, p.232)

As poucas referências identificadas sobre a autora alimentaram a ideia de silêncio total sobre ela, entre o início do século XX e a década de 1970. Tal perspectiva é ressaltada na tese de doutoramento de Charles G. Martin (1988), apresentada na Universidade de Yale, em 1988, um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre a obra da escritora. A principal fonte de Martin foi Morais Filho (MARTIN, 2021), que lhe apresentou o romance e repassou informações sobre o trabalho de pesquisa publicado em 1975.

Ainda é comum encontrar trabalhos que retomam esse silenciamento. Durante a elaboração do projeto de pesquisa para esta tese, eu o tomava como um

fato e afirmava que entre 1900 e 1970 não havia sido publicado nada sobre a escritora. Entretanto, proponho que essa avaliação precisa ser reconsiderada, pois, embora a maioria das referências identificadas sejam compostas por registros que informam pouco mais que o nome de Maria Firmina e o título de uma de suas obras, identificá-las já anula a hipótese de esquecimento completo da escritora.

Em função das/os muitas/os pesquisadoras/es que se têm dedicado aos estudos sobre a maranhense, as referências sobre ela têm sido identificadas e publicizadas. A digitalização do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e as ferramentas de busca textual desse e de outros arquivos têm permitido que pesquisadoras/es possam realizar consultas com menos dificuldades do que as realizadas por Morais Filho durante os três anos em que ele pesquisou o acervo de jornais localizado no porão da Biblioteca Pública de São Luís.

Uma das primeiras menções a Maria Firmina foi identificada no artigo “A Imprensa do Maranhão”, de João Affonso do Nascimento, publicado em *Pacotilha*, em 1911. Nele, o autor comenta sobre os escritores que haviam colaborado com o *Semanário Maranhense*, periódico que circulou entre 1867 e 1868, e destaca “a presença de uma poetisa, D. Maria Firmina dos Reis” (NASCIMENTO, 1911, p.1) entre os autores do jornal. Em 1912, foi publicado no vigésimo volume da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* o artigo “A Literatura Maranhense”, escrito por Antonio dos Reis Carvalho. Como citado no primeiro capítulo, este artigo representa o primeiro registro crítico sobre a literatura maranhense que faz referência à escritora, apresentando-a como representante do primeiro ciclo dessa literatura.

Celso de Magalhães foi o responsável por outra referência a ela, em 1917. Novamente, a menção é breve e se limita a informar que a escritora ainda vivia “soterrada nas paragens vimearanenses, vergando ao peso de 92 janeiros” (MAGALHÃES, 1957, p.237). Fran Pacheco leu o artigo em que Celso de Magalhães cita a escritora durante evento da Academia Maranhense de Letras, no dia 11 de novembro de 1917, coincidindo com o dia da morte de Maria Firmina. Em 1922, Fran Pacheco publicou, em *O Jornal*, a informação de que a escritora “sucumbiu com uns 93 janeiros, em 1918” (PACHECO, 1922, p.1).

Lucciani Furtado (2017a) identificou uma carta escrita por Monteiro Lobato (1882-1948), em dezembro de 1921, na qual o escritor comenta suas impressões sobre a leitura da obra da escritora para Graça Aranha. Além da denúncia contra os horrores da escravidão, Lobato destaca:

Uma gratíssima impressão que me ficou dos tempos de mocidade foram as horas de mais intenso gozo espiritual que vivi ao ler *Úrsula*, da Sra. Maria Firmina dos Reis, espécie de estandarte das nossas letras nacionais, concebida em pleno desabrochar das geniais mentalidades oitocentistas<sup>22</sup>. (LOBATO *apud* FURTADO, 2017a, p.85)

Monteiro Lobato e Graça Aranha haviam se conhecido em outubro de 1921, quando teriam planejado a publicação das obras da autora. *Úrsula* ganharia nova edição como um volume da Coleção Brasília pela Editora Monteiro Lobato, e os demais textos seriam publicados em formato de folhetim em *A Novela Semanal* e na *Revista do Brasil*, também dirigidas pelo escritor paulista. Segundo Furtado (2017a), Graça Aranha teria pedido a familiares e amigos que localizassem a família da escritora para negociarem os direitos autorais para a publicação, mas não foram encontradas mais informações sobre o projeto. Esta passagem ilustra as contradições que perpassam as trajetórias de diversos sujeitos. No caso, é interessante perceber que Lobato nutria admiração por uma escritora sabidamente negra. Certa surpresa decorre do fato de o autor possuir, em suas obras, passagens que reproduzem “preconceitos etnocêntricos e mesmo racistas” (LAJOLO, 2010) e, ainda, por ele se ter mostrado favorável ao movimento supremacista branco norte-americano<sup>23</sup>.

Mulheres interessadas em discutir a contribuição das escritoras para a literatura brasileira também registraram a atuação de Maria Firmina. A primeira delas foi a escritora Carmen Unzer que assinou o texto “Poetisas Brasileiras”, publicado na revista *A Faceira* (UNZER, 1914). O artigo apresenta as escritoras divididas pelas regiões onde moravam e informa que a maranhense compôs *Cantos à beira-mar*, sem indicar a data da publicação do referido livro.

O Maranhão que teve a glória de dar o maior poeta brasileiro, deu também boas poetisas como Anna da Silva Freire, Adelina Teixeira Mendes<sup>24</sup>, de cujos versos transparecem mágoa e melancolia, sobretudo naquele denominado *À beira mar* e Maria Firmina dos Reis que compôs *Cantos à beira mar*. (UNZER, 1914, p.12)

<sup>22</sup> Segundo Furtado (2017a, p.54), a carta de Monteiro Lobato ao escritor Graça Aranha foi escrita em dezembro de 1921 e pertence ao Arquivo Monteiro Lobato, Godofredo Rangel, Biblioteca, Arquivo Permanente da Seção de Obras Raras e Especiais.

<sup>23</sup> Em carta endereçada a Arthur Neiva, em 10/04/1928, Lobato emite ideias como “País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é país perdido para altos destinos. (...) Um dia se fará justiça ao Kux-Klan” (LOBATO *apud* LEAL, 2020, p.93).

<sup>24</sup> Sacramento Blake (Tomo I, 1883, p.95) suspeita que Anna da Silva Freire seria maranhense; ainda segundo ele, D. Adelina Teixeira Mendes seria natural do Maranhão e morava no Piauí (Tomo I, 1883, p.7).

O artigo de Unzer registra que, desde o ano de 1779, Beatriz Francisca de Assis Brandão era reconhecida por ter deixado textos para o teatro e pela publicação de seus poemas em *Cantos à Mocidade* e *Saudação*. Delfina Benigna da Cunha, Eufrosina Barandas, Nísia Floresta e Júlia Lopes de Almeida, entre muitas outras escritoras mencionadas, são a prova de que, então, “há mais de um século, distintas patrícias nossas, dotadas de peregrinos talentos, têm-se sucedido com brilho nos fastos da poesia nacional” (UNZER, 1914, p.11).

Em 04 de novembro de 1928, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (1896-1971) publicou o artigo “Prosadores e Poetisas Brasileiras”, no *Jornal do Commercio*, na cidade do Rio de Janeiro. O texto fora apresentado durante uma conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua leitura indica vários pontos de contato com o artigo de Carmen Unzer, lembrando até que a escritora Beatriz Francisca de Assis Brandão teria sido prima da Marília de Dirceu, informação que também foi destacada por Lúcia Miguel Pereira (1954). Mendonça também separou as escritoras segundo o estado em que teriam nascido: “em S. Luis do Maranhão nasceu e viveu D. Maria Firmina dos Reis, que deixou os *Cantos à beira mar*” (MENDONÇA, 1928, p.6). Reproduzindo um hábito entre escritoras do século XIX, Mendonça expõe as limitações de sua pesquisa. Ela informa que teve pouco tempo para estudar sobre as escritoras brasileiras e destaca que sua principal dificuldade decorreria da ausência de fontes para consulta.

Não só o tempo me foi escasso para estudar mais profundamente o assunto, como o próprio silêncio que pesa por vezes sobre as mais elevadas figuras de uma época apaga definitivamente o brilho de espíritos os temperamentos que pareciam fadados a glórias imortais.

Quanta injustiça não teremos assim cometido.

Quantas lindas almas de artistas não ficarão para sempre desconhecidas, sepultadas no recolhimento em que as guardavam os preconceitos da época e a timidez natural cultivada pela educação. (MENDONÇA, 1928, p.6)

Reconhecer que várias escritoras eram silenciadas e tinham suas obras esquecidas é uma observação que confirma o processo de consagração de escritoras e escritores como influenciado por fatores que vão além do literário. Tal reflexão influenciava mulheres envolvidas na luta pela emancipação feminina, como Anna Amélia Mendonça que militou junto à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A temática sobre o silêncio das mulheres é central nas conferências realizadas por Virginia Woolf durante o ano de 1928 as quais resultaram no ensaio *Um teto todo seu*, publicado em setembro de 1929, quase um ano após a publicação

do artigo de Anna Amélia Mendonça, o que indica a sintonia entre as feministas de diferentes localidades.

Lúcia Miguel Pereira (1901-1959) é mais uma estudiosa que cita a maranhense em 1954: ela publicou o artigo “As mulheres na literatura brasileira”, na *Revista Anhembi* e mapeou os nomes citados na *História da Literatura Brasileira* (1882), de Sílvio Romero, para discutir sobre o silenciamento das escritoras.

Nessa espécie de catedral barroca de nossa literatura onde, ao lado dos santos, se assim se pode dizer, das figuras de primeira plana, de valor incontestado, tiveram entrada carrancas e bonifrates, gente miúda, gente mais – ou menos – que secundária, só foram incluídas sete mulheres: Ângela do Amaral Rangel, Beatriz Francisca de Assis Brandão, sobrinha de Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, a doce Marília das liras de Gonzaga, Delfina da Cunha, Nísia Floresta [...], Narcisa Amália, Maria Firmina dos Reis e Jesuína Serra. [...] E é tudo; nada mais achou a dizer a respeito de mulheres o mestre sergipano. (PEREIRA, 1954, p.18)

Após pesquisar os sete volumes do *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, Pereira observou que pouco mais de cinquenta escritoras foram mencionadas. Para ela, a dificuldade de acesso de mulheres à educação e a uma cultura letrada e a falta de tempo para a dedicação necessária à reflexão que a escrita demanda são fatores que influenciam a pequena presença de escritoras nos referidos livros.

Ao pensar sobre a exclusão de mulheres da literatura, alguns eventos expõem aspectos importantes do cenário brasileiro, como o “esquecimento” de Júlia Lopes de Almeida, da *História da Literatura Brasileira* (1916), de José Veríssimo e sua exclusão no grupo de fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897. Outro evento interessante foi a interdição da candidatura de Amélia Beviláqua para a ABL, em 1930. Ao analisar a omissão de menções a Júlia Lopes de Almeida no livro de José Veríssimo, Rita Terezinha Schmidt (2010) destaca que o autor conhecia e demonstrava apreço a esta escritora, considerando-a como “uma das principais figuras femininas da literatura brasileira” (VERÍSSIMO *apud* SCHMIDT, 2010, p.131).

Durante o período de preparativos para a fundação da ABL, Júlia Lopes de Almeida foi cotada para uma das cadeiras da instituição. Tal possibilidade era embasada na representatividade literária da escritora, que então já havia publicado cinco romances, mas contrastava com os interesses da maioria dos futuros fundadores, os quais pretendiam formar uma instituição composta apenas por homens (FANINI, 2009a). Diante o impasse entre reconhecer as habilidades literárias da escritora e os interesses dos outros integrantes da instituição, Filinto

Almeida, seu marido, foi indicado para a vaga que seria destinada a ela. Ainda que contasse com uma obra menos expressiva e não fosse brasileiro (exigência descrita como obrigatória no regimento da instituição), sua presença entre os fundadores foi aceita sem despertar a contestação que a possibilidade da participação de uma mulher havia desencadeado. Em entrevista a João do Rio, Filinto Almeida chegou a afirmar: “não era eu quem deveria estar na Academia, era ela” (RIO *apud* FANINI, 2009a, p.332).

Quando se candidatou a uma vaga na ABL (em 1930), a escritora Amélia Beviláqua também contava com expressiva produção literária. Sob condições semelhantes às enfrentadas por Júlia Lopes de Almeida, sua inscrição não foi aceita, pois os membros da ABL identificaram que o regimento da instituição determinava que seus participantes deveriam ser “brasileiros”, o que, segundo eles, interditava o acesso de brasileiras aos seus quadros (FANINI, 2009b). Neste caso, o marido da escritora, Clóvis Beviláqua, membro fundador da instituição, não aceitou a rejeição da candidatura da esposa e não compareceu mais às atividades da Academia.

Considerando a dimensão que uma historiografia e uma academia de letras têm ao construir a memória acerca de uma elite intelectual de determinado período, pode-se afirmar que as mulheres dedicadas à atividade literária até poderiam ser reconhecidas como escritoras e disputar espaço nas bancas de livros, nas redações dos jornais e na realização das palestras que animavam a vida social do Rio de Janeiro do fim do século XIX e início do XX, por exemplo. Entretanto, estas escritoras não seriam consagradas em espaços de produção da memória/história do país, pois:

as reflexões sobre a história da literatura passam, necessariamente, pela compreensão do que chamamos de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora, não só da definição do literário, mas dos procedimentos de seleção e ordenamento de seus objetos na escrita da história. Portanto, investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras (SCHMIDT, 2010, p.130).

Ao observarmos as posições sociais das escritoras destacadas, identificamos que elas pertenciam a um grupo de mulheres que tinham acesso a uma formação intelectual, contando mesmo com a colaboração de seus maridos para realizarem atividades relacionadas ao trabalho intelectual. Julia Lopes de

Almeida era oriunda de uma família de proprietários rurais e, como citamos, foi casada com o poeta português Filinto de Almeida. Amélia Beviláqua era filha de um desembargador e foi casada com o jurista Clóvis Beviláqua. A condição excepcional destas escritoras e de algumas outras garantia os requisitos mínimos para escreverem. A quantidade de livros que elas publicaram (Júlia Lopes de Almeida publicou mais de trinta livros, Amélia Beviláqua publicou mais de quinze) indica o interesse do público por suas obras. A observação de José Veríssimo sobre Júlia Almeida confirma a relevância dos seus trabalhos, no entanto, apesar de significativas produções literárias, foi necessária a atuação das mulheres para resgatá-las do esquecimento que as historiografias literárias relegaram a elas.

A exclusão destas mulheres são índices de como as instituições literárias constituíram-se a partir do registro dos vencedores (BENJAMIN, 1987) e do apagamento dos vencidos. Dito de outra forma, a pesquisa de José Veríssimo ou as eleições para os quadros da ABL foram orientadas por uma concepção de História que definia a figura do homem como única a ocupar posições de poder e, como tal, merecer a distinção que é conferida pela consagração em academias de letras ou em historiografias. Rita Schmidt oferece uma reflexão sobre como se configura a interdição das mulheres em espaços de consagração literária e como essas instituições reproduzem as relações hierárquicas que organizam as sociedades em que estão inseridas: “a história literária e as formações canônicas emergem como lugares histórico-político-discursivos, por excelência, do privilégio de um sujeito enunciador e, conseqüentemente, da produção textual de subjetividades hegemônicas” (SCHMIDT, 2010, p.133). Apesar de poucas, as citações identificadas até o momento sobre Maria Firmina, antes da década de 1970, ressaltam que, embora submetida às interdições histórico-político-discursivos, havia tentativas de enaltecer seu trabalho e o de outras escritoras.

Uma outra citação sobre a maranhense merece destaque, de autoria de Osvaldo Orico (1953, p.3) publicado no *Diário Carioca*, no Rio de Janeiro. O artigo “O Açoitamento dos Escravos” comenta sobre a forma como Harriet Beecher Stowe avaliava as emoções despertadas pelo, já citado, *A cabana do Pai Tomás* e lembrava como o livro se tornou uma bíblia para os que lutavam pelo fim da escravidão. Orico registra os trabalhos de Trajano Galvão, Tobias Barreto e Castro Alves como os que iniciaram a crítica à escravidão a partir da literatura, além disso considera o *Navio Negreiro* como obra precursora ao registrar a violência do tráfico

humano. Segundo o artigo, José de Alencar, Aluísio Azevedo, Júlio Ribeiro, Coelho Neto, Valentina de Magalhães e Júlia Lopes de Almeida seriam alguns/mas dos/as escritores/as que teriam destacado a temática em suas obras. Logo:

a esse rol poderia juntar-se, antecipando-se a todos em data, um romance que tem por título “A Escrava”, aparecido em São Luís do Maranhão, de autoria de uma professora nascida na cidade de São Luís em onze de outubro de 1825, dona Maria Firmina dos Reis. (ORICO, 1953, p.3)

Embora apresente algumas incoerências, como considerar “A Escrava” um romance e afirmar que o mesmo teria sido sua primeira publicação, estas informações podem indicar o percurso sinuoso que tais informações teriam feito até chegarem ao autor do artigo. Blake (1900) registra “A Escrava” como um romance, mas não tece nenhum comentário sobre seu conteúdo, e a circulação do mesmo teria ficado restrita a São Luís. Em 1973, quando anunciou a “descoberta” da escritora, Morais Filho ainda não tinha identificado este texto.

Com exceção das referências relacionadas a Monteiro Lobato, as demais parecem replicar informações presentes no *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro* (1900). Ainda que poucas referências tenham sido identificadas, propomos que a ideia de vazio sobre a autora, no referido período, precisa ser revisada. É importante registrar que havia pessoas interessadas em questionar a pouca atenção sobre a obra de escritoras e, por conseguinte, da maranhense. Essa preocupação ganha destaque quando identificamos as publicações de Carmen Unzer, Anna Amélia Mendonça e Lúcia Miguel Pereira e observamos o interesse delas pelo processo de esquecimento das escritoras. Cabe ressaltar que a pouca divulgação da obra da escritora fora do Maranhão parece influenciada pela posição periférica que a província ocupou desde o Período Imperial. Ainda vale pensar como os textos da maranhense teriam chegado às mãos de Monteiro Lobato e o percurso da obra até ser encontrada por Horácio de Almeida em 1962, em um sebo do Rio de Janeiro (DUARTE, E., 2017).

Como afirma Leão (2013), em São Luís e no Rio de Janeiro é possível identificar distintos processos de construção social durante o século XIX, o trabalho de Antonio Henriques Leal e de Sotero dos Reis, cujo *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* é considerado a “mais ambiciosa realização do gênero antes da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero” (LEÃO, 2013, p.755), são dois exemplos que foram produzidos no Maranhão e eram, em certos aspectos,

concorrentes com os trabalhos produzidos na capital do Império, como o *Florilégio da poesia brasileira ou Coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros já falecidos, contendo as biografias de muitos deles* (1850), de Francisco Adolfo de Varnhagen, e o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1883), de Joaquim Caetano Fernandes. Com a consolidação do Império e da República, demarcando a centralidade do Rio de Janeiro e a posição periférica de São Luís, o projeto ludovicense sobrevive sustentado pelo culto à memória da Atenas Brasileira e dos intelectuais locais de destaque nacional no século XIX. Entretanto, esse projeto se vê sufocado pela proeminência do projeto literário/social vigente na metrópole. O início do resgate de Maria Firmina parece estar associado ao projeto da Atenas Brasileira e ao culto a esse Maranhão capaz de gerar grandes intelectuais.

## 4.2 O RESGATE MARANHENSE

### 4.2.1 A atuação de Nascimento Morais Filho

O ano de 1973 marca o início de um período de divulgação de informações sobre Maria Firmina, na cidade de São Luís. Nesse ano, Nascimento Morais Filho fez a primeira comunicação sobre a “descoberta” da escritora. Em 11 de novembro foi publicada no Caderno 2 de *O Imparcial* a entrevista intitulada “Pesquisador descobre a primeira literata maranhense”. O repórter, que não assina o texto, destaca que teve interesse em saber porque Morais Filho passava mais de seis horas por dia entre “jornais entranhados de poeira” (PESQUISADOR..., 1973, p.1), na Biblioteca Pública. Boatos informavam que o pesquisador havia identificado algo que “alterava o panorama da Literatura Maranhense”. Morais Filho indicava que a escritora só seria apresentada à sociedade em 1975 e, naquele momento, só podia informar o essencial sobre ela:

MARIA FIRMINA DOS REIS nasceu, segundo tradição vimezanense, em Guimarães, onde morreu, conforme certidão de óbito, em 1917, com 92 anos. Logo nasceu em 1825, da Paróquia de Pinheiro, porém, espero resposta detalhada quanto ao mês, dia, local de nascimento, etc, pois lá estão os livros antigos da igreja de Guimarães. Escreveu, do meu conhecimento até agora, dois romances: ÚRSULA (enfeitado num livro de 200 páginas) em 1860 e GUPEVA (em folhetim) em 1861. [...] [Havia] apenas poesias esparsas publicadas em jornais da terra. (PESQUISADOR..., 1973, p.1)

A pesquisa estava sendo realizada há algum tempo, e um dos filhos da escritora, Leudes Guimarães, já teria entregue o *Álbum* de Maria Firmina ao pesquisador. A maranhense era considerada a primeira poetisa, romancista, jornalista e memorialista do estado; enquanto, no plano nacional, supunha-se que ela seria a segunda ou terceira romancista e poetisa do Brasil.

No primeiro momento, a data de nascimento da escritora era desconhecida; apenas após a identificação dos registros de Sacramento Blake (1900), o dia 11 de outubro de 1825 foi considerado seu dia de nascimento. Esta informação só foi contestada em 2017, após a identificação dos “Autos de Justificação do dia do Nascimento de Maria Firmina dos Reis”, processo concluído em 13 de julho de 1847, no qual a escritora havia solicitado o reconhecimento de nascimento como tendo ocorrido em 11 de março de 1822. Seu primeiro registro informava apenas seu dia de batismo, em 21 de dezembro de 1825. A correção foi solicitada para que ela pudesse comprovar possuir mais de 25 anos de idade e, assim, participar do concurso público para o cargo de professora de primeiras letras da vila de Guimarães (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018).

Morais Filho é a figura central do processo de resgate realizado em São Luís. Arlete Nogueira registrou a atuação do pesquisador para a restauração da escritora: “No que diz respeito ao que nos toca, não fosse José Nascimento Moraes Filho, o nosso Zé Moraes, este contumaz andarilho de trilhas nunca antes percorridas, Maria Firmina dos Reis não teria vindo à luz” (CRUZ, 2006, p.265). Além de horas de pesquisa no porão da Biblioteca Pública, ele enviou cartas a amigos de outros estados e de fora do país para que lhe ajudassem na busca por informações que confirmassem quanto a maranhense teria sido pioneira em sua atividade. No momento dessa primeira entrevista, ele ainda não havia encontrado nenhuma cópia de *Úrsula*, as informações que possuía sobre a narrativa lhe foram passadas por informantes que haviam lido, mas não possuíam uma cópia do livro. Celso Coutinho (1930-2020), então prefeito de Guimarães, é citado como um dos grandes entusiastas da pesquisa, tendo levado Moraes Filho de avião até Guimarães, para que este conversasse com moradores dessa cidade.

A impressão que se tem ao observar a divulgação de informações ocorrida em 1973 é que, nesse período, Moraes Filho já havia organizado um plano de

atividades a serem concluídas em 1975, quando seriam realizadas diversas solenidades para comemorar os cento e cinquenta anos de nascimento da escritora.

No dia 11 de dezembro de 1973, um mês depois da publicação da entrevista em *O Imparcial*, foi divulgado no *Correio Braziliense* “Maria Firmina: outra Glória literária do Estado do Maranhão”. A matéria estampava a fotografia de Leude Guimarães entregando as páginas do *Álbum* a Morais Filho. Logo nas primeiras linhas a escritora é apresentada como “uma mulher extraordinária”. No afã de lhe aumentar as habilidades, ela é descrita como jornalista, historiadora, uma intelectual completa, que havia publicado vários livros. É interessante notar a forma como Morais Filho ganha destaque no texto. Em um momento, o artigo que deveria falar sobre a escritora muda de direção e passa a falar sobre o pesquisador que teria feito a “descoberta”:

Tudo isto, e sua excepcional contribuição para o progresso das letras e da cultura em geral em nosso Estado, foi descoberto pelo acadêmico Nascimento Morais Filho, outro consagrado escritor e poeta, além de jornalista, aqui de São Luís. Durante meses e meses, talvez anos, ele realiza pesquisas incansáveis e pacientes na Biblioteca do Estado, e também em bibliotecas particulares. Sempre buscando subsídios históricos na imprensa dos velhos e longínquos tempos. (MARIA FIRMINA..., 1973, p.40)

A estrutura de entrevista da reportagem anterior é reproduzida e algumas perguntas são repetidas, como as questões relacionadas ao trabalho da escritora como jornalista. Nesse artigo, ela é apresentada como precursora do movimento de emancipação da mulher no Brasil. As marcas de sua negritude, bastardia e origem no interior da província são afirmadas. É anunciado que as informações e diversos documentos identificados por Morais Filho seriam divulgados em um livro. As publicações de *O Imparcial* e do *Correio Braziliense* indicam o início de uma campanha de mobilização em torno do nome da maranhense que ganhou as páginas dos principais jornais de São Luís.

Em consulta aos arquivos dos jornais do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, foi identificado que, em 1974, o *Jornal Pequeno* publicou 12 artigos relacionados à escritora, dos quais 8 registravam informações sobre ela. Nas outras 4 vezes, *Gupeva* foi publicado, seguindo a edição de 1865. Em 1975, as publicações aparecem em outros jornais, dando ênfase aos eventos comemorativos. Entre notas, comentários e reportagens, sobre as atividades que ocorreram entre setembro daquele ano e janeiro de 1976, *O Estado do Maranhão* realizou 35 publicações, *O*

*Imparcial* fez 34, e *Jornal Pequeno* 32. Dentre as publicações do *Jornal Pequeno*, 21 eram referentes à publicação do romance *Úrsula*, mas a impressão foi paralisada no capítulo XVIII, deixando os capítulos XIX, XX e o epílogo sem serem publicados.

Durante as comemorações de 1975, Moraes Filho afirmou que Maria Firmina dos Reis e Ana Jansen (1787-1869) seriam as mulheres mais expressivas do Maranhão, no século XIX, o que seria mais um argumento utilizado para inserir a figura da escritora como importante personagem da sociedade maranhense.

Com D. Ana (Donana) Jansen e Maria Firmina dos Reis a Mulher Maranhense toma consciência de si – do que pode e do que é capaz – além do trinômio doméstico: ESPOSA – MÃE – MESTRA.

Donana Jansen deu-lhe Personalidade Política, Maria Firmina dos Reis deu-lhe Personalidade Literária.

Duas Grandes Líderes: Donana Jansen, senhora de um grande Império Econômico que tinha São Luís por capital; Maria Firmina dos Reis, senhora de um Reino Encantado que tinha por sede Guimarães. (MORAIS FILHO, 1975b, p.8)

A comparação contém uma grande contradição, e um dos seus efeitos foi dar centralidade à atuação política de Ana Jansen, apagando o seu envolvimento com a escravidão, tema sensível da obra de Maria Firmina. Aproximar a escritora da proprietária de escravizados, que ficou famosa pela desumanidade dos castigos infligidos aos seus cativos, sugere a tentativa de colocar uma pedra sobre todo o passado escravista de parcelas dominantes da sociedade maranhense. Associando a intelectual negra e a escravocrata branca como matriarcas dessa sociedade, Moraes Filho parece propor uma nova versão do passado.

Na década de 1960, Horácio de Almeida havia comprado a única cópia da primeira edição de *Úrsula* que temos notícia. O livro não indicava o nome de sua autora, sendo assinado “por uma maranhense”. A pesquisa para descobrir a autoria passou pela consulta ao Dicionário de Sacramento Blake. Enquanto Moraes Filho iniciava sua campanha de divulgação da obra, Almeida também atuava para a promoção da escritora como a primeira mulher a publicar um romance no Brasil, em 1859. Em 1973, foi publicado nos *Anais do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes* o artigo “A Primeira Romancista no Brasil”, e, apesar de a publicação ser anônima, os argumentos apresentados e o cargo ocupado por Horácio de Almeida, então presidente do Cenáculo, levam a acreditar que ele seria o autor do artigo. O texto tece avaliações que rebaixam a produção de Nísia Floresta e Teresa Margarida da Silva e Orta da posição de possíveis primeiras mulheres brasileiras a publicarem um romance e trata *Úrsula* como o primeiro romance de autoria feminina e *O Filho do*

*Pescador*, de Teixeira de Souza, publicado em 1843, como o primeiro romance publicado no Brasil.

O empenho de Morais Filho e de Horácio de Almeida atualizam a ideia da literatura como um local de disputa, daí a necessidade de destacar elementos que desqualificassem as obras das outras escritoras e, desse modo, pudessem assegurar a Maria Firmina o título de primeira romancista. Para garantir tal posição, era importante afirmar que o romance publicado por Nísia Floresta, *Dedicação de uma amiga*, de 1850, era uma tradução e que Teresa Margarida da Silva e Orta, autora de *Aventuras de Diófanes*, de 1752, embora tivesse nascido em São Paulo, não poderia ostentar o título de escritora brasileira por ter saído do Brasil com cinco anos de idade e não retornar mais ao país (A PRIMEIRA, 1974).

Assegurar a maranhense como a precursora do romance no Brasil pode ser usado de forma dupla tanto para reconhecer a perspicácia da autora ao realizar uma empreitada inédita, como para que sejam perdoadas as possíveis falhas que sua trama possa apresentar, pois ao posicionar-se à vanguarda a romancista não teria a vantagem de ter conterrâneas que lhe inspirasse. Ser o “descobridor” da autora também aparece como um capital a ser mobilizado, pois realizar uma “descoberta” destaca o empenho do pesquisador da cultura maranhense, no caso de Morais Filho, e a paixão pelos livros, no caso de Almeida. O reconhecimento da atuação do pesquisador foi destacado em vários momentos. Fernando Braga, no artigo “A primeira romancista brasileira”, parabenizou-o por sua atuação para a divulgação das descobertas sobre a escritora maranhense (BRAGA, 1975a, p.4; BRAGA, 1975b, p.4).

A colaboração entre Horácio de Almeida e Morais Filho parece funcionar de forma que ambos desfrutem da “descoberta”. Almeida forneceu a fotocópia de *Úrsula* para que Morais Filho produzisse a segunda edição do romance que recebeu o prólogo de Almeida. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida* corrobora os argumentos de Almeida que garantiriam a posição da escritora no primeiro lugar entre as romancistas brasileiras. Almeida também ocupou posição central nas solenidades de 1975, realizando a doação da única cópia da primeira edição do romance ao governador Nunes Freire.

A atividade de Morais Filho também pode ser associada ao processo de reconhecimento da cidade de São Luís como a Atenas Brasileira. Em 12 de junho de 1974, o *Jornal Pequeno* publicou artigo em que comentava a entrega de uma cópia

de *Gupeva* para ser publicada nesse jornal. Em nota explicativa da foto estampada na seção, pode-se ler:

Nascimento Morais Filho (foto), uma das mais fortes individualidades do Maranhão intelectual contemporâneo, cujo nome, há muito atravessou as fronteiras de nossa terra, conquistando mais loiros para a nossa **Atenas Brasileira**, como poeta, contista, pesquisador de folclore e de literatura, ensaísta, quando entregava para ser publicado no Órgão das Multidões, uma cópia de “Gupeva”, magnífico trabalho da escritora Maria Firmina dos Reis. (grifo meu, GUPEVA, 1974, p.6)

Novamente, o centro das atenções é deslocado da escritora para o pesquisador, que por sua atuação é reconhecido como um dos personagens de destaque entre os intelectuais maranhenses, os quais seriam os responsáveis por São Luís ser considerada como o berço de importantes intelectuais.

#### 4.2.2 A Atenas brasileira

Antes de tratar sobre os eventos de comemoração dos cento e cinquenta anos do nascimento de Maria Firmina, é necessária uma discussão sobre a São Luís da década de 1970. Se até 1870, a referência à Atenas brasileira<sup>25</sup> era algo difícil de ser observado nos jornais publicados na cidade, como foi destacado no primeiro capítulo, a partir do início do século XX, esse termo vai aparecer em diversos jornais, envolvendo um amplo trabalho de justificação do título. A sociedade decadente, que a cada dia via perder seu prestígio no cenário político econômico nacional (BORRALHO, 2009), mobilizou-se para construir uma memória que pudesse contrapor ao desânimo em que estava envolvida. Segundo essa narrativa, São Luís era berço de um expressivo panteão de escritores e intelectuais cuja relevância se destacava no cenário nacional.

Ao pesquisar sobre a articulação dos elementos que fundam a ideia de Maranhão e de maranhense, durante o império, Henrique Borralho observa que:

a temática Atenas Brasileira sempre esteve vinculada ao imaginário do povo maranhense, mais especificamente nos moradores de São Luís. Sempre foi moeda de troca, um arauto, um salvo-conduto todas as vezes que o isolamento geográfico, político e econômico fazia os moradores desta cidade se lembrarem de suas condições objetivas. A Atenas era, e ainda é, uma idealização do passado, um mito garantidor do elo de entificação e

<sup>25</sup> A tentativa de ser reconhecida como Atenas não foi projeto exclusivo de São Luís. Bogotá, na Colômbia, Santa Ana de los Cuatro Ríos, no Equador, La Plata, na Argentina, e Matanzas, em Cuba, pleitearam a alcunha. No Brasil, Salvador, na Bahia, e Vigia, no Pará, também ostentam o título.

identificação entre os moradores da cidade que se sentiam, e ainda se sentem, irmanados por um passado brioso, estabelecendo um *modus vivendis* pautador de ações de políticas públicas, desenhos de configuração urbana, criando sentidos de memória e pertencimento social. (BORRALHO, 2009, p.258)

Em *A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos* (2002), a pesquisadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix destaca como a fundação francesa da cidade ganhou centralidade na construção do discurso que sustenta a ideia da Atenas Brasileira. Ao retomar os cronistas Claude d'Abbeville (*História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*) e Yves d'Evreux (*Voyage dans le Nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614*), e os historiadores Bernardo Pereira de Berredo (*Annaes Históricos do estado do Maranhão*) e João Lisboa (*Crônica do Brasil Colonial. Apontamentos para a História do Maranhão*), a pesquisadora não encontrou nenhuma passagem que indicasse os franceses como fundadores de São Luís.

Franceses haviam estabelecido um povoamento na Ilha do Maranhão, em 1612, e nomeado a região como Forte de São Luís. Em 1615, os portugueses conquistaram o controle da ilha. Por muitos anos, esse passado ficou esquecido e os portugueses trabalharam para construir uma história que tratava a presença francesa no território brasileiro como algo negativo. A própria Maria Firmina deu sua colaboração a essa construção em *Gupeva*, descrevendo o homem francês como passional, enquanto o homem português é identificado com a racionalidade. Naquele contexto, a racionalidade indicava a superioridade de um povo, porém, no século XX:

O maranhense tratou de cultivar o seu orgulho, buscando mecanismos de defesa que obnubilasse seu desencanto. Passou a louvar o passado, mostrando para o resto do Brasil aquela província diferente, de povo educado, instruído, culto, sempre atento à questão vernacular, sementeira de poetas e literatos. (LACROIX, 2002, p.24)

Um dos elementos desse processo de diferenciação será a afirmação de que a fundação de São Luís teria ocorrido quando os primeiros colonos franceses estabeleceram o povoamento na Ilha do Maranhão. Embora não seja o objetivo da pesquisa discutir sobre a fundação da cidade, destaco que este tema vai perpassar, ainda que indiretamente, o processo de resgate da obra de Maria Firmina.

Em 1912, durante a primeira comemoração de aniversário da cidade, era possível identificar discursos como o que Domingos Perdigão profere na abertura da

solenidade de comemoração do tricentenário de fundação de São Luís, publicado no *Álbum comemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luís* (1913).

Trezentos anos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos.

Eram poucos os que vieram; porém, arrostaram todos os perigos da travessia quase desconhecida, e outros ainda maiores nesta terra, até então, só habitada por selvagens, tudo fizeram em prol do engrandecimento da sua pátria e da civilização.

Mas era um povo forte, acostumado a andar na vanguarda de todos os grandes ideais da humanidade, e foi por isso que aqui veio, e tudo soube conseguir dos valentes possuidores da terra, e, como para dar-lhe um exemplo da civilização européia, fundou a cidade de São Luís, aqui justamente no lugar onde existe a gloriosa Athenas Brasileira, formosa Capital do Estado do Maranhão. (ÁLBUM..., 1913, p.5)

Nessa passagem, é possível identificar a relação entre a “gloriosa França” e a “gloriosa Athenas Brasileira” baseada na ideia de origem francesa da cidade, que relegava aos seus habitantes os valores de força e vanguarda que os franceses possuíam. A passagem ainda estabelece a dicotomia entre o europeu civilizado e os selvagens, embora valentes, possuidores da terra. A adesão à ideia de fundação francesa parece ligada à perda do prestígio português no contexto imperialista do século XIX e XX e à forte influência política e cultural da França, percebida na quantidade de literatos franceses cujas obras circulavam na cidade, ainda no século XIX.

Mobilizado como um elemento identitário, além da origem francesa, a herança linguística portuguesa era enaltecida, o português falado pelos ludovicenses era apresentado como um dos que mais respeitava a norma culta da língua. Estes elementos ajudaram a construir uma Ideologia da Singularidade (LACROIX, 2002), discurso que, ao destacar as qualidades dos habitantes de São Luís, disfarçava o declínio econômico reinante na cidade. Pensar a importância da cidade a partir dos literatos do século XIX era uma ação defendida pela elite intelectual, observada com muita facilidade em eventos da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Maranhense, instituições ativamente presentes nas comemorações dos cento e cinquenta anos de nascimento da escritora.

#### **4.2.3 Maria Firmina e a Atenas brasileira**

É nesse contexto de afirmação da singularidade da cidade de São Luís que Maria Firmina dos Reis ressurgiu aclamada como a “primeira romancista brasileira”.

Josué Montello, um dos mais reconhecidos romancistas maranhenses, colaborou para a divulgação da autora no cenário nacional, ao anunciar a “descoberta” no *Jornal do Brasil* (MONTELLO, 1975a, p.6). O artigo também foi publicado nas páginas de *O Estado do Maranhão*.

E a verdade é que no dia de hoje, Maria Firmina dos Reis dá pretexto a estudos e discursos, e conquista o seu pequeno espaço na história do romance brasileiro – com um nome, uma obra, e a glória de ter sido uma pioneira. Maria Firmina dos Reis é a rigor a primeira romancista brasileira. (MONTELLO, 1975b, p.3)

Montello repete os argumentos de Horácio de Almeida sobre a posição da maranhense entre as escritoras brasileiras e reconta o processo de descoberta do livro em um sebo no Rio de Janeiro. Além disso, ele atualiza o pioneirismo da escritora sobre a temática da escravidão. O texto ainda aludia ao dia 11 de novembro de 1975 e à inauguração do busto da escritora na Praça do Pantheon<sup>26</sup>.

Embora não seja um elemento central no processo de divulgação da escritora, entre 1973 e 1976, nos jornais de São Luís, foram identificadas algumas associações entre a escritora ou entre o pesquisador Moraes Filho e a Atenas Brasileira. As citações remetem ao passado quando São Luís teve destaque na literatura nacional. No dia 12 de novembro de 1975, foi publicado um longo registro sobre as atividades realizadas no dia 11 de novembro; sob o título de “Maria Firmina tem busto no Pantheon”, sem indicação de autoria, a reportagem registrava os discursos proferidos durante a inauguração do busto da escritora. Um dos parágrafos destaca uma fala de Horácio de Almeida:

Disse ainda Horácio, que não admite como em São Luís, na época conhecida como **Atenas Brasileira**, pelo apogeu cultural, nenhum dos contemporâneos de Maria Firmina tenha feito qualquer referência a seu nome, que permaneceu 150 anos no desconhecimento. (grifo meu, MARIA FIRMINA..., 1975, p.5)

Almeida ressaltou como o esquecimento da escritora causava estranhamento para uma terra que queria afirmar-se como local de nascimento de

<sup>26</sup> A Praça do Pantheon está localizada na região central de São Luís, nela foram instalados 18 bustos de personalidades das letras do Maranhão. Artur Azevedo (1855-1908) e Raimundo Correia (1859-1911) foram os primeiros homenageados, em 1954, seguidos por Dunshee de Abranches (1867-1941), em 1958, e Nascimento de Moraes (1882-1958) em 1959. Depois vieram Antonio Henriques Leal (1828-1885), Arnaldo de Jesus Ferreira (1904-1958), Bandeira Tribuzi (1927-1977), Clodoaldo Cardoso (1894-1970), Coelho Neto (1864-1934), Humberto de Campos (1886-1934), Joaquim Gomes de Souza (1829-1863), Josué Montello (1917-2006), Raimundo Correia de Araújo (1885-1951), Ribamar Bogéa (1921-1996), Silva Maia (1811-1893), Teixeira Mendes (1855-1927) e Urbano Santos (1859-1922). O busto de Maria Firmina foi o nono a ser instalado (IMORTAIS..., 1976, p. 7).

importantes representantes da literatura nacional. Por sua fala, identifica-se que a atenção dedicada à maranhense contribuía para a afirmação do mito ludovicense.

O artigo “Obra de Maria Firmina repercute nacionalmente”, publicado em *O Estado do Maranhão*, em 12 de dezembro de 1975, registra a homenagem aos 150 anos de nascimento da escritora que foi realizada na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, em que o deputado Júlio Louzada fez os seguintes comentários:

Pouco se sabe da autora. Seu nome, Maria Firmina dos Reis, permaneceu por mais de um século sepultado no esquecimento. De espantar é que isso tenha acontecido no Maranhão, terra que foi no passado um viveiro de homens ilustres, muitos dos quais com repercussão além das fronteiras do Brasil. Eram tantos os que se acotovelavam na literatura maranhense, entre jornalistas, poetas, escritores, ensaístas historiadores, que S. Luís, a gloriosa capital do Maranhão, granicou fama de **Atenas brasileira**. Nenhum, entretanto tomou conhecimento da autora, certamente, porque era mulher, numa época em que o homem fazia alarde de proclamada superioridade do sexo. Os poucos que lhe declinaram o nome limitaram-se a dar-lhe uma relativa importância como devota do Parnaso. (grifo meu, OBRA..., 1975, p.12)

Junto com a afirmação do longo período de silêncio em relação à escritora, o fato de os maranhenses, que tanto lutaram para se distinguirem no cenário literário nacional, terem-na esquecido é elemento que causa estranhamento ao deputado, principalmente por se tratar da pioneira entre as romancistas brasileiras.

Uma outra referência diz respeito ao tratamento dedicado à Praça do Pantheon e à memória dos intelectuais cujos bustos estavam expostos. Na edição de *O Imparcial*, de 25 de fevereiro de 1976, o artigo “Imortais sem identidade” registrava a falta de placas indicativas nos bustos da praça e cobrava providências das autoridades.

Ornamentando o Panteon estão erguidos dez bustos (menos um) de ilustres antepassados do Maranhão – em tempos em que São Luís foi “**Atenas Brasileira**” (século 19). Oito bustos de intelectuais estão assentados em bases de cimento, enquanto existe uma base vazia. Só Maria Firmina dos Reis, “1ª Romancista Brasileira”, está erguida numa base de mármore branco com placa de identificação completa (nome, nascimento, morte, obra, e outros detalhes). (grifo meu, IMORTAIS..., 1976, p.7)

O título de Atenas Brasileira aparece como um elemento do passado, e o descuido das autoridades colaborava para que fosse esquecido. A recente inauguração do busto de Maria Firmina (novembro de 1975) garantia que as condições de seu pedestal e de sua placa ainda estivessem em bom estado diante dos demais homenageados. Embora o processo de resgate e as homenagens à escritora não estejam diretamente associados com a identificação da ideia de São

Luís como Atenas brasileira, as menções identificadas indicam dispositivos que os relacionam. A partir da identificação da importância da escritora como primeira romancista, sua existência se junta à de escritores do século XIX para confirmar o título atribuído à cidade.

#### 4.2.4 O Sesquicentenário

A atenção às homenagens à memória de Maria Firmina destaca a participação de várias personalidades e tenta inferir os interesses envolvidos na comemoração. Um exemplo de como diferentes interesses orientaram a ação dos envolvidos nas homenagens é a participação de Celso Coutinho. Em 1973, quando era prefeito de Guimarães, ele pagou o deslocamento de Moraes Filho em um avião de pequeno porte até a cidade. Em 1975, Coutinho ocupava o cargo de Deputado Estadual e participou de vários eventos direcionados à escritora. Para ele, o resgate pode ter sido visto como uma forma de projetar a cidade de Guimarães junto a um símbolo da literatura nacional.

Nesse mesmo sentido, pode-se imaginar que instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão<sup>27</sup> (IHGM) e a Academia Maranhense de Letras (AML) vislumbraram, na descoberta da primeira romancista brasileira, um argumento para fortalecer a imagem de São Luís como a Atenas Brasileira. As atividades realizadas em 1975 foram organizadas em conjunto por membros da AML e do IHGM, com apoio da Prefeitura de São Luís, do Governo do Estado e do Ministério das Comunicações. O Governador Nunes Freire e o então Senador José Sarney são alguns dos nomes envolvidos na organização das homenagens. Essa relação entre escritores e políticos repete a continuidade das relações entre essas esferas da sociedade, seguindo um modelo muito próximo ao que foi observado no século XIX, em que políticos também produziam literatura e atuavam para o reconhecimento de outros literatos.

O envolvimento dessas instituições parece indicar a importância atribuída ao reconhecimento de uma maranhense como relevante escritora no cenário nacional. Seu resgate também pode ser entendido como um elemento a mais na produção da

---

<sup>27</sup> Moraes Filho era membro do IHGM e foi eleito para a AML em 1976. Josué Montello entrou para a AML em 1948. José Sarney e muitos nomes de destaque na política maranhense participaram dessas instituições.

Ideologia da Singularidade, reforçando o discurso de excepcionalidade que marcaria a cidade de São Luís, desde o século XIX. Um elemento que causa estranhamento nesse projeto de resgate é a presença quase exclusiva de homens. Diferente de movimentos de resgate de outras escritoras, durante o processo de resgate da maranhense, a única mulher envolvida na organização das homenagens realizadas na cidade de São Luís foi Delci de Araújo Freire, primeira-dama do estado. Movimento completamente diferente ocorreu em Guimarães, onde a Comissão Organizadora das homenagens era composta por 15 mulheres coordenadas por Alice Gomes Nogueira (BRITO, 2015).

As comemorações pelos cento e cinquenta anos de nascimento de Maria Firmina dos Reis tiveram início no dia 11 de outubro, considerado até então o dia de nascimento da escritora, nesse dia ocorreu o lançamento de um carimbo comemorativo produzido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CARIMBO..., 1975, p.8). A data foi reconhecida como o Dia da Mulher Maranhense, projeto de lei de autoria do deputado Celso Coutinho. 1975 foi considerado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas. O fato foi registrado em diversos momentos das homenagens, como no artigo de *O Imparcial*, “Legislativo e Ministro Homenageiam a Romancista Maria Firmina” (GALVÃO, 1975, p.3). Em 2017, a Assembleia Estadual alterou o Dia da Mulher Maranhense para 11 de março após a identificação do documento de correção da data de nascimento da escritora (ADLER, 2017).

No dia 11 de novembro de 1975, data do falecimento da escritora, uma rua recebeu seu nome; seu busto foi inaugurado na Praça do Pantheon, onde foi lançada a edição fac-similar do romance *Úrsula*. O antigo prédio da Tipografia Progresso recebeu uma placa comemorativa por ter sido o local da primeira impressão de *Úrsula*. Em Guimarães, uma placa foi afixada na casa onde a escritora morou e em uma escola pública localizada em Maçaricó (GOMES, 2022). Além da instalação das placas, ocorreu desfile das escolas públicas com estudantes caracterizados como personagens do romance de Maria Firmina.

Maria da Conceição Araújo Carvalho, aos 21 anos, desfilou trajada como a professora em um dos raros automóveis existentes à época, na cidade [...] Integrantes do grupo de mulheres declamaram poemas em frente a uma das casas em que a professora residiu e lecionou, na praça Luís Domingues. Durante a manhã, estudantes promoveram recital com poemas de Maria Firmina nas ruínas da casa na qual a professora faleceu [...] O dia 11 de outubro foi declarado Dia da Mulher Vimeranense e feriado municipal,

em projeto de lei proposto pela vereadora Carmelita de Carvalho Cuba. (GOMES, 2022, p.296)

Os eventos continuaram em 1976, com o lançamento de *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. Um dos elementos utilizados para a promoção do livro foi a afirmação de que a escritora se sentia inclinada ao suicídio, algo que também foi explorado pelo jornal *O Imparcial* (MORAIS..., 1976, p.5). A meu ver, o destaque dado a uma possível atração da escritora pela morte era realizado com o objetivo de despertar a atenção dos possíveis leitores. Esse viés sensacionalista também foi explorado durante a divulgação da encenação de *Gupeva*, desta vez dando destaque ao tema do incesto (GUPEVA, 1975, p.5).

*Cantos à beira-mar* também recebeu uma edição fac-similar, o lançamento ocorreu em 31 de janeiro de 1976 (O IMPARCIAL, 1976, p.7). Assim como ocorreu com *Úrsula*, a edição de *Cantos à beira-mar* foi quase perdida. O livro foi identificado entre as obras do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite em janeiro de 1976, pouco após as comemorações relativas aos 150 anos de nascimento da escritora. Pelos registros, a edição fac-similar foi feita às pressas. Diferentemente de *Úrsula*, que tem recebido várias edições, *Cantos à beira-mar* não despertou muita atenção no público, uma terceira edição só foi publicada em 2017, e poucas/os pesquisadoras/es têm analisado suas composições.

Várias notas informaram a presença de escritores maranhenses e políticos nas solenidades, dando destaque àqueles que não moravam em São Luís, esses registros indicam a significativa mobilização em torno da memória da escritora. Conforme os meses de 1976 foram avançando, as referências à escritora foram diminuindo. A partir de abril, não foram mais identificadas referências em nenhum dos três principais jornais da cidade, o que foi usado como motivo para encerrar a consulta junto a estes documentos.

#### **4.2.5 O apagamento da negritude**

A partir da pesquisa sobre o registro jornalístico dos eventos de 1975-1976, é possível observar a ausência de informações sobre a descendência africana da escritora. Moraes Filho, algumas vezes, deu destaque à negritude de Maria Firmina, apresentando-a como mulata ou morena. A atenção a essa característica possivelmente era inspirada na negritude de seu pai, José Nascimento Moraes,

autor de *Vencidos e Degenerados* (1915). No entanto, o destaque à temática antiescravista presente na obra da maranhense e sua identificação como negra são informações que ficaram à margem dos registros que tratavam sobre ela.

Embora não existam imagens da escritora, suas características de mulher negra foram registradas no seu documento de nascimento e nos relatos coletados por Nascimento Morais Filho junto a pessoas que conviveram com ela. Segundo esses relatos, Maria Firmina tinha “rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca, olhos castanho-escuro, nariz curto e grosso, lábios finos, mãos e pés pequenos; meã (1,58, pouco mais ou menos), morena” (MORAIS FILHO, 1975, s.p.).

Durante a consulta aos jornais da década de 1970, não foi identificada a presença do termo negra/o para designar pessoas de origem afro-brasileira, expressões como morena/o e mulata/o eram mais frequentes. Para Gilberto Freyre o uso do termo moreno/a, em meados do século XX, era entendido como símbolo da cortesia brasileira para designar pessoas como não negras (FREYRE, 1971, p.67). A prática de identificar pessoas negras como morenas, tomada como um ato de cortesia, denuncia a compreensão da população negra como uma população marginalizada. O moreno é a pessoa de pele mais ou menos escura, a ambiguidade do termo permitiria que pessoas de todas as tonalidades de pele pudessem ser representadas por essa categoria.

Para o sociólogo, a classificação da população como morena era um exemplo de que a categoria raça funcionaria de modo diferente no Brasil, em vez do reconhecimento de categorias antagônicas como brancos e negros, como identificada nos Estados Unidos, a categoria moreno contemplaria quase toda a população. Ao mesmo tempo em que pensa os brasileiros como um povo em que a categoria raça não teria validade, pois em sua interpretação todos seriam mestiços, esse projeto representa uma oposição ao conceito de negritude pensado por intelectuais como Leopold Senghor, Aimé Césaire, Frantz Fanon entre outros. Estes intelectuais, ao promoverem a valorização da população e da cultura negra contestavam o local de inferioridade em que a colonialidade europeia tem situado os povos colonizados desde o século XV. Ao dar centralidade à categoria moreno, Freyre colaborava para o apagamento da história de violência e segregação que marcaram o projeto colonial português, idealizando que esse passado teria sido superado e seu resultado seria uma sociedade harmoniosa.

Retomando as descrições sobre Maria Firmina, outra fonte que registra a negritude da escritora e possivelmente passou despercebida por Moraes Filho, foi uma passagem no livro *Mestre Cuia: contos do tempo da escravidão* (1937), de autoria do maranhense Ignacio Raposo (1875-1944). No conto que dá título ao livro, o escravizado Raimundo Cuia se passa por professor e, ao perceber o riso de um passante, questiona se o riso é em função de ele ser um professor negro. Para confirmar que pessoas negras podiam ser professores, Mestre Cuia lembra que “D. Firmina dos Reis não é mais branca do que eu... nem por isso deixou de sentá [sic] na cadeira régia de Guimarães” (RAPOSO, 1937, p.12). A narrativa está situada entre 1860 e 1880, período em que o nome da escritora circulava em periódicos de São Luís. Quando o livro de Ignácio Raposo foi publicado, ainda que de forma marginal, Maria Firmina estava presente na memória dos maranhenses e era citada como uma personagem negra que acessou lugares interditados à maioria da população de origem africana.



Mesmo com esse registro, suas características físicas não foram respeitadas para a elaboração do seu busto. O que indica que o trabalho de resgate da autora e de sua obra foi submetido a algumas “adaptações”. Flory Gama (1916-1996), escultor responsável pela produção do busto, recebeu liberdade de concepção da

figura da homenageada, produzindo, segundo Morais Filho (1975), “uma imagem viva por ser espiritual, superior, portanto, a uma realização de feixe de traços mortos”. Entretanto, a figura que foi produzida não parece remeter à imagem de uma mulher negra como Morais Filho havia registrado, seus cabelos, bem como as demais características de seu rosto lembram os traços de uma mulher branca.

Impossível não questionar quais motivos orientaram essa opção do escultor e o silenciamento dos demais envolvidos nas atividades de homenagem a Maria Firmina ao produzirem uma imagem da autora que a distanciava de sua negritude. Entretanto, tal apagamento pode ser observado com diversos escritores que produziram obras canônicas da literatura brasileira. Gonçalves Dias e Machado de Assis são importantes exemplos do apagamento da negritude de escritores representativos da nossa literatura.

Atualmente, esse silenciamento tem sido interpretado como um instrumento para a perpetuação da ideia de que o negro é incapaz de produzir literatura e identificado como mais uma das várias facetas do racismo no Brasil. Perceber essa atitude em relação à escritora leva a crer que, embora as homenagens destinadas a ela tivessem o objetivo de valorizar a sua obra e confirmar uma tradição literária maranhense, certos elementos da vida da autora continuariam a ser parcialmente silenciados, fornecendo indícios sobre as razões que permearam seu processo de esquecimento. Além disso, a partir da reflexão de Edward Said (2011, p.51) podemos associar esse processo de embranquecimento à produção de “imagens puras” como o que o autor identifica no processo de apagamento das influências das culturas egípcia e semita, além de culturas meridionais e orientais para, no decorrer do século XIX, remodelar a cultura grega como uma cultura ariana, ocultando suas raízes semitas e africanas (SAID, 2011, p.51-52).

Quando voltamos nosso olhar para as referências que foram feitas à escritora nos jornais de São Luís, durante os eventos do sesquicentenário é possível observarmos como a negritude da escritora é esquecida. Entre setembro de 1975 e março de 1976, foram identificadas 111 publicações relacionadas à escritora. Ao analisar o conteúdo das menções, buscando identificar termos que associassem Maria Firmina dos Reis com palavras do campo semântico que indicassem a negritude da escritora (como os termos negra, mulata ou morena), não foi identificada nenhuma referência a esse tipo de associação.

Em um levantamento mais amplo, que considera menções identificadas a partir de novembro de 1973, momento em que Moraes Filho anunciou a “descoberta”, até o período de agosto de 1975, foram identificadas mais 13 menções à escritora, em duas ela foi descrita como uma mulher negra. A primeira, quando Moraes Filho anunciou a “descoberta” (PESQUISADOR..., 1973, p.1); a segunda, quando o *Jornal Pequeno* republicou um artigo que teria sido publicado no jornal *Província do Pará* (MARIA FIRMINA..., 1974, p.15).

A associação entre Maria Firmina e a Atenas brasileira, identificada em três publicações, supera a associação entre a autora e sua descendência africana, confirmando o interesse de usá-la para a afirmação de uma singularidade do Maranhão, ao mesmo tempo que omitia elementos que questionassem a branquitude da Atenas.

Quanto à temática de suas obras, foram pesquisadas palavras que a associassem à escravidão, escravo(s) e abolição. Neste caso, a pesquisa identificou duas referências no *Jornal Pequeno* (HOMENAGEM..., 1975, p.5; e ÚRSULA, 1975, p.8), quatro referências em *O Estado do Maranhão* (em CARIMBO..., 1975, p.8; MORAIS FILHO..., 1975, p.8; MONTELLO, 1975b, p.3; e OBRA..., 1975, p.12) e cinco citações em *O Imparcial* (em INDIANISTA..., 1975, p.11; HOJE..., 1975, p.6; MARIA FIRMINA..., 1975, p.5; MORAIS, 1976, p.5; e GRUPO..., 1976, p.5).

Apesar de trechos de *Úrsula*, *Gupeva* e “A Escrava” circularem nos principais jornais da cidade, a discussão sobre suas temáticas era assunto marginal. Enquanto elementos que faziam referência à negritude da escritora eram omitidos, era dada centralidade a informações como o seu local de nascimento, o fato de ser mulher, ter trabalhado como professora e seu pioneirismo como romancista.

Ainda em relação ao projeto de apagamento do elemento negro, uma passagem do prefácio escrito por Horácio de Almeida para a edição de 1975 merece atenção. Ele comenta que Túlio recebe destaque no romance “por seu caráter, por sua alma branca” (ALMEIDA, 1975, p.VIII). Ainda que tivesse lido o romance, uma perspectiva racista orienta sua avaliação e faz com que o crítico sinta necessidade de entender Túlio a partir de uma simbologia que pretende apagar sua negritude, identificando a elevação moral do personagem com a associação a uma pretensa alma branca. Essa mesma perspectiva parece orientar grande parte dos jornalistas que comentaram os eventos e a obra da escritora durante o sesquicentenário.

Como nos lembra Borralho (2009) e Jesus (2015), a construção da Atenas assentava sobre um ideal de branquitude ostentado por uma elite que não dispunha mais do prestígio político, econômico e intelectual que havia desfrutado em meados do século XIX. Assegurar a singularidade dessa elite passava por reconhecer o seu passado, como um passado produzido por brancos. Como a escritora contestava esse passado, omitir sua negritude nos comentários e nas representações produzidas sobre ela, como no caso do busto, era uma alternativa para assegurar a branquitude idealizada por essa elite.

#### 4.2.6 A crítica às homenagens

Apesar do grande número de pessoas e instituições envolvidas com o projeto de resgate da escritora, não se pode dizer que ela representasse uma unanimidade entre os intelectuais de São Luís, sendo possível identificar algumas manifestações de descrédito às homenagens oferecidas a ela. Ao publicar a segunda edição de *Apontamentos da Literatura Maranhense* (1977), Jomar Moraes (1940-2016) teceu alguns comentários sobre sua obra. Ao tratar dos escritores contemporâneos ao Grupo Maranhense, grupo de escritores que publicaram entre 1832 e 1868, ele dividiu os escritores do período em quatro grupos: “autores principais”; “outros autores”; “cinco poetas menores”; e “outras figuras”. Na escala de grandeza dos escritores do período, ela foi posicionada no local mais baixo da classificação, menor que os menores. Sobre suas qualidades literárias, Jomar Moraes registrou:

**Maria Firmina dos Reis** – n. São Luís, 11/10/1825; f. Guimarães-MA, 11/11/1917. Professora de primeiras letras e senhora dotada de virtudes que muito a recomendam à nossa admiração. Poetisa medíocre e ficcionista desimportante, Maria Firmina não tem, mesmo nos limites da literatura maranhense, a significação que recentemente pretenderam atribuir-lhe. Autora, entre outros trabalhos, dos romances **Úrsula** e **Gupeva** e do livro de poesias **Cantos à beira-mar**. (MORAES, 1977, p.136)

As palavras selecionadas para caracterizar a obra - medíocre, desimportante, sem significação - demonstram o desprezo do crítico pela escritora e contrastam completamente com a campanha para reconhecimento liderada por Moraes Filho. Ao ler as notas dedicadas a outros nove escritores listados por Jomar

Moraes, como as “outras figuras”<sup>28</sup> do Grupo Maranhense, a nenhum deles é dedicada crítica tão negativa, como a dirigida à escritora. Por exemplo, Frederico José Corrêa é considerado como pessoa de “considerável cultura”; Candido Mendes de Almeida tem reconhecida sua “vasta e valiosa bibliografia”; Pedro Nunes Leal é considerado “notável lexicógrafo”; Joaquim Gomes de Sousa é descrito como “verdadeiro gênio”. O único a receber algo que se aproxime de uma crítica que lhe desabone é Manuel Benício Fontenelle, tratado como poeta de “pequena expressão”, mas nada que o aproxime de medíocre. Embora em sua acepção a palavra indique algo modesto, pequeno, em São Luís, a palavra tem conotação que indica abaixo do pequeno, inábil, sem competência.

Em 2006, Arlete Nogueira da Cruz publicou o livro *Sal e Sol*, uma coletânea de artigos publicados no jornal *O Estado do Maranhão*. Um dos artigos que compõe o livro é “Maria Firmina dos Reis no belo estudo de Janilto Andrade”. Nele, a escritora apresenta uma crítica sobre o livro *A nação nas dobras da ficção* (2005), obra em que Janilto Andrade analisa elementos literários e políticos que corroboraram para a consagração de José de Alencar (1829-1877) e seu romance *Iracema* (1865) e para o esquecimento dos romances de Maria Firmina dos Reis e Ana Luísa de Azevedo Castro (1823-1869), respectivamente *Úrsula* (1859) e *D. Narcisa de Vilar* (1859). Em certo momento ela lembra as críticas feitas a Moraes Filho pelo projeto de dar visibilidade a Maria Firmina.

[...] quando ele a trouxe [à luz] (no momento em que também a trazia o escritor paraibano Horácio de Almeida), lembro bem, foram alvo de zombarias em São Luís: Zé Moraes, Maria Firmina e o seu livro *Úrsula*, muitos considerando exagerada a relevância que Zé Moraes dava à sua descoberta. Pelos daqui, Maria Firmina dos Reis deveria permanecer onde se achava: no limbo. E a sua obra sob o tapete. (CRUZ, 2006, p.265)

A lembrança da escritora Arlete Nogueira ressalta que a atenção oferecida à Maria Firmina não foi um movimento hegemônico e contou com alguns opositores. Ecos dessa oposição ainda se manifestam, constituindo movimentos que tentam manter estáveis a percepção sobre quais autores e quais obras deveriam receber a atenção e ocupar os locais de consagração disponíveis na sociedade maranhense.

Na contracapa do livro de Arlete Nogueira, essa disputa pelo reconhecimento de autores é atualizada. Ricardo Leão, pesquisador do processo de

<sup>28</sup> Custódio Alves da Pureza Serrão, Frederico José Corrêa, Cândido Mendes de Almeida, João Pedro Dias Vieira, Pedro Nunes Leal, Manuel Benício Fontenelle, Antônio Marques Rodrigues, Luís Antônio Vieira da Silva, Joaquim Gomes de Sousa.

construção do cânone brasileiro/maranhense no século XIX, registra que Nogueira seria “a melhor em nossa ficção contemporânea – que esta terra já gerou, desde a pioneira Maria Firmina dos Reis, antecessora histórica a quem Arlete Nogueira da Cruz supera em muito em função da inegável e cristalina qualidade de sua ficção” (LEÃO, 2006, contracapa). Não é possível negar a relevância de Arlete Nogueira no cenário literário maranhense a partir da década de 1960, mas, para distinguir sua obra, vale compará-la com uma escritora que havia publicado há quase 150 anos em um contexto completamente diferente só para afirmar que ela superara essa escritora?

Certamente, o cenário literário, com suas permanentes disputas, é constantemente atualizado e se organiza a partir das discussões e argumentos que buscam estabelecer quais seriam os melhores representantes da literatura produzida em determinada região, língua ou grupos de pessoas. Foram essas discussões que acabaram reduzindo as escritoras a um plano secundário e que, às vezes, substituem o interesse em suas contribuições pela divulgação de polêmicas, as quais não parecem ser vantajosas para as escritoras. Sob certos aspectos, a discussão baseada na construção de argumentos que assegurem a distinção de uma escritora, marcando uma possível superioridade em relação a outras, acaba atualizando as disputas que permitiram o esquecimento das escritoras do século XIX.

#### 4.2.7 Do local ao nacional

Morais Filho atuou como o representante de Maria Firmina, tomou para si o papel de pessoa autorizada para falar sobre ela. Em São Luís, essa posição ainda era referendada em 1988 quando ocorreu a publicação da terceira edição de *Úrsula*. Antes do lançamento, foi enviado aos jornais de São Luís a comunicação do Instituto Nacional do Livro (INL) sobre a edição com organização de Luiza Lobo e introdução de Charles Martin. O INL informava que o livro era

o primeiro romance escrito por uma brasileira, publicado no Brasil, sobre tema nacional. Foi também o primeiro romance brasileiro a mencionar a causa abolicionista e sua autora era, provavelmente, negra. Foi publicado pela primeira vez em 1858, na Tipografia Progresso, em São Luís do Maranhão e nunca reeditado. Trata-se pois de um resgate de importante obra caída no esquecimento dos brasileiros. (EDIÇÃO..., 1988, p.1)

Após conhecimento da nova edição, na capa do Caderno Alternativo, havia quatro artigos relacionados a essa nova publicação do romance: o primeiro, “Edição do INL tem equívocos” (EDIÇÃO..., 1988, p.1), corrige datas, lembra eventos e homenagens oferecidas à escritora no Maranhão e cita que a segunda edição do romance havia sido publicada em 1975; o segundo texto, “Firmina: uma líder ousada” (FIRMINA..., 1988, p.1), sintetiza a trajetória da escritora; o terceiro, “O acaso colabora com a pesquisa” (O ACASO..., 1988, p.1), recupera o processo de pesquisa de Moraes Filho e a “descoberta” da escritora; o quarto artigo, “Moraes: essa gente do Sul só tripudia”, apresenta uma entrevista realizada por Ubiratan Teixeira em que Moraes Filho assevera: “essa gente do Sul tem essa mania de desconsiderar acintosamente o trabalho das pessoas do Norte” (MORAES..., 1988, p.1). A afirmação retoma a posição periférica do Maranhão quando vista a partir das instituições localizadas no sul e sudeste do país e reclama a falta de crédito ao pesquisador que havia colaborado para que os envolvidos com a nova edição tivessem acesso à escritora. Nessa entrevista, Moraes Filho reconstrói o trajeto das informações coletadas por ele até chegarem a Charles Martin e Luiza Lobo.

O americano [Charles Martin] passou por aqui em agosto de 1982. Fazia uma pesquisa para uma tese de doutorado sobre as influências africanas na cultura brasileira. E ninguém passa por São Luís pesquisando negro, folclore, linguagem do povo sem falar comigo. Aí, eu lhe apresentei Maria Firmina e lhe dei um exemplar de *Úrsula*. O caboclo ficou tão vidrado na tese levantada pela romancista que resolveu mergulhar no assunto e acabou modificando o núcleo de sua tese. Tanto é que no ano passado ele me mandou um trecho enorme do seu trabalho<sup>29</sup> (U.T.). (Ubiratan Teixeira)(MORAES, 1988, p.1)

Recentemente, no primeiro número da revista *Firminas* publicada em julho de 2021, Charles Martin publicou um artigo em que relembra quando esteve em São Luís e entrou em contato com Moraes Filho que lhe informou sobre a obra e a vida de Maria Firmina. De volta aos Estados Unidos, ele se dedicou ao estudo do romance cujas reflexões ocupam posição de destaque na tese defendida em 1988. Luiza Lobo, uma das primeiras críticas brasileiras a escreverem sobre a maranhense, havia conhecido Martin, em 1982, quando este havia chegado ao Brasil, assim eles estiveram regularmente em contato. Após voltar aos Estados Unidos, Luiza Lobo o visitou na Universidade de Yale e teve acesso ao romance, sugerindo sua

---

<sup>29</sup> O trecho da pesquisa, que Martin havia enviado para Moraes Filho, foi publicado parcialmente no jornal *O Imparcial*, em 22 de novembro de 1987 (MARTIN, 1987, p.1), em alusão aos 70 anos de falecimento da escritora.

publicação na Coleção Resgate. Parte significativa das reflexões presentes na Tese de Martin foram usadas para compor “Uma rara visão de liberdade”, introdução publicada junto à terceira edição de *Úrsula*, em comemoração ao centenário de Abolição da Escravidão.

A publicação da nova edição de *Úrsula* atingiu repercussão maior que a de 1975. A posição periférica do Maranhão, mais uma vez, parece ter influenciado na menor atenção da academia sobre a obra da escritora. Além deste, outros elementos merecem ser elencados para justificar a mudança em relação à atenção que será dedicada a ela. A introdução de Martin (1988) forneceu a primeira reflexão sobre os elementos narrativos do romance, localizando *Úrsula* em uma dimensão que supera a afirmação de seu pioneirismo e liga o romance a um conjunto de narrativas que registram o movimento de escritores negros para superarem visões racistas difundidas por escritores brancos. Com isso, a análise do conteúdo do romance passou ao centro da crítica. Junto a isso, teve início a atuação de pesquisadoras e a formação de grupos de pesquisas orientados pela Crítica Feminista, os quais deram destaque a projetos de resgate de escritoras “esquecidas”. Este cenário marca a entrada de Maria Firmina na Academia.

#### 4.3 A CRÍTICA FEMINISTA

A atenção em torno da obra da maranhense não pode ser identificada como um movimento constante, o mais apropriado parece ser reconhecê-lo como um movimento ondulatório em que se identificam momentos de alto e baixo interesse pela escritora. O período entre 1910 e 1970 seria um período de baixo interesse, na década de 1970, esse interesse era alto, mas restrito à cidade de São Luís. Um exemplo sobre esse movimento irregular de atenção em torno da obra da maranhense é o *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711-2001)*, organizado por Nelly Novaes Coelho. Publicado em 2002, o trabalho apresenta 1.401 escritoras e dedica sete linhas para falar sobre Maria Firmina dos Reis, oferecendo menos informações sobre a escritora que as registradas por Sacramento Blake, 102 anos antes.

Após as homenagens e diversas atividades ocorridas sob o pretexto de comemoração dos 150 anos de nascimento da escritora, teve início um novo momento de silêncio que será quebrado na segunda metade da década de 1980

quando uma nova onda se forma, agora fora do Maranhão. Maria Firmina ganha destaque por ser identificada como uma das muitas mulheres que contribuíram no processo de formação da sociedade brasileira, seja por seu trabalho como professora e escritora, seja por representar a contribuição de intelectuais negras/os que trabalharam durante a vigência da escravidão.

Um elemento importante desse período é a publicação da terceira edição de *Úrsula*, em 1988. Essa nova edição marca o período em que a autora passa a ser lida pela Crítica Feminista, o que transforma sua recepção. O “descobrimento” acadêmico de sua obra está inserido em um processo que tem gerado muitas pesquisas em torno de escritoras brasileiras, sobretudo do século XIX. Esse movimento foi fortemente influenciado pela emergência de estudos sobre mulheres e pela consolidação das críticas propostas pelas feministas a partir da década de 1980.

Embora este capítulo enfoque movimentos ocorridos no Brasil, é possível identificar correlações entre movimentos externos de organização política das mulheres em torno do feminismo, refletindo nas ações de resgate de Maria Firmina dos Reis. A partir da década de 1970, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América começou a ser consolidado um conjunto de estudos denominados Estudos Feministas. Tal momento é marcado pela emergência de um movimento conhecido como segunda onda feminista (BRANDÃO, 2017), o qual produziu um arcabouço teórico que buscava identificar os processos de produção histórica e social da opressão das mulheres, além de reforçar a luta dos movimentos feministas em curso desde o século XIX.

No campo dos Estudos Literários, como nas demais disciplinas em que a Crítica Feminista tem atuado, as pesquisas são orientadas pela perspectiva de que a política perpassa o processo de produção do conhecimento, de modo que a produção científica deve ser orientada por uma agenda de reivindicações e questionamentos que buscam melhores condições de vida para as mulheres. Esta postura dialoga com a ideia de que “o pessoal é político” e introduz a perspectiva de que a produção do conhecimento e todas as relações sociais estabelecidas se estruturam a partir de relações de poder que também são políticas.

Nos Estados Unidos, um dos movimentos de questionamento da crítica literária produzida até então se centrou no movimento de revisão da crítica literária. A “re-visão”, “ato de entrar no texto a partir de uma nova direção crítica” (RICH,

2017, p.66), buscava rever as obras da tradição literária ocidental, cujos autores em sua maioria eram homens, para realizar uma crítica radical da literatura, a qual

consideraria a obra prioritariamente como um indício de como [as mulheres] vivemos, como temos vivido, como temos sido levadas a nos imaginar, como a nossa linguagem tem nos aprisionado ou liberado, como cada ato de nomear tem sido, até agora, uma prerrogativa masculina e como podemos começar a enxergar e a nomear – e, portanto, a viver de uma outra maneira. (RICH, 2017, p.67)

Em momento paralelo, na França, começaram os estudos da *Écriture Féminine*. Apesar das diferentes perspectivas teóricas que orientavam essas pesquisadoras, parece mais relevante destacar as semelhanças entre suas propostas. Quando retomamos o artigo de Hélène Cixous, *O riso da medusa*, percebemos a aproximação com a proposta de Adrienne Rich. Para Cixous,

é preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher e traga as mulheres à escrita, de onde elas foram tão violentamente distanciadas quanto foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, com a mesma letal finalidade. A mulher precisa se colocar no texto – como no mundo, e na história –, através de seu próprio movimento. (CIXOUS, 2017, p.129)

A partir deste ponto, é importante destacar que ambos os movimentos questionavam a situação de opressão das mulheres e preconizavam que a mulher deveria fazer um uso político da literatura para denunciar os efeitos do machismo. Esse primeiro movimento tem sido constantemente ampliado para contemplar as diferentes imbricações que perpassam a categoria mulheres que, além das opressões do machismo, é marcada pelas opressões de classe, etnia, raça e orientação sexual, além de marcadores como casta, religião, região, nação, geração, dentre outros. Trabalhos orientados pela crítica francesa ou norte-americana tiveram o efeito de apresentar à sociedade como o machismo produziu um discurso em que a imagem da escritora era formada a partir de preconceitos que sustentavam uma ideia de inferioridade e inaptidão das mulheres para o trabalho intelectual. Ao mesmo tempo, os textos literários escritos por homens reforçavam a imagem da mulher como variando entre as ideias de sensível, inconstante, volúvel ou perigosa, excluindo também nos textos ficcionais a possibilidade de as mulheres ocuparem posições de poder que eram reservadas aos homens.

Para Heloisa Buarque de Hollanda (2018), no cenário brasileiro, a década de 1980 marca um momento de crescimento da atuação feminista no país. Durante a Ditadura Militar (1964 e 1985), muitas pessoas envolvidas em partidos políticos e

movimentos sociais ou artistas críticos ao regime precisaram exilar-se, pois esta era uma alternativa para as restrições legais e perseguições políticas implantadas nesse período, como a censura, as prisões, as torturas e os assassinatos. Sob a condição de exiladas e/ou estudantes, algumas mulheres se aproximaram de organizações feministas na Europa e nos Estados Unidos. O novo período de abertura política permitiu o retorno das exiladas e favoreceu a participação dessas mulheres em movimentos sociais perseguidos durante a ditadura. Ao mesmo tempo, muitas delas começaram a trabalhar como professoras em universidades brasileiras e junto com outras pesquisadoras ampliaram a realização de pesquisas sobre as mulheres na literatura brasileira.

É em 1985 que ocorrem a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL) e a formação o Grupo de Trabalho A Mulher na Literatura<sup>30</sup>. Este grupo estabeleceu a comunicação entre pesquisadoras e a divulgação de diversos trabalhos que estavam sendo realizados, em muitos casos de forma isolada e sem receber a devida atenção nos diferentes estados. Com a formação deste grupo, pesquisadoras e pesquisadores, com estudos em torno da crítica literária feminista e do resgate de escritoras, encontraram um importante espaço para a discussão e enriquecimento de seus trabalhos (DUARTE, 2010). Junto com a formação da ANPOLL, alguns eventos têm sido realizados e servem de ponto de encontro para pesquisadoras experientes e iniciantes discutirem sobre suas pesquisas e tentarem aprimorar as abordagens teóricas utilizadas. Eventos como o Fazendo Gênero<sup>31</sup> e o Seminário Mulher e Literatura<sup>32</sup> são importantes exemplos da longevidade desses encontros.

Um dos temas que orientou o trabalho das pesquisadoras foi o questionamento sobre a reduzida quantidade de escritoras no rol dos grandes nomes da literatura brasileira. Para os críticos, majoritariamente homens, havia algo próximo a um consenso de que a pequena quantidade de escritoras reconhecidas

---

<sup>30</sup> Algumas das pesquisadoras que participaram das primeiras atividades do Grupo de Trabalho Mulher e Literatura foram: Ana Lúcia Almeida Gazolla, Constância Lima Duarte, Cristina Stevens, Elódia Xavier, Izabel Brandão, Luzilá G. Ferreira, Nádia Battella Gotlib, Ria Lemaire, Rita Terezinha Schmidt, Susana Bornéo Funck e Zahidé Lupinacci Muzart (DUARTE, 2010).

<sup>31</sup> Fazendo Gênero é um evento que teve sua origem no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1994. Zahidé Muzart, uma das principais divulgadoras da obra de Maria Firmina, foi uma de suas idealizadoras. Em 2021, o evento chegou à sua décima segunda edição, todas elas sediadas na UFSC.

<sup>32</sup> O Seminário Mulher e Literatura, diferentemente do Fazendo Gênero, é um evento itinerante. O primeiro encontro ocorreu em 1987, na Universidade Federal da Paraíba, o segundo, em 1988, ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o terceiro, em 1989, na UFSC.

era reflexo do pouco interesse das mulheres pela escrita ou devido ao pouco valor estético de seus textos. Junto ao questionamento sobre o processo de construção do cânone brasileiro, iniciou-se um movimento de resgate de textos literários publicados por mulheres no Brasil. Essa pesquisa culminou com a publicação de *Escritoras Brasileiras do Século XIX* em três volumes, lançados respectivamente em 1999, 2004 e 2009.

O projeto, com o objetivo de rever a historiografia literária brasileira, contou com a participação de 35 pesquisadoras, coordenadas por Zahidé L. Muzart. Elas produziram uma antologia crítica que apresenta e examina as produções literárias de mais de cento e cinquenta escritoras que publicaram literatura no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O processo de crítica social que anima o feminismo caminhou junto com a produção de uma crítica literária que destacava as relações de opressão presentes nas representações apresentadas nos textos literários e no processo de invisibilização/apagamento de escritoras da história literária brasileira.

Nesse caso, “a 'crítica' é justamente a prática que não apenas suspende o juízo, mas também oferece uma nova prática de valores, baseada nesta própria suspensão” (BUTLER, 2013, p.160). A partir dessa posição crítica sobre os juízos que envolvem a crítica literária, as pesquisadoras operaram um amplo movimento de resgate de escritoras. Junto ao processo de re-visão, o processo de resgate de escritoras foi uma importante marca da crítica produzida pelas feministas brasileiras nas décadas finais do século XX. Nesse processo, Maria Firmina também despontou como relevante representante dessa produção literária.

#### **4.3.1 As primeiras análises críticas**

Luiza Lobo, estudiosa com vários trabalhos sobre a escritora, parece ser a primeira a dedicar atenção à sua obra. Como citamos, a relação entre Lobo e o pesquisador Charles Martin foi a ponte que proporcionou o encontro entre a pesquisadora e a escritora. Em 1986, ela publicou o artigo “Um auto-retrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis”, na Revista *Letterature d'America*. Em 1988, em parceria com o estadunidense, ela publicou a terceira edição de *Úrsula*. Luiza Lobo foi responsável pela organização, revisão e produção de notas, enquanto Charles Martin escreveu uma introdução para o livro. Como

citamos, o pesquisador estadunidense superou a centralidade da atenção sobre a ação pioneira de Maria Firmina como romancista e avançou na reflexão sobre a obra ao propor uma crítica ao romance *Úrsula* a partir do destaque dedicado às personagens negras, identificando quão inovadora é a perspectiva apresentada pela escritora. Segundo Martin (1988), Maria Firmina mostra grande originalidade e sensibilidade quando

introduz uma nova versão da negritude, ao escapar da idéia de 'alma branca', sempre presente na literatura escrita pelos brancos sobre o negro. Ela propõe uma nova visão do passado africano, respeita a alma e a vivência do negro no Novo Mundo. Ao reconhecer a vida anterior do escravo na África [...]. A autora mostra a realidade dos negros, duplamente prisioneiros: enquanto escravizados pelos brancos e enquanto presos na terra estrangeira. *Úrsula* é o único romance de seu tempo que tenta apresentar os negros como tal, e não de acordo com estereótipos como o do bom cristão. (MARTIN, 1988, p.10)

Luiza Lobo colaborou para a divulgação da maranhense com diversas publicações, dentre elas o verbete dedicado à escritora na Antologia *The Bloomsbury Guide to Women's Literature*, editada por Claire Buck (1992), um dos primeiros trabalhos em língua inglesa sobre a maranhense. Em *Crítica sem Juízo* (1993), Lobo publicou o artigo "Auto retrato de uma pioneira Abolicionista", versão ampliada de artigos publicados na Revista *Letterature d'America* (1986) e na Revista *Estudos Afro-Asiáticos* (1989). Nele, a pesquisadora elabora uma reflexão sobre a produção de escritores negros e sobre o que seria uma literatura afro-brasileira.

Um dos aspectos primordiais que a meu ver define a literatura negra, muito embora não seja um elemento norteador, em geral, dos estudos sobre o assunto, é o fato de a literatura negra do Brasil – ou afro-brasileira – ter surgido quando o negro passa de objeto a sujeito dessa literatura e cria sua própria história; quando o negro, geralmente visto de forma estereotipada, deixa de ser tema para autores brancos e passa a criar sua própria escritura, no sentido de Derrida: a sua própria visão de mundo. Só pode ser considerada literatura negra, portanto, a escrita de africanos e seus descendentes que assumem ideologicamente a identidade de negros. (LOBO, 1993, p.222-3)

Nesse artigo, Lobo destaca que não havia motivo para considerar Maria Firmina como a primeira romancista brasileira, pois Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1863) havia publicado o romance *O Ramalhete, ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, em 1845, na cidade de Porto Alegre. Ainda que naquele momento a pesquisadora não considerasse a maranhense como a primeira romancista, ela destacava a posição crítica à escravidão presente em *Úrsula*, o que fazia da autora a primeira pessoa a tratar dessa temática no romance brasileiro.

Além de produzir uma rápida síntese da biografia da escritora, Lobo analisou passagens do conto “A Escrava” e de poemas como o “Hino à Libertação dos escravos”, “Vai-te”, entre outras, fornecendo um primeiro panorama sobre a obra da maranhense. A pesquisadora também dá destaque para o diálogo com escritores como Tomás Antonio Gonzaga, Bernardin de Saint-Pierre e a própria Harriet Beecher Stowe, bem como a associação ao lirismo Ultrarromântico.

Em 2006, Lobo também discutiu sobre ela no *Guia de Escritoras da Literatura Brasileira*. A antologia apresenta dados de trinta e seis escritoras, com biografia, bibliografia e indicação de trabalhos críticos sobre suas obras. Enquanto em *Crítica sem Juízo* (1993) Lobo registrava que a primeira romancista brasileira a publicar teria sido Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, em 1845, no *Guia de Escritoras*, Lobo define a maranhense como a primeira romancista e a primeira escritora a produzir um romance abolicionista. A mudança na avaliação da pesquisadora ocorreu após Nelly Novaes Coelho (2002) considerar *O ramallete* como uma crônica e classificar Ana Eurídice como a primeira cronista brasileira (LOBO, 2006, p.48). Muitos dos argumentos de Horácio de Almeida (1975), como o não reconhecimento de Teresa Margarida da Silva e Orta e de Nísia Floresta como as primeiras romancistas brasileiras, foram incorporados pela pesquisadora para confirmar o pioneirismo da maranhense.

Ao listar as obras em que Maria Firmina era citada, é possível perceber que o trabalho sobre a maranhense ainda não havia despertado a atenção de muitas pesquisadoras/es. Além da presença em obras de referência, como o *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711-2001)*, de Nelly Novaes Coelho, Luiza Lobo registrou os trabalhos de Norma Telles, Maria Lúcia de Barros Mott e Zahidé L. Muzart como a fortuna crítica então existente. Para estas pesquisadoras, o pioneirismo e a crítica à escravidão ocuparam centralidade nos estudos empreendidos.

Norma Telles se dedicou a pensar a produção literária de mulheres brasileiras durante sua pesquisa de doutoramento, *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil*, defendida em 1987. A pesquisadora apresenta um interessante estudo sobre o processo de construção da crítica literária feminista a partir do trabalho de escritoras como Elaine Showalter, Ellen Moers, Sandra Gilbert e Susan Gubar. Na tese, ela dá destaque a Maria Firmina dos Reis, Narcisa Amália, Maria Benedicta Camara Bormann e Júlia Lopes de Almeida.

Para Telles, o tratamento dedicado às obras escritas por mulheres é uma das formas iniciais de distinção de seus trabalhos, ela destaca: “um livro de mulher era sempre destacado como um livro de mulher. Nunca se encontra o contrário, a frase: este poeta homem” (TELLES, 2012, p.57). A identificação de ser uma mulher a escrever um romance é amparada pelas desculpas protocolares que envolvem as avaliações dos trabalhos de escritoras, o romance seria vazio “de um estilo apurado”, simples e sem profundidade. Para esta pesquisadora, as críticas publicadas no século XIX, que de modo cortês apontam limitações das escritoras, lançam as bases para que suas obras sejam esquecidas ou tidas como menores.

Seu trabalho, assim como o das demais pesquisadoras que serão citadas, dá continuidade ao projeto iniciado por Carmen Unzer (1914), Anna Amélia Mendonça (1928) e Lucia Miguel Pereira (1954), ao indicar a contribuição das mulheres para a literatura brasileira. Entretanto, Telles produziu mais que uma lista de escritoras, ela discutiu sobre as questões estéticas que confirmavam a representatividade de seus trabalhos e, a partir disso, questionou a exclusão dessas escritoras dos cânones.

Telles (2012, p.268) destacou como o prefácio de *Úrsula* dialoga com as “fórmulas de humildade” usadas por escritoras como Tereza Margarida Orta e Narcisa Amália. Além disso, reconhece a discussão sobre a violência contra os escravizados como o elemento de destaque do romance. Para ela, o registro da posição da mulher naquela sociedade pode ser resumido na relação entre *Úrsula* e sua mãe: “o elo entre mãe e filha e a falta de poder feminino são as únicas coisas razoáveis num mundo amaldiçoado pela agressividade masculina” (TELLES, 2012, p.171). Para a pesquisadora, a escrita da maranhense desperta a atenção para os desafortunados, elemento de destaque entre as escritoras do século XIX. Essa associação entre pioneirismo, negritude e abolicionismo marca a pesquisa de Telles. No artigo “Rebeldes, Escritoras e Abolicionistas” (1989) ela destaca a posição antiescravista de várias escritoras do século XIX, ressaltando o amor que elas nutriam pela liberdade e suas tentativas para alcançá-la. No caso de *Úrsula*,

o que mais distingue o livro não é o exagero romântico, ou as peripécias do enredo mas sim o tratamento que a autora dá ao escravo. Ela não fala do escravo em geral, ou da escravidão como conceito abstrato, mas individualiza o escravo em duas personagens centrais [Túlio e Susana]. (TELLES, 1989, p.77)

Como parte dos eventos de comemoração dos cem anos de abolição da escravidão, momento em que foi publicada a terceira edição de *Úrsula*, Maria Lúcia de Barros Mott publicou *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. O livro apresenta a trajetória de mulheres negras e brancas, do século XIX, com o objetivo de “criticar a história tradicional, trazer para o primeiro plano a resistência e a luta das mulheres contra a escravidão” (MOTT, 1991, p.11). Mott é uma das pesquisadoras a destacar que “a participação de mulheres brancas no movimento que ficou conhecido como abolicionista significou, muitas vezes, a defesa de sua classe social e não solidariedade à raça oprimida” (1991, p.12), pois a participação de parcela da sociedade nos movimentos abolicionistas tinha um caráter antiescravista que estava articulada com uma posição contrária à convivência com a população negra.

Junto com Nísia Floresta, Josephina Durocher, Narcisa Amália e Ana Aurora do Amaral Lisboa, Maria Firmina dos Reis é indicada como uma escritora que produziu um texto crítico à visão sobre a população negra que circulava nos textos literários, Segundo Mott:

No período em que foi publicado *Úrsula*, o escravo era visto principalmente como o demônio familiar (título de uma peça escrita por José de Alencar em 1859 que denuncia a influência maléfica da escravidão sobre a família). Os mais liberais consideravam o negro apenas corrompido pelo cativo. Quanto à maioria, fossem eles escravocratas, emancipadores e mesmo abolicionistas, a índole, a própria natureza do negro é que era má. (MOTT, 1991, p.67)

Sua atuação na produção de textos críticos à escravidão é indicada como a maior colaboração da escritora, pois ela contesta a perspectiva que apresenta os escravizados como corrompidos. A partir de informações registradas por Moraes Filho (1975), Mott destaca a trajetória da escritora, inferindo sobre as dificuldades que ela teria tido para estudar e atingir a formação que lhe permitiu produzir sua obra. “A formação intelectual da escritora parece ter sido feita por ela mesma, dado o estado precário do ensino público e particular naquela província e a pouca atenção que se dava ao ensino feminino” (MOTT, 1991, p.61).

Em artigo publicado nos Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, no Grupo de Trabalho A Mulher na Literatura, ao falar sobre as primeiras escritoras negras brasileiras, Mott destaca:

É preciso lembrar da posição corajosa de Maria Firmina ao denunciar a ilegitimidade e violência da escravidão, justamente no Maranhão, província

que era considerada como sendo fortemente escravista. O fato de o vilão da história, aquele que persegue a irmã, mata o cunhado e o pretendente da sobrinha, ser o pior e mais cruel dos senhores, não quer dizer que a escravidão seja legítima para os escravos que possuem um bom senhor. Túlio e Susana, escravos de Luiza B., proprietária boa e compreensiva, não aceitam sua condição de “miseros e cativos”.

Maria Firmina situa-se ao lado daqueles autores que condenam a escravidão porque ela era contrária às leis de Deus, e que acreditavam que o negro, apesar dos anos vividos sob o cativo, não tinha perdido as suas qualidades naturais. Difere neste ponto de autores contemporâneos, como Macedo, que condenavam a escravidão, dentre outras razões, porque ela corrompia o escravo e conseqüentemente contaminava a família branca. (MOTT, 1990, p.45-46)

Além de apresentar uma visão que não aceitava nenhuma forma de escravidão, independente do tratamento dedicado aos escravizados, a maranhense era influenciada pelo pensamento cristão que considerava homens e mulheres como irmãos, independentemente da cor da pele. Os argumentos mobilizados pela escritora para reconhecer as qualidades humanas das populações de origem africana estavam em franca oposição a um discurso que representava a população negra como corrompida e de má índole que precisava ser afastada das famílias brancas, argumento muito comum nos textos literários de escritores da época.

Em 1990, Zahidé Muzart parte da análise do prólogo de *Úrsula* para discutir sobre a posição marginal das escritoras no campo literário. O texto, que antecede o romance, reproduz um modelo de apresentação muito frequente nos livros escritos por mulheres. Para esta pesquisadora, a expressão da modéstia presente nesses textos funcionava como um pedido de desculpas por invadirem um espaço que não era apropriado para uma mulher.

A mulher era tolerada, não realmente respeitada como escritora. A crítica, quando se debruçava sobre os livros de mulheres o fazia “com luvas de pelica”, “com a cortesia devida a uma senhora”, não estudando o livro como literatura mas vendo atrás dele o fantasma da mulher. (MUZART, 1990, p.65)

Ao examinar prefácios de outras escritoras, Muzart (1990) observa as diferentes estratégias utilizadas para destacar a humildade destas. Em *Lises e Martírios* (1885), Delminda Silveira (1854-1932) fala para si própria do valor de seu trabalho, “se para o mundo indiferente não tendes valor algum, para mim sois preciosas...” (SILVEIRA, *apud* MUZART, 1990, p.66). Júlia da Costa (1844-1911), em *Flores Dispersas* (1867), afirma: “Sou a primeira a reconhecer que é este um diamante bruto e que não pode sem ser lapidado brilhar com todo o esplendor anelado por fecundas inteligências” (SILVEIRA, *apud* MUZART, 1990, p.67). Emília

Freitas (1855-1908), em *A Rainha do Ignoto* (1899), registra que uma “mão selvagem” teria escrito seu livro (SILVEIRA, *apud* MUZART, 1990, p.67).

A essa estratégia de apresentar a escritora como aquela que reconhece antes de todos as limitações de seu trabalho, Zahidé Muzart (1990) identificou como as “fórmulas de humildade”.

Nos prefácios femininos, transparece o peso da "culpa" e o medo de ser repudiada, ou de ser ignorada, compondo um estranho jogo. Decorrendo desses sentimentos escondidos, uma humildade ou modéstia meio forjadas e, muitas vezes, exageradíssimas. Embora as fórmulas de humildade sejam usadas desde a Antiguidade, nas mulheres são às vezes tão acentuadas, tão repetidas, que se torna evidente haver outra coisa atrás das palavras. (MUZART, 1990, p.65)

As “fórmulas de humildade” diziam mais sobre a sintonia entre as escritoras e o modo de publicação que era realizado por mulheres, do que ao reconhecimento de falhas nos seus textos, mas, de todo modo, eram um sinal de deferência a possíveis críticos e leitores para que fossem tratadas com alguma cortesia. Pois eram comuns as muitas polêmicas entre escritores e críticos. Em outro artigo, Muzart (1995) discute sobre o cânone e seu processo de formação:

Observa-se que, em geral, são excluídos dos cânones: o popular, o humor, o satírico e o eróticos. O *baixo* é excluído. Permanecendo o *alto*. No entanto, há um estilo *alto*, romântico, beletrista e que deixou produção abundante também excluída do cânone: é o texto das mulheres no século XIX. (MUZART, 1995, p.86)

A crítica ao processo de construção de cânones e à definição de obras que são representativas de um período histórico ou de um estilo literário representa uma questão permanente para a Crítica Feminista. Identificar como tais seleções são organizadas e perpassadas por interesses sociais de diversas dimensões indica como o processo extrapola a questão estética e acaba determinando o que seria uma *baixa* ou uma *alta* literatura, inclusive a partir da identificação dos autores dos textos. Nesse período, Muzart está envolvida na pesquisa sobre as escritoras do século XIX e anuncia que “o resgate de nossas primeiras escritoras deverá mudar a historiografia oficial que só levou em conta o *corpus* de textos canônicos e, mais importante, deverá mudar nossa própria maneira de encarar nossa própria história” (MUZART, 1995, p.89).

A publicação do primeiro volume de *Escritoras brasileiras do século XIX* (1999) marca uma importante fase do projeto de re-visão da historiografia da literatura brasileira. A discussão sobre as cinquenta e duas escritoras presentes

nesse volume era simbólica ao indicar que a luta “pela inserção das mulheres no cânone literário é uma questão feminista: a inclusão das marginalizadas” (MUZART, 2000, p.25). A sequência do livro obedece à ordem cronológica do nascimento das escritoras que são apresentadas a partir de um artigo com dados biográficos e um breve panorama crítico sobre suas obras, seguido pela lista de publicações e pela fortuna crítica identificada. Em função da pouca circulação das obras dessas escritoras, quando possível, é informado a biblioteca/arquivo em que as obras podem ser consultadas, seguida por excertos que confirmam a representatividade dos textos.

Pela ordem adotada, Maria Firmina dos Reis foi a décima sexta escritora da antologia. Zahidé L. Muzart foi a responsável pela redação de seu verbete. Para tratar dos dados biográficos ela partiu das informações de Nascimento Morais Filho e alguns comentários de Maria Lúcia de Barros Mott. Muzart destacou a importância de Morais Filho para o resgate da escritora e também registrou que o pioneirismo da maranhense como primeira romancista era contestado, pois haviam identificado o romance *D. Narcisa de Vilar*, de Ana Luísa de Azevedo Castro, com data de impressão igual ao ano registrado na capa de *Úrsula*, 1859. A origem afro-brasileira da escritora e os temas relacionados à negritude e a crítica à escravidão também foram destacados na antologia.

Seguindo uma linha semelhante à traçada por Martin (1988), Muzart elege a humanização das personagens negras e o registro das memórias e perspectivas de liberdade dos escravizados como o elemento de destaque de *Úrsula*. Além disso, ela fala sobre a forte presença de elementos do Ultrarromantismo e do Gótico e ressalta a intertextualidade da obra de Maria Firmina com Chateaubriand, Santa Rita Durão, Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias. A análise não poupa a maranhense de críticas. Muzart afirma que *Gupeva* é uma “narrativa desastrada” (MUZART, 2000, p.267) e que “a poesia de Maria Firmina não foi nem menos, nem mais original que a das suas contemporâneas. [...] que usa e abusa dos temas do amor e da morte” (2000, p.270). Os excertos publicados no final do artigo trazem passagens de *Úrsula*, do *Álbum*, de “A Escrava” e o poema “Sonho ou visão”.

Para estas pesquisadoras, assim como para os envolvidos nas homenagens de 1975, a atuação como educadora e a criação de uma turma mista eram elementos sempre acionados para registrarem o compromisso da escritora com a educação, fazendo com que mais pessoas tivessem acesso a conhecimentos

formais. A criação de uma turma mista ganha contornos que indicam que a maranhense portaria “ideias avançadas” para sua época (MUZART, 2013). Diferente dos eventos de 1975, as estudiosas colocaram a origem negra da escritora em primeiro plano.

Quando comparamos os processos de resgate realizados em São Luís, na década de 1975, e os processos realizados pelas mulheres aqui destacadas, uma diferença se estabelece: se as ações de 1975 foram marcadas pela presença de homens, nos trabalhos realizados pelas pesquisadoras, a presença de homens será mínima. Outra questão relevante, é que enquanto em São Luís era importante assegurar o posto de Maria Firmina como pioneira na literatura brasileira; para as pesquisadoras listadas, esta questão era elemento secundário, e a contribuição da maranhense se juntava aos trabalhos de muitas outras escritoras que produziram uma literatura que foi desprezada. Para elas, a escritora não representa uma personalidade excepcional, a quem é necessário inflar as qualidades, pois a maranhense faz parte de um conjunto composto por muitas mulheres que, a despeito das interdições sociais, produziram literatura com qualidades estéticas e posicionamentos políticos que não deveriam ser esquecidos.

Os interesses desses dois movimentos de resgate são distintos; no caso das feministas, elas lembram o resgate empreendido por Alice Walker (1944-) na busca pela escritora Zora Neale Hurston (1891-1960). Em *In Search of our Mothers Garden: womanist prose* (1983), a escritora estadunidense apresenta um relato comovente sobre o apagamento de escritoras negras e sua busca por informações sobre a escritora cujas obras foram ignoradas. Na década de 1980, após entrar nos catálogos das editoras, as obras de Zora Neale Hurston tornaram-se um sucesso de vendas. Além de destacar as relações sociais e as posições da escritora que teriam estimulado sua exclusão pelos escritores envolvidos com o Harlem Renaissance<sup>33</sup>, Walker fala do fim solitário e pobre que a escritora experimentou nos seus últimos anos de vida. Em 1975, Walker encontrou o túmulo da escritora coberto de mato e sem nenhuma indicação da pessoa que ali descansava, muito influenciado pelas ações de Walker, esse período de abandono foi superado. De esquecida, Zora Neale

---

<sup>33</sup> *Harlem Renaissance* é a denominação de um movimento intelectual/artístico, ocorrido entre a década de 1910 e 1930, nos Estados Unidos, marcado pela centralidade do orgulho da experiência afro-americana.

Hurston passou a ser conhecida e estudada, semelhante ao que tem ocorrido com Maria Firmina.

Um processo de resgate está incompleto enquanto a obra da escritora não volta a circular. E, da mesma forma que Moraes Filho e Luiza Lobo priorizaram a publicação de *Úrsula*, as pesquisadoras envolvidas em *Escritoras Brasileiras do Século XIX* (1999) também viam na publicação de obras das escritoras do século XIX uma importante etapa para que elas saíssem do silêncio. Com o acesso às obras, novos leitores poderiam colaborar com a divulgação e os textos poderiam virar objeto da crítica literária, explorados em pesquisas de graduação e pós-graduação.

Nesse sentido, a Editora Mulheres, fundada por Zahidé Muzart, Susana Funck e Elvira Sponholz em 1995, realizou um importante trabalho para a divulgação de escritoras<sup>34</sup>. Em parceria com a Editora PUCMINAS, uma nova edição contendo *Úrsula* e “A Escrava” foi publicada em 2004 e recebeu posfácio de Eduardo de Assis Duarte, crítico dedicado à obra da escritora e envolvido com o estudo da literatura produzida por escritoras/es brasileiras/os negras/os e a conceituação sobre a literatura afro-brasileira. A partir dessa posição, Duarte observa que, “ao estabelecer uma diferença discursiva que contrasta em profundidade com o abolicionismo hegemônico na literatura brasileira de seu tempo, a autora constrói para si mesma um outro lugar: o da literatura afro-brasileira” (DUARTE, 2004, p.279). Para ele, assim como para Luiza Lobo, o romance *Úrsula* será considerado o primeiro romance da literatura afro-brasileira, o que dá um novo impulso para a pesquisa sobre sua autora<sup>35</sup>.

Na década de 2000, a obra da escritora ganhou projeção e conquistou a atenção das/os leitoras/es. Se as menções a ela eram reduzidas a verbetes e aos poucos artigos listados por Muzart (2000) e Lobo (2006), após a publicação da quarta edição teve início um rápido crescimento de pesquisas dedicadas à sua obra.

---

<sup>34</sup> Pouco após a fundação da Editora Mulheres, Zahidé Muzart continuou sozinha à frente da editora.

<sup>35</sup> Em 6 de setembro de 2004, Eduardo de Assis Duarte realizou o lançamento de *Úrsula* na Universidade Federal do Maranhão. Nesse dia, tive meu primeiro contato com Maria Firmina.

#### 4.4 AS PENSADORAS NEGRAS

Na década de 1980, as reflexões das pensadoras negras estavam mais próximas aos movimentos sociais que reivindicavam direitos da população negra. Para Cláudia Cardoso (2012), a teoria desenvolvida por mulheres como Lélia Gonzalez refletia características do mulherismo ou womanismo, conceito cunhado por Alice Walker. Este conceito destaca a necessidade de um pensamento comunitário, em que homens negros e mulheres negras são percebidos como submetidos à violência do racismo, experiência que não é vivida por mulheres e homens brancos. O reconhecimento dessa condição orienta uma crítica ao Movimento Feminista que, em muitas situações, ignorava a violência instituída pelo racismo. Consequentemente, essa leitura da sociedade indicava uma posição que contestou premissas da Crítica Feminista quanto a exclusão das mulheres das atividades intelectuais, pois as mulheres negras, além de oprimidas pelo machismo, junto com os homens negros tinham suas experiências de vida marcadas pelo racismo.

Possivelmente orientada por essa perspectiva, Benedita Gouveia Damasceno publicou *Poesia Negra no Modernismo Brasileiro* (1988), um estudo sobre a produção de escritores negros Modernistas. Sem dar destaque à poesia produzida por escritoras negras, a autora defende que “a característica fundamental da poesia negra brasileira é a procura e/ou afirmação da identidade negra” (DAMASCENO, 1988, p.65). Para embasar sua tese, ela explora a obra de escritores negros que haviam publicado desde o século XVIII.

Esmeralda Ribeiro foi uma das primeiras a destacar a produção literária de mulheres negras. Em 1985, durante o I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros, ela apresentou a comunicação “A escritora negra e seu ato de escrever participando”. O artigo foi publicado em *Criação Crioula, Nu Elefante Branco* (1987) e discute sobre a produção das escritoras Sônia Fátima da Conceição, Isabel Hirata, Terezinha Malaquias e Marise Tietra, além de salientar como seus textos ficcionais refletem a militância política das autoras.

Nesse período, Maria Firmina não despertou a atenção destas pesquisadoras, talvez pela pouca circulação de sua obra, o que permitia pouca visibilidade. Em 2009, ao publicar o artigo “Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”, Conceição Evaristo dedicou apenas três linhas para falar da

escritora, indicando apenas o nome de seu romance, o ano de publicação e o fato de ser o primeiro escrito por uma brasileira. Recentemente, os trabalhos de Sidinea Vrbata (2018) e Fernanda Miranda (2019) exploraram a atuação da escritora a partir de uma perspectiva que a associa a uma ancestralidade afro-brasileira, posicionando-a no ponto de origem de uma tradição literária produzida por mulheres negras. O trabalho destas duas pesquisadoras está inserido em um processo amplo de reconhecimento da maranhense que tem impulsionado a construção de um *corpus* crítico a ser discutido no próximo capítulo.

## 5A CONSAGRAÇÃO

Em seu já citado *As regras da arte*, Pierre Bourdieu (1996, p.135) afirma que a consagração de um escritor no século XIX ocorreria a partir de duas hierarquias: do lucro comercial e/ou do prestígio de suas obras. No momento atual, o reconhecimento de um escritor ainda passa por hierarquias semelhantes, em que o lucro obtido com a venda de livros nem sempre é convertido em prestígio diante de representantes de uma crítica especializada.

Nos últimos vinte anos, a obra de Maria Firmina dos Reis tem passado por um período de consolidação de sua fortuna crítica publicada sob a forma de teses, dissertações, monografias, artigos e livros que colabora para a afirmação do prestígio da escritora. Ao mesmo tempo, cresce a publicação de várias reedições de sua obra, que alcança um público cada vez maior, além do ambiente acadêmico.

Seguindo com Bourdieu, a escola também atua no processo de “delimitação entre o que merece ser transmitido e reconhecido e o que não merece” (BOURDIEU, 1996, p.169). Assim, o ambiente acadêmico/escolar é uma importante dimensão para a ampliação do reconhecimento da escritora. Além da introdução de sua obra no rol de autores trabalhados na sala de aula, ela passou a compor o corpo de textos literários exigidos no vestibular de algumas universidades. Esse movimento tem colaborado para se observar o momento de maior reconhecimento da maranhense, sua consagração. Como foi observado no capítulo anterior, a obra da escritora tem experimentado momentos alternados de destaque e silenciamento. Portanto, este período de atenção ao seu trabalho pode ser seguido por um novo momento de esquecimento.

Como foi discutido no capítulo anterior, os processos de resgate de Maria Firmina podem ser organizados em duas frentes principais: em um primeiro momento, ela foi identificada como a primeira romancista brasileira, argumento que orientou eventos realizados por intelectuais maranhenses na cidade de São Luís na década de 1970 e reforçava a memória sobre a Atenas maranhense e a expressividade intelectual do Maranhão do século XIX; uma segunda frente diz respeito à atuação de Maria Firmina como literata e a identificação de uma significativa quantidade de escritoras no século XIX silenciadas em instituições literárias e em pesquisas como as historiografias sobre a literatura brasileira — nesse caso, pesquisadoras associadas à Crítica Feminista atuaram para

contestarem tal apagamento expondo a expressividade da obra de escritoras brasileiras.

Em ambos os casos, a crítica à escravidão aparece como elemento de destaque na obra da escritora, no entanto esta temática não é aprofundada. Nos últimos anos, a centralidade da identificação da perspectiva antiescravista na obra de Maria Firmina dos Reis ganhou mais atenção. Tal abordagem tem sido articulada com a percepção de uma proposta que rompe com o projeto nacionalista estimulado pelo Romantismo brasileiro. Nesse sentido, tem sido observada a atuação da escritora enquanto produtora de uma narrativa que contesta a hegemonia gestada pela primeira geração romântica quando reconhece a população negra como integrante dessa nação em formação. Maria Firmina também é identificada como a precursora de uma expressão da literatura brasileira produzida por pessoas negras, crítica à opressão orientada contra essa população e engajada na denúncia e superação do racismo na sociedade, uma literatura afro-brasileira (DUARTE, 2011a).

A obra de Maria Firmina foi escrita quando o Brasil buscava constituir-se como Estado nação, e a escritora contribuiu para esse projeto ao tentar inserir todos os brasileiros no processo com destaque para a população negra. Mas o projeto hegemônico orientava para o descarte/apagamento dos sujeitos negros, seja por via do genocídio/extermínio ou segregação dessas populações, seja pelo incentivo à imigração de europeus e a afirmação da crença no branqueamento via miscigenação. O esquecimento de sua obra reflete o processo de apagamento dos povos escravizados (indígenas e africanos) que trabalharam na construção dessa nação também em dimensão simbólica. Não é de estranhar que seu resgate tome força após a ampliação da entrada de mulheres e homens negros nas universidades atuando no processo de revisão da história construída a respeito dessa nação. Dessa maneira, esse processo de revisão passa a ser orientado pela inclusão daqueles que foram excluídos dos registros históricos.

Nesse sentido, além das análises formais dos textos da escritora, as pesquisas sobre ela são perpassadas por reflexões como a produzida pelo pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2011b) sobre a produção literária de escritores/as negros/as que criticam as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira como o racismo. Além disso, algumas linhas de pesquisa identificam a relação entre racismo e sexismo como uma forma de abordagem para o exame da obra. Assim, a própria escrita de homens e mulheres negros/as é aproximada às

suas experiências de vida e à forma como o racismo e o sexismo os posicionam em nossa sociedade. Para Benedita Damasceno:

O negro, que traz gravado na alma o passado doloroso da Escravidão e a marca das derrotas e humilhações sofridas na sua batalha pela sobrevivência e pela obtenção de um lugar na sociedade, vai apresentar uma visão do mundo muito diversa daquela do branco, que desconhece na prática esse sofrimento e se apresenta ainda beneficiado pelo convívio nas classes sociais mais altas e por uma instrução sistemática. (DAMASCENO, 1988, p.64)

Essa imbricação entre uma experiência da violência histórica a que as populações negras têm sido submetidas durante e após a escravidão aparece nas reflexões que a escritora Conceição Evaristo (2017) elabora acerca da escrevivência, processo de escrita marcado pela experiência da autora enquanto mulher negra oriunda das camadas populares da sociedade brasileira, cuja história de vida é marcada pelo racismo e pelo sexismo. Diante desse cenário, a escritora elabora um projeto de transformação social que vê no trabalho literário um modo de incomodar os senhores da casa-grande de seus sonos injustos (EVARISTO, 2007, p.21). Essa ideia coloca na superfície o projeto que aparecia encoberto pelas várias histórias narradas em *Úrsula*, como a crítica contra uma sociedade organizada pelas elites econômicas brasileiras para oprimir as populações negras e as mulheres.

O destaque a essa abordagem, que explora a produção literária a partir da identificação de uma discursividade etnicamente marcada, tem sido estimulada por alterações na forma como a sociedade brasileira tem-se organizado nas últimas décadas e, conseqüentemente, na formação de um referencial teórico que sustenta tais análises. Nesse sentido, a identificação da obra de Maria Firmina dos Reis como marcada pela experiência de mulheres afro-brasileiras será um dos elementos centrais para as pesquisas que têm sido elaboradas.

## 5.1 AS PESQUISAS SOBRE ESCRITORES/AS NEGROS/AS

Os estudos dedicados à análise da representação sobre a autoria de escritoras/es negras/os e sobre a presença de personagens negras/os no Brasil têm seu início marcado pela atuação de pesquisadores estrangeiros. Quando são listados os principais trabalhos de referência, pesquisadores como Roger Bastide, de *A poesia afro-brasileira* (1943), Raymond Sayers, de *O negro na literatura brasileira* (1958), Gregory Rabassa, de *O negro na ficção brasileira* (1965), e David

Brookshaw, de *Raça e cor na literatura brasileira* (1983), despontam com as obras inaugurais a pensar: 1. a forma como personagens negros são representados por escritores brasileiros brancos e negros, como no trabalho de Sayers e Rabassa; 2. a perspectiva étnica/política que orienta a atuação de escritores negros quanto às representações produzidas por estes, como em Bastide e Brookshaw.

Alguns dos primeiros trabalhos de pesquisadoras/es brasileiras/os irão aparecer na década de 1980: Oswaldo de Camargo, *O negro escrito* (1987); Benedita Gouveia Damasceno, *Poesia negra no modernismo brasileiro* (1988); Heloisa Toller Gomes, *O negro e o romantismo Brasileiro* (1988); Zilá Bernd, *Introdução à literatura negra* (1988); e Domício Proença Filho, *O negro na literatura brasileira* (1988). As reflexões apresentadas por estas/es pesquisadoras/es reconhecem a contribuição de diferentes escritoras/es negras/os para a literatura brasileira.

Nesses trabalhos, escritores como Domingos Caldas Barbosa (1738-1800), Silva Alvarenga (1730-1814), Teixeira e Souza (1812-1861), Gonçalves Dias (1823-1864), Silva Rabelo (1826-1864), Machado de Assis (1839-1908), Tobias Barreto (1839-1889), Evaristo da Veiga (1799-1837), José da Natividade Saldanha (1795-1830), Francisco de Paula Brito (1809-1861) e Luiz Gama (1830-1882) aparecem como nomes de destaque. A centralidade de figuras masculinas, mesmo em pesquisas realizadas por mulheres, parece confirmar a dificuldade de acesso à produção literária de escritoras, ainda mais em relação às autoras negras. Esse período das pesquisas sobre escritores negros ocorre em paralelo com a consolidação de movimentos sociais orientados para o resgate da história da população negra brasileira e a reivindicação de direitos para essa parcela da população, como o Movimento Negro Unificado, e a produção de espaços para a divulgação do trabalho literário de escritoras/es afrodescendentes como os *Cadernos Negros*. Não é por acaso que as publicações citadas saíram nos anos de 1987 e 1988, após o final da Ditadura Militar (ocorrida de 1964 a 1985) e em período de comemoração do centenário da abolição da escravidão. Naquele momento de elaboração de um projeto de nação, ganharam destaque avaliações sobre os efeitos da liberdade diante do racismo e da exclusão social identificadas na sociedade brasileira.

A relação com a militância e a agenda política em prol de uma cultura produzida por descendentes de povos africanos no território brasileiro orienta vários

eventos que colaboraram para o aumento de pesquisas sobre escritoras/es negras/os, em geral, e sobre Maria Firmina, em particular. Sobretudo, para a consolidação de uma linha de pesquisa que reconhece as características de uma Literatura Afro-brasileira.

Ainda que o termo não seja uma unanimidade entre críticas/os e escritoras/es negras/os, a proposta do pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2011b) identifica temática, autoria, ponto de vista, linguagem e universo recepcional como características que marcam o processo escrita-leitura da obra de escritoras/es afro-brasileiras/os.

Nesse sentido, a literatura afro-brasileira explora a temática da “história do povo negro na diáspora brasileira, passando pela denúncia da escravidão e de suas consequências” (DUARTE, 2011b, p.386). A autoria é identificada a partir da presença de marcas discursivas que destacam a relação entre a escritura e a experiência, expondo um “compromisso identitário e comunitário” entre o autor e sua obra (DUARTE, 2011b, p.389). O ponto de vista em obras da literatura afro-brasileira “indica a visão de mundo autoral e o universo axiológico vigente no texto, ou seja, o conjunto de valores que fundamentam as opções até mesmo vocabulares presentes na representação” (DUARTE, 2011b, p.391), essa característica diz respeito à promoção de um discurso que supera a visão colonizadora, revertendo processos de subalternidade. A linguagem da literatura afro-brasileira apresenta ritmos, entonações e uma semântica que remetem às tradições/memórias africanas, buscando “a ruptura com os contratos de fala e escrita ditados pelo mundo branco, objetivando a configuração de uma nova ordem simbólica, que expresse a reversão de valores” (DUARTE, 2011b, p.395). Ao destacar um universo recepcional, Duarte identifica o projeto literário afro-brasileiro de atenção a um público que anseia por expressões de afirmação identitária, o que reflete na forma como o trabalho literário de escritoras/es negras/os é divulgado para o público.

Assim como a publicação de *Escritoras Brasileiras do Século XIX* (1999) consolidou as pesquisas sobre escritoras brasileiras invisibilizadas, a publicação de *Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (2011b) fortaleceu a relevância das pesquisas em torno da atuação de escritoras/es negras/os no Brasil. A coleção, organizada por Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca, é composta por quatro volumes que analisam a obra de cem escritores e escritoras, além de apresentarem um conjunto de artigos críticos sobre a literatura

produzida por escritoras/es negras/os no Brasil. A antologia ajuda a pensar as características de uma literatura engajada na superação de desigualdades sociais, do apagamento histórico e do racismo ao qual a população afro-brasileira está submetida. Neste cenário, a obra de Maria Firmina desponta como um elemento fundacional para narrar esse passado invisibilizado.

Antes de avançarmos, é importante retomar a discussão sobre os primeiros trabalhos que discutiram a obra da escritora a partir da centralidade da negritude. Enquanto ocorriam os processos de resgate, também foram realizadas pesquisas que não podem ser associadas ao movimento de resgate maranhense, nem ao de resgate feminista. Tais pesquisas apresentam uma perspectiva diferente, cuja centralidade é marcada pela atenção às personagens negras de *Úrsula*. Esta característica pode ser observada em *Il Negro nel Romanzo Brasiliano* (1982), livro de Giorgio Marotti (publicado inicialmente em italiano e traduzido em 1987 para o inglês com o título *Black Characters in the Brazilian Novel*), *The deminstrelization of black figures in fiction* (1988), tese de Charles G. Martin, publicada parcialmente como prefácio da terceira edição de *Úrsula* (1988), e em *O negro na literatura maranhense* (1990), livro de Luiza Navas-Toríbio, publicado pela Academia Maranhense de Letras.

Estes trabalhos foram organizados a partir de uma perspectiva historiográfica e destacam como personagens negros eram representados em textos literários escritos nas Américas, no caso de Martin; na literatura brasileira, no caso de Marotti; e em textos de autores maranhenses, no caso de Navas-Toríbio. Apesar de reconhecerem Maria Firmina como uma mulher negra, a centralidade da discussão é orientada para as representações da negritude presentes no texto literário, deixando de lado as dimensões de sua autoria.

No caso, o perfil humanizado de escravizados conferia a Maria Firmina uma posição inaugural. Embora essa perspectiva estivesse presente na crítica produzida pelas pesquisadoras associadas à Crítica Feminista, tal abordagem ganhou mais atenção nos últimos anos, sobretudo após a edição de *Úrsula* publicada em 2004. Diferentemente das edições de 1975 e 1988, de pequena tiragem, distribuídas para um público bastante restrito, a edição de 2004 e as subseqüentes contaram com ações de promoção que favoreceram a divulgação e circulação do romance a partir da internet.

Assim como as pesquisas sobre a literatura produzida por escritoras/es negras/os ganhou força em um período de fortalecimento de movimentos sociais antirracistas brasileiros nas décadas de 1970 e 1980, nas primeiras décadas do século XXI, algumas políticas públicas foram implantadas e asseguraram o aumento do acesso de estudantes negras/os às universidades públicas. A ação mais representativa foi a implantação de políticas de cotas raciais nas universidades, levando ao conseqüente aumento de estudantes negros nessas instituições.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2003, e a Universidade de Brasília, em 2004, foram as primeiras a adotarem reserva de vagas para discentes negras/os, movimento que foi seguido por várias universidades, até que em 2012 a Lei n.º 12.711 (BRASIL, 2012) estendeu o programa de cotas para todas as Universidades Federais e Institutos Federais de Ensino do país. Apesar de a luta pelas cotas nas universidades ser uma bandeira do Movimento Negro brasileiro, inspirada em políticas públicas semelhantes às implantadas nos Estados Unidos a partir de década de 1970, a Lei de Cotas no Brasil está centrada em recortes econômicos, os quais estabelecem a reserva de 50% das vagas ofertadas para alunos que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas<sup>36</sup>. Dentro desse recorte, metade das vagas é reservada para estudantes de famílias com renda de até 1,5 salário-mínimo por pessoa. As vagas não destinadas a alunos de baixa renda compõem uma reserva para alunos que se declarem pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, divididas em proporções que obedecem às informações registradas no último censo demográfico de cada estado.

Após a implantação da política de cotas, em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou o relatório “Desigualdade Social por Cor ou Raça no Brasil” (INSTITUTO..., 2019). A pesquisa registrou que apenas em 2018 o

---

<sup>36</sup> BRASIL. Lei n.º. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. “Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.[...] Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE” (BRASIL, 2012).

número de estudantes negros/pardos nas universidades públicas brasileiras tinha atingido 50,3% do total das vagas, no entanto, ainda havia uma distância a ser superada, pois a população negra/parda correspondia a 55,8% da sociedade naquele momento. A desigualdade de acesso à educação em nível superior ainda pode ser identificada quando observado o total da população entre 18 e 24 anos que frequentava ou já havia concluído um curso superior: entre negros e pardos o total representava 18,3%; e entre as pessoas identificadas como brancas o total chegava a 36,1% da população (INSTITUTO..., 2019).

Paralelamente ao processo de implantação das políticas de cotas, foi aprovada a Lei n.º 10.639/2003 (BRASIL, 2003) que estabelecia a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas do país. Esta lei foi alterada pela Lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008) para tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Assim como as cotas nas universidades visam colaborar para a redução da desigualdade social identificada entre as populações brancas e não brancas, inserir conteúdos escolares relativos às populações afro-brasileiras e aos povos originários almeja reverter o apagamento das contribuições desses povos para a construção do país.

A ampliação do número de estudantes negros/as nas universidades parece ter tido um efeito que extrapola o acesso a uma formação acadêmica em nível superior, pois paralelamente ao ingresso destes estudantes tem ocorrido uma ampliação dos projetos de pesquisa dedicados a mulheres e homens esquecidos da História brasileira, sobretudo negras/os, fomentando um movimento de restituição da História, ou seja, uma ação para reverter os apagamentos que as população afro-brasileiras vêm sofrendo ao longo dos últimos 500 anos.

## 5.2 MARIA FIRMINA NO SÉCULO XXI

Nos últimos anos, diversos eventos confirmam a notoriedade atribuída à escritora. Entre livros físicos e digitais, da primeira publicação até o momento foram identificadas 29 edições de *Úrsula*. Em novembro de 2021, começou a circular a primeira tradução desse romance para língua inglesa, trabalho realizado por Cristina Ferreira Pinto-Bailey em parceria com a editora Tagus Press. Pinto-Bailey também traduziu o conto “A Escrava” em 2013 e o publicou em *Afro-Hispanic Review* (2013). Além da circulação de seus textos, outras publicações atestam o reconhecimento

que passou a envolver a escritora, como o romance *Firmina* (2019), lançado pela editora Malê, escrito por Bárbara Simões e idealizado a partir de informações sobre a vida da escritora.

Apresentações teatrais, concursos literários, adaptação de seus poemas para o formato de canções e até a homenagem do Google ao colocar o nome Firmina em um cabo submarino (CABO..., 2021) instalado pela empresa entre os Estados Unidos e a Argentina indicam a dimensão alcançada pela divulgação da escritora, extrapolando os espaços de discussão acadêmica.

Ademais, eventos literários como a Feira Literária de São Luís (FELIS) em 2017, A Festa Literária das Periferias (FLUP) em 2018 e a Feira Literária de Paraty (FLIP) em 2022 homenagearam a escritora. Ao distingui-la, tais eventos aumentam a discussão/divulgação em torno de sua obra. No caso da FLIP, um dos eventos literários mais famosos do país, tal reconhecimento posiciona a maranhense junto a nomes como Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Machado de Assis e Hilda Hilst, homenageados em anos anteriores.

Além dos eventos, um importante número de publicações tem discutido a obra e a trajetória da escritora nos últimos vinte anos. São dezenas de trabalhos de conclusão de curso, artigos, capítulos de livros e livros dedicados ao tema. Devido à grande quantidade de trabalhos publicados, neste capítulo serão comentadas algumas pesquisas em nível de pós-graduação (dissertações de Mestrado e teses de Doutorado) que representam significativos eixos de pesquisa sobre a maranhense. Este recorte ocorre em função da identificação de uma discussão mais ampla presente nos trabalhos de pós-graduação.

Uma avaliação inicial mostra um campo de pesquisas concentrado em abordagens que dão centralidade aos Estudos Literários em suas conexões com disciplinas como Ciências Sociais, História, Pedagogia, Psicologia, entre outras. Apesar de serem observadas diferentes abordagens teóricas, a perspectiva crítica que questiona o apagamento da atuação das escritoras e a identificação de uma crítica ao racismo e ao sexismo na obra da maranhense perpassa os estudos com diferentes intensidades.

Rafael Balseiro Zin (2022), em tese defendida em 2022, identificou 70 pesquisas de pós-graduação (dissertações e teses) que abordam a obra de Maria Firmina defendidas entre os anos 2000 e 2022. Desses trabalhos, 59 foram

realizados por mulheres; 42 pesquisas ocorreram em Programas de Pós-Graduação da área de Letras/Literatura, 15 na área de História e 8 em Ciências Sociais.

Tabela 6 – Dissertações e Teses sobre Maria Firmina dos Reis (2000-2022)

	2000-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020	2021-2022	Total
Dissertações	2	5	7	29	9	52
Teses		1	4	7	6	18

Fonte: produzido a partir do levantamento elaborado por ZIN (2022, p.167-175).

O aumento das pesquisas destaca um crescimento constante do interesse sobre a escritora e da discussão sobre sua participação na produção da literatura e de aspectos literários do século XIX em diálogo com a literatura contemporânea que identifica Maria Firmina como precursora de uma tradição literária afro-brasileira. Zin classifica as teses e dissertações sobre Maria Firmina em três categorias que variam de acordo com a atenção que é dedicada à escritora: no primeiro caso, ela ocupa posição central na pesquisa; no segundo, ela divide a posição central com uma quantidade variável de escritoras/es; no terceiro caso, ela aparece de forma tangencial em determinado estudo. Vejamos a classificação:

- i) Trabalhos sobre Maria Firmina dos Reis, referente aos estudos que se debruçam sobre a vida e a obra da escritora maranhense;
  - ii) Trabalhos sobre Maria Firmina dos Reis em perspectiva comparada, atinente às pesquisas que investigam a obra da romancista em diálogo com demais obras de escritoras que atuaram no mesmo período ou em momentos posteriores ao vivido por ela; e,
  - iii) Trabalhos sobre temas diversos que passam pela obra de Maria Firmina dos Reis, alusiva aos estudos que analisam determinados aspectos sociais, políticos ou econômicos e que, para isso, se utilizam da obra da escritora como fonte documental.
- Tomados em conjunto, portanto, esses trabalhos vêm contribuindo para a construção e para a consolidação de toda uma fortuna crítica dedicada à autora. (ZIN, 2022, p.53)

A proposta de Zin é importante para pensar um modelo que organiza as pesquisas, sem delimitá-las quanto às disciplinas que dão título aos programas de pós-graduação em que elas são realizadas e sem hierarquizá-las enquanto teses ou dissertações. Dessa forma, esta classificação considera a relação interdisciplinar que perpassa a maioria dessas pesquisas. No entanto, ela não contempla a discussão sobre os eixos que orientam a elaboração das mesmas, isto é, essa classificação não destaca as discussões que são aprofundadas nesses trabalhos.

Nesse sentido, gostaria de comentar tais pesquisas a partir da identificação de quatro dimensões: a textual, a histórica, a da crítica social e a da literatura afro-brasileira. A identificação desses eixos tenta abarcar as formas de abordagens presentes nas pesquisas em torno da obra da maranhense, sem esquecer que as mesmas perpassam com diferentes intensidades várias pesquisas sobre a escritora, de modo que em um mesmo trabalho podem ser observadas diferentes dimensões mobilizadas para a construção da crítica proposta por cada pesquisador/a. Assim, em vez de caracterizar uma pesquisa de forma isolada, o destaque proposto nos eixos de análise visa ressaltar algumas das principais abordagens que têm sido dirigidas ao objeto desses estudos.

### **5.2.1 A dimensão textual**

Nas pesquisas citadas nesta dimensão é possível observar a centralidade de aspectos relacionados ao processo de construção textual/estética do romance *Úrsula*, ao modo como a escritora organizou a narrativa e às marcas do Romantismo presentes nela. Quatro trabalhos são ilustrativos sobre estudos que destacam essa dimensão: as teses de Algemira de Macêdo Mendes (2006) e Laísa Marra de Paula Cunha Bastos (2020) e as dissertações de Adriana Barbosa de Oliveira (2007) e Juliano Carrupt do Nascimento, 2009.

A tese de Algemira Mendes (2006) apresenta um estudo comparativo que aborda aspectos textuais de romances de Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua e questiona o apagamento das escritoras em historiografias da literatura brasileira produzidas no século XIX e XX. Ao discutir sobre a produção literária da maranhense, ela elenca os elementos formais mobilizados na construção de *Úrsula*. Ao dedicar atenção à dimensão formal da narrativa, a pesquisadora destaca a técnica de encaixe, enquanto método de progressão textual; a forma de construção das personagens; a atuação da narradora, com sua pluralidade de vozes; e a atenção à representação da cor local na narrativa. Ainda que dedique atenção à um estudo formal do texto literário, há uma aproximação com a discussão proposta pela Crítica Feminista, com referência às discussões propostas por Heloísa Buarque de Hollanda e Zahidé Muzart, que, no entanto, não é aprofundada.

Adriana Oliveira (2007) destaca em sua dissertação que a organização do romance teria sido influenciada pelas prescrições de Francisco Sotero dos Reis

sobre a linguagem apropriada ao texto literário, presente no *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1860), dando atenção à forma como estas orientações são seguidas, como no uso da norma culta da língua portuguesa, mesmo entre os personagens escravizados. A pesquisadora conclui que o uso da norma culta representa uma atitude de afirmação diante de possíveis críticas, pois, dessa forma, a escritora confirma o seu domínio sobre a linguagem formal. Além disso, destaca como a associação ao nacionalismo proposto pelos escritores românticos se constitui como um critério de valor para a avaliação de romances do século XIX. No entanto, *Úrsula* é identificada como uma narrativa que fratura padrões da literatura romântica, pois ressalta a forma violenta como se dão as relações entre homens e mulheres, livres e escravizados, algo que ficava oculto na grande maioria dos romances românticos.

A dissertação de Juliano Nascimento (2009) avalia como Maria Firmina mobiliza elementos da escola romântica para elaborar sua narrativa. No entanto, o pesquisador ressalta que, apesar de produzir uma narrativa aos moldes do Romantismo brasileiro, a obra critica a sociedade patriarcal e escravista do século XIX e apresenta um contraponto ao projeto de nação que orienta esta escola, pois o nacionalismo divulgado pelos escritores românticos não via a população de ascendência africana como um elemento constitutivo da nação. O ponto de destaque de sua reflexão é indicar que esse julgamento aparece encoberto pela trama que mostra o romantismo de protagonistas brancos. Por conseguinte, os recursos estilísticos mobilizados compõem um estratagema no qual a trama principal, a relação entre Úrsula e Tancredo, distrai os leitores ao mesmo tempo em que apresenta uma forte crítica à escravidão e às condições de vida das mulheres.

Laísa Bastos (2020) realizou sua tese centrada na produção em prosa de Maria Firmina. *Úrsula*, *Gupeva* e “A Escrava” são lidos em diálogo com o projeto nacionalista gestado por escritores do romantismo brasileiro. Orientada por este projeto, Maria Firmina teria produzido narrativas que reconhecem indígenas, africanos, brasileiras/os negras/os e brasileiras brancas como sujeitos que devem ser inseridos no projeto de nação em construção, indo em direção oposta ao embranquecimento/apagamento dos povos originários e africanos. Em função disso, as personagens que representam grupos inferiorizados são apresentadas de forma positivada, o que contrasta com as narrativas que foram reconhecidas por instituições literárias, ainda no século XIX.

Ao destacarem a dimensão do texto literário e sua relação com a escola literária romântica brasileira, esses trabalhos colaboram para suprir a lacuna sobre a obra da escritora na historiografia literária, reconhecem a apropriação das técnicas/estilos do Romantismo e abrem espaço para pensar os pontos em que o texto de Maria Firmina escapa do projeto literário em voga ao dar ênfase às violências do regime escravocrata.

Um último exemplo que dedica atenção a esses elementos é a publicação de Janilto Andrade (2005), *A nação nas dobras da ficção*. Neste livro, o pesquisador apresenta um estudo comparativo entre os romances *Úrsula*, *D. Narcisa de Vilar* (1859), de Ana Luísa de Azevedo Castro, e *Iracema* (1865), de José de Alencar. O objetivo central do livro é elencar elementos que explicam o silenciamento dos intelectuais brasileiros sobre as obras escritas por mulheres e a consagração do trabalho feito por um homem. Segundo Andrade, o elemento central para ler as três obras é verificar o nacionalismo e a forma como elas se aproximam do projeto de construção da nação, no século XIX, a partir da relação entre os povos indígenas, negros e de origem portuguesa que detinham o poder político. Esse projeto de construção de uma nação “tem sido a história de um pequeno grupo agindo sempre em benefício próprio e fazendo crer à maioria que trabalha em benefício dela” (ANDRADE, 2005, p.25). A produção dessa história ocorreria a partir da supressão dos fatos e do estabelecimento de uma versão dos mesmos. Para Andrade, esse processo de substituição do fato pela versão não ocorreria em *Úrsula* e em *D. Narcisa de Vilar*.

O que dificultou, ainda mais, a entrada daqueles romances para a nossa história literária, afora tratarem-se de duas autoras mulheres foi a revelação das verdadeiras relações entre o colonizador e as demais raças – que viria, com certeza, a ser lida como conduta desabonada dos nossos senhores de índios e de escravos. (ANDRADE, 2005, p.60)

Por darem destaque à violência praticada contra negros e indígenas, as obras das escritoras não contemplavam as aspirações do projeto de integração entre os grupos humanos do Brasil, marcados pela miscigenação defendida por parcela dos intelectuais românticos. O fato de a obra de José de Alencar apresentar essa violência como opressão dos homens sobre a mulher indígena habilitava o texto para representar o projeto idealizado de nação. Segundo Andrade (2005, p.60), “a Iracema tudo se permite, inclusive, esta é a verdade, ser objeto de uso e abuso sexual [...] É a América sempre pronta para servir a Europa”. Em contraponto, as

personagens imaginadas por mulheres não são possíveis dentro do projeto de nação idealizado por homens.

Um exemplo de como a obra da maranhense contesta o projeto de nação apresentado por José de Alencar seria a relação de amizade entre Tancredo e Túlio. O desfecho feliz dos personagens não é uma possibilidade: um homem negro salvar um homem branco e ainda se tornar seu amigo seria uma forma de convivência impossível para refletir a sociedade brasileira que estava sendo gestada. Além disso, a ideia de miscigenação, defendida por muitos pensadores, não se referia a um projeto de convivência racial/étnica pacífica, pois dizia mais sobre a idealização de um passado povoado por guerreiros indígenas exterminados. Além disso, o conceito de miscigenação do final do século XIX e início do XX dissimulava a crença nas teses eugenistas que prescreviam o branqueamento da população e a consequente eliminação das populações negras e indígenas.

Nem pensar que a classe dominante brasileira abriria espaço para um texto literário que documentasse o tratamento que, de fato, o civilizado dispensava ao negro e ao índio. Para o comendador Fernando P., 'Ah! Essa cáfila de negros, só surrados...' (REIS, 1975, p.153). É ele que tenta aliciar o escravo; diz o comendador: 'Introduz-me no seo quarto (de Tancredo), Túlio... Eu te cumularei de favores; dar-te-ei metade da minha fortuna...', o que o negro Túlio responde: 'Senhor, exclamou Túlio aceso de legítima cólera – que ação tão vil pratiquei eu algum dia para que possa merecer-vos semelhante conceito?' (ANDRADE, 2005, p.59)

Apesar de serem válidas as observações de Andrade (2005), sua análise apresenta uma importante limitação: não é realizada nenhuma referência ao romance *O Guarani* (1857), que explora a relação entre uma mulher branca e um índio e apresenta em seu desfecho Ceci e Peri sumindo no horizonte, deixando uma margem para imaginar que a união poderia ter ocorrido. Neste caso, essa obra também foi canonizada a despeito da possível oposição ao projeto colonial vigente. A existência de *O Guarani* reduz a força do argumento de que não havia espaço para fugas ao projeto colonial e coloca a atenção sobre a organização machista da sociedade, pois

A sociedade patriarcal brasileira jamais daria espaço a mulheres letradas. Mais ainda se se tratasse de uma que inventasse uma história de um índio querendo 'aproveitar-se' de uma portuguesa! Menos ainda se a história ressaltasse qualidades da negritude [...]. A mulher-índia, objeto de uso, essa, sim, porque estava no lugar que a sociedade machista determinava, poderia ser heroína de um romance carregado de referências a elementos constitutivos de uma ilusão de identidade nacional. E poderia ser cultuada. Ela, plena de qualidades do colonizador, encarnava a ilusão de branquitude

*plantada*, desde então, na história cultural brasileira... (ANDRADE, 2005, p.57)

Ao questionar o processo de apagamento dessas escritoras, Andrade apresenta argumentos importantes para o debate em torno do Romantismo brasileiro enquanto projeto estético/político de construção da nação no século XIX marcado por um discurso de subordinação das mulheres, dos indígenas e dos/as negros/as aos ideais defendidos por uma elite composta, em grande medida, por homens machistas, escravocratas e racistas interessados na conservação desses valores.

### **5.2.2 A dimensão histórica**

Os trabalhos ilustrativos desta dimensão dedicam atenção para pensar a trajetória de Maria Firmina dos Reis e apresentam questões que buscam compreender como era a vida das mulheres em uma sociedade escravista do século XIX, como era o trabalho de uma professora de primeiras letras e quais regras normalizavam suas vidas a ponto de poderem ser percebidas no texto literário. Destacam-se aqui os trabalhos de Melissa Rosa Teixeira Mendes (2013), Carla Sampaio dos Santos (2016) e Régia Agostinho da Silva (2013a).

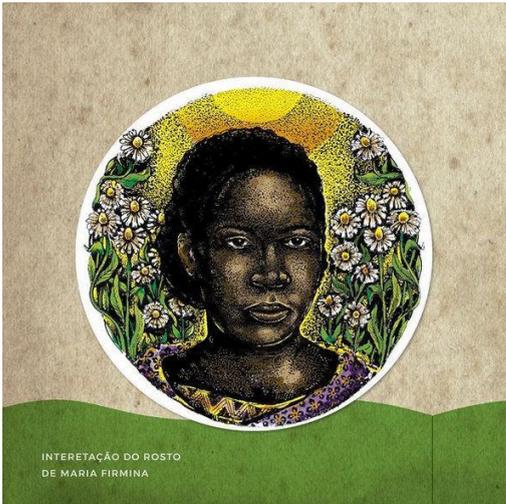
A dissertação de Melissa Mendes (2013) registra que em *Úrsula* se pode identificar uma representação das limitadas possibilidades de vida para uma mulher na sociedade de São Luís, na primeira metade do século XIX. O foco principal da pesquisa é dedicado às personagens brancas do romance, com destaque para Úrsula e Adelaide, identificadas como representantes de perfis antagônicos sobre as formas de distinção das mulheres, como “virtuosas” ou “corrompidas”. Para fundamentar sua discussão, a pesquisadora reconstrói o cenário da São Luís do século XIX, destacando a educação que era destinada às mulheres e as expectativas que circulavam em torno do casamento e da maternidade. Além disso, dá atenção às influências que Maria Firmina teria se apropriado, como as ideias sobre o “bom selvagem”, o nacionalismo e a literatura gótica.

Carla Santos, em dissertação de 2016, estuda a trajetória de Maria Firmina a partir de referências da história da educação e defende que sua obra apresenta uma abordagem pedagógica para ensinar aos seus leitores os valores que ela cultivava, a saber: a crítica à situação de negros e indígenas no século XIX. A abordagem

voltada à obra literária é breve. Ela dá atenção ao registro de aspectos da sociedade em que Maria Firmina circulou, dedicando atenção à divulgação de documentos que registram aspectos burocráticos do trabalho como professora de primeiras letras, como a aprovação em concurso público, as licenças para tratamento de saúde e sua aposentadoria.

A tese de Régia Silva (2013a) parte da obra em prosa da escritora para interpretar como a maranhense representava e compreendia a escravidão, os escravizados, bem como a forma como as mulheres foram representadas nas narrativas. Além disso, ela se dedica a pensar sobre o ambiente cultural maranhense do século XIX, enfatizando a organização econômica, a resistência dos cativos, a formação de grupos abolicionistas no Maranhão e a posição dos jornais da época sobre a escravidão. Uma informação importante da pesquisa de Silva (2013a) é que ela parece ter sido umas das primeiras pesquisadoras a ir à cidade de Guimarães após Nascimento Morais Filho. Durante pesquisa de campo (em 2013), a pesquisadora visitou o túmulo da escritora que tinha apenas a informação do nome de uma das suas filhas, Maria Amália da Costa Goulart, e do esposo desta, Silvino da Costa Goulart, enterrados no mesmo local. Em visita à Câmara de Vereadores, ela identificou a presença de um quadro que homenageava a escritora, mas, na verdade, representava a imagem de Maria Benedita Câmara Bormann (1853-1895), escritora nascida no Rio Grande do Sul. Perceber o mal-entendido, indica como a ausência de uma imagem da escritora colabora para a confusão acerca das informações sobre Maria Firmina.

Como citado no capítulo III, não há imagens de Maria Firmina dos Reis. Além disso, o busto esculpido em 1975 apaga a negritude da escritora ao utilizar como modelo o rosto de uma mulher com traços que se afastam dos testemunhos colhidos por Morais Filho (1975) e reproduzem marcas que remetem a uma mulher branca. No entanto, alguns artistas têm se preocupado com a proposição de representações que destacam sua ascendência negra para serem usadas para representar a escritora. Abaixo temos alguns exemplos.

	
<p>Selo elaborado pela Academia Ludovicense de Letras, no ano de sua fundação, em 2013.</p>	<p>Interpretação de João Gabriel dos Santos Araújo, vencedor do concurso promovido pela Festa Literária das Periferias (FLUP), em 2018. Fonte: <a href="https://tinyurl.com/mr264zb4">https://tinyurl.com/mr264zb4</a></p>
	
<p>O artista visual Waldeilson Paixão divulgou sua proposta em 2020. Fonte: <a href="https://tinyurl.com/phjf7cbr">https://tinyurl.com/phjf7cbr</a></p>	<p>O Estúdio Maurício de Souza caracterizou a personagem Milena como a escritora em abril de 2021. Fonte: <a href="https://tinyurl.com/77vrudyb">https://tinyurl.com/77vrudyb</a></p>

A divulgação de várias propostas de um possível rosto para Maria Firmina dos Reis, ainda que não vise o estabelecimento que uma representação padrão, colabora para a afirmação de sua negritude, afirmando esta característica como importante para a crítica que tem sido produzida sobre ela. Ao mesmo tempo, é importante registrar que a confusão identificada por Régia Silva não foi exclusividade da Câmara de Vereadores de Guimarães, sendo possível observar em diversas

páginas da internet a imagem da escritora gaúcha sendo apresentada como se fosse a maranhense.

As pesquisas sobre a trajetória da escritora e a compreensão da sociedade onde ela viveu, bem como as ações para dirimir confusões sobre um possível rosto de Maria Firmina, representam indispensáveis linhas de abordagem e orientam para a busca por informações que ainda compõem importantes lacunas sobre a trajetória da escritora, como a ausência de sua imagem. Os questionamentos sobre passagens de sua vida retomam os processos de resgate, acrescentando a perspectiva de reconstituição de um passado das mulheres negras.

Tal perspectiva lembra a atuação da escritora Alice Walker para a divulgação dos trabalhos da escritora Zora Neale Hurston entre leitoras/es dos Estados Unidos. O trabalho de Walker visava ao resgate de Hurston e estava inserido em um projeto de pesquisa sobre a produção literária de escritoras/es negras/os daquele país. Sua perspectiva de trabalho pode ser sintetizada na ideia de que “Nós somos um povo. Um povo não joga fora seus gênios. E se eles forem jogados fora, é nosso dever como artistas e como testemunhas do futuro, restituí-los pelo bem de nossas crianças, e, se necessário, osso por osso”<sup>37</sup> (WALKER, 2004). Em seu livro de 1983, *In Search of our mothers gardens*, Walker apresenta a ideia que relaciona a atuação de mães e de escritoras negras como matriarcas que criaram mulheres resilientes ao racismo, logo reconhecer a história dessas mães/escritoras colaboraria para o fortalecimento das mulheres e homens negros nas lutas contra o racismo.

O movimento de resgatar as memórias negras a partir do destaque à negritude também foi gestado por intelectuais brasileiras negras, como Lélia Gonzalez (2019). Em 1980, ela publicou “Racismo e Sexismo na cultura”, importante crítica à forma como pesquisadores que estudaram a sociedade brasileira limitavam a participação das mulheres negras nas interpretações que descreviam o processo de formação dessa sociedade. Gonzalez (2019) destaca a forma que pesquisadores brancos, como Caio Prado Júnior, oriundos de elites econômicas e intelectuais, compreendiam as mulheres negras como limitadas aos papéis de amas, trabalhadoras domésticas e corpos hipersexualizados. Tais teorias limitavam a atuação das mulheres negras a essas funções, acabando por reforçar a interdição

---

<sup>37</sup> Tradução livre para: “We are a people. A people do not throw their geniuses away. And if they are thrown away, it is our duty as artists and as witnesses for the future to collect them again for the sake of our children, and, if necessary, bone by bone”. (WALKER, 2004)

delas a papéis como intelectuais e literatas. Como contraponto, Gonzalez (2019) identifica as mulheres negras como figuras maternas que criaram os filhos dos senhores de escravos. Nesse processo, elas também criaram o “pretuguês”, a língua que se afastou da língua do colonizador, estabelecendo marcas de uma elite branca que foi educada por mulheres negras. Dessa forma, Gonzalez reverte a história hegemônica que apresenta homens brancos como os pais da nação, posicionando a mulher negra em local central de influência nesse processo.

### **5.2.3 A dimensão da crítica social**

A análise desta dimensão destaca a atenção ao cenário intelectual brasileiro do século XIX e aos silêncios/apagamentos das contribuições teóricas de pensadoras/es negras/os para a produção de uma reflexão sobre a sociedade brasileira. Os trabalhos de Rafael Balseiro Zin (2016), Luciana Martins Diogo (2016) e Sidinea Almeida Pedreira Vrbata (2018) são ilustrativos dessa abordagem.

Em sua dissertação, Rafael Zin (2016) explora o contexto social/intelectual, em que Maria Firmina produz seus textos, destacando o peso da escravidão sobre sua temática e sua relação com o processo de formação da nação. Além disso, ressalta a participação da escritora na vida intelectual com publicações em diversos jornais locais. O pesquisador identifica suas narrativas como fonte para pensar como a escritora percebia a sociedade, além de exporem a tensão de um contexto em que ideias liberais, positivistas, darwinistas e evolucionistas influenciavam a literatura e a política durante o Segundo Reinado. A obra de Maria Firmina é identificada como contrária às opressões de classe, raça e gênero. Em sua tese (2022), o pesquisador avança nessa reflexão para destacar o trabalho da maranhense como exemplo da atuação das mulheres no movimento abolicionista, esta participação é identificada como o primeiro momento em que ocorre a atuação organizada das mulheres para reivindicarem direitos.

Luciana Diogo (2016) constrói sua dissertação em torno da afirmação que Maria Firmina elaborou a primeira narrativa em que personagens negros, escravizados ou livres, são representados enquanto sujeitos, uma representação da subjetividade negra. Um dos objetivos da pesquisadora se concentra em discutir sobre a trajetória da escritora, removendo a noção de excepcionalidade que é acionada por diversos críticos. Diogo expõe como Maria Firmina estava relacionada

com as discussões políticas e literárias de sua época, dialogando com a obra de escritores/as como Gonçalves Dias e Harriet Beecher Stowe.

A percepção da crítica social, presente na obra de Maria Firmina dos Reis, leva Sidinea Urbata (2018) a identificá-la como uma *Iyalodê*, termo da língua Iorubá usado para designar uma liderança feminina cujas ações repercutem na sociedade. Nesta dissertação, Maria Firmina é apresentada como uma “mulher negra fora do lugar da subalternidade” (2018, p.97), que contesta as visões de mulher e de negritude reproduzidas no discurso escravocrata do século XIX e elabora uma narrativa em que a população negra, representada por mães pretas, homens negros velhos e novos, reclama por sua participação na sociedade. A centralidade do reconhecimento da escritora enquanto mulher negra é marcada pelo referencial utilizado que estabelece diálogos com pensadoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Conceição Evaristo.

Para estas/es pesquisadoras/es, Maria Firmina é identificada como a produtora de uma reflexão sociológica sobre o Brasil do século XIX. As perspectivas teóricas que orientam estes trabalhos operam uma crítica ao processo de construção do pensamento sociológico brasileiro a partir do projeto de apagamento das marcas deixadas pela escravidão, que gestaram ideias como a de que haveria uma relação cordial entre negros e brancos no Brasil (FREYRE, 2013), afirmações desse tipo nutriram o mito da democracia racial, segundo o qual a sociedade teria superado, já no início do século XX, os mais de trezentos anos de escravidão.

A ideia proposta por Gilberto Freyre buscava representar o Brasil como uma sociedade harmoniosa, miscigenada e pacífica. Uma idealização que contrastava com a violência da escravidão e negava a desigualdade social que negros enfrentavam, diante dos privilégios das elites brancas. Apesar do descompasso entre as ideias de Freyre e a realidade, sua proposta conquistou apoio de intelectuais brasileiros e portugueses, sendo a base para pensar o conceito de luso-tropicalismo, em que os portugueses foram representados como tolerantes com as diferentes raças e religiões, diferente de como outras nações coloniais teriam atuado (CASTELO, 2015).

A denúncia da realidade negada no projeto de democracia racial e do luso-tropicalismo aparece nas pesquisas sobre Maria Firmina quando são destacados a atuação política/intelectual da escritora e os processos de apagamento de tais reflexões propostas não apenas por Maria Firmina, como por outras/os

intelectuais negras/os do século XIX, como o próprio Luiz Gama. Daí uma proposta que se associa à reflexão de Conceição Evaristo de acordar os senhores das casas-grandes de seu sono injusto, de denunciar relações que privilegiam uma parcela da sociedade, enquanto outra parte tem dificuldade de acessar uma educação de qualidade e por isso é barrada nas universidades.

Este eixo de discussão retorna ao texto de Maria Firmina para pensar as desigualdades contemporâneas e identificar a permanência de relações que continuam a estabelecer privilégios para alguns grupos, enquanto fingem esquecer uma parte bastante expressiva da população. O movimento de contestação de tais privilégios aparece na luta pelas cotas nas universidades públicas e também na reivindicação de direitos para categorias de trabalhadores que apenas recentemente foram igualadas juridicamente. Como é o caso das trabalhadoras domésticas<sup>38</sup>, que apenas em 2014 tiveram sua função equiparada às demais atividades de trabalho. Com a Lei n.º 12.964, de 8 de abril de 2014 (BRASIL, 2014), estas trabalhadoras passaram a contar com dispositivos que garantem a punição daqueles que, por exemplo, exijam jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais ou que não paguem as horas extras trabalhadas e férias remuneradas, como assegurado para as demais categorias de trabalhadoras/es. Certamente, a promulgação da lei por si não impede que situações que reproduzem relações de trabalho análogas à escravidão ocorram, como mulheres que passam décadas trabalhando para famílias sem remuneração. Entretanto, tais medidas buscam regulamentar relações de trabalho que ainda associam as mulheres, sobretudo as negras, às atividades consideradas menores e que dessa forma estabelecem relações que atualizam séculos de escravidão.

#### **5.2.4 A dimensão da literatura afro-brasileira**

Nesta seção, destacam-se pesquisas sobre a obra da maranhense em perspectiva comparatista, estabelecendo diálogos com o trabalho de escritoras negras publicados entre o século XIX e a primeira década do século XXI. No *corpus*

---

<sup>38</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a quantidade de trabalhadores domésticos caiu de 6,2 milhões em 2019, para 5,7 milhões em 2021. Desse total, 92% dos trabalhadores eram mulheres, sendo 65% mulheres negras. Ainda segundo esta pesquisa, 76% das trabalhadoras domésticas não possuíam carteira assinada (VILELA, 2022).

estudado nas teses das pesquisadoras Sandra Maria Job (2011) e Fernanda Rodrigues de Miranda (2019) são identificados elementos que consolidam a possibilidade de pensar a atuação de mulheres negras na literatura brasileira permeada por objetivos estéticos e políticos.

Sandra Job (2011) parte do questionamento sobre a participação das mulheres negras na sociedade brasileira para pensar a condição literária das escritoras negras que se constituem “como sujeitos e objetos de suas escrituras”. Ela discute representações de gênero e raça em obras das escritoras: Maria Firmina dos Reis (*Úrsula* e “A Escrava”); Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo: memórias de uma favelada*, 1960); Conceição Evaristo (*Ponciá Vicêncio*, 2003; e *Becos da memória*, 2006); e Marilene Felinto (*As mulheres de Tijucoapapo*, 1982; *O lago encantado de Grongonzo*, 1987; e *Obsceno Abandono: amor e perda*, 2002).

Fernanda Miranda (2019) identifica um conjunto de romances representativos da autoria de mulheres negras identificando-os como expressão de uma tradição literária compartilhada por elas. A pesquisa destaca obras das escritoras Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães, Carolina Maria de Jesus, Anajá Caetano, Aline França, Marilene Felinto, Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves, indicando seus romances como um movimento das escritoras pela “posse da história”. Diante do apagamento histórico das mulheres negras, as escritoras apresentaram narrativas que dialogam com a memória de suas mães, avós, filhas e demais companheiras. O trabalho das escritoras denuncia a subalternidade, rompendo com o projeto sistêmico de silenciamento da mulher negra como autora de literatura no Brasil. Em comum, os romances dessas escritoras partilham uma crítica à exclusão de negras e negros da sociedade brasileira.

Um elo importante entre estas pesquisas é a forte influência da Crítica Feminista, sobretudo da perspectiva que reivindica atenção às especificidades das mulheres negras, o feminismo negro. Nestes estudos é possível constatar a sintonia com as reflexões de Sueli Carneiro (2019) e a necessidade de enegrecer o feminismo. Em artigo publicado inicialmente em 2003, Carneiro destaca que nas décadas de 1980 e 1990, período da redemocratização, o movimento feminista não conseguia “reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino” (2019, p.273). Ao descrever a centralidade da perspectiva de mulheres brancas, das classes médias nas organizações feministas, a pensadora propõe enegrecer o feminismo como um movimento necessário para combater as

desigualdades de gênero e intragênero, pois para melhorar as condições de vida das mulheres era preciso entender que outras relações sociais, além das de gênero, como as relações raciais e de classe, por exemplo, atuavam para a opressão das mulheres negras.

As análises de Job (2011) e Miranda (2019) incorporam as orientações de Sueli Carneiro e apontam para a necessidade de enegrecer a literatura para reconhecer a atuação de mulheres negras enquanto escritoras. Além de destacar as obras destas escritoras, as pesquisadoras identificam características que relacionam as narrativas à crítica à opressão das mulheres negras. Embora não seja o foco de suas teses, são apresentados argumentos em diálogo com a discussão proposta por Eduardo de Assis Duarte (2011b) a respeito da literatura afro-brasileira, sobretudo em relação à forma como as escritoras negras exploram questões da experiência pessoal como fonte para a produção literária.

Ao destacarem experiências como a violência da escravidão, da pobreza, das moradias precárias, das relações de trabalho que atualizam a escravidão e da solidão da mulher negra, as escritoras estudadas elegem uma pauta temática e politicamente relacionada às reivindicações destacadas pelas mulheres negras. Entretanto, as narrativas não se limitam a expor as mazelas enfrentadas por suas personagens e destacam processos de formação de comunidades de apoio baseadas em relações de amizade, representam famílias estruturadas a partir do afeto e descrevem o comprometimento com a formação das gerações mais novas, afirmando a força das mulheres negras.

A atuação de mulheres negras na sociedade brasileira é historicamente marcada pela interdição à educação e ao trabalho intelectual. A elas, como registra Gonzalez (2019), é reservado o papel de babás, domésticas e prostitutas, e esse projeto também pode ser identificado em outras sociedades marcadas pela escravidão e pelo racismo, como no caso dos Estados Unidos. Para bell hooks:

O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva. (hooks, 1995, p.468)

A preocupação de hooks (1995) volta-se para as dificuldades que mulheres negras enfrentam para atuarem em funções que exigem habilidades que rompem

com as expectativas racistas e sexistas que orientam a manutenção de representações que corroboram uma visão de mundo em que mulheres negras não escrevem ou não escrevem narrativas relevantes.

Ao destacarem as relações sociais que colocam as escritoras em geral e as escritoras negras, em específico, como submetidas aos silenciamentos/esquecimentos, as pesquisas em que é possível identificar este eixo de discussão retomam a ideia do campo literário como um espaço em que relações de poder são atualizadas. Na tentativa de reificar, de tornar naturais, ideais sobre quais pessoas são aptas ao trabalho intelectual e quem pode escrever literatura, diversos discursos continuam a ser acionados com o intuito de restabelecerem fronteiras entre as mulheres e a atuação intelectual. Tais discursos retomam uma longa ideia de que “para as mulheres, a cultural patriarcal pressupôs desde sempre que o exercício mental teria consequências terríveis” (GILBERT; GUBAR, 2017, p.202), o que buscava associar as mulheres que se dedicaram à escrita com a loucura. Em vez de reconhecidos, seus trabalhos eram entendidos como um desvio, sendo esta outra questão que colabora para pensar sobre o esquecimento de tantas escritoras.

Sandra Gilbert e Susan Gubar (2017) foram algumas das pesquisadoras que estudaram obras e trajetórias de escritoras do século XVIII e XIX. Ao analisarem o trabalho dessas mulheres, elas destacam como a falta de reconhecimento às obras de outras mulheres gerava naquelas escritoras a “ansiedade de autoria”, a consciência de que havia uma “autoridade literária patriarcal” que deveria ser contestada para que as mulheres pudessem escrever. No século XIX, ainda que às mulheres fosse permitido escrever, disputar leitores nas bancas de livros e receberem críticas nos jornais, esse espaço continuaria sendo marginal, pois as instituições literárias não dedicariam a elas lugar em historiografias e cânones.

Em certa medida, as ideias de Gilbert e Gubar (2019) são importantes para pensarmos como ainda compartilhamos noções como a de que as mulheres estão sob a tutela dos homens, ainda que tentemos demonstrar a autonomia das mesmas. É difícil encontrar estudos que não repitam a afirmação do parentesco entre Maria Firmina dos Reis e Francisco Sotero dos Reis. Desde o trabalho inicial de Moraes Filho (1975) esta questão é retomada. Ainda que tenha existido, há apenas especulações sobre uma relação pessoal entre ambos. Nesse sentido, uma das curiosidades que me orientaram durante a realização desta tese foi pensar por que, na maioria das pesquisas, essa informação ganha centralidade sem que seja

estabelecida alguma dúvida sobre ela. Uma possível resposta parece envolvida pela ideia de que para nós pesquisadores/as, ainda é difícil aceitar a atuação de uma escritora sem a indicação de uma tutela masculina. Ela não tinha marido, não tinha um irmão com habilidades literárias, nunca fez nenhuma referência a um pai, logo aparece um espaço nebuloso que interroga quem seria o pai intelectual de Maria Firmina, quem a preparou para seu ofício. Ao especular sobre o acesso da maranhense à obra de outras escritoras, no capítulo I, queria pensá-la como escritora constituída em diálogo com essas escritoras, além de escritores, operando escolhas a partir de suas experiências pessoais, sem estar submetida ao controle de uma figura masculina. Acredito que a observação desta perspectiva tende a colaborar com as análises a respeito da escritora.

Ao posicionarem a maranhense como uma precursora da literatura escrita por mulheres negras, Job (2011), Miranda (2019) e outras/os pesquisadoras/es atualizam uma representação de Maria Firmina como elemento simbólico para o reconhecimento da atuação das mulheres negras como sujeitos da escrita em negação ao projeto racista/sexista que orienta a forma como as mulheres foram pensadas em nossa sociedade. Além disso, estas pesquisas atualizam as denúncias sobre a forma como a crítica literária é produzida, confirmando posições de destaque àqueles que integram grupos privilegiados e esquecendo sujeitos que escrevem a partir das margens.

As pesquisas sobre Maria Firmina dos Reis colaboram para ela ocupar uma dimensão simbólica, principalmente para mulheres negras, às quais ela é apresentada como exemplo por ter aberto caminhos e atuado para o reforço de uma afirmação identitária das mulheres negras que supera as posições subalternas influenciadas pelo racismo/sexismo. De modo semelhante à forma como Virginia Woolf reconheceu Aphra Behn por ter aberto o caminho para que as mulheres inglesas escrevessem, as pesquisas sobre a maranhense destacam sua atuação para que mulheres, em especial mulheres negras, produzam literatura.

### 5.3 AINDA SOBRE AS PESQUISAS

Embora já tenha discutido sobre a pesquisa de Nascimento Morais Filho (1975), por reconhecer a forma como seu trabalho orientou, em grande medida, todas as pesquisas sobre Maria Firmina dos Reis, é necessário retomar a discussão

e destacar a necessidade de se questionar a forma como algumas das informações apresentadas por ele têm sido apropriadas pelos demais pesquisadores.

Morais Filho denominou seu livro como “fragmentos de uma vida”. Além de indicar humildade, o título tira o peso de se pensar tal trabalho como uma biografia ao deixar explícito a existência de lacunas entre as informações apresentadas, indicando as limitações que envolveram a pesquisa. É compreensível que o mesmo tenha tido dificuldades quanto à coleta e ao tratamento das informações sobre a vida da escritora, principalmente com aquelas obtidas a partir do testemunho de pessoas que conviveram com ela.

Tais limitações podem estar associadas às incipientes pesquisas que tratavam sobre os estudos históricos, no cenário brasileiro, a partir de fontes como o testemunho/depoimento. Moraes Filho não considera os depoimentos utilizados em sua pesquisa como um momento de elaboração das memórias, logo, para ele, as falas dos entrevistados expressam a verdade. Como as pesquisas de Michel Pollack (1989), um dos autores de referência sobre memória no Brasil, só começaram a ser publicadas na década de 1980, somos levados a crer que o método seguido por Moraes Filho era intuitivo, orientado a partir de cada informação que ele descobria e não considerava que o próprio evento que envolveu as visitas do pesquisador à cidade de Guimarães poderia ter colaborado para que os entrevistados se esforçassem para lembrar de eventos que abonassem a personagem ilustre.

A despeito das críticas necessárias ao trabalho de Moraes Filho, muitos pesquisadores tomam as informações registradas por ele como um documento que expressa uma verdade. O que indica a necessidade de retomarmos as reflexões de Ecléa Bosi (2004) sobre o empenho do entrevistado em produzir uma coerência e uma continuidade a respeito da pessoa narrada, tornando as memórias úteis ao momento em que são acionadas.

Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categorias nítidas cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. (BOSI, 2004, p.419)

Como citado no primeiro capítulo, Moraes Filho interpretou Maria Firmina dos Reis a partir da perspectiva de um homem de classe média inserido em dimensões da branquitude maranhense da década de 1970, e tal posição o levou a identificá-la

como tendo uma vida miserável. No entanto, além de tal associação ser orientada por uma dimensão do racismo que norteia a sociedade brasileira, essa avaliação ganha um importante elemento para a crítica quando se toma conhecimento de que a mãe da escritora era proprietária de escravizados e que seu tio Martiniano, além de escravizados, possuía terras em Guimarães (GOMES, 2022).

Segundo uma das informantes de Morais Filho (1975), seria uma tia da escritora que possuiria escravizados, este é um exemplo que expõe a possibilidade de que outros depoimentos sobre a vida da escritora possam ter sido narrados com algum nível de confusão. Como a lembrança sobre o episódio do palanquim, em que uma testemunha afirma que a escritora teria se negado a usar um palanquim alugado para ir à solenidade de posse do cargo de professora, afirmando que “negro não é animal para se andar montado nele” (MORAIS FILHO, 1975). Ainda que esta passagem confirme a crítica presente em sua obra, há a possibilidade de que este registro tenha sido influenciado pelo desejo de narrar fatos heróicos da escritora.

Além disso, há algumas composições musicais atribuídas à Maria Firmina, estas canções foram cantaroladas para o pesquisador por pessoas que conviveram com ela havia mais de cinquenta anos. Novamente, a situação da pesquisa pode tê-los levados a adicionar elementos aos seus testemunhos, constituindo um registro que pode ter sido parcialmente imaginado. Ainda que preocupados em elevar a avaliação da conterrânea ilustre, Morais Filho (1975, s.p.) conseguiu registrar no testemunho de Nhazinha Goulart, a informação de que “Diliquinha não era de casa”, não tinha nascido em um casamento oficial e, portanto, era filha bastarda.

Até o momento, não foi identificada nenhuma menção da escritora ao seu possível pai, em função disso, fica aberta a possibilidade de que a mesma não soubesse, não quisesse ou mesmo não pudesse citá-lo. No entanto, há dois registros que falam desse possível pai: o Dicionário de Sacramento Blake (1900) e a Certidão de Óbito da escritora. De forma semelhante à atenção dedicada à figura de Sotero dos Reis, como tutor intelectual da escritora, algumas pesquisas destacam a posição de João Pedro Esteves como pai da escritora, atribuindo-lhe uma importância que possivelmente ele não teve. Esta postura indica que, assim como foi constrangedor à testemunha informar que Maria Firmina havia nascido fora de um casamento formal, para muitos/as pesquisadores/as pode ser mais fácil atribuir um pai à escritora que pensar a possibilidade dessa ausência.

É interessante notar que Agenor Gomes (2022, p.96) assevera que os depoimentos registrados nos autos do processo que corrigem a ausência da data de nascimento da escritora teriam sido forjados para que a idade de Maria Firmina fosse aumentada em três anos e ela pudesse tomar posse no cargo de professora com a idade mínima exigida. Gomes informa que a ausência de detalhes nos depoimentos que confirmariam a data de nascimento da escritora indica que os relatos teriam sido ensaiados. No entanto, esta afirmação pode ser aproximada ao campo da especulação, pois a falta de detalhes nos referidos depoimentos pode decorrer de procedimentos próprios do registro, em que informações marginais não teriam sido incluídas nos autos.

Apesar de a hipótese levantada por Gomes (2022) ser válida e baseada em questões que merecem ser considerados, é necessário destacar que, quando se trata de afirmar a paternidade, o pesquisador reconhece a validade do nome informado na Certidão de Óbito e dedica algumas páginas para apresentar um levantamento sobre a atuação de um senhor com o mesmo nome que teria vivido em São Luís (GOMES, 2022, p.91-100), sem, no entanto, apresentar informações que corroborem a paternidade.

Embora sejam detalhes, o tratamento dedicado ao estudo da trajetória de Maria Firmina e às suas composições musicais, cujos registros foram coletados por Moraes Filho, merece uma atenção a ser observada em futuras pesquisas e avaliadas pelas/os demais pesquisadoras/es que se dedicam ao estudo da escritora.

O processo de produção de uma crítica à obra de Maria Firmina dos Reis ganhou forte impulso nos últimos anos, a quantidade de artigos, livros, dissertações e teses publicadas indica a atenção dedicada à escritora e orienta para que se pense este interesse a partir do diálogo com reivindicações político-sociais cujas ações resultaram na aprovação de leis como as que instituem a obrigatoriedade de ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira (Lei nº.10.639/2003) e a reserva de vagas para alunos/as negros/as nas universidades federais (Lei nº. 12.711/2012). Ademais, é impossível pensar este movimento sem o suporte do referencial teórico produzido por pesquisadoras/es que estudam a participação das mulheres na literatura brasileira, bem como daquelas/es que têm consolidado os estudos sobre a literatura afro-brasileira, ampliando as discussões iniciadas pela Crítica Feminista a partir da década de 1980.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, dediquei atenção a elaborar um estudo que tornasse inteligíveis os processos de escrita, publicação, crítica, resgate e reconhecimento da obra de Maria Firmina dos Reis, identificando estes processos como relacionados aos contextos sociais e aos diferentes sujeitos envolvidos em tais etapas. Esta proposta consolidou a ideia inicial de entender a obra da maranhense como um tema que é explorado a partir de diversas perspectivas orientadas pelos interesses daquelas/es que se dedicaram/dedicam ao estudo de sua obra.

A pesquisa identificou que a crítica dedicada à obra de Maria Firmina não é elaborada apenas a partir da discussão de seus elementos internos, como a identificação de sua associação estética ao Romantismo, a construção de narrativas a partir das técnicas do romance folhetim, da forma de elaboração do enredo, das personagens, da dimensão linguística explorada na elaboração da fala das personagens escravizadas ou outros elementos internos ao texto. Pelo contrário, em toda a produção crítica relacionada à escritora é possível verificar uma postura que associa sua obra ao contexto em que a crítica foi elaborada. Elementos externos aos textos são mobilizados para sustentar a defesa de diversos interesses que influenciam os comentários sobre a obra.

A perspectiva teórica que orientou esta pesquisa é baseada na produção da Crítica Feminista com o objetivo de examinar os elementos que sustentam a assimetria de poder existente entre homens e mulheres. Com destaque para abordagens que reconhecem a interdição do trabalho intelectual das mulheres como ponto de partida para a elaboração de discursos que aprioristicamente consideraram a literatura de autoria feminina como um produto menor, limitado; pensando assim, tais trabalhos não mereceriam ser consagrados nos cânones dedicados ao registro de obras literárias de destaque. Sobre este tema, Rita Terezinha Schmidt (2010) é uma das importantes referências para entender a história literária e os diversos cânones como lugares de privilégio de um sujeito que buscou/busca excluir as mulheres.

Para denunciar e superar esta exclusão, a Crítica Feminista elaborou um arcabouço que, ao discutir sobre a crítica e as instituições literárias, percebeu como estas ferramentas de reconhecimento literário são orientadas e subordinadas às questões de gênero, raciais, econômicas, dentre outros marcadores mobilizados

para estabelecer quais modelos literários e quais autores mereceriam ser reconhecidos.

Em relação ao modo de organização da pesquisa, a Estética da Recepção indicou a perspectiva metodológica a ser seguida. Em função do período histórico que esta tese explora, um recorte do nascimento até as comemorações do bicentenário da escritora, a Estética da Recepção, aos moldes do que foi descrito por Hans Robert Jauss (1994), indica uma abordagem que permite associar a avaliação estética do texto literário e sua imbricação com a sociedade onde este texto foi produzido e lido, com atenção para elementos que colaboram para a leitura perdurar, mesmo muitos anos após a sua publicação.

A importância deste método destacou-se pelo fato de a obra de Maria Firmina ser lida por diferentes gerações, sendo possível identificar diferentes interesses dos que a leem. Deste modo, a partir das orientações de Jauss (1994), busquei expor: a relação entre os textos produzidos por Maria Firmina e os estilos literários e obras que ela teve contato; as diferentes avaliações produzidas sobre a obra da escritora ao longo do tempo; e, sobretudo, a relação entre a literatura e o processo sócio-histórico que têm orientado a recepção de sua obra em diferentes momentos. Por isso, no primeiro capítulo foi apresentado o processo de formação de Maria Firmina como escritora; no segundo capítulo foram discutidas as relações entre sua obra e a produção literária do momento em que ela publicou; no terceiro e quartos capítulos, dediquei-me a explorar a produção crítica sobre sua obra. A imbricação entre essas informações permitiu perceber os elementos presentes no texto, que são acionados a cada diferente análise proposta, contribuindo para a identificação de novos “horizontes de expectativas” relacionados à obra.

Ainda vale destacar que esta tese é perpassada pelo interesse em contar uma História a partir da perspectiva que reconhece a atuação dos/as perdedores/as (BENJAMIN, 1987) e busca restituir a importância deles/as. A pesquisa de caráter histórico das últimas décadas tem colocado a necessidade de compreender a História na tensão estabelecida entre opressores e oprimidos, dando destaque para as ações daqueles que a partir de posições subalternizadas contestaram tais relações. Dessa forma, mulheres brancas, mulheres negras, mulheres indígenas, homens negros, homens indígenas e vários outros segmentos da população têm conquistado espaço em estudos que buscam a reversão dos apagamentos operados

por uma História voltada para o elogio das elites formadas por homens brancos que ainda controlam, em grande parte, a produção das ciências.

Maria Firmina iniciou sua trajetória literária em 1859 ao publicar *Úrsula*, um romance que apresentava uma crítica à escravidão, divulgando formas de superá-la por meio da compra de cartas de alforria para os cativos. Embora encoberta pela narrativa romântica dos protagonistas Úrsula e Tancredo, destaca-se a proposta de humanização dos escravizados e de reconstituição de uma história que lhes fora negada: mesmo idealizada, a escritora representou uma África onde a liberdade dos cativos havia sido uma realidade. Além disso, ela registrou o sofrimento do aprisionamento, do degredo nos navios negreiros e das aviltantes condições de sobrevivência às quais os escravizados foram submetidos pelo sistema de poder baseado na figura patriarcal, cujos desejos não poderiam ser contestados. O romance veio à luz alguns anos após *A cabana do Pai Tomaz*, de Harriet Beecher Stowe, ter circulado em São Luís. O estudo sobre as relações de Maria Firmina durante o processo de escrita e publicação de *Úrsula* indicam a associação entre a escritora, o romance e ações críticas à escravidão que alguns anos depois consolidaram o movimento abolicionista no Maranhão, movimento que perpassa seu conto “A Escrava” (1887). Além destas publicações, um folhetim, um diário, duas crônicas e dezenas de poemas registraram o trabalho literário da escritora em sintonia com os estilos em voga à sua época.

Embora a crítica do século XIX tenha destacado limitações da escritora ao tratar sobre a escravidão, seus críticos observaram que o feito de Maria Firmina era um sinal dos tempos quando as mulheres seriam estimuladas a desenvolverem suas habilidades intelectuais. Ela exemplificava a possibilidade de mulheres brasileiras, mesmo com limitado acesso à educação, conquistarem uma formação intelectual que lhes elevassem a posições próximas à de escritoras/es estrangeiras/os, majoritariamente europeias/eus, que já eram conhecidas/os entre as/os leitoras/es maranhenses.

No contexto de construção da nação e de exaltação das habilidades intelectuais reconhecidas pelo destaque que o trabalho literário atingiu no século XIX, a literata era uma personagem que, para os poucos que divulgaram sua obra no século XIX, corroborava para a elaboração de uma cultura nacional, consolidando elementos como uma língua, um território e um povo que habitava o Brasil. Assim, o

português utilizado é o formal, e o cenário de suas narrativas registra a “cor local”, conforme o modelo romântico brasileiro.

Sua ideia de nação, entretanto, coloca personagens negras e indígenas como protagonistas em um projeto que as reconhece como parte do povo oprimido pelos europeus. Suas escolhas narrativas acabam por expor suas posições políticas, as quais aspiravam um projeto de nação que deveria reconhecer todos os brasileiros como parte de um povo diverso, superando a ideia de miscigenação que visava eliminar indígenas e negros.

Durante a pesquisa, comecei a pensar a produção literária de Maria Firmina como uma obra em que é possível perceber um fio condutor centrado na melancolia da mulher, o que expõe o projeto social de como as mulheres do século XIX deveriam ser: frágeis e doentias. Ainda que este projeto frequente a construção de suas personagens e seja o tema principal de seus poemas, seus escritos também indicam o empenho das escritoras do século XIX para escreverem em diferentes formatos, além do romance, da novela, do conto e da poesia, Maria Firmina manteve um diário e esboçou textos influenciados por uma literatura de viagem, ambos modelos muito explorados por outras escritoras de então.

Sua consciência sobre a forma de produzir literatura orientou a permanente prestação de homenagens a eminentes personagens da sociedade maranhense. Ao dedicar seus poemas a essas figuras, Maria Firmina realizava um duplo movimento que, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância de tais personagens, buscava uma recepção positiva para suas obras. Este movimento prenuncia uma compreensão a respeito da dimensão social em que ocorre o reconhecimento literário.

Além da dimensão social, ela mostrava conhecimento literário ao dialogar com autores como Bernardin de Saint-Pierre, Thomaz Antônio Gonzaga, Gonçalves Dias, Trajano Galvão, entre outros. Mais que isso, essa consciência sobre o fazer literário é identificada quando ela usa “fórmulas de humildade” (MUZART, 1990) para tratar sobre sua obra e seus anseios como escritora, e um pseudônimo para despertar a curiosidade das/os leitoras/es. Ainda é possível identificar seu exercício de aprimoramento da técnica narrativa, quando ela reescreve o folhetim *Gupeva* três vezes.

O destaque dedicado à trajetória da escritora, mais que associar sua produção literária a seus interesses pessoais, buscou reconhecer um ambiente de

disputa que tem regulado a relação entre negros, brancos e indígenas no Brasil, em especial no Maranhão. Minha perspectiva nesta tese vislumbra a associação de Maria Firmina às várias ações da população negra em sua busca por direitos que ainda lhe são negados. Nesse sentido, busquei estabelecer relações que compreendem as ações da escritora como inseridas em um ambiente de resistência à escravidão, aproximando-a de sujeitos como Raimundo Gomes, Manuel Francisco Ferreira dos Anjos, Cosme Bento das Chagas, Catarina Rosa Pereira de Jesus, Adelina, a charuteira, Astolfo Marques e Nascimento Moraes. Este exercício visa consolidar uma posição que expande a percepção sobre a participação dos negros na sociedade escravista. Mais que escravizados, africanas/os e afro-brasileiras/os que atuaram no processo de construção desta nação foram revolucionárias/os, trabalhadoras/es, abolicionistas, literatas/os e intelectuais, como as personalidades citadas acima.

Ainda que tenha passado a maior parte de sua vida fora da cidade de São Luís, capital da província do Maranhão, foi possível identificar a possibilidade de comunicação regular por meio de correio e de barcos que circulavam entre Guimarães e São Luís. A existência de meios de comunicação entre a escritora e outras pessoas, bem como o acesso a textos, contesta a possibilidade de pensar Maria Firmina como uma mulher isolada, em local remoto.

Ainda tratando sobre a vida pessoal da escritora, as informações existentes permitem pensar a família de Maria Firmina como um arranjo coordenado por mulheres, o que afastava sua família do modelo patriarcal. Daí, surgiu a necessidade de contestar a centralidade que parte de seus críticos dedicam ao associar o trabalho literário de Maria Firmina à influência de Francisco Sotero do Reis, intelectual maranhense que seria seu possível tio, e a elucubrar uma relação com João Pedro Esteves, nome atribuído ao seu pai no Dicionário de Sacramento Blake (1900) e em seu atestado de óbito.

A compreensão de sua atuação a partir da perspectiva da liberdade (PINTO, 2014), juntamente com o entendimento da organização da hierarquia social do Maranhão, na primeira metade do século XIX, centrada a partir do *status* jurídicos de livres, libertos e cativos (JESUS, 2015) permitiu pensar o processo de formação, acesso ao trabalho e atuação profissional de Maria Firmina dos Reis. Pensá-la a partir do *status* de pessoa livre, desempenhando uma atividade de trabalho regular e assalariado contribui para criticar a visão de José Nascimento Moraes Filho (1975)

que, em função do racismo/machismo estrutural, descreveu-a como um excepcional fruto da miséria. Ao discordar dessa análise, coloco a necessidade de pensá-la como resultado das possibilidades de ação identificadas como possíveis às mulheres do século XIX. Estudar, trabalhar, escrever, publicar foram ações que resultaram do investimento pessoal que parece ter sido orientado pelo desejo de atingir o reconhecimento social dedicado a outras/os escritoras/es.

O esquecimento de Maria Firmina dos Reis parece ter sido reforçado por elementos relacionados à necessidade de elaboração, por parte de intelectuais maranhenses, de um passado centrado na ideia de branquitude de uma elite que havia perdido seu poder econômico e político ainda no século XIX (BORRALHO, 2009). Tal esquecimento também passa pela posição marginal que os literatos maranhenses passaram a ocupar no cenário nacional com a emergência do Rio de Janeiro como centro político/cultural (LEÃO, 2013). O sexismo dentro das instituições literárias também reforçou seu esquecimento, pois, durante o século XX, a crítica literária produzida por homens trabalhou para apagar a produção literária de mulheres do século XIX a ponto de a crítica especializada defender a falta ou a irrelevância da escrita feminina (MUZART, 2000). Tais argumentos pretendiam confirmar o campo literário como um espaço próprio dos homens.

Esse processo de apagamento das escritoras brasileiras do século XIX corroborou para que a atenção às mesmas acabasse por ocupar um espaço marginal. Ainda assim, entre fins do século XIX até a década de 1960, foi possível identificar menções à Maria Firmina e à sua obra, o que refuta as avaliações de Moraes Filho (1975) e Horácio de Almeida (1975) sobre um completo silêncio em relação à escritora após suas primeiras publicações. O que parece ser mais importante ao comentar sobre estas menções é que elas constituíram ações isoladas. Apenas com a organização de grandes grupos em torno dessa discussão será possível identificar um movimento para resgatá-la/divulgá-la.

Assim, na década de 1970, foi possível observar o resgate maranhense, e na década de 1980/90 ocorreu o resgate feminista. A identificação destes dois momentos ofereceu a chave para compreender a crítica dedicada a Maria Firmina como perpassada pelos interesses dos envolvidos nestes eventos.

Para os maranhenses que atuaram em seu resgate, o texto literário foi elemento secundário nas ações de promoção da escritora: o centro das discussões abordava seu pioneirismo, e ela surgiu aclamada como a primeira romancista

brasileira. Para que o título fizesse sentido, foi necessário um curioso exercício para deslegitimar mulheres brasileiras que teriam publicado romances em períodos anteriores a Maria Firmina. Ao identificarem-na como a primeira romancista brasileira, os maranhenses estavam também interessados em retomar um passado em que o Maranhão ocupava posição de destaque no cenário econômico/literário brasileiro. No entanto, como este projeto assentava na ideia de branquitude de uma elite intelectual, a negritude da escritora foi escamoteada, embora Moraes Filho (1975) asseverasse sua descendência africana.

O processo de resgate da obra de Maria Firmina em que participaram pesquisadoras orientadas pela Crítica Feminista consolidou um movimento inspirado pelo Movimento Feminista e serviu para organizar importantes linhas de pesquisa sobre os estudos literários em universidades brasileiras. Ainda que reconhecessem aspectos como a trajetória de Maria Firmina e sua negritude, estas pesquisadoras partiram da análise de sua obra para afirmar sua relevância para a literatura brasileira. Para estas pesquisadoras, não havia críticas de cunho estético que pudessem assegurar a inferioridade de suas publicações, principalmente a ponto de garantir-lhe o esquecimento (LOBO, 1993; MOTT, 1991; MUZART, 1990; TELLES, 1989). No entanto, elas identificaram que a obra da maranhense rompia com alguns preceitos da literatura romântica, principalmente por apresentar personagens negras de forma humanizada. Mais que eleger uma pioneira, as pesquisadoras identificaram um grande número de mulheres escrevendo literatura no século XIX. Para elas, Maria Firmina não representa uma excepcionalidade, ela é uma das muitas mulheres que confirmam o empenho das escritoras na produção de literatura, e literatura de qualidade.

Uma importante característica para pensar a produção crítica sobre a obra de Maria Firmina é vê-la como um movimento de ondas que oscilam conforme o interesse sobre ela, alternando agitação e calma. Entre os movimentos de resgate maranhense e feminista é possível perceber a redução da agitação e do interesse. Quando comecei a pesquisa, por volta de 2017, imaginava que aquele seria o momento de maior atenção que a escritora teria conquistado, eu estava errado.

Após a publicação da quarta edição do romance *Úrsula*, em 2004, foi possível observar um movimento ainda crescente que têm consolidado a produção crítica em torno da escritora e colaborado para a circulação de sua obra além do ambiente acadêmico. Assim como nos movimentos de resgate, nos últimos vinte

anos, a atenção à obra da escritora articula-se com a possibilidade de uma argumentação crítica aos problemas sociais. Nesse sentido, as discussões relacionadas ao estabelecimento de uma História das populações negras brasileiras têm-se destacado.

Nesta tese, tentei compreender esta atenção no bojo da atuação de pesquisadoras/es e de movimentos sociais que posicionam os/as afro-brasileiros/as como elementos centrais, seja para identificar suas contribuições para a sociedade brasileira, seja para exigir direitos que lhes têm sido negados.

No campo da crítica literária, a atuação de pesquisadoras/es foi fundamental para a consolidação de pesquisas interessadas na produção literária de escritores/as negros/as e na possibilidade de pensar suas produções como uma literatura afro-brasileira, em que o texto literário reflete um projeto orientado para a denúncia e superação do racismo (DUARTE, 2011a). Ainda que inicialmente, a centralidade das pesquisas sobre a publicação de escritores/as negros/as tenha recaído sobre a produção de homens, a emergência de pesquisadoras/es influenciadas/os por reflexões de feministas negras têm encontrado campo fértil para o desenvolvimento de estudos que destacam a relevância política das mulheres negras e de suas produções literárias.

Identificar a mulher negra como uma intelectual que reflete os problemas da sociedade brasileira opera uma modificação que contesta o racismo presente em grande parte do pensamento sociológico brasileiro que limitou as mulheres negras a papéis relacionados ao cuidado e à exploração sexual. Como uma das vozes de maior destaque no cenário brasileiro, Lélia Gonzalez (2019) foi uma das mais assertivas ao afirmar a falha das teorias que restringiram as mulheres negras aos papéis de babás, domésticas e prostitutas e, desta forma, destacou a posição central que elas ocuparam na construção deste país, sobretudo ao ensinar ao colonizador a nova língua, o “pretuguês”.

A atuação da crítica literária, influenciada pela reflexão de mulheres negras, se apresenta como um exercício em que além de enegrecer o feminismo (CARNEIRO, 2019) é preciso enegrecer a literatura, expondo, por exemplo, o trabalho de escritoras que consolidaram uma trajetória de romances escritos por mulheres negras. Como aponta Fernanda Miranda (2019), as obras de Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães, Carolina Maria de Jesus, Anajá Caetano, Aline França, Marilene Felinto, Conceição Evaristo e Ana Maria Gonçalves podem ser

identificadas como um conjunto literário elaborado a partir da autoria e reflexão sobre uma História das mulheres negras.

Ademais, o interesse pela escritora tem sido ampliado em um período de estabelecimento de uma legislação que busca a discussão/ensino sobre as contribuições das populações negras e indígenas para a construção da sociedade brasileira, como proposto na Lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008) que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Além desta, a Lei n.º 12.711 (BRASIL, 2012), que instituiu a política de cotas para todas as Universidades Federais e Institutos Federais de Ensino do país, colaborou para a ampliação do acesso de pessoas negras ao Ensino Superior, estabelecendo uma política para a redução de uma dívida histórica para com os descendentes daqueles que, após a Abolição, foram associados a posições marginais, submetidos a uma cultura que interditou, ainda que sem a publicidade de uma legislação, o acesso de negras/os a uma educação de qualidade e a uma gama de outros direitos. Em conjunto, estas leis propõem um ciclo virtuoso em que estudantes são apresentadas/os a uma realidade que supera a associação entre afro-brasileiros/as e escravizados/as. Essa proposta permite que o trabalho intelectual seja identificado como uma dimensão em que mulheres e homens negros sempre atuaram.

A retomada da obra de Maria Firmina dos Reis acaba por apresentar possibilidades de apropriá-la para discutir situações contemporâneas. Ao ler, em “A Escrava”, o lamento do senhor Tavares, do Cajuí, reclamando que “hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra seu senhor” (REIS, 2004, p.262), quando este é surpreendido com a libertação de Gabriel, consigo ouvir essa frase confundir-se com expressões que afirmam coisas, como “os Direitos Humanos defendem bandidos”. Estes tipos de discursos tentam atualizar as posições de poder defendidas por Tavares e seus atuais representantes quando se posicionam contrários a qualquer modificação que possa promover melhores condições de vida a mulheres, negros, indígenas, trabalhadores e tantos grupos sociais oprimidos.

O cenário atual difere daquele em que Maria Firmina elaborou sua obra/crítica. No entanto, o machismo ainda orienta que o trabalho intelectual é um privilégio dos homens. O racismo ainda influencia nossa percepção sobre o literário como um território ocupado por homens brancos. As relações de classe ainda impõem que uma escritora deveria escrever obedecendo a gramática formal que tanto é acionada para criticar escritoras e escritores das camadas populares.

A persistência da defesa de relações de poder desiguais impõe àquelas/es que elaboram críticas sociais a necessidade de continuarem a questionar argumentos que sustentam as diversas formas de opressão. Nesse sentido, o retorno à Maria Firmina dos Reis pode ser identificado como um movimento para a contestação de setores que, por exemplo, ainda desprezam o trabalho literário de Carolina Maria de Jesus, por entendê-lo como um desvio da norma culta, ou não concebem a participação de Conceição Evaristo na Academia Brasileira de Letras.

Se forem considerados os preceitos da Estética da Recepção (JAUSS, 1994), um arrefecimento do interesse na obra de Maria Firmina poderá ocorrer quando a crítica ao racismo e ao sexismo, eixos centrais na elaboração de sua fortuna crítica, não despertarem mais a mesma força que estimula as pesquisas recentes. Entretanto, o conhecimento produzido nos últimos cinquenta anos, ao consolidar seu trabalho junto ao acervo representativo da literatura brasileira, dificultará o retorno de sua obra aos arquivos sombrios em que ela permaneceu por tantos anos. Certamente, não será fácil apagá-la.

Ao identificar na construção dos cânones literários e nos processos de consagração de escritores e escritoras a influência das relações de poder que orientam discursos como o machismo, o racismo e o classismo, a Crítica Literária Feminista colaborou para pensar a dimensão literária como um local que precisa ser questionado por aquelas/es que foram subalternizadas/os. Nesse sentido, o retorno à obra de Maria Firmina dos Reis permite pensar sobre as influências do machismo e do racismo na elaboração de visões críticas sobre a autora.

Ainda que as relações sociais orientem a forma como um texto pode ser lido, o texto literário também pode ser usado para influenciar uma sociedade. Com esta tese, destaco como uma escritora e sua obra foram inseridos em projetos políticos. Ao reconhecerem a relevância de Maria Firmina, sua obra foi utilizada para destacar a excepcionalidade de uma elite decadente, na São Luís de 1975; para resgatar as obras escritas por mulheres no século XIX, ampliando um acervo que fora intencionalmente posto à margem; e para reivindicar às mulheres, em especial às mulheres negras, o direito de acesso a uma educação que lhes permita ocupar posições sociais que foram interdidas às suas antecessoras.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. Ação revolucionária. In: **O Cativo**. 2a. Edição. São Luís: ALUMAR, 1992. p.151-161.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

**A Coalizão**, São Luís, ano 1, n.25, 1 maio 1862. Variedades, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704377/96>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

**ÁLBUM Comemorativo do 3º. Centenário da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão 1612-1912**. São Luís: Tipografia Teixeira, 1913.

ALMEIDA, Horácio de. “Prólogo”. In: **Úrsula**. (s/local): (s/ ed.), 1975. p.1-8.

ALÓS, Anselmo Pereira. A Autoria Feminina e a Literatura Brasileira do Século XIX: Novas Perspectivas sobre a literatura Indianista e a Representação do Embate Colonial. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p.118-143.

**A Moderação**, São Luís, ano 4, n.22, 11 ago. 1860. Chronica Semanaria, p.1.

ANDRADE, Janilto. **A nação nas dobras da ficção**. Recife: FASA, 2005.

A PRIMEIRA Romancista no Brasil. **Anais do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes – 1973**. Rio de Janeiro: s. e., 1974. p.72-74.

ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Companhia das Letras: São Paulo, 2014.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. A memória do tempo de cativo no Maranhão. **Tempo**, São Luís, v.15, n.29, p.67-110, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/JFF39rKdbtb7FGsxR7C4C6v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.42, n.3, p.591-605, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 20 set. 2021.

BASTOS, Laísa Marra de Paula Cunha. **A narrativa de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade**. 2020. 191f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura

Comparada) – Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.222-232.

BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. Disponível em:  
<https://www.bibliaonline.com.br/acf/index>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em:  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 16 set. 2021.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. 332f. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembranças de Velhos. 11.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRAGA, Fernando. A primeira romancista brasileira. **Jornal Pequeno**, São Luís, ano XXIV, n.3.542, 25 nov. 1975a, p.4.

BRAGA, Fernando. A primeira romancista brasileira. **O Imparcial**, São Luís, ano XLIX, n.18.614. 29 nov. 1975b, p.4.

BRANDÃO, Izabel et al (Org.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística (DGE). **Recenseamento geral do Império em 1872**. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger e Filhos, s.d. [prov. 1875]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v6\\_ma.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v6_ma.pdf). Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos, como nela se declara. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília,

10 jan. 2003. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº. 12.964, de 8 de abril de 2014. Altera a Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre multa por infração à legislação do trabalho doméstico, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 abr. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/112964.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112964.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRITO, Nonato. Relembrando 1975. In: **Sobre Maria Firmina dos Reis**. São Luís: ALL, 2015. p.123-127.

BUCK, Claire. (Ed.). **The Bloomsbury Guide to Women's Literature**. New York: Prentice Hall, 1992.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. São Paulo, v.1, n.22, p.159-179, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/59447>. Acesso em 20 jun. 2021.

CABO submarino da Google homenageia escritora maranhense. **Imirante**, São Luís, 14 dez. 2021, Disponível em: <https://imirante.com/noticias/mundo/2021/12/14/cabo-submarino-do-google-homenageia-escritora-maranhense>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses, 1755-1822**. São Luís: Café & Lápis, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. v.1. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000a.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. v.2. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000b.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 382f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARIMBO filatélico de Maria Firmina será lançado. **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 3, n.788, 10 out. 1975, p.8.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: Formação e Contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.271-289.

CARVALHO, Antonio dos Reis. **A literatura maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2021.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cidades Escravas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.156-162.

CASTELO, Cláudia. A Mensagem Luso-Tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura. In: MARTINS, Moisés de Lemos (Org.). **Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2015. p.451-470. Disponível em: [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/181](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/181). Acesso em: 10 jan. 2023.

CASTRO, César Augusto. (Org.). **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, César A.; CASTELLANOS, Samuel Luis V. O Gabinete Português de Leitura: o lugar do livro e da leitura no Maranhão oitocentista. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, v.11, n.18, 2014. p.137-153. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/418](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/418). Acesso em: 28 nov. 2021.

CATÁLOGO da Bibliotheca do Gabinete Portuguez de Leitura do Maranhão. São Luís: Typografia Frias, 1867.

CIXOUS, Hélène. O riso da medusa (1975). In: **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p.129-155.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário Crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)**. São Paulo: Escrituras, 2002.

**COLEÇÃO dos Regulamentos e Decisões expedidas pelo Presidente da Província no ano de 1864.** São Luís: Tipografia de B. De Mattos, 1865.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica.** São Luís: Pitomba, 2015.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.** v.10, n.20, p.241-263, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10769>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CRUZ, Arlete Nogueira da. Maria Firmina dos Reis no belo estudo de Janilto Andrade. In: **Sal e Sol.** Rio de Janeiro: Imago, 2006. p.263-272.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Políticas de ações negativas e aspirações de famílias negras pelo acesso à escolarização na província do Maranhão no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação,** v.9, n.2, p.73-104. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38550>. Acesso em: 27 set. 2021.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Família e alunos de origem africana no Maranhão do século XIX. **Cadernos de Pesquisa - Outros Temas:** v.41, n.144, p.928-947, set./dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/rJyNkYY7NymzSp5w7HHT5gc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. “Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”. **Notandum,** n.48, p.151-166, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/view/59293>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CUNHA, Maria Teresa. Diários Pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs). **Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2012. p.251-279.

CUNHA, Patrícia. Maranhão é o 5º estado em pessoas declaradas pretas. **O Imparcial.** São Luís. 24 nov. 2022. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2022/11/maranhao-e-o-5o-estado-em-pessoas-declaradas-pretas/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DAMASCENO, Benedita Gouveia. **Poesia negra no modernismo brasileiro.** Campinas: Pontes, 1988.

DIAS, Antonio Gonçalves. Meditações. In: DIAS, Antonio Gonçalves. **Obras Posthumas.** v. III. São Luís: Bellarmino de Mattos, 1868. p.3-128.

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição à subjetivação:** a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e “A Escrava” de Maria Firmina dos Reis. 2016. 213f. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) –

Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016.

DIOGO, Luciana Martins. A primeira resenha de *Úrsula* na imprensa maranhense. **Afluentes**. v.3, n.8, p.11-25. maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluentes/article/download/9845/5798>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DUARTE, Constância Lima. O Cânone Literário e a autoria feminina. In: **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.86-94.

DUARTE, Constância Lima; STEVENS, Cristina Teixeira. E assim se passaram 25 anos! História do GT Mulher e Literatura na ANPOLL. **Revista da ANPOLL**. v.1, n.28, p.30-50, 2010. Disponível em: <https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/157>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX: artes e técnicas em transformação**, v.1, n.4, p.95-105, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21741>. Acesso em: 26 maio. 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. Belo Horizonte; Florianópolis: Ed. Mulheres; Editora PUCMINAS, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Scripta**, v.13, n.25, p.63-78, dez 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4368>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. v.1. Precursores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. v.4. História, teoria, polêmica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011b. p. 375-403.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país. In: **Úrsula**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. p.9-22.

**Eco da Juventude**, São Luís, ano 1, n.14, 12 mar. 1865, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/738271/108>. Acesso em: 10 jun. 2022.

EDIÇÃO do INL tem equívocos. **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 16, n.8.836, 24 jan. 1988. Caderno Alternativo, p.1.

**ESTATUTOS Provisórios do Gabinete Portuguez de Leitura do Maranhão.** São Luís: I. C. M. Cunha Torres, 1853.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p.16-21.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v.13, n.25, p.17-31, 17 dez. 2009. disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 20 jun. 2022.

EVARISTO, Conceição. Da construção de Becos. In: **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. **Estudos de Sociologia**, v.14, n.27, p.317-338, 2009a. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1941>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FANINI, Michele Asmar. “Pano para manga”: a conversão da Academia Brasileira de Letras em uma “arena de moda”. **Dobras**. v.3, n.5, p.68-75, 2009b. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/311>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FARIA, Regina Helena Martins de. Demografia, escravidão africana e agroexportação no Maranhão oitocentista. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v.2, n.2, p.19-99, 2004.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: EDUFMA, 2012.

FIRMINA: uma líder ousada. **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 16, n.8.836, 24 jan. 1988. Caderno Alternativo, p.1.

FREYRE, Gilberto de Melo. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional / EDUSP, 1971.

FREYRE, Gilberto de Melo. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2013.

FURTADO, Lucciani M (Org). **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. Livro 1. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017a.

FURTADO, Lucciani M (Org). **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. Livro 2, São Paulo: Editora Uirapuru, 2017b.

GALVÃO, Alfredo. Legislativo e Ministro Homenageiam a Romancista Maria Firmina. **O Imparcial**, São Luís, ano 49, n.18.573, 11 out. 1975. Telescópio, p.3.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. **The Madwoman in the Attic: the woman writer and the nineteenth century literary imagination**. New Haven: Yale University Press, 1984.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. Infecção na sentença: a escritora e a ansiedade de autoria. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). **Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p.188-210.

GOMES, Agenor. **Guimarães 260 anos: o rosto tupinambá, lusi e africano no nascimento da vila**. In: Blog Vimarense. 19 jan. 2018. Disponível em: <https://www.vimarense.com.br/single-post/2018/01/19/artigo>. Acesso em: 18 set. 2021.

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: Editora AML, 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura. In: Heloisa Buarque Hollanda (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: Formação e Contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.237-256.

GRUPO Escolar recebe nome de Maria Firmina. **O Imparcial**, São Luís, ano 50, n.18.701, 14 mar. 1976, p.5.

GUPEVA adaptado ao teatro. **O Imparcial**, São Luís, ano 49, n.18.611, 26 nov. 1975, p.5.

GUPEVA. **Jornal Pequeno**, São Luís, ano 23, n.3.800, 12 jul. 1974, p.06.

HOJE, Sesquicentenário de Maria Firmina dos Reis. **O Imparcial**, São Luís, ano 49, n 18.598, 11 nov. 1975, p.6.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução: o grifo é meu. In: **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.11-19.

HOMENAGEM a Maria Firmina. **Jornal Pequeno**, São Luís, ano 24, n.3.503, 10 out. 1975, p.5.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**. v.3, n.2, p.464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IMORTAIS sem identidade. **O Imparcial**, São Luís, ano 50, n.18.686, 25 fev. 1976. Notícias Gerais, p.7.

INDIANISTA e abolicionista, Maria Firmina dos Reis vai ser reeditada. **O Imparcial**, São Luís, ano 49, n.18.543, 06 set. 1975. Notícias Gerais, p.11.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdade Social por Cor ou Raça no Brasil**, Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, p.1-12. 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

**Jardim das Maranhenses**, São Luís, ano 1, n.23, 20 set. 1861a, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761265/13>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Jardim das Maranhenses**, São Luís, ano 1, n.24, 30 set. 1861b, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761265/17>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JAUSS, Hans Robert. **A História da Literatura como provocação à teoria literária**. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.

JESUS, Matheus Gato de. Astolfo Marques e as Festas Populares Maranhenses. **Afro-Ásia**. v.48, p.337-360, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/afro/a/qrC97z4dRgNHghnhBLvfz8s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JESUS, Matheus Gato de. **Racismo e Decadência**: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão. 2015. 181f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

JOB, Sandra Maria. **Em texto e no contexto social**: mulher e literatura afro-brasileiras. 2011. 146f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Literatura – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lithograf, 2002.

LAGO, Antônio B. Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. Lisboa: Tipografia de Academia Real das Ciências, 1822. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital0528/bndigital0528.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0528/bndigital0528.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.

LAJOLO, Marisa. A figura do negro em Monteiro Lobato. Portal Geledés. Em 29 out. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/figura-negro-em-monteiro-lobato-por-marisa-lajolo/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LEAL, Rhaiane das G. M. **Nacionalismo Militante**: uma análise da correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). 191f. 2020. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

LEÃO, Ricardo (Ricardo André Ferreira Martins). **Os Atenienses e a invenção do cânone nacional**. São Luís: Instituto Geia, 2013.

LEÃO, Ricardo (Ricardo André Ferreira Martins). Contracapa. In: CRUZ, Arlete Nogueira da. **Sal e Sol**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOBATO, João Clímaco. O Rancho do Pai Thomé ou A Escravatura no Brasil. **Porto Livre**, São Luís, Ano 1, n.48, 17 jul. 1862a, p.1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749516/86>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LOBATO, João Clímaco. O Rancho do Pai Thomé ou A Escravatura no Brasil. **Porto Livre**, São Luís, Ano 2, n.49, 25 jul. 1862b, p.1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749516/90>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LOBO, Antonio. **Os Novos Atenienses. Subsídios para a História Literária do Maranhão**. São Luís: Editora da UEMA, 2008.

LOBO, Luiza. Um auto-retrato de mulher: a pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis. **Liames**(UNICAMP), v.7, n.29,30,31, p.71-86, 1986.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LOBO, Luiza. **Guia de Escritoras da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

LOBO, Luiza. **Conferência de Luiza Leite Bruno Lobo por ocasião da outorga do título de cidadã vimarense pela Câmara Municipal de Guimarães**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães; 360 graus Gráfica e Editora, 2019.

LOPES, Hélio, O Ficcionalista e o Cítico. In: **Letras de Minas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 1997, p.177-184.

MAGALHÃES, Celso. Estudo lido a 11 de novembro de 1917, por Fran Paxeco, em sessão pública da Academia Maranhense. In: LUZ, Joaquim Vieira. **Fran Pacheco e as Figuras Maranhenses**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal S. A.; Edições Dois Mundos, 1957.

MARANHÃO. **Lei Provincial n. 267**, de 17 de dezembro de 1849. Reorganizando a Instrução Pública desta Província. In: MARANHÃO. Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão, 1849. Maranhão: Tipografia de J.A.G. de Magalhães, 1850. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arg\\_ad/201408272225231409189123\\_48361409189123\\_4836.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arg_ad/201408272225231409189123_48361409189123_4836.pdf). Acesso em: 17 set. 2021.

MARANHÃO. **Regulamento**, de 2 de fevereiro de 1855. Reorganiza e regula o ensino elementar e secundário. in: MARANHÃO. Regulamentos e outros atos da presidência da Província do Maranhão de 1854- 1855. Maranhão: Tipografia Constitucional do I. J. Ferreira, 1856. Disponível em:

[http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/201408272225431409189143\\_48571409189143\\_4857.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272225431409189143_48571409189143_4857.pdf). Acesso em: 17 set. 2021.

MARANHÃO. **Lei n. 1.091**, de 17 de julho de 1874. Aprova o regulamento da instrução pública. In: MARANHÃO. Coleção de leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão. Maranhão: Tipografia do Paiz, 1874. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20160525142125.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160525142125.pdf). Acesso em: 17 set. 2021.

MARANHÃO. Ministério Público. **Correspondência ativa dos promotores públicos do Império**: ofícios de 1878 a 1882. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2019. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2020/05/Tomo19.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MARIA FIRMINA: outra Glória literária do Estado do Maranhão. **Correio Braziliense**, Brasília, ano 13, n.4.276, 11 dez. 1973, p.40.

MARIA FIRMINA, uma Glória de Literatura. **Jornal Pequeno**, São Luís, ano 23, n. 7.312, 14 abr. 1974, p.15.

MARIA FIRMINA tem busto no Pantheon. **O Imparcial**, São Luís, ano 49, n.18.599, 12 nov. 1975, p.5.

MAROTTI, Giorgio. Gli Incerti Inizi. In: MAROTTI, Giorgio. **Il Negro nel Romanzo Brasiliano**. Roma: Bulzoni, 1982. p.9-17.

MARQUES, César A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: Tipografia do Frias, 1870. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726> . Acesso em: 16 set. 2021.

MARTIN, Charles. Úrsula: uma rara visão livre. **O Imparcial**, São Luís, ano 61, n.17.102, 22 nov.1987. 3º Caderno, p.1.

MARTIN, Charles Gaines. **The deminstrelization of black figures in fiction**. 225f. 1988. Tese (Doctor of Philosophy) – Faculty of the Graduate School – Yale University, New Haven, 1988.

MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. In: **Úrsula**. Presença edições: Rio de Janeiro, 1988. p.9-14.

MARTIN, Charles Gaines. Maranhenses. In: **Revista Firminas- pensamento, estética e escrita**. São Paulo, v.1, n.1, p.86-95. jan/jul. 2021. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/revista-firminas-n-1/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MATRÍCULA geral dos escravos existentes na província do Maranhão, segundo a última matrícula de 30 de março de 1886 a março de 1887. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano 18, n.4.158, 16 jul. 1887, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720011/19256>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MENDES, Algemira de Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. 2006. 374f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. **Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2013.

MENDONÇA, Anna Amélia de Q. C. de. Prosadores e Poetisas Brasileiras. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 101, n.264, 04 nov. 1928, p.6-7. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_11/30883](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_11/30883). Acesso em: 20 dez. 2021.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.  
MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Corpo de Romances de Autoras Negras Brasileiras (1859-2006)**: Posse da História e Colonialidade Nacional Confrontada. 251f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MIRANDA, Karoline N. Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX. **Epígrafe**, v.7, n.7, p.83-96, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/141487>. Acesso em: 29 set. 2021.

MONTELLLO, Josué. A primeira romancista brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n.217, 11 nov. 1975a, p.8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_09/65321](http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/65321). Acesso em: 20 jun. 2022.

MONTELLLO, Josué. A primeira romancista brasileira. **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 3, n.820, 13 nov. 1975b, p.3.

MONUMENTO a Gonçalves Dias. **Publicador Maranhense**, São Luís, ano 24, n.291, 26 dez. 1865. Noticiário, p.1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/16739>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MORAES, Jomar. **Apontamentos da Literatura Maranhense**. 2a. Edição aumentada. São Luís: SIOGE: 1977.

MORAES: essa gente do Sul só tripudia (entrevista de Ubiratan Teixeira, com Moraes Filho). **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 16, n.8.836, 24 jan. 1988. Caderno Alternativo, p.1.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. São Luís: SIOGE, 1975.

MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina dos Reis: a mais expressiva figura feminina do Maranhão. **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 3, n.789, 11 out. 1975b, p.8.

MORAIS lança livro hoje na Biblioteca. **O Imparcial**, São Luís, ano 50, n.18.649, 12 jan 1976 p. 5.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Escritoras Negras: buscando sua história. In: GOTLIB. Nádia B. (Org.). *A Mulher na Literatura*. IV Encontro Nacional da ANPOLL (São Paulo). Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990, p.42-53.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1991.

MOTA, Antonia da Silva; CUNHA, Maísa Faleiros da. No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão. **Revista brasileira de estudos da população**. Belo Horizonte, v.34, n.3, p.465-484, set./dez., 2017. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1009>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MUZART, Zahidé L. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. **Revista Travessia**, n.21, p.64-70, 1990. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17202>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MUZART, Zahidé L. A Questão do Cânone. **Anuário de Literatura**. v.3, n.3, p.85-94, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5277>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MUZART, Zahidé L. Pedantes e *bas-bleus*: história de uma pesquisa. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. 2.ed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2000. p.17-29.

MUZART, Zahidé L. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. 2.ed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2000. p.264-284.

MUZART, Zahidé L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**. v.11, n.1, p.225-233, jan-jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013/8720>. Acesso em: 10 out. 2021.

MUZART, Zahidé L. Uma editora de fundo de quintal: a Editora Mulheres. In: **Mulher e literatura - 25 anos**: raízes e rumos. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p.171-184.

MUZART, Zahidé L. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v.2, n.2, p.247-260, 2013. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/6400>. Acesso em 20 dez. 2021.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/series/article/view/6/4>. Acesso em: 17 set. 2021.

NASCIMENTO, João Affonso do. A imprensa do Maranhão. **Pacotilha**, São Luís. Ano 31, n.175, 28 jul. 1911, p.1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/168319\\_02/2077](http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/2077). Acesso em: 9 ago. 2022.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis**: estética e ideologia no Romantismo brasileiro. 106f. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009

NAVAS-TORÍBIO, Luiza Garcia do Nascimento. **O negro na literatura maranhense**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1990.

NOVA PUBLICAÇÃO. **A Imprensa**, São Luís, ano 4, n.61, 1 ago. 1860. Revista Noticiosa, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/1064>. Acesso em: 10 jun. 2022.

O ACASO colabora com a pesquisa. **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 16, n.8.836, 24 jan. 1988. Caderno Alternativo, p.1.

OBRA de Maria Firmina repercute nacionalmente. **O Estado do Maranhão**, São Luís, ano 3, n.842, 12 dez. 1975, p.12.

OBRA NOVA. **Jornal do Comércio**, São Luís, ano 3, n.61, 4 ago. 1860. Noticiário, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030066/904>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

OLIVEIRA, Kelly C. de; PIMENTA, Sonia Maria de O. O racismo nos anúncios de emprego do século XX. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão (SC), v.16, n.3, p.382-399, set./dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/6W4K7CxrhMDrHdMtBrhJPbg/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OLIVEIRA, Paulo. **Cronologia da História de Guimarães**: homenagem aos 250 anos. São Luís, SEGRAF, 2007.

**O Imparcial**, São Luís, ano 50, n.18.670, 6 fev. 1976. Notícias Gerais, p.7.

O PARNASO Maranhense (Impressões de leitura). **A Imprensa**, São Luís, ano 5, n.83, 19 out. 1861, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/1791>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ORICO, Osvaldo. O Açoitamento dos Escravos. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 7.666, 5 jul. 1953, p.3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093092\\_04/19331](http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/19331). Acesso em: 20 dez. 2021.

PACHECO, Fran. Joaquim Serra – Do livro Figuras Maranhenses. **O Jornal**. São Luís, Ano 8, n.1.530, 28 out. 1922, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720593/8250>. Acesso em: 9 ago. 2022.

**PACOTILHA**, São Luís, ano 1, n.20, 3 maio 1881, p.3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_01/126](http://memoria.bn.br/docreader/168319_01/126). Acesso em: 10 jun. 2022.

**PACOTILHA**, São Luís, ano 7, n.288, 8 nov. 1887, p.3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/168319\\_01/7171](http://memoria.bn.br/docreader/168319_01/7171). Acesso em: 10 jun. 2022.

**PACOTILHA**, São Luís, ano 31, n.12, 16 jan. 1911, p.1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/168319\\_02/1415](http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/1415). Acesso em: 10 jun. 2022.

PEREIRA, Lúcia Miguel. As mulheres na literatura brasileira. **Revista Anhembi**. São Paulo, v.17, n.49, p.17-25, dez. 1954.

PESQUISADOR descobre primeira literata maranhense: Nascimento Morais Filho em pesquisa descobre a primeira literata maranhense. **O Imparcial**. São Luís, ano 47, n.18.008, 11 nov. 1973, Caderno 2, p.1.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes Laços em Linhas Rotas**: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 2014. 326f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

**Porto Livre**, São Luís, ano 2, n.49, 25 jul 1862. Noticiário, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749516/93>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PROSPECTO. **A Imprensa**, São Luís, ano 1, n.40, 17 out. 1857, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/143>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PUBLICAÇÃO. **O Espírito-santense**, Vitória, ano 2, n.78, 4 nov. 1871. Seção Noticiosa, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217611/270>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 5, n.495, 27 abr. 1847, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/1927>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 6, n.624, 26 fev. 1848. Governo da Província, p.5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/2442>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 9, n.982, 11 jul. 1850. Exterior, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/3854>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 24, n.131, 9 jun. 1865. Parte Oficial, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/16101>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 25, n.168, 24 jul. 1866a. Noticiário, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/17427>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 25, n.252, 5 nov. 1866b. Parte Oficial, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/17763>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 30, n.1, 2 jan. 1871. Gazetilha, p.2, Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/21341>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 36, n.145, 27 jun. 1877. Seção Oficial, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/25299>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 40, n.120, 28 maio 1881a. Seção Oficial, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/29953>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 40, n.121, 29 maio 1881b. Seção Oficial, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/29957>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**Publicador Maranhense**, São Luís, ano 40, n.144, 28 jun. 1881c. Seção Oficial, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/30049>. Acesso em: 10 jun. 2022.

RAPOSO, Ignacio. **Mestre Cuia**: contos do tempo da escravidão. Rio de Janeiro: CIA. Brasil Editora, 1937.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, n.28, p.14-39, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362> . Acesso em: 17 set. 2021.

REIS. Maria Firmina. Poesia oferecida à minha extremosa amiga a Exma. Sra. D. Theresa de Jesus Cabral por ocasião da sentidíssima morte de seu inocente filho Leocádio Ferreira de Sousa. **A Imprensa**, ano 4, n.101. 19 dez. 1860. Publicação Pedida, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/1449>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Jardim das Maranhenses**, São Luís, ano 1, n.25, 13 out. 1861a, p.1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761265/21>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Jardim das Maranhenses**, São Luís, ano 1, n.27, 25 nov. 1861b, p.1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761265/25>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Jardim das Maranhenses**, São Luís, ano 1, n.29, 13 jan. 1862, p.1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761265/33>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Porto Livre**, São Luís, ano 2, n.68, 9 fev. 1863a, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749516/164>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Porto Livre**, São Luís, ano 2, n.69, 21 fev. 1863b, p.2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749516/169>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Porto Livre**, São Luís, ano 2, n.70, 16 mar. 1863c, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749516/175>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Porto Livre**, São Luís, ano 2, n.74, 6 maio 1863d, p.3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749516/190>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Porto Livre**, São Luís, ano 2, n.75, 13 maio 1863e, p.3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749516/194>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Porto Livre**, São Luís, ano 2, n.76, 21 maio 1863f, p.1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749516/196>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina. Gupeva. **Eco da Juventude**, São Luís, ano 1, n.14, 12 mar. 1865, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/738271/108>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula; A Escrava**. Belo Horizonte; Florianópolis: PUC Minas; Ed. Mulheres, 2004.

REIS, Maria Firmina dos. **Cantos à beira-mar; Gupeva**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017a.

REIS, Maria Firmina dos. Dispersos. In: **Memorial Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Uirapuru, 2017b, p.278-412.

REIS, Maria Firmina dos. Crônicas. In: **Memorial Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Uirapuru, 2017b, p. 13-22.

RIBEIRO, Esmeralda. A escritora negra e seu ato de escrever participando. In: **Criação Crioula, Nu Elefante Branco**. São Paulo: IMESP, 1987. p.59-65.

RICH, Adrienne. When we Dead Awaken. Writing as Re-Vision. **Women, Writing and Teaching**. v.34, n.1, p.18-33, out. 1972.

RICH, Adrienne. Quando da morte acordamos: a escrita como revisão. In: **Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p.64-84.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1888.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAND, George. Indiana. In: **Oeuvres de George Sand**. Tomo I, Paris: Garnier Frères, 1847. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65154790/f17.item>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, Carla Sampaio. **A escritora Maria Firmina dos Reis: História e memória de uma professora no Maranhão do século XIX**. 126f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

SANTOS, Wellington B. dos. **Confederações abolicionistas no Maranhão na segunda metade do séc. XIX (1870-1888)**. 52f. 2008, Monografia (Graduação em História) – Curso de História – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Editora Ática: São Paulo, 2004.

SCHMIDT, Rita T. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. (Org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo, 2010. p.127-141.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan S. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, p.71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 abr. 2022.

SHOWALTER, Elaine. **A literature of their own: british women novelists from Brontë to Lessing**. New Jersey: Princeton University Press, 1977.

SILVA, Denise Moraes Gouveia da. **Compram-se soldados! Os libertos da província da Bahia na Guerra do Paraguai**. 104f. 2016. Dissertação (Mestrado em

História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.4, p.75-96, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1763>. Acesso em: 25 set. 2021.

SILVA, Régia Agostinho da. **A Escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 176f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013a.

SILVA, Régia Agostinho da. Maria Firmina e seu conto, Gupeva. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 3., 2013b, São Luís. **Anais...** São Luís: Editora da UEMA, 2013. p.1-6.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Antonia Pereira Souza. **A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista**. 2017. 329f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, Natália Lopes de. A Experiência Editorial de Maria Firmina dos Reis no Periódico o Jardim das Maranhenses. In: **Aedos**. Porto Alegre, v.14, n.26, p.424-452, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/96840>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TELLES, Norma. Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas. **Revista História**, São Paulo, n.120, p.73-83, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18593/0>. Acesso: 20 jun. 2022.

TELLES, Norma. **Encantações**: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX. São Paulo: Intermeios, 2012.

TINHORÃO, José Ramos. **Os Romances em Folhetins no Brasil (1830 à atualidade)**. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

ÚRSULA. **Jornal Pequeno**, São Luís, ano 24, n.3.547, 30 nov. 1975, p.8.

ÚRSULA, romance brasileiro. **A Imprensa**, São Luís, ano 4, n.15, 22 fev. 1860a, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/035156/1052>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ÚRSULA, romance brasileiro. **A Imprensa**, São Luís, ano 4, n.29, 11 abr. 1860b, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/1056>. Acesso em: 10 jun. 2022.

UNZER, Carmen. Poetisas Brasileiras. **A Faceira**, Rio de Janeiro, ano 4, n.36, set./out. 1914, p.11-12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/347906/1478>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VIEIRA DA SILVA, Luis A. **A História da Independência do Maranhão**. 2.ed. São Luis: Cia editora Americana, 1972.

VILELA, Rafael. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**. Brasília, 27 de abr. de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VERÍSSIMO Dias de Matos, José. **História da Literatura Brasileira**. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=131813> . Acesso em: 10 out. 2021.

VIVEIROS, Jerônimo de. **A História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

VRBATA, Sidinea Almeida Pedreira. **Maria Firmina dos Reis: Iyalodê do Brasil**. 2018. 135f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

WALKER, Alice. **In search of our mother's gardens: womanist prose**. Integrated Media: New York, 2004. [formato EPUB].

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Nova Fronteira: São Paulo, 1985.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 2004.

ZILBERMAN, Regina. A estética da recepção e o acolhimento brasileiro. **Moara** – Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da UFPA. Belém, n.12, p. 7-17, jul/dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3102>. Acesso em: 29 nov. 2021.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista**. 2016. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2016.

ZIN, Rafael Balseiro. **Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão**. 2022. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2022.

## ANEXO A - Primeira resenha do romance *Úrsula*

### PUBLICAÇÕES PEDIDAS

#### Prospecto

— O romance brasileiro que se vai dar ao prelo sob a denominação de — ÚRSULA — é todo filho da imaginação da autora, jovem Maranhense, que soltando as asas à sua imaginação, estreia a sua carreira literária oferecendo ao Ilustrado Público da sua nação as páginas, talvez por demais vazias de um estilo apurado, como o é o do século, mas simples, e os pensamentos, não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo ele ressentido de amor nacional e de uma dedicação extrema à Liberdade.

Os personagens da sua obra, não os foi buscar num fato original; a existência desses entes criou-a ela, no correr da mente.

A autora simpatiza com o que há de belo nas solidões dos campos, na voz dos bosques e no gemer das selvas, e por isso preferiu tecer os fios do seu romance, melhor que nos salões dourados da corte, nos amenos campos e nas gratas matas do seu país.

Recolhida ao seu gabinete a sós consigo mesma, a autora brasileira tem procurado estudar os homens e as coisas, e o fruto desses esforços de sua vontade é:

— ÚRSULA —.

A donzela, que vai aparecer-vos sob esse nome, vivendo isolada nas solitárias regiões do Norte, não é um desses tipos de esmerada civilização, mas, longe de serem selvagens os seus costumes, Úrsula tinha o cunho de um caráter ingênuo e puro, com o só defeito de ser talvez por demais ardente e apaixonada a sua alma. Constante nos seus afetos, essa donzela não se assemelha a tantas outras mulheres volúveis e inconstantes que, aprendendo desde o berço a iludir, deslustram o seu sexo, mal compreendendo a missão de paz e de amor de que as incumbiu Deus.

Talvez um amor estremecido e uma prevenção desde o berço, alimentada contra seu tio, o comendador P., lhe dê por um momento os traços de leviandade, mas se atentarmos que Úrsula, no verdor dos anos, arrastada por essas duas paixões imperiosas que tão fatais lhe foram, conservou a pureza de uma alma

angélica, confessaremos que a predileta da autora tinha o caráter firme, como sói ser o das almas grandes e virtuosas.

Úrsula tinha a imaginação ardente das filhas do Norte, e como elas guardava na alma sentimentos nobres e um afeto e uma dedicação que só o túmulo saberá extinguir.

Menos ardente não era o coração do jovem Tancredo — essas duas almas perfeitamente harmonizavam. O comendador invejou tão extrema ventura e lançou absinto no vaso de suas doces esperanças: podia ter sido generoso, mas seu amor era terrível, ele não pôde perdoar.

Túlio e Susana representam essa porção do gênero humano tão recomendável pelas suas desditas — O Escravo! —. A autora tem meditado sobre a sorte desses desgraçados entes, tem-lhes escutado as lacrimosas nênias e o gemer saudoso, a recordação de uma vida que já lá passou, mas que era bela nas regiões da África!...

É um brado a favor da humanidade — desculpai-a...

Subscreve-se para esta obra na tip. [tipografia] do *Progresso*, do *Observador*, do *Diário [do Maranhão]* e do *Publicador [Maranhense]* — preço por cada exemplar brochado — 2\$000rs.

O CAIXEIRO D'ALFAIATE.

Transcrição e atualização feitas por Sérgio Barcellos Ximenes.

Referência:

PROSPECTO. **A Imprensa**, São Luís, ano 1, n.40, 17 out. 1857, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/143>. Acesso em: 10 jun. 2022.

## ANEXO B – Anúncio 1: venda do romance *Úrsula*

### Nova Publicação

Acaba de sair dos prelos do Progresso o romance original – *Úrsula* – nitidamente impresso e em elegante formato.

É a primeira tentativa de uma comprovinciana – a Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora de Guimarães – e para tentativa estreia ela mui bem a carreira de romancista, e por isso pedimos-lhe desculpa de vir imprudentemente denunciar o seu nome, que com tanto empenho e modéstia trata de ocultar.

Descrições mui belas da nossa natureza, reflexões filosóficas e morais de subido valor, muita imaginação, são qualidades que tornam recomendado este romance. Alguma incorreção de estilo, um ou outro tipo incompletamente desenvolvido são defeitos próprios de quem começa, e principalmente em uma senhora, que não tem estudos completos e que vive retirada em uma vila, longe do trato e das conversações, ou melhor, como se ela expressa no prólogo de sua estimável obra: - “de educação acanhada, e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem”.

Não devemos deixar morrer no nascedouro um talento tão formoso e cumpre que o acorocemos e o aplaudamos para que animado e confiado em si, produza frutos melhores e mais bem sazoados.

A aceitação nestes casos é a procura da obra – é o esgotamento rápido da edição. É o que cremos acontecerá com esta publicação, apesar de ter aparecido em época da efervescência eleitoral.

### Referência:

NOVA PUBLICAÇÃO. **A Imprensa**, São Luís, ano 4, n.61, 1 ago. 1860. Revista Noticiosa, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/1064>. Acesso em: 10 jun. 2022.

## ANEXO C – Anúncio 2: venda do romance *Úrsula*

### Obra Nova

Com o título *Úrsula* publicou a Sra. D. Maria Firmina dos Reis um romance rapidamente impresso que se acha à venda na Tipografia do Progresso.

Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela, muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados.

É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas.

A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poder para o futuro, dar-nos belos volumes.

### Referência:

OBRA NOVA. **Jornal do Comércio**, São Luís, ano 3, n.61, 4 ago. 1860. Noticiário, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030066/904>. Acesso em: 10 jun. 2022.

**ANEXO D – Anúncio 3: venda do romance *Úrsula***

ÚRSULA- Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana.

Referência:

**A Moderação**, São Luís, ano 4, n.22, 11 ago. 1860. Chronica Semanaria, p.1.

Disponível no Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, digitalizado, a pedido do pesquisador, pelo Sr. Mauro Chagas.

## ANEXO E – Artigo sobre o romance *Úrsula*

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos de espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. Quando, porém, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplações do espírito, surge uma Roland, uma Stael, uma Sand, um H. Stowe, que vale cada uma delas mais do que bons escritores; porque reúne a graça do estilo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir.

Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se ao mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula.

O aparecimento do romance — ÚRSULA na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como uma homenagem rendida a uma obra de mérito.

Em verdade que é esse o livro que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores.

As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intricado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados – como o de Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula.

Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na vila de Guimarães, revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém.

A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas.

Oferecemos hoje aos nossos leitores, algumas de suas produções, que vêm dar todo brilho à nossa *Marmota*, que ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora, que servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez como o exemplo, cobrem ânimo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto.

A poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade do que ao ente delicado, caprichoso e sentimental – a mulher.

O belo sexo não deve viver segredado de tão sublime arte – os encantos e ornatos do espírito são sua partilha; - tome a senda que lhe abre com tão bons auspícios, rodeada de aplausos merecidos, D. Maria Firmina dos Reis, e siga-lhe os brilhantes voos (*A Verdadeira Marmota*, 13 maio 1861, *apud* MORAIS FILHO, 1975).

Referência:

MORAIS FILHO, Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. São Luís: SIOGE, 1975, s.p.

### **ANEXO F – Indicação de leitura em *Jardim das Maranhenses***

Recomendamos aos nossos leitores a poesia que abaixo vem estampada da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense.

De coração agradecemos à S. Exc. pela honra que dá ao nosso Jornal, colaborando-o.

Referência:

**Jardim das Maranhenses**, São Luís, ano 1, n.23, 20 set. 1861a, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761265/13>. Acesso em: 10 jun. 2022.

### ANEXO G – Anúncio de publicação de *Gupeva*

Com o presente número finaliza-se o terceiro bimestre deste jornal, que, graças a Deus e à boa vontade dos Srs. Assinantes, - conta com oito meses de existência!

Seríamos apelidados de indiferentes, e com muita razão, se dando esta notícia, não consignássemos aqui o nosso voto de eterna gratidão, àqueles que não só concorreram com as suas assinaturas, como também aos que honraram as páginas do JARDIM com suas produções literárias.

A todos em geral novamente suplicamos continuem a prestar sua valiosa proteção em prol deste jornal, que em nada tem desmentido o seu programa; e cujas páginas, como d'antes, continuam à disposição daqueles que quiserem honrá-las com seus escritos.

Um motivo muito poderoso obriga-nos ainda a fazer esta súplica, digna por certo de ser atendida.

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um belíssimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade, tencionamos dar princípio do n. 25 em diante.

Garantimos ao público a beleza da obra; e pedimos-lhe a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la, a não desistir da empresa encetada.

Esperamos, pois, a vista das razões expendidas, que as nossa súplicas sejam atendidas, afiançando que continuaremos no nosso propósito: sempre defendendo o belo e amável sexo – quando injustamente for agredido.

*Salus et paz.*

Referência:

**Jardim das Maranhenses**, São Luís, ano 1, n.24, 30 set. 1861b, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/761265/17>. Acesso em: 10 jun. 2022.

## **ANEXO H – Artigo sobre as poetas do *Parnaso Maranhense***

Folhetim

### **O Parnaso Maranhenses**

(Impressão de leitura)

VII

A educação da mulher, a educação não só moral como a intelectual de que fala Ventura, Eugenio Pelletan, e outros propagandistas da emancipação da mulher, muito atrasada existe entre nós. A mulher que em todas as épocas tem sido a geradora dos maiores acontecimentos, ainda não partilha dos mesmo privilégios, que, em partilha de leão, tomou o homem para si. Nas primeiras eras da humanidade, quase no seu período de gestação, a mulher pertencia ao homem, como o prêmio do valor; a mulher era uma escrava que o direito de força, o poder do mais forte conquistava os seus. Depois passou ela a ser considerada como um objeto de valor, e marcada uma quantia, ela era comprada pelo preço pré-fixado e estabelecido segundo a sua beleza ou a sua raça. Quando o homem não podia pagar o preço da mulher cobiçada em produtos de valor, pagava-a em serviços, como Jacob pagou as filhas de Labão.

Até então o papel da mulher era unicamente o de máquina reprodutora, o instrumento que o homem, na sua brutalidade, exigia para a perpetuidade de sua raça.

A educação da mulher era nessas épocas, um verdadeiro paradoxo; fiar na sua roca, vigiar no casal, tratar os filhos, e ser a primeira escrava do marido; eis em que se cifravam as suas ocupações. Essa mesma educação prodigalizava-se na Grécia às mães de família, em quanto eram versadas nas letras e ciências as Lais, Phineas e cortesãs criadas para a vida do Cerâmico. Era portanto a mulher, ainda no meio dos resplendores da época de Sócrates, uma ente segregada do banquete intelectual, por quanto as verdadeiras mulheres, as mulheres honestas não atingiam a superioridade das Saphos por lhe ser isso vedado por lei expressa.

O Cristo e a sua lei, libertaram a mulher; deram-lhe igual partilha de direito na atividade então concedida aos homens. Não só a mulher deixou de ser escrava, como também adquiriu a mesma soma de privilégios, que eram só conferidos aos varões.

Com quanto eu não entenda como o autor da – Profissão de fé do século 19º – que a mulher ainda virá a tomar no movimento político e social a mesma parte que hoje exercem os homens, todavia, como o padre Ventura entendo e espero que da mulher dependa o nosso aperfeiçoamento; da educação moral e intelectual que elas receberem. Na Europa já essa educação é uma verdade, já no mundo das letras recebem-se lições de uma Stael, Sevigné, Sand ou Delfine Gay. Lá, a mulher reassumiu o papel que deve representar na sociedade; entrevê horizontes mais largos, e quer participar do movimento intelectual que existe em redor d'ela.

Entre nós, porém, a educação propriamente intelectual para as meninas, é nula e vã. Quando muito ensina-se-lhes um pouco de geografia e de francês, algumas lições de piano e canto, e assim que elas têm ligeiramente tocado nesses materiais declara-se-lhes vedado tudo o mais, e começa-se na caçada ou procura de um marido. A educação é como que uma arte para encontrar-se o noivo: e dir-se-ia que acabado o casamento a sua vida está terminada.

Não há contestar; é nenhum o ensino que prodigaliza-se às meninas entre nós; e por essa razão deve causar surpresa todo aquele esforço que faça uma outra inteligência do sexo amável para distinguir-se nas vastas regiões literárias, apresentando trabalhos intelectuais.

No Parnaso Maranhense existem alguns trabalhos de duas maranhenses, e, alterando por um pouco o método por mim seguido até aqui, vou tratar de ambas em um mesmo estudo, tendo de deixar por momentos alguns nomes que separam as poesias de D. Jesuina Serra das de D. M. Firmina dos Reis.

O trabalho da primeira é muito ligeiro, um soneto apenas, porém escrito com elegância, bem rimado, bem medido, e o que é mais sem defeito que escapa aos poucos entendedores da matéria, que é a terminação dos versos em sílabas longas, que os tornam mais eufônicos, e lhes dá maior cunho de perfeição.

Os versos de M. Firmina dos Reis indicam uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, e o doce perfume dos sentimentos saídos do coração sem ensaio nem afetação.

De há muito que todos conhecem os talentos e a habilidade da autora de *Úrsula*, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o Parnaso.

Todos esses trabalhos destas duas senhoras têm defeitos, e mesmo incorreções, porém não desejo notá-los, porque atenta a instrução parca e acanhada que devem ter recebido essas senhoras, demasiado já é aquilo que elas

apresentaram; outros mais habilitados do que eu, lhe darão os conselhos de que carecem para bem caminharem na senda que têm anti si.

Voltando agora para trás, tratarei do Sr. João A. Coqueiro, que também mandou uma poesia para a coleção de versos maranhenses. O matemático decididamente não conversa com as musas; Urania espantou Caliope e as outras irmãs e o Sr. Coqueiro debalde quer desferir sons de sua lira. Sem dúvida que o positivismo das ciências exatas não lhe permite que devaneie e se vá perder no infundo campo das abstrações. A sua poesia é defeituosa; não está versificada em regra, e finalmente é uma página perdida no Parnaso. Entretanto o Sr. Coqueiro é um maranhense ilustrado e de grande talento, mas a poesia pode ser vedada aos grandes talentos, e às mais proeminentes ilustrações, logo que o fogo celeste não arder no crânio daquele que quer escrever versos. Já disse o mestre que não tendo nascido poeta

C'est en vain qu'au Parnasse un téméraire auteur

Pense de l'art des vers atteindre la hauteur.

SAPHIR

Referência:

O PARNASO Maranhense (Impressões de leitura). **A Imprensa**, São Luís, ano 5, n.83, 19 out. 1861, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/035156/1791>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Observação: as impressões de leitura do Parnaso Maranhense, assinadas por Saphir, começaram a ser publicadas em *A Imprensa*, na edição de número 77, de 28 de setembro de 1861 (<http://memoria.bn.br/docreader/035156/1767>), seguindo nos números 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87 e 88, no espaço dedicado à publicação de folhetins. Não foi possível identificar quem assinava com o nome Saphir.

## ANEXO I – Anúncio de início da publicação de Gupeva

Começamos hoje a estampar o romance *Gupeva*, trabalho da talentosa maranhense, Maria Firmina dos Reis, cuja tenacidade nos labores literários, e amor ao estudo são bem conhecidos do público.

Essa composição ligeira, porém onde revela-se o talento de sua habitual autora, foi-nos ofertada por a mesma, que cuidadosamente a corrigiu para ser publicada neste jornal.

Seja a publicação do *Gupeva* um estímulo às mais senhoras, que cultivam as letras, porém uma modéstia condenável as têm conservado no silêncio e obscuridade.

Aos ilustrados leitores recomendamos que o leiam, e sejam indulgentes para as lacunas, que por ventura encontrem.

Referência:

REIS, Maria Firmina. *Gupeva*. **Eco da Juventude**, São Luís, ano 1, n.14, 12 mar. 1865, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/738271/108>. Acesso em: 10 jun. 2022.

## ANEXO J – Anúncio de venda de *Cantos à beira mar*

Publicação – Lê-se na Esperança do Maranhão:

Com o título de *Cantos à beira mar*, vai publicar um volume de poesias a exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, inteligente professora pública da vila de Guimarães, nesta província.

Esta distinta poetisa é já muito conhecida pelos seus trabalhos literários, que têm corrido impressos, nos nossos jornais e no Parnaso maranhense; é também autora do romance original brasileiro *Úrsula*.

D. Maria Firmina emprega as poucas horas, que sobram do seu elevado e afanoso mister, na grandiosa missão do cultivo das musas.

Nós a cumprimos.

Referência:

PUBLICAÇÃO. **O Espírito-santense**, Vitória, ano 2, n.78, 4 nov. 1871. Seção Noticiosa, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217611/270>. Acesso em: 10 jun. 2022.